UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA - PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

ISABELLA CAROLINA DO NASCIMENTO PINTO

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Rio de Janeiro
2025

ISABELLA CAROLINA DO NASCIMENTO PINTO

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do Conhecimento

Orientadora: Prof. Dra. Tatiana de Almeida

Rio de Janeiro

2025

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

P659 Pinto, Isabella Carolina do Nascimento
Diretrizes para elaboração de tesauros na Universidade Federal Fluminense: uma aplicação da análise de domínio / Isabella Carolina do Nascimento Pinto. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
347 f.

Orientadora: Tatiana de Almeida.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2025.

1. Elaboração de tesauro. 2. Análise de domínio. 3. Revisão sistemática de literatura. I. Almeida, Tatiana de, orient. II. Título.

ISABELLA CAROLINA DO NASCIMENTO PINTO

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UMA APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DOMÍNIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dra. Tatiana de Almeida - Presidente

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

_____

Prof.ª Dra. Luana Farias Sales Marques – Titular Interno

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

_____

Prof.ª Dra. Rosana Portugal Tavares de Moraes – Titular Externo

Universidade Federal Fluminense (UFF)

_____

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda – Suplente Interno

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

_____

Prof.ª Dra. Linair Maria Campos – Suplente Externo

Universidade Federal Fluminense (UFF)

AGRADECIMENTOS

Finalizo esta dissertação agradecendo à Deus e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Primeiramente, agradeço imensamente à prof.ª Dra. Tatiana de Almeida, minha orientadora, por acreditar no potencial da minha pesquisa, por sua orientação criteriosa e extremamente cuidadosa, por seu constante estímulo à continuidade da pesquisa, e por todo o conhecimento compartilhado comigo neste estudo.

Aos membros titulares da banca examinadora, prof.ª Dra. Luana Farias Sales Marques e prof.ª Dra. Rosana Portugal Tavares de Moraes, meus sinceros agradecimentos pelas críticas construtivas e sugestões valiosas que enriqueceram a dissertação e aos membros suplentes, gratidão pela disponibilidade oferecida.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e ao seu Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, agradeço pelo espaço acadêmico, pelo corpo docente qualificado e apto a dar orientações aos alunos quando requisitados e pelo cuidado com os alunos que conciliam trabalho e estudo.

Agradeço também à Universidade Federal Fluminense, meu local de atuação profissional como bibliotecária, que por meio da Coordenação de Bibliotecas, representada pela bibliotecária Maria Helena Xavier, possibilitou a minha jornada no mestrado profissional do outro lado da ponte.

Aos colegas de turma e amigos, agradeço pelas trocas de experiências, risadas e incentivo ao longo desta jornada. À Danyelle, que me permitiu consultar a norma ISO 25964, extremamente importante para o desenvolvimento da pesquisa. Ao Flávio, colega de outra turma, mas que participou de disciplinas comigo e que dividiu comigo uma viagem de uber durante o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação em Vitória, ES, em 2024, descanse em paz!

Por fim, agradeço à minha família pelo apoio emocional e por compreenderem minha ausência em determinados momentos, e ao meu noivo, Eduardo, que me ofereceu paciência, amor, comida e todo o apoio que foram essenciais para a continuidade da escrita deste trabalho.

Onde há desejo, haverá uma chama

Onde há uma chama alguém está sujeito a se queimar

Mas só porque queima não significa que você vai morrer

Você tem que se levantar e tentar, e tentar, e tentar

Pink

RESUMO

Este estudo tem como **objetivo** investigar as diretrizes para a elaboração de tesauros no contexto das bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense, com foco na melhoria da representação temática e da recuperação da informação. A pesquisa parte da constatação de que a ausência de um Sistema de Organização do Conhecimento estruturado e atualizado, como o tesauro, compromete a precisão e a eficiência das buscas realizadas nos catálogos online e no repositório institucional da universidade. A **metodologia** adotada engloba pesquisas bibliográficas sobre a análise de domínio na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, pesquisas documentais sobre as teorias que fundamentam a elaboração de tesauros e o campo empírico da pesquisa, método de observação participante para apresentar o estado atual do vocabulário do Sistema de Bibliotecas da universidade, revisão sistemática de literatura para embasar a realização das diretrizes e o método indutivo para o estabelecimento das diretrizes. Como **resultados**, foram desenvolvidos um estudo da área da Economia, com a aplicação da metodologia de análise de domínio e o estabelecimento das diretrizes para elaboração de tesauros na Universidade Federal Fluminense. **Conclui-se** que a pesquisa evidencia que o uso de tesauros pode qualificar o trabalho de indexação das pessoas bibliotecárias, favorecer a mediação da informação entre o sistema e os usuários e aprimorar significativamente a recuperação da informação no catálogo online da universidade. As diretrizes servirão como instrumento auxiliar para as pessoas bibliotecárias que compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense, podendo servir também para profissionais de outras universidades.

Palavras-chave: Elaboração de tesauro. Análise de domínio. Biblioteca universitária. Revisão sistemática de literatura.

ABSTRACT

This study aims to investigate the guidelines for the development of thesauri within the context of university libraries at the Fluminense Federal University, focusing on improving subject representation and information retrieval. The research is based on the observation that the absence of a structured and up-to-date Knowledge Organization System, such as a thesaurus, compromises the precision and efficiency of searches conducted in the university's online catalogs and institutional repository. The adopted methodology includes bibliographic research on domain analysis in Library and Information Science, documentary research on theories underpinning thesaurus construction, and an empirical approach involving participant observation to present the current state of the vocabulary used by the university's library system. It also includes a systematic literature review to support the formulation of the guidelines and the inductive method to establish them. As results, the study developed a case analysis in the field of Economics using domain analysis methodology and proposed specific guidelines for thesaurus construction at Fluminense Federal University. The findings indicate that the use of thesauri can enhance the indexing work performed by librarians, support information mediation between the system and users, and significantly improve information retrieval in the university's online catalog. The proposed guidelines will serve as a support tool for librarians within the Fluminense Federal University's Library System and may also be useful to professionals at other academic institutions.
Keywords: Thesaurus construction. Domain analysis. University library. Literary sistematic review.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Expressões de busca utilizadas na construção do referencial teórico……....	22
Quadro 2	Etapas metodológicas da pesquisa …….....	23
Quadro 3	Etapas metodológicas dos resultados da pesquisa……..…...	23
Quadro 4	Principais conceitos do referencial teórico.....	28
Quadro 5	Definição das garantias que podem ser utilizadas na seleção de termos ……..	39
Quadro 6	Bibliotecas universitárias que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFF …….	54
Quadro 7	Assuntos retirados do relatório de disciplinas da graduação em Ciências Econômicas (2024).....	64
Quadro 8	Assuntos retirados do ementário da pós-graduação em Economia.....	67
Quadro 9	Exemplo de categorização de termos da Economia.....	86
Quadro 10	Protocolo da RSL.....	88
Quadro 11	Total de documentos recuperados por base de dados.....	89
Quadro 12	Amostra de extrato dos documentos selecionados na RSL.....	90
Quadro 13	Abreviaturas utilizadas nos trabalhos relevantes da RSL.....	99
Quadro 14	Lista de abreviaturas essenciais utilizadas em tesauros.....	121
Quadro 15	Categorização dos conceitos.....	123

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Nível de complexidade de Sistemas de Organização do Conhecimento……	24
Figura 2	Organograma da Universidade Federal Fluminense……...	32
Figura 3	Busca no índice de autoridades de assunto no catálogo *on-line*……..	37
Figura 4	Busca de assunto na pesquisa geral do catálogo *on-line*……..……...	38
Figura 5	Dados relacionados ao termo autorizado.....	39
Figura 6	Obras indexadas com o termo autorizado Economia ambiental…….	39
Figura 7	Fluxograma do curso de Ciências Econômicas turno diurno……..……	53
Figura 8	Fluxograma do curso de Ciências Econômicas turno noturno……...	54
Figura 9	Fluxograma do curso integral de Ciências Econômicas em Campos dos Goytacazes……...	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 METODOLOGIA DA PESQUISA 18

2.1 **Abordagem metodológica** 18

2.2 **Técnica de coleta de dados** 19

3 REFERENCIAL TEÓRICO 26

3.1 **Representação e recuperação da informação** 27

3.2 **Sistemas de Organização do Conhecimento** 29

3.3 **Análise de domínio** 38

3.4 **Teorias clássicas que fundamentam a elaboração de tesauros** 42

4 CAMPO EMPÍRICO 50

4.1 **Universidade Federal Fluminense (UFF)** 50

4.2 **Sistema de Bibliotecas da UFF** 51

4.3 Estado do vocabulário atual 54

5 ESTUDO DO DOMÍNIO DA ECONOMIA: APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO EXEMPLIFICAÇÃO 61

5.1 **Ementários** 61

5.2 Sistemas de Classificação Bibliográfica 73

5.3 **Tesauros especializados** 74

5.4 **Fluxogramas** 76

5.5 **Instituições de comunicação científica** 84

5.6 **Categorização do domínio da Economia** 87

6 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS 90

6.1 Revisão sistemática de literatura sobre o uso de normas para a elaboração de tesauros 90

6.1.1 ***APRESENTAÇÃO DAS NORMAS*** 95

6.1.2 ***EVOLUÇÃO DAS NORMAS*** 100

6.1.3 ***ABREVIATURAS*** 102

6.1.4 ***RELAÇÕES ENTRE TERMOS*** 104

6.1.5 ***NOTAS*** 109

6.1.6 ***ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE TESAUROS*** 110

6.1.7 ***MANUTENÇÃO DE TESAUROS*** 117

6.1.8 ***REUTILIZAÇÃO DE TESAUROS*** 118

6.1.9 ***FICHAS TERMINOLÓGICAS*** 119

6.1.10 ***DEFINIÇÕES DE CONCEITOS*** 119

6.1.11 ***INTEROPERABILIDADE*** 123

6.2 Diretrizes para elaboração de tesauros na Universidade Federal Fluminense (UFF)....123
6.2.1 ESTRUTURA DO TESAURO....124
6.2.1.1 Abreviaturas....127
6.2.1.2 Diferenciação entre os termos....127
6.2.1.3 Relações terminológicas....128
6.2.1.4 Categorização....128
6.2.1.5 Notas....129
6.2.1.6 Forma dos termos....130
6.2.2 ETAPAS DE ELABORAÇÃO....132
6.2.3 GARANTIAS....133
6.2.4 SOFTWARES DE CONSTRUÇÃO DE TESAURO....133
6.2.5 INTEROPERABILIDADE DO SISTEMA....134
6.2.6 MANUTENÇÃO DO TESAURO....135
6.2.7 PÚBLICO-ALVO....136
6.2.8 FONTES DE INFORMAÇÃO....136
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS....137
REFERÊNCIAS....141
APÊNDICE A – Cursos atendidos por cada biblioteca universitária da UFF....158
APÊNDICE B – Extrato de todos os documentos selecionados na RSL....163
ANEXO A – Relatório de disciplinas de ciências econômicas 2024.2....185

1 INTRODUÇÃO

No contexto da Organização do Conhecimento e na perspectiva da Biblioteconomia, o desenvolvimento de diretrizes para a construção de um instrumento de controle terminológico, que garante consistência no tratamento do conteúdo dos documentos, surge como tema desta pesquisa. Considera-se que diretrizes são instruções elaboradas para serem seguidas e alcançarem os objetivos de uma organização (Cunha; Cavalcanti, 2008). Nesse sentido, as diretrizes propostas no presente estudo têm como finalidade a consolidação formal do processo de representação temática da informação, utilizando o tesauro, nas bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A representação temática da informação, também chamada de indexação, é realizada em duas etapas: a análise conceitual e a tradução (Lancaster, 2004). A primeira etapa envolve a decisão sobre do que se trata um documento, ou seja, quais são os seus assuntos. A segunda etapa se refere à transformação dos assuntos em termos que melhor os representam em determinado domínio do conhecimento. Esses termos são chamados descritores ou termos de indexação (Lancaster, 2004) e são eles que permitem que os usuários encontrem a informação desejada quando buscam documentos em um catálogo *on-line*. Entretanto, geralmente, os descritores não são mostrados em sua totalidade nos catálogos. Os usuários necessitam realizar buscas aleatórias no índice de assuntos do catálogo para saber se existe algum documento que aborde o assunto desejado. Campos e Gomes (2022) declaram que o usuário necessita de um instrumento que exponha outras possibilidades além das palavras fornecidas por ele na busca, como, por exemplo, sinônimos, termos relacionados, relações associativas funcionais, definições e notas de orientação.

O acervo do Sistema de Bibliotecas da UFF, atualmente, é gerenciado pelo *software* Pergamum e a sua interface externa, o catálogo *on-line*, é alimentada, de forma centralizada, pelas pessoas bibliotecárias da Seção de Gerenciamento e Recuperação da Informação (SGRI), subordinada à Coordenação de Bibliotecas (CBI). A inclusão de termos no Pergamum é feita mediante solicitação das pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da universidade, por meio de formulário eletrônico específico em que a SGRI avalia a pertinência do termo requisitado, realiza pesquisas adicionais, se necessário, e executa a sua inclusão caso o termo seja aprovado (Universidade Federal Fluminense, 2022).

Para os usuários do catálogo *on-line* e do repositório institucional, a visualização desses termos incluídos na listagem de autoridade de assuntos é disponibilizada no catálogo de forma fragmentada conforme explicação apresentada na seção 4 desta pesquisa. Por este

motivo, a partir de um estudo diagnóstico que visou a melhoria do processo de recuperação da informação na UFF, verificou-se que o tesauro é um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) capaz de representar domínios de conhecimento de forma consistente e possibilitar a recuperação de documentos, de modo mais eficaz, nos sistemas de recuperação da informação das bibliotecas da UFF. A estrutura de um tesauro costuma conter arranjos sistemático e alfabético, o que permite a visualização dos termos e de suas relações semânticas de forma completa e inteligível. No caso dos acervos bibliográficos da UFF, esta visualização facilitaria a realização da busca de documentos, por assunto, no sistema de recuperação da informação. Acredita-se que esse tipo de estrutura permitiria ao usuário explorar, previamente, os assuntos existentes no acervo, possibilitando, assim, uma decisão mais precisa de sua estratégia de busca.

Visando, então, a melhoria do processo de representação e recuperação do Sistema de Bibliotecas da UFF, entre março de 2023 e março de 2024, o Grupo de Trabalho de Terminologia da UFF em conjunto com o Grupo de Pesquisa Estudos Ônticos e Ontológicos em Contextos Informacionais (EOOCI) realizou um projeto. Tal projeto intitulado "Treinamento em Gestão de Bases Terminológicas da UFF" foi instituído pela Determinação de Serviço SDC/UFF n. 10, de 22 de março de 2023[1] e teve como objetivo geral promover o treinamento de pessoas bibliotecárias para gestão de bases terminológicas da CBI, subordinada à Superintendência de Documentação (SDC) da UFF.

Como resultado desse projeto, obtiveram-se alguns produtos que servem como base para o desenvolvimento desta pesquisa, como, por exemplo, dois manuais, um teórico e um prático, de elaboração de tesauro. Esses dois manuais são apresentados na seção 4 da presente pesquisa. Eles foram construídos a partir de uma metodologia desenvolvida pelo grupo de pesquisa EOOCI, tendo como base o vocabulário já existente no Sistema de Bibliotecas da UFF. Os manuais mencionados servem como alicerce para a fundamentação desta pesquisa, assim como a norma internacional ISO 25964-1 (2011) sobre tesauros para recuperação da informação, considerada um referencial para elaboração de tesauros, e a política interna de indexação da UFF, que se encontra em processo de desenvolvimento formal.

- **Justificativa**

A elaboração de diretrizes para a construção de tesauros se justifica porque, no âmbito da atuação profissional, observa-se que a recuperação da informação, através de seu conteúdo temático, é dificultada pela inexistência de um SOC adequado e atualizado, tanto no catálogo

[1] Boletim n. 58, de 27 de março de 2023. Disponível em: https://boletimdeservico.uff.br/boletins/bs-2023/

on-line[2] quanto no repositório institucional[3] da UFF. Essa dificuldade afeta o tempo de pesquisa dos usuários das bibliotecas da UFF, prejudicando a produção acadêmica quando o sistema não recupera determinado documento porque o usuário utilizou um termo que não existe na linguagem de indexação utilizada no sistema. A partir dessa situação, a principal razão para a elaboração de diretrizes que visam a representação dos assuntos utilizados na indexação, através da estruturação e manutenção de tesauros, se dá pelo interesse em melhorar o processo de recuperação da informação pela comunidade interna e externa da universidade, tornando-o um processo mais preciso e eficaz.

A utilização de tesauros na representação temática da informação, como se propõe na UFF, pode favorecer uma indexação mais consistente dos documentos por parte das pessoas bibliotecárias. Isso porque o tesauro oferece uma estrutura lógica de organização do conhecimento, contribuindo para a compreensão dos domínios temáticos e qualificando a atuação bibliotecária tanto nos processos de indexação quanto nos serviços de referência. Lancaster (2004) recomenda que o bibliotecário indexador exerça outras atividades na biblioteca, inclusive a de bibliotecário de referência que proporciona a participação nas buscas dos registros catalogados. Da mesma forma, essa melhoria poderá acontecer com os usuários das bibliotecas da instituição ao usufruírem desse tipo de SOC, facilitando a precisão na recuperação da informação.

Ao analisar as vantagens que o tesauro possui, admite-se que ele pode melhorar o processo de recuperação da informação nas bibliotecas universitárias da UFF, por meio da representação dos assuntos de cada um dos domínios do conhecimento estudados na instituição, realizada de modo padronizado, a partir da aplicação da análise de domínio que será demonstrada nesta pesquisa. A metodologia que será proposta sugere que cada domínio seja representado por um tesauro, a partir da análise de cada contexto em que está inserido, levando em consideração, no mínimo, as garantias literárias, do usuário e culturais, que são as garantias mais citadas na literatura da área investigada nesta pesquisa para validação da escolha dos termos do tesauro. Destaca-se que os tesauros devem ser utilizados como ferramentas de auxílio às pesquisas realizadas nas bibliotecas e, especialmente, de apoio ao processo de indexação realizado pelas equipes do Sistema de Bibliotecas UFF.

- **Problema de pesquisa**

Os tesauros podem melhorar a recuperação da informação, entretanto os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) precisam de diretrizes para serem construídos

[2] Disponível em: catalogobibliotecas.uff.br
[3] Disponível em: app.uff.br/riuff

adequadamente e atingirem o seu propósito. Carlan e Medeiros (2011, p. 56) relatam que a "construção de tesauros é uma tarefa difícil, que exige um esforço coletivo, pois as linguagens construídas são únicas em cada domínio do conhecimento e, portanto, sofrem constantes modificações à medida que as línguas evoluem". Posto isso, o desenvolvimento de diretrizes para a elaboração de tesauros facilitaria o trabalho das equipes nas bibliotecas.

Por ser um tipo de SOC complexo, o tesauro precisa de uma sequência de etapas para que sua construção seja a mais adequada possível ao contexto em que ele será inserido. Faz-se importante mencionar que, atualmente, o usuário do catálogo *on-line* é obrigado a digitar o assunto sem saber qual termo é utilizado pelo sistema. Essa situação não acontece somente na UFF, mas também em diversos catálogos *on-line* de bibliotecas, sendo um desafio que poderia ser resolvido através da implementação de tesauros. O tesauro permite a visualização de todos os termos utilizados pelas pessoas bibliotecárias na indexação e pode suprir essa lacuna do atual vocabulário sistematizado da instituição. Esse tipo de SOC pode melhorar a recuperação da informação, mas precisa de diretrizes para ser construído. Sendo assim, o problema de pesquisa que se faz pensar a partir destas questões é: quais são as diretrizes necessárias para a elaboração de tesauros nas bibliotecas universitárias da UFF?

Essa indagação surge devido à motivação desta pesquisa que se encontra no desejo de aperfeiçoar o trabalho técnico das pessoas bibliotecárias, evidenciando o papel desses profissionais como mediadores, interlocutores entre a informação e o pesquisador, e facilitando a produção de conhecimento na instituição por meio do acesso a um sistema de recuperação da informação preciso. Dessa forma, esse aperfeiçoamento causará melhorias na recuperação da informação no catálogo *on-line* da UFF pelas suas comunidades interna e externa.

Como fruto desse desejo, a participação, a partir de 2022, no Grupo de Trabalho de Terminologia, subordinado à CBI, cujo objetivo é discutir as questões que concernem ao trabalho de indexação no Sistema de Bibliotecas da UFF como políticas e manuais, evidenciou uma lacuna no ambiente de trabalho: a necessidade da criação de diretrizes que norteiam o trabalho de desenvolvimento de um tesauro.

Considera-se que o tesauro é um instrumento auxiliar que pode proporcionar uma recuperação da informação mais precisa do que a atual listagem de assuntos utilizada como vocabulário pelas bibliotecas. Essa listagem contém algumas brechas em sua estrutura, principalmente no que tange à visualização dos assuntos utilizados pelas pessoas bibliotecárias na indexação no momento anterior à pesquisa. A transparência na pesquisa é

fundamental para os pesquisadores e usuários do catálogo *on-line* da universidade pois facilita a compreensão das relações conceituais e a busca eficiente por informações específicas.

Ressalta-se que há um dinamismo nas categorias utilizadas pela humanidade e destaca-se a necessidade de constantes atualizações e adaptações, devendo o tesauro, assim como outros SOC, refletir essa dinâmica. A permanente revisão do tesauro se ampara na manutenção de sua relevância e eficácia, conforme o contexto em que está inserido, considerando a época da atualização, o local, e as mudanças na comunidade e na linguagem. Como a linguagem é viva, ela muda de acordo com a evolução da sociedade. Por exemplo, se hoje a sociedade brasileira utiliza o termo “pessoa escravizada” para se referir à pessoa submetida contra sua vontade à prática de escravidão, um tesauro que inclua um termo, que não deve mais ser utilizado, como "escravo", precisa ser analisado cuidadosamente e passar por atualizações.

- **Objetivos**

➢ **Geral**

O objetivo geral desta pesquisa é investigar as diretrizes para a elaboração de tesauros na Universidade Federal Fluminense.

➢ **Específicos**

Os seguintes objetivos específicos são necessários para a pesquisa:

1) identificar as teorias que podem consolidar o estabelecimento de diretrizes para a elaboração de tesauros;
2) descrever as normativas atuais para a elaboração de tesauros voltados para a representação de assuntos;
3) apresentar o contexto atual da representação de assuntos no Sistema de Bibliotecas da UFF;
4) enunciar as etapas para a elaboração de tesauros no contexto da UFF, a fim de estabelecer diretrizes consistentes.

O presente estudo está estruturado a partir desta introdução, seguida da metodologia utilizada na construção da pesquisa, do referencial teórico empregado como fundamento do estudo, a saber: Representação e recuperação da informação, Sistemas de Organização do Conhecimento e Análise de domínio. Em seguida apresenta-se a seção sobre a instituição estudada, a UFF. Após a apresentação da universidade, há uma seção que contém uma aplicação da análise de domínio para estudo da área da Economia. Tem-se, depois, uma seção com as diretrizes para elaboração de tesauros de acordo com as normas atuais, que formarão o produto final da pesquisa. Como fechamento da pesquisa, são apontadas as considerações

finais.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção, apresenta-se a metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa, detalhando tanto os procedimentos metodológicos gerais quanto as técnicas específicas utilizadas para a coleta de dados. Primeiramente, descreve-se a abordagem metodológica, fornecendo uma visão ampla do processo de pesquisa e os critérios que orientaram a escolha de tais abordagens. Em seguida, apresentam-se as técnicas de coleta de dados, com destaque para a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), que serviu como base para a construção das diretrizes e a análise das fontes relevantes para o estudo.

2.1 Abordagem metodológica

Cada pesquisa científica realizada adota uma abordagem metodológica para guiar o processo de busca e recuperação de seus resultados. Segundo Gil (2012, p. 26), a pesquisa pode ser definida como um "processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico", cujo principal objetivo é encontrar respostas para um problema, usando métodos científicos. As pesquisas podem ser classificadas de acordo com alguns critérios como área do conhecimento, finalidade, nível de explicação e métodos adotados (Gil, 2022).

Quanto à sua finalidade, a presente pesquisa é classificada como aplicada pois visa à aplicação imediata em uma realidade circunstancial (Gil, 2012), particularmente, no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF), desferindo os conhecimentos teóricos estudados em situações reais. Com isso, adquire-se conhecimento para a solução de um problema específico do cotidiano (Marconi; Lakatos, 2022).

De acordo com seu nível de explicação, a natureza desta pesquisa é descritiva, que descreve as características de determinado fenômeno, neste caso, do processo de representação temática da informação pelas pessoas bibliotecárias da UFF, e exploratória, explicitando as características de tesauros, proporcionando maior familiaridade com o problema em questão para torná-lo mais evidente aos leitores da pesquisa (Gil, 2022).

Conforme os métodos de investigação utilizados, a pesquisa pode ser considerada documental e bibliográfica, coletando informações em fontes especializadas que contivessem conteúdo sobre os princípios básicos e normas nacionais e internacionais para elaboração de tesauros. Outra preocupação foi a busca por instrumentos de representação, já publicados, contendo assuntos da área de Economia, domínio utilizado como exemplo nesta pesquisa. Os documentos pesquisados foram os esquemas de classificação, glossários especializados,

tesauros, além de documentos institucionais que abordassem o processo de representação temática da informação na UFF. O levantamento bibliográfico leva o pesquisador a ter uma ideia do que já foi publicado sobre o assunto pesquisado, propiciando a análise do assunto sob uma nova perspectiva ou recorte (Marconi; Lakatos, 2010). Esta etapa pode incluir uma ampla variedade de material publicado como livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos, etc. tanto em formato físico quanto em formato digital. Enquanto a pesquisa documental abrange todo tipo de documento como comunicações, boletins, regulamentos, relatórios, ou seja, tudo que for material interno da instituição (Gil, 2022).

E, segundo a natureza dos dados coletados, a pesquisa é de abordagem qualitativa, visando resultados relacionados à eficiência e eficácia da elaboração e uso de tesauros no meio científico em âmbito universitário, preocupando-se em explorar a complexidade e a riqueza dos contextos sociais, culturais e humanos. A característica das pesquisas qualitativas é que o problema da pesquisa "é resultado da imersão do pesquisador na vida e no contexto da população pesquisada" (Marconi; Lakatos, 2010, p. 295). O que caracteriza também esta pesquisa como um estudo de caso, onde há um levantamento profundo de determinado caso e seus aspectos.

Por fim, o método utilizado na análise dos dados é o método indutivo, utilizando-se proposições específicas para atingir uma conclusão geral. Segundo Marconi e Lakatos (2021, p. 96), a "indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal". Nesse sentido, os dados coletados de experiências específicas são analisados e tratados para a adequação ao campo empírico da pesquisa em conformidade com os seus objetivos.

2.2 Técnica de coleta de dados

Visando a consolidação da base teórica da pesquisa, os dados foram coletados por meio de análise de documentos que tratam a análise de domínio como metodologia possível para o mapeamento de um domínio do conhecimento na elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs), com foco na representação e recuperação da informação. Acredita-se que estes processos interligados requerem o uso de tais Sistemas para serem mais eficazes.

Dessa forma, de janeiro de 2024 a fevereiro de 2025, conduziram-se diversas pesquisas bibliográficas. A pesquisa mais recente, em fevereiro de 2025, se deu na ferramenta de busca Google Acadêmico para examinar o uso da metodologia de análise de domínio nas

áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação. A expressão de busca “análise de domínio” E “ciência da informação” foi utilizada, limitando os resultados nos últimos dois anos, 2023 e 2024, em qualquer idioma. Um total de 223 documentos foram recuperados, sendo 22 documentos relevantes para este estudo. Utilizou-se também, na mesma ferramenta de busca, a expressão de busca “análise de domínio” E “biblioteconomia”, com 167 documentos recuperados com o mesmo recorte temporal mencionado anteriormente, dos quais 37 documentos foram considerados relevantes.

Executou-se pesquisa também na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (*Scielo)* sobre a análise de domínio para verificação da sua utilização na Biblioteconomia e Ciência da Informação com a expressão de busca “análise de domínio”, no campo resumo, sem recorte temporal. Foram recuperados 24 artigos científicos, sendo 7 de revistas da área investigada e, portanto, relevantes para a pesquisa.

Na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), em maio de 2024, recuperaram-se 371 artigos científicos e trabalhos publicados em eventos, dos quais 33 foram pertinentes à pesquisa sobre Representação e recuperação da informação. As expressões de busca utilizadas foram “representação da informação”, com 108 documentos recuperados, e “recuperação da informação”, com 263 documentos recuperados, ambas com recorte temporal no ano de 2023 em qualquer idioma. Desses 263 documentos, 11 foram relevantes, e dos 108 documentos sobre representação da informação, 12 foram relevantes, totalizando os 33 documentos que auxiliaram no embasamento teórico desta pesquisa.

Em setembro de 2024, utilizou-se a Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) para recuperação de documentos que abordam os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) como assunto principal para dar base à presente pesquisa. Recuperaram-se 104 documentos, utilizando-se a expressão de busca "sistemas de organização do conhecimento", sendo 50 não relevantes e 54 relevantes, sem recorte temporal.

Quadro 1 - Expressões de busca utilizadas na construção do referencial teórico

Base de dados	Expressões de busca	Recorte temporal/de idioma	Documentos recuperados	Documentos relevantes
Google acadêmico	“análise de domínio” E “ciência da informação”	2023-2024/qualquer idioma	(fevereiro de 2025) 223	47
	“análise de domínio” E “biblioteconomia”	2023-2024/qualquer idioma	(fevereiro de 2025) 167	37

Scielo	“análise de domínio”	sem recorte	24	7
Brapci	“representação da informação” “recuperação da informação”	2023/qualquer idioma	108 263	12 11
BDTD	"sistemas de organização do conhecimento"	sem recorte	104	54

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

No Quadro 1 acima, são apresentadas todas as expressões de busca utilizadas no levantamento para constituir a parte teórica da pesquisa e o quantitativo dos documentos recuperados.

- **Etapas metodológicas**

Para a realização desta fase do estudo, foram utilizadas diversas etapas de pesquisa conforme consta no Quadro 2.

Quadro 2 - Etapas metodológicas da pesquisa

Objetivos específicos	Método de pesquisa
Apresentar o contexto atual da representação temática no Sistema de Bibliotecas da UFF	Observação participante
Identificar as teorias que podem consolidar o estabelecimento de diretrizes para a elaboração de tesauros	Pesquisa bibliográfica e documental
Descrever as normativas atuais para a elaboração de tesauros voltados para a representação de assuntos	Revisão Sistemática de Literatura
Enunciar as etapas para a elaboração de tesauros no contexto da instituição, a fim de estabelecer diretrizes consistentes	Método indutivo

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

O Quadro 2 mostra os métodos utilizados para atingir os objetivos específicos desta pesquisa. Empregaram-se o método de observação participante, pesquisas bibliográficas e documentais para construção do referencial teórico do presente estudo. Além disso, também

foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) com o uso do método indutivo para o desenvolvimento de uma parte dos resultados da pesquisa.

Quadro 3 - Etapas metodológicas dos resultados da pesquisa

Seções dos resultados	Métodos de pesquisa
Campo empírico	Pesquisa documental e observação participante
Estudo do domínio da Economia	Análise de domínio
Diretrizes para elaboração de tesauros	Método indutivo

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Alguns métodos foram utilizados nos resultados da pesquisa conforme consta no Quadro 3. Adotou-se, na seção 4, **Campo empírico**, a pesquisa documental no site institucional da UFF e do Sistema de Bibliotecas e a observação participante para relatar a atual situação da terminologia do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF). No método de observação participante, o pesquisador desempenha um papel ativo, integrando-se à vida da comunidade estudada e tornando-se um membro natural dela, especialmente quando já pertence à comunidade (Marconi; Lakatos, 2010).

Realizou-se também um estudo da área da Economia, aplicando-se a metodologia de análise de domínio de Birger Hjorland, para que os profissionais envolvidos no processo de representação temática tenham uma compreensão basilar de modo a representar tal domínio do conhecimento de forma coerente. Ressalta-se que para este estudo foram utilizadas três abordagens da análise de domínio. Estas três abordagens encontram-se apresentadas, por meio de seus aspectos teóricos, na seção 3, **Referencial teórico**, enquanto a descrição e resultados da aplicação desta metodologia encontram-se relatados na seção 5, **Estudo do domínio da Economia**.

Por fim, para apresentar as diretrizes para elaboração de tesauros, foi utilizado o método indutivo a partir das informações obtidas na RSL demonstrada a seguir.

- **Revisão sistemática de literatura**

De acordo com Kitchenham (2004, p. 1, tradução nossa), a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) é um "meio de identificar, avaliar e interpretar toda a pesquisa disponível relevante para uma questão de pesquisa específica ou alguma temática ou fenômeno de interesse". A RSL apresentada aqui será utilizada para fundamentar o conteúdo da seção 6, **Diretrizes para elaboração de tesauro** da presente pesquisa. Acredita-se que a utilização

desta metodologia proporcionará uma visão abrangente e fidedigna dos regulamentos usados na atualidade em estudos empíricos semelhantes ao que aqui se apresenta.

Ainda segundo Kitchenham (2004), as RSLs são caracterizadas pela definição de um protocolo de revisão que especifica a questão de pesquisa e os métodos que serão utilizados para realizar a revisão; pela definição e registro de estratégias de busca que servem para detectar o máximo possível de literatura relevante; pela exigência de critérios explícitos de inclusão e exclusão para avaliar cada estudo primário potencial; e pela especificação das informações a serem obtidas de cada estudo primário, incluindo critérios de qualidade pelos quais avaliar cada estudo primário (Kitchenham, 2004).

Esta RSL foi desenvolvida conforme Kitchenham e Charters (2007). Os autores estabelecem a revisão sistemática em três etapas principais: a) planejamento; b) condução; c) disseminação. Uma RSL se faz necessária quando pesquisadores desejam resumir todas as informações existentes sobre um determinado fenômeno de forma completa e imparcial (Kitchenham; Charters, 2007). Dessa forma, é possível realizar pesquisas a partir do conhecimento gerado pela RSL sobre o estado da arte de determinado fenômeno.

A primeira fase da revisão sistemática, o planejamento, envolve a definição de uma questão de pesquisa e a necessidade de um protocolo detalhado para relatar o processo e os métodos que serão aplicados na RSL. A identificação da questão de pesquisa orientará todo o desenvolvimento do estudo (Silva, 2019).

Questão de pesquisa da RSL

Quais são as normas nacionais e internacionais utilizadas atualmente na elaboração de tesauros em bibliotecas e quais são as suas orientações?

Protocolo de revisão

O protocolo desta revisão sistemática de literatura é estruturado da seguinte forma: Justificativa; Questão de pesquisa; Estratégias de busca; Critérios de elegibilidade; Procedimentos de seleção de estudos; Estratégia de extração de dados; Síntese dos dados extraídos; e Estratégia de disseminação da revisão.

A segunda fase da revisão, a condução, é composta pelo estabelecimento das estratégias de busca, pela definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos, pela seleção dos estudos e pela estratégia de extração de dados.

Estratégias de busca

a) Fontes de informação consultadas:

As bases de dados escolhidas para realização das buscas foram a OasisBR, a Plataforma Sucupira, Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD) e o Google acadêmico.

b) Expressões de busca utilizadas:

As seguintes expressões de busca foram utilizadas nas bases de dados consultadas: norma" E tesauro, ABNT E tesauro, "Associação Brasileira de Normas Técnicas" E tesauro, ISO AND thesaur*, "norma brasileira" E "tesauro", "standard" AND "thesaur*", "construção de tesauro", "criação de tesauro", "desenvolvimento de tesauro", "elaboração de tesauro".

c) Recorte temporal: 5 anos

Como a questão de pesquisa desta RSL visa saber qual o estado da arte do uso de normas nacionais e internacionais na elaboração de instrumentos terminológicos, utilizou-se como filtro de período de publicação dos estudos os últimos cinco anos, de 2020 a 2024.

Critérios de elegibilidade

Trata-se da definição dos critérios de inclusão e exclusão de estudos para a seleção de documentos relevantes. Nesta RSL, utilizam-se os seguintes critérios: tipo de documento; relevância temática; período de publicação; idioma; base de dados; acesso ao texto completo; e duplicidade de documentos.

Critérios de inclusão de documentos:

- Tipo de documento - inclui trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses
- Relevância temática - inclui estudos que abordam explicitamente o uso de normas na construção de tesauros
- Período de publicação - inclui estudos publicados nos últimos 5 anos (2020 a 2024)
- Idioma - inclui publicações em português, espanhol e inglês
- Base de dados - inclui estudos recuperados no Google Acadêmico, na Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD), na Plataforma Sucupira e no portal Oasisbr
- Acesso ao texto completo - inclui trabalhos disponíveis integralmente para análise detalhada do conteúdo

Critérios de exclusão de documentos:

- Duplicidade de documentos: exclusão de duplicatas
- Indisponibilidade do texto completo: exclusão de documentos cujo texto não se encontra completo no endereço eletrônico recuperado

Procedimentos de seleção de estudos

Utilizam-se *softwares* de gerenciamento de referências como o Mendeley e o Zotero para auxiliar na seleção dos estudos por meio da leitura de títulos, resumos e metodologias primeiramente, e, posteriormente, a leitura mais profunda dos textos pré-selecionados.

Estratégia de extração de dados

Definem-se as informações que serão extraídas dos resultados (ex.: autores, ano, metodologia, principais achados), utilizando-se de planilhas do Excel e do software de gerenciamento de referências Mendeley como apoio para coleta de dados.

A terceira parte da RSL é a sumarização, uma síntese dos dados encontrados. Nela, são apresentadas as informações quantitativas e qualitativas relevantes extraídas dos estudos selecionados.

Síntese dos dados extraídos

Apresentam-se os resultados da revisão de forma descritiva e/ou estatística, a discussão das principais implicações dos resultados e as limitações da revisão (idioma, recorte temporal).

Estratégia de disseminação da revisão

Menciona-se a forma com que a Revisão Sistemática de Literatura será disseminada no meio científico.

Faz-se importante ressaltar que os resultados desta revisão sistemática de literatura são apresentados na Seção 6, **Diretrizes para elaboração de tesauros**, desta dissertação.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A informação é essencial no dia a dia das pessoas, sendo o seu valor, como insumo para qualquer atividade, seja uma decisão econômica, um processo cultural, um processo de aprendizagem ou uma pesquisa científica, diretamente associado ao seu potencial de orientar todos esses processos de forma econômica no contexto da sociedade da informação (Marcondes, 2001, p. 61). A partir deste pensamento, evidencia-se a necessidade de construção de instrumentos que facilitem a chegada da informação de forma rápida e eficaz ao pesquisador. Para subsidiar este argumento, as subseções a seguir apresentam os fundamentos teóricos considerados relevantes para este estudo.

Dessa forma, identificou-se a necessidade de apresentar um quadro introdutório com os principais conceitos que serão fundamentais para o embasamento teórico desta dissertação, bem como os autores e comentadores que os desenvolvem ou discutem. Esse panorama inicial pode ser visualizado a seguir:

Quadro 4 - Principais conceitos do referencial teórico

Conceito	Definição
Recuperação da informação	Campo de estudo que se preocupa com a descrição da informação, a especificação de busca e os sistemas e técnicas utilizados para localizar uma informação (Mooers, 1951).
Representação da informação	Realizada por meio da catalogação, indexação, classificação, elaboração de resumos, gestão de registros bibliográficos e criação de bases de dados bibliográficas, de forma padronizada, com a finalidade de recuperar a informação contida em um recurso informacional (Guinchat; Menou, 1994). Substituição de uma entidade linguística longa e complexa por uma descrição abreviada (Novellino, 1996).
Sistema de Organização do Conhecimento	Instrumentos que dão suporte à sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação (Moraes, 2017). Ferramentas que consistem em termos, conceitos e relações semânticas entre eles (Broughton; Hansson; Hjorland; López-Huertas, 2005). Sistemas relacionados à organização de registros bibliográficos, também chamados de ferramentas semânticas, que representam um conjunto de conceitos com mais ou menos informações enriquecidas sobre suas relações semânticas (Hjorland, 2007). Instrumentos que possibilitam a organização de estruturas semânticas de domínios de conhecimento e exigem normas e metodologias adequadas para a sua construção e atualização conforme finalidades e aplicações específicas (Boccato, 2011).
Tesauro	Vocabulário controlado e estruturado em que conceitos são

	representados por termos organizados de forma que as relações entre os conceitos são explícitas e os termos preferidos são acompanhados de sinônimos ou quase sinônimos (International Organization for Standardization, 2011). Conjunto de termos que representam os conceitos e as relações hierárquicas, equivalentes e associativas entre eles (Zeng, 2008).
Análise de domínio	Estudo dos aspectos teóricos de dado entorno, geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores", permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos a partir da interação entre a informação e uma comunidade científica (Smiraglia, 2011).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Salienta-se que as definições apresentadas tratam-se de conceitos núcleos da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação e que foram retiradas principalmente de obras clássicas.

3.1 Representação e recuperação da informação

A Organização da Informação (OI), geralmente associada à Organização do Conhecimento (OC), preocupa-se com a proposição de princípios e métodos que podem representar o conhecimento registrado como informação. A criação de métodos e instrumentos para representar a informação é operacionalizada através de atividades como a indexação, a produção de resumos e a construção de linguagens documentárias (Kobashi, 2007). Em sistemas e unidades de informação, como as bibliotecas, representa-se a informação para que a mesma possa ser recuperada pelos usuários. Se não há representação, não há recuperação. O termo **recuperação da informação**, definido por Mooers em 1951, indica que esse campo de estudo se preocupa com a descrição da informação, a especificação de busca e os sistemas e técnicas utilizados para localizar uma informação (Mooers, 1951 *apud* Congelian; Torino; Santarém Segundo; Vidotti, 2023).

Ferneda (2003) define a recuperação da informação como o ato de identificar, em um conjunto de documentos de um sistema, quais documentos atendem às necessidades informacionais dos usuários. Nesse contexto, um dos serviços essenciais da biblioteca, que permite o encontro do usuário com o documento, ou seja, a recuperação da informação, é o tratamento da informação. Essa atividade objetiva "descrever os documentos tanto do ponto de vista físico (características físicas dos documentos) quanto do ponto de vista temático (ou de descrição do conteúdo)" (Dias, 2006, p. 67). Para que esse tratamento ocorra, faz-se necessária a criação e manutenção de linguagens, como os esquemas de classificação,

tesauros e códigos de catalogação. Para Medeiros e Café (2008), a recuperação da informação é um produto da OI que procura descrever elementos informacionais que representam um documento. Ademais, a recuperação da informação está relacionada aos processos que envolvem o acesso à informação e a eficácia do acesso de forma adequada, dependendo da necessidade informacional do usuário (Almeida; Dias, 2023, tradução nossa). Segundo Cardoso (2004), a recuperação da informação é uma área que tem origem na Ciência da Computação e se preocupa com o armazenamento e a recuperação de documentos.

Na Ciência da Informação, percebe-se que a recuperação da informação é estudada pela perspectiva centrada no usuário que estuda o comportamento do usuário, tenta entender suas necessidades primárias, e determina como esse entendimento afeta a organização e a operação do sistema de recuperação da informação (Baeza-Yates; Ribeiro-Neto, 2013, p. 2). De acordo com Almeida e Dias (2023, p. 3, tradução nossa), o acesso à informação depende desses sistemas de recuperação da informação "que processam as buscas realizadas, por meio da verificação dos resultados apresentados em uma lista de documentos". Dessa forma, os autores afirmam que a recuperação da informação fornece acesso à produção intelectual no âmbito científico (Almeida, Dias, 2023). Entretanto, para que esse acesso seja concedido, as informações contidas nos documentos precisam ser representadas no sistema de recuperação da informação.

O tratamento da informação é o processo responsável pela realização da representação da informação contida no documento. Ele é composto pela representação de elementos conceituais essenciais dos documentos e relacionados ao domínio do conhecimento pesquisado (Moraes; Almeida; Campos; Gomes, 2023). De acordo com Guinchat e Menou (1994), a **representação da informação** é realizada por meio da catalogação, indexação, classificação, elaboração de resumos, gestão de registros bibliográficos e criação de bases de dados bibliográficas, de forma padronizada, com a finalidade de recuperar a informação contida em um recurso informacional.

Além disso, Andrade (2006, p. 60) afirma que é preciso ter em mente que a representação consiste em um conceito sociocultural constituído nas relações entre os homens e que nessas relações são estabelecidos "jogos de linguagens que trazem em seu bojo traços linguísticos e não linguísticos, como os participantes da linguagem, os objetos, as ações humanas, o contexto". Wittgenstein (1992 *apud* Saldanha, 2018) chama de jogos de linguagem as formas de linguagem com que a criança começa a usar as palavras, ou seja, são as formas primitivas de linguagem. Os jogos de linguagem são o conjunto da linguagem e das atividades que estão interligadas a ela (Wittgenstein, 1989). A partir deste pensamento,

Saldanha (2018, p. 84) observa que, através de jogos de linguagem, pode-se "conceber problemas filosóficos como questões cotidianas passíveis de resoluções, e não problemas mentais privados ou externos, que se distanciam dos dias dos homens". É com esse olhar que se considera que um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) como o tesauro pode sanar, de forma mais adequada, as necessidades informacionais dos usuários das bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF), uma questão cotidiana das bibliotecas.

Esse processo de representação pode ser entendido como uma substituição de uma entidade linguística longa e complexa por uma descrição abreviada (Novellino, 1996). A representação da informação envolve a análise de assunto de um documento e a transformação dessa análise em uma expressão linguística com atribuição de conceitos ao documento que está sendo representado (Novellino, 1996). E, portanto, pode ser considerada como parte fundamental na tarefa de garantir a recuperação de um item informacional (Andrade; Andrade, 2023). A utilização de instrumentos que auxiliam o processo de representação é essencial para o cotidiano das pessoas bibliotecárias nas unidades de informação em que exercem o tratamento informacional. Observa-se que devido à importância da recuperação da informação houve ao longo dos anos um desenvolvimento substancial nos métodos de representação e organização, percebido através da existência de diferentes SOCs.

Para Broughton (2006), a utilização dos SOCs para representação da informação possibilita a obtenção de uma recuperação mais efetiva e consistente, pois os instrumentos como os cabeçalhos de assuntos, taxonomias, sistemas de classificação, dentre outros, permitem organizar o conhecimento a partir de relações hierárquicas; e os tesauros, redes semânticas e ontologias, além de utilizarem as hierarquias, também utilizam as relações associativas e incluem as propriedades (características) do conhecimento a ser representado.

3.2 Sistemas de Organização do Conhecimento

O termo **Sistema de Organização do Conhecimento** (SOC), traduzido do inglês *Knowledge Organization System* (*KOS*), surgiu em 1998, foi proposto pelo grupo de trabalho denominado *Networked Knowledge Organization Systems Working Group*, na Conferência da *ACM Digital Libraries*, em Pittsburgh, Pennsylvania (Hodge, 2000). O conceito de SOC abrange instrumentos como os sistemas de classificação, listas de autoridade, anéis de sinônimos, listas de cabeçalhos de assunto, taxonomias, tesauros, ontologias, entre outros,

sendo empregado também por Soergel (2001), ao analisar as normas dos instrumentos de Organização do Conhecimento (Souto, 2024). Carlan e Medeiros (2011, p. 55) informam que SOC é "uma denominação nova para as linguagens documentárias que agregam elementos incorporados nas inovações tecnológicas da era digital". Os SOCs se caracterizam por serem instrumentos que dão suporte à sistematização da organização do conhecimento para sua recuperação (Moraes, 2017).

Nesse sentido, conforme Carlan (2010), os SOCs designam instrumentos que traduzem os conteúdos dos documentos originais para um esquema estruturado sistematicamente, representando esse conteúdo, primeiramente, com a finalidade de organizar a informação e o conhecimento e, consequentemente, facilitando a recuperação da informação. Segundo a autora ainda, os SOCs contribuem na diminuição do abismo na comunicação entre pesquisadores, bancos de dados e documentos armazenados (Carlan, 2010). Essa situação permite que a produção de conhecimento seja facilitada e a comunicação científica alcance um quantitativo cada vez maior e mais diverso de pesquisadores.

De acordo com Broughton, Hansson, Hjorland e López-Huertas (2005), os SOCs são considerados ferramentas que consistem em termos, conceitos e relações semânticas entre eles. Os autores chamam de tipos de SOCs os registros bibliográficos, sistemas de classificação bibliográfica, tesauros, as redes semânticas, listas de cabeçalho de assunto, mapas bibliométricos, sistemas arquivísticos, ontologias e mapas conceituais. Esses sistemas podem ser universais, abrangendo todos os domínios de conhecimento, ou podem ser limitados a alguns domínios ou tipo de documento (Broughton; Hansson; Hjorland; López-Huertas, 2005, tradução nossa). Corroborando com essa conceituação, Hjorland (2007) refere-se aos SOCs como ferramentas que apresentam a interpretação organizada de estruturas do conhecimento, também chamados de ferramentas semânticas.

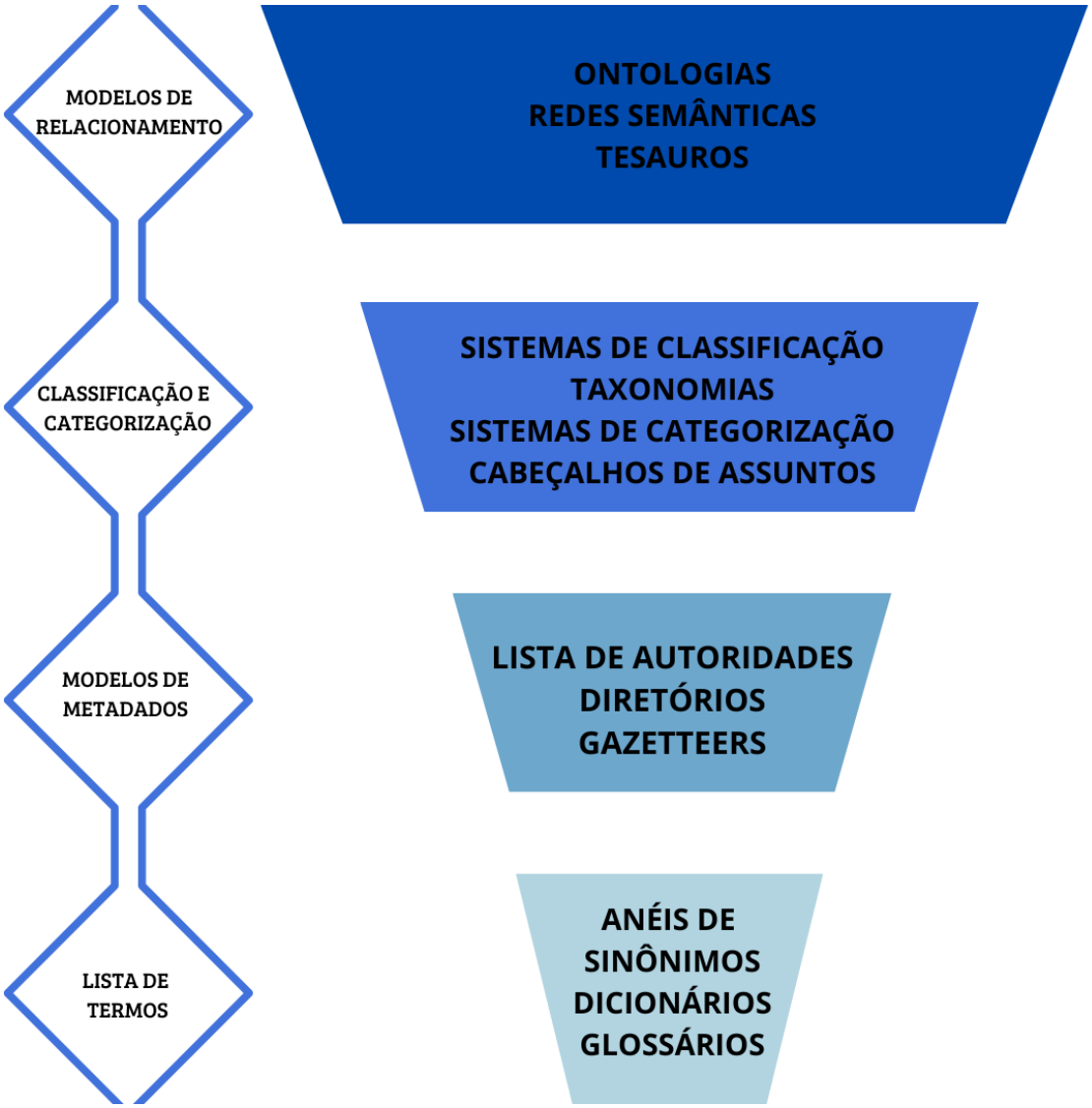
Hodge (2000) agrupa os SOCs em três categorias: 1) Listas de termos: englobam as listas de autoridades que são listas de termos usadas para controlar as variações de nomes para entidades, como nomes de países, indivíduos ou instituições; os glossários que são listas de termos geralmente com definições, sobre um assunto ou documento; os dicionários que são listas alfabéticas de palavras com suas respectivas definições em determinado idioma ou domínio, sendo o seu escopo mais geral que o dos glossários; e os *gazetteers* que são listas de nomes de lugares e acidentes geográficos, tais como cidades, rios, vulcões. Quando georreferenciados, os *gazetteers* apresentam as coordenadas para a localização de lugares na superfície da Terra. 2) Classificações e categorias: reúnem os SOCs que enfatizam a criação de classes de assuntos, compreendendo as listas de cabeçalhos de assunto que são conjuntos

de termos controlados que representam os assuntos de uma coleção; os esquemas de classificação, taxonomias ou esquemas de categorização que, apesar de possuírem pequenas diferenças, são esquemas que dividem as entidades em classes mais gerais. Entretanto, os esquemas de categorização são geralmente usados para reunir os termos de tesauros em tópicos e as taxonomias são usadas em modelos orientados a objeto e em sistemas de gestão do conhecimento, para apresentar grupos de objetos baseados em características particulares de forma hierárquica. 3) Listas de relacionamentos: agrupam os SOCs que privilegiam a conexão entre termos e conceitos, compreendendo os tesauros que são conjuntos de termos que representam conceitos e as relações de equivalência, hierárquicas e associativas que se estabelecem entre eles; as redes semânticas que são estruturas de conceitos e termos em forma de rede ou teia, onde os conceitos são nós e os relacionamentos expandem-se a partir dos nós; e as ontologias que são estruturas de conceitos com a representação dos relacionamentos complexos entre eles, incluindo regras de inferência e axiomas.

Apesar dessa classificação ser amplamente aceita na Ciência da Informação, as autoras Carlan e Medeiros (2011) discutem a inclusão das listas de autoridades, dos dicionários, glossários e *gazzeteers* como SOCs uma vez que as listas de autoridades, apesar de serem instrumentos de organização e recuperação da informação, não realizam a representação em nível conceitual, e os outros delimitam conceitos, apresentando alguns tipos de relações conceituais, como as de equivalência e associativas, porém não são instrumentos elaborados com a finalidade de organizar e recuperar a informação (Carlan; Medeiros, 2011).

Zeng (2008) contribui para a compreensão dos níveis de complexidade de cada SOC agrupando-os em quatro grupos: listas de termos, modelos de metadados, classificação e categorização, e modelos de relacionamentos (Figura 1).

Figura 1 - Nível de complexidade de Sistemas de Organização do Conhecimento



Fonte: Adaptado de Zeng (2008).

No grupo de listas de termos, estão compreendidos os glossários e dicionários que eliminam ambiguidades e os anéis de sinônimos que controlam os sinônimos; no grupo de modelos de metadados, encontram-se os *gazetteers*, os diretórios e as listas de autoridades que eliminam ambiguidade e controlam sinônimos; no grupo de classificação e categorização, tem-se as listas de cabeçalhos de assuntos, os sistemas de categorização, as taxonomias e os sistemas de classificação que eliminam ambiguidade, controlam sinônimos e estabelecem relações hierárquicas entre os termos; e no grupo de modelos de relacionamentos, há os tesauros, as redes semânticas e as ontologias que exercem todas as funções que os outros grupos de SOC realizam, com acréscimo do estabelecimento de relações associativas, no caso dos tesauros, e de apresentação de propriedades dos conceitos nas redes semânticas e ontologias (Zeng, 2008).

Destaca-se ainda que cada tipo de SOC é projetado para atender necessidades específicas de organização, busca e recuperação da informação em diferentes contextos. Wittgenstein (1989, p. 31) defende que "ao se denominar uma coisa, nada ainda está feito". Ou seja, a não ser que haja um jogo de linguagem, um contexto, aquela denominação não terá sentido algum. Por isso, a escolha do tipo adequado de SOC depende do objetivo a ser alcançado com ele e do domínio ao qual será aplicado. Nesse sentido, Hodge (2000) salienta que é necessário o estudo do ambiente onde o SOC será aplicado para que seja possível desenvolver um sistema apropriado que supra as necessidades de organização, representação e recuperação da informação do ambiente em questão. De acordo, Carlan e Medeiros (2011) afirmam que a infraestrutura que apoia o desenvolvimento dos SOCs além de demandar uma análise das necessidades dos usuários dos sistemas, ela precisa também da identificação do tipo de SOC apropriado e do desenvolvimento do hardware e do software adequados à arquitetura de rede do sistema, sua integração e manutenção.

Da mesma maneira, Lara (2015, p. 90) afirma que "cada um a seu modo, busca agrupar objetos explorando seus graus de profundidade semântica, níveis de estruturação, dimensões e propósitos, muitas vezes recorrendo a recursos de visualização". Pode-se afirmar, então, que os SOCs visam a eficiência no processo de recuperação de informação, por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos de indexação e organização da informação (Santos, 2020).

É importante mencionar que os SOCs permitem a representação temática de recursos informacionais impressos e eletrônicos, que são armazenados em acervos físicos de bibliotecas tradicionais ou em bibliotecas digitais ou virtuais disponíveis na Internet (Boccato, 2011). De acordo com a autora, eles são instrumentos que possibilitam a organização de estruturas semânticas de domínios do conhecimento e exigem normas e metodologias adequadas para a sua construção e atualização conforme finalidades e aplicações específicas (Boccato, 2011). As bases teórico-metodológicas desses sistemas e sua utilidade "são constantemente desafiadas pelo aumento progressivo da produção científica e cultural, culminando na reavaliação de sua capacidade de atendimento às novas necessidades de informação" (Albernaz, 2023). Ou seja, se as necessidades informacionais dos usuários de determinado SOC mudam, o sistema deve acompanhar essas alterações seja por meio de aperfeiçoamento ou por migração para outro tipo de SOC.

Para Soergel (2009), os SOCs são usados pelas pessoas para encontrar e entender as informações, apoiando as buscas ao apresentarem estruturas de conceitos significativas. Eles

também podem ser usados por programas de computador para raciocinar sobre os dados (Soergel, 2009).

Com base nessa perspectiva funcional dos SOCs, torna-se imprescindível considerar os princípios que orientam sua construção, especialmente no que diz respeito à seleção e estruturação dos conceitos que os compõem. Nesse contexto, destaca-se o princípio da garantia literária, cuja aplicação assegura que as decisões conceituais estejam ancoradas na literatura especializada dos domínios representados, contribuindo para a credibilidade e a precisão dos SOCs.

Ressalta-se que o princípio da garantia literária deve estar atrelado aos conceitos e suas relações semânticas no desenvolvimento dos SOCs. Esse princípio implica que as decisões para a inclusão de uma classe em uma classificação, a definição de conceitos ou o estabelecimento de relações entre os conceitos e uma classe devem estar baseadas na literatura científica dos domínios de conhecimento que serão representados (Broughton; Hansson; Hjorland; López-Huertas, 2005).

Zamboni (2018) faz uma análise identificando os conceitos das garantias utilizadas na literatura da área, apresentando alguns tipos de garantias com suas respectivas definições. As garantias existentes se embasam na terminologia enquanto metodologia para refletir e construir meios para assegurar suas respectivas preocupações (Sundström, 2021). Conforme Zamboni (2018), essas garantias necessitam ser superadas dentro dos SOCs. Nesse sentido, Barité (2018) informa que tais garantias como a garantia do usuário, a garantia cultural, a garantia acadêmica e a garantia organizacional, assim como a literária, devem participar do complexo processo de elaboração de estruturas conceituais, especialmente na seleção de termos e no estabelecimento das relações entre eles.

Em relação ao tratamento temático da informação, há grande preferência do uso de tesauro ao invés de esquemas de classificação quando o interesse está na recuperação e organização do conhecimento (McIlwaine, 2003). Em concordância a esse pensamento, Dodebei (2014) relata que o tesauro começou a ser utilizado na Ciência da Informação, no processo de recuperação da informação, como um instrumento que transporta conceitos e suas relações mútuas, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas. Surgiu da necessidade de tratar uma quantidade enorme de documentos especializados (Gomes, 1990). Fujita, Branco e Alves (2020) apresentam um mini histórico do surgimento do tesauro.

> Currás (2010) explica que em meados de 1940 as bibliotecas e centros de documentação especializados encontravam dificuldades de identificação e localização de informações, tornando-os obsoletos. A resposta para este problema foi a flexibilização da representação dos assuntos pelo surgimento em fins da década

> de 1950 do tesauro com sua estrutura sistemática. Neste período os tesauros experimentaram grande evolução teórica e metodológica e passaram a ser utilizados pela Ciência da Informação nos processos de indexação e de recuperação da informação, como o instrumento que reúne um conjunto controlado de termos de um determinado domínio. Dotado de relações sintáticas e semânticas entre termos, o tesauro permite que a linguagem utilizada nos documentos seja traduzida em uma linguagem mais estrita. (Fujita, Branco, Alves, 2020).

Ou seja, o tesauro teve origem na necessidade de se manipular grande quantidade de documentos especializados, assim trabalhando-se com vocabulário mais específico e estrutura mais articulada e integrada do que a estrutura presente nos cabeçalhos de assunto que possuem remissivas e referências cruzadas tipo 'ver' e 'ver também' (Moreira; Moura, 2006). É importante destacar que o **tesauro** é um vocabulário controlado e estruturado em que conceitos são representados por termos organizados de forma que as relações entre os conceitos são explícitas e os termos preferidos são acompanhados de sinônimos ou quase sinônimos (International Organization for Standardization, 2011).

De acordo, Cunha e Cavalcanti (2008, p. 362) apresentam o tesauro como um "vocabulário controlado e dinâmico de descritores relacionados semântica e genericamente, que cobrem de forma extensiva um ramo específico de conhecimento". Objetivamente, Zeng (2008) define o tesauro como um conjunto de termos que representam os conceitos e as relações hierárquicas, equivalentes e associativas entre eles. Essa mesma definição pode ser encontrada na Enciclopédia da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO), uma ferramenta de referência na área da Organização do Conhecimento.

Segundo Foskett (1972), o principal objetivo do tesauro é o controle terminológico. Suas principais funções são: controlar sinônimos e quase sinônimos, distinguir homógrafos, e "reunir ou ligar termos cujos significados apresentem uma relação mais estreita entre si" como as relações hierárquicas e associativas (Lancaster, 2004, p. 19). Fujita, Branco e Alves (2020) observam que além do tesauro precisar ter uma linguagem controlada, com base na linguagem dos documentos e na terminologia de uma área do conhecimento, ele também deve se basear nas necessidades de informação dos usuários, que são expressas em sua linguagem de busca no sistema de informação conforme seus perfis de interesse.

Ademais, é importante ressaltar que

> um tesauro, como todo instrumento terminológico de tratamento e recuperação de informação e que tem por finalidade a representação de universos de conhecimento, é dinâmico, e uma vez organizado necessitará de manutenção e atualização. Desta forma, é importante que se estabeleça sempre um cronograma de revisões para a avaliação das propostas de inclusão, retirada e modificação de termos e relações e que se estabeleça também, um padrão para que a equipe responsável pela atualização possa apresentar tais propostas. (Fujita; Moreira, 2021, p. 92).

São características indispensáveis a um tesauro: a inclusão do máximo de termos possíveis que podem representar um mesmo conceito; a representação de toda relação hierárquica e associativa entre os termos; a visualização para os usuários da estrutura completa dos termos do vocabulário. Dessa forma, constrói-se uma lista de todos os termos e suas relações, geralmente organizados alfabeticamente, para uma recuperação mais rápida de determinado termo (Hjorland; Gnoli, 2021).

A norma ISO 25964-1 (2011) relata que o tesauro é geralmente restrito a qualquer significado que atenda às necessidades de um sistema de recuperação de forma mais eficaz, ou seja, de forma que os usuários encontrem as informações com rapidez e precisão. A Norma diz que a estrutura do vocabulário com suas relações hierárquicas permite a compreensão do significado de determinado termo, porém quando esse significado não estiver bem explícito, pode-se acrescentar uma nota de escopo para o termo.

Dessa forma, para que um tesauro represente os assuntos estudados e pesquisados em uma universidade, seria imprescindível que todos os termos do vocabulário possuíssem uma nota de definição, adicionando ao tesauro um teor educativo já que seu contexto é o educacional, além da sua função como auxílio nas pesquisas no sistema de recuperação da informação utilizado pela instituição. Lima e Maculan (2017) defendem que a elaboração do tesauro deve prever a definição dos termos descritores preferidos. Como fundamento do pensamento anterior, as definições são apresentadas pela norma ISO 704 (2022) como fundamentais para o trabalho terminológico, pois é através delas que os objetos são compreendidos como conceitos.

As diversas características e classificações quanto ao tesauro podem ser vistas em Currás (2010), que se detém em estudar as classes e tipos de tesauros. Ela cita algumas classificações do tesauro quanto ao seu nível de abrangência, sendo gerais e especializados, quanto aos relacionamentos de disciplinas distintas sendo eles multidisciplinares e monodisciplinares, quanto à inclusão de temas, podendo ser tesauros principais e auxiliares ou marginais, quanto à ordenação sistemática, podem ser alfabéticos e sistemáticos, em relação à sistematização podem ser classificados como hierárquicos, facetados e gráficos, e sua estrutura deve ser composta de uma parte alfabética, sistemática e/ou gráfica (Currás, 2010).

Destaca-se ainda, no processo de elaboração de SOCs, a necessidade de fundamentação em garantias que respaldam a seleção dos termos que serão estruturados e que representarão o domínio analisado. Zamboni e Francelin (2016, p. 8) ressaltam que no campo da Organização do Conhecimento (OC) “o termo ‘garantia’ (warrant, em inglês) é utilizado para designar o embasamento que respalda a elaboração e a utilização de um sistema de

organização e representação da informação e do conhecimento". Assim, o termo carrega consigo os significados de "autorização, certificação, sanção, validação, justificativa, razão, embasamento", e noções de aprovação e de qualidade (Zamboni; Francelin, 2016, p. 8).

Dentre as garantias utilizadas no campo da OC como apoio para elaboração de SOCs estão as garantias literária, do usuário, cultural, terminológica, organizacional, educacional, documental, semântica, acadêmica, autopoiética, estrutural, filosófica (Miranda, 2024; Minho, 2024; Moura, 2024; Morais, 2024; Cruz, 2024; Romeiro, 2024; Vilela, 2024; Souto, 2024; Ribeiro, 2024; Rosado, 2024; Cavalcante, 2023; Ferreira, S., 2023; Xavier, 2023; Gomes, 2023; Brito, 2022; Craveiro, 2022; Trivelato, 2022; Caetano, 2022; Vitoriano, 2021; Barbosa, 2021; Tolare, 2021; Biscalchin, 2021; Ferreira, 2020; Prado, 2020; Vitorini, 2020). Para compreensão da importância das garantias como ferramentas de validação dos termos, a definição de cada uma pode ser visualizada no Quadro 5.

Quadro 5 - Definição das garantias que podem ser utilizadas na seleção de termos.

Garantia	Definição
Garantia literária	Segundo Barité (2007), a garantia literária deve ser vista como um princípio orientado pelo consenso da comunidade científica sobre o uso da linguagem.
Garantia do usuário (Garantia de uso ou Endosso do usuário)	Segundo a ANSI/NISO (2005, p. 167, tradução nossa), a garantia do usuário tem em conta os "[...] frequentes pedidos de informação sobre o conceito ou pesquisas de texto livre sobre o termo por usuários de um sistema de armazenamento e recuperação de informações".
Garantia cultural	A garantia cultural "significa que qualquer forma de representar o conhecimento ou sistema de organização só pode ser amplamente adequada e útil para os indivíduos em alguma cultura se for baseado nas suposições, valores e proposições dessa mesma cultura" (Beghtol, 2002, p. 511, tradução nossa). A garantia cultural é uma maneira de reforçar as relações semânticas nos SOC, mas a sua inclusão nas estruturas conceituais demanda atenção a questões éticas, pois não se pode representar uma cultura tomando como critério a parcialidade ou subjetividade (Gracioso, 2010).
Garantia terminológica	A garantia terminológica sugere apelar aos termos usados pelos escritores mais reconhecidos de uma área para nomear os conceitos mais representativos, o que, por esse motivo, se aproxima mais da garantia da literatura (Barité, *et al*., 2010).
Garantia organizacional	A garantia organizacional abrange a identificação da forma ou das formas dos termos preferidos pela organização em que se desenvolve o vocabulário controlado (ZENG, 2005 *apud* GUEDES, 2016, p. 83).
Garantia educacional	A garantia educacional, segundo Beghtol (1986), está ancorada nos diferentes tipos de necessidades informacionais de indivíduos e

	estabelecidas em consonância com um conjunto de valores educacionais.
Garantia documental	Para Dias (2015, p.14) a garantia documental especifica um dos princípios dos sistemas de classificação cujo enunciado sugere que qualquer tabela de classificação ou toda a estrutura de conceitos deve ser apoiada pelas características, especificidade, abordagens e terminologia com que é tratada a disciplina na documentação corrente, em vez de considerações ou postulados teóricos.
Garantia semântica	A garantia semântica de um sistema fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação vai ser útil e significativo (Beghtol, 1986, p. 111).
Garantia acadêmica	A garantia acadêmica "é consistente com o consenso científico e filosófico e baseia-se na autoridade da academia e de pesquisa" (Guedes; Moura, 2016, p. 83).
Garantia autopoiética	No contexto das folksonomias, a autoridade é criada dentro do sistema e os usuários do sistema, de forma autorreferencial, estabelecem os termos e classes a serem incluídos. Nesse caso, a autoridade do sistema emergiria de seu uso (Martinez-Ávila; Budd, 2017, p. 701).
Garantia estrutural	A garantia estrutural possibilita a incorporação de termos úteis para tornar a estrutura da linguagem mais funcional (Svenonius, 2000).
Garantia filosófica	A garantia filosófica pode ser assimilada enquanto a influência admitida na utilização da literatura científica como primeira a respaldar os processos de utilização e elaboração de vocabulários e linguagens, pois essa agrega e divulga os construtos filosóficos, principalmente, aqueles que desvendam os aspectos ontológicos e seu papel na atribuição de redes, modelos e relações conceituais (Morais, 2024).

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Destaca-se que a escolha de uma ou mais garantias dará maior embasamento e credibilidade à elaboração do SOC.

3.3 Análise de domínio

Todo estudo científico se baseia em teorias que são elaboradas como consequência de anos de pesquisa. De acordo com Guimarães (2014), a **análise de domínio** é uma dessas teorias, sendo muito importante para o desenvolvimento de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). A análise de domínio foi elencada por Hjørland e Albrechtsen (1995), que pensaram nas necessidades informacionais dos usuários sob uma perspectiva social e

coletiva. Ela enfatiza o contexto, em uma perspectiva sociológica, minimizando o indivíduo, considerado na perspectiva cognitivista (Guimarães, 2014).

Hjørland (2002) defende a utilização da abordagem analítica no tratamento de qualquer domínio de conhecimento. Isso implica dizer que o autor defende a utilização dessa abordagem na construção de SOCs com o foco em determinadas áreas, por exemplo, a contribuição na elaboração e atualização de sistemas de classificação universais. Para Morais (2018), as práticas de representação e organização, ao serem trabalhadas em domínios específicos, podem detectar características complementares e inter-relacionadas de requisitos fundamentais para o estabelecimento da comunicação dentro desse domínio. Nesse sentido, a abordagem analítica é considerada adequada para a representação de um domínio de conhecimento.

A análise de domínio permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e se socializa (Guimarães, 2014). Essa metodologia torna possível a verificação do que é efetivamente importante ou significativo em um dado campo, onde aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos podem ser identificados e analisados (Danuello, 2007).

De acordo com Smiraglia (2011, p. 1, tradução nossa), a análise de domínio é caracterizada pelo "estudo dos aspectos teóricos de dado entorno, geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores", permitindo o desenvolvimento de novos conhecimentos a partir da interação entre a informação e uma comunidade científica. Esse estudo através de análise de literatura e de comunidades científicas aumenta a qualidade da representação de um domínio uma vez que considera a comunicação oral e escrita entre pesquisadores, uma prática constante e extremamente necessária para a evolução de qualquer ciência.

Alguns conceitos são importantes para a compreensão da análise de domínio. Domínio de conhecimento é "uma demarcação de determinado conhecimento, seja ele fixado em um contexto profissional ou não" (Thellefsen; Thellefsen, 2004, p. 179, tradução nossa). Trata-se de uma organização do conhecimento em relação a um campo específico ou uma determinada perspectiva (Thellefsen; Thellefsen, 2004). Comunidades discursivas são "distintos grupos sociais sincronizados em pensamento, linguagem e conhecimento, constituintes da sociedade moderna" (Hjørland; Albrechtsen, 1995, p. 400). Cada instituição estabelece um âmbito distinto aos termos utilizados internamente, com suas características próprias, influenciando a forma como o conhecimento é construído, organizado e compartilhado (Moura; Laipelt; Barros, 2023).

É importante ressaltar que

> a abordagem da análise de domínio vem sendo especialmente importante para a organização do conhecimento à medida que os processos de tratamento passam a ser abordados a partir do contexto de produção - e de uso - daquele conhecimento, o que vai ao encontro das atuais abordagens culturais da área, que vem sendo objeto de preocupação de pesquisadores como Antônio Garcia Gutierrez, Hope Olson, Caire Beghtol, Grant Campbell, Maria José Lopez Huertas e outros (Guimarães, 2014).

Corroborando com a ideia de que cada domínio de conhecimento deve ser tratado de forma diferente já que cada um possui sua comunidade discursiva, Hjorland (2002) considera onze abordagens para realizar uma análise de domínio: 1) produção de guias de literatura, lista de fontes de informação secundárias especializadas como bibliografias, dicionários e enciclopédias, como um livro de auxílio ao bibliotecário, produto de pesquisa da literatura de um domínio; 2) construção de classificação especializada e tesauros; 3) indexação e recuperação de assuntos específicos; 4) estudos de usuários; 5) estudos bibliométricos; 6) estudos históricos; 7) estudos de documentos e de gêneros; 8) estudos epistemológicos e críticos; 9) estudos terminológicos, de discurso, linguagens especializadas e bases de dados semânticos; 10) estudo de estruturas e instituições de comunicação científica; e 11) análise de domínio em cognição científica e em inteligências artificiais.

O autor destaca que as abordagens não devem ser utilizadas isoladamente, mas sim integradas, ou seja, devem-se utilizar duas ou mais abordagens para representar um domínio (Hjorland, 2002). Quanto mais abordagens forem utilizadas, melhor será a representação de determinado domínio. Nesta pesquisa, foram consideradas quatro abordagens essenciais para realização da análise de domínio no contexto da Universidade Federal Fluminense, a saber: Construção de classificações especializadas e tesauros; Estudos de terminologias, discurso, de linguagens especializadas e bases de dados semânticos; Estudo de estruturas e instituições na comunicação científica; e Estudos empíricos de usuários. Na seção 5, como exemplo de estudo de um domínio do conhecimento para representação temática, nesta pesquisa, foram utilizadas três das quatro abordagens aqui destacadas na área da Economia, para que seja replicado futuramente em outros domínios que são abordados pela instituição. A definição das abordagens a serem utilizadas em outros domínios pode depender da pessoa ou equipe que aplicará a análise de domínio, considerando os recursos disponíveis no momento da análise.

De acordo com Morais (2018), “as diferenças culturais, linguísticas, políticas, dentre outras, atestam a configuração e as variáveis que incubem a análise de domínio de propor estudos para aperfeiçoar a comunicação e a mediação” (Morais, 2018, p. 62). Resumidamente,

pode-se dizer que a análise de domínio é "um conjunto de técnicas para a identificação da base de um conhecimento específico" (Smiraglia, 2015, p. 602, tradução nossa).

A seguir, apresentam-se as quatro abordagens consideradas essenciais para a análise de domínios de conhecimento na Universidade Federal Fluminense (UFF), por conseguirem abranger de forma bem consistente o contexto de um ambiente universitário.

Construção de classificações especializadas e tesauros

O processo de elaboração de classificações e tesauros torna possível a organização das estruturas lógicas, dos conceitos e das relações semânticas entre os conceitos de um domínio segundo (Guimarães, 2014). Seus produtos, esquemas de classificação e tesauros, são essenciais para a recuperação da informação em qualquer sistema.

Hjorland (2002), apesar de não haver uma ordem específica de uso das abordagens, traz essa abordagem de construção de instrumentos de representação da informação como número um, entretanto trata-se de uma abordagem mais complexa, que deve ser realizada após a utilização de outras abordagens que ajudem no processo de elaboração de uma classificação ou tesauro.

Para ilustração dessa abordagem da análise de domínio serão analisados tesauros e sistemas de classificação bibliográfica que representam a área da Economia em sua estrutura na seção 5 desta pesquisa.

Estudos de terminologias, de discurso, de linguagens especializadas e bases de dados semânticos

Abordagem voltada para análise de linguagens, os estudos terminológicos e de discurso de um domínio servem para a análise de como os conceitos são nomeados e como se organizam as palavras, os textos e os enunciados, a partir de critérios semânticos e pragmáticos (Guimarães, 2014).

Aqui podem ser consideradas as classificações, os glossários e dicionários do domínio que está sendo estudado. No caso desta pesquisa, consideram-se as classificações, os glossários e dicionários do domínio de Economia.

Estudo de estruturas e instituições na comunicação científica

O estudo das estruturas e de instituições na comunicação científica permite conhecer os principais atores e instituições, de acordo com a divisão interna do trabalho no domínio (Guimarães, 2014).

No caso da Faculdade de Economia da UFF, há o grupo de pesquisa Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre o Marx e o Marxismo (NIEP-MARX) e outros que podem ser analisados através de seus endereços eletrônicos e publicações. Além disso, o Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFF é responsável pela publicação semestral da Revista Econômica. Os periódicos desenvolvidos por uma faculdade ou instituto demonstram como o domínio é entendido e repassado pela instituição.

Estudos empíricos de usuários

Os estudos de usuários são fundamentais à análise de domínio já que permitem identificar necessidades informacionais em diferentes comunidades, possibilitando que um domínio seja organizado segundo preferências, comportamentos ou modelos mentais de seus usuários. Ou seja, são essenciais para conhecer as necessidades informacionais dos pesquisadores a fim de construir vocabulários controlados adequados. De acordo com Rosa (2023), este estudo ajuda a observar, compreender e traçar o comportamento de busca dos usuários como as estratégias e preferências, de determinado domínio, para organizá-lo conforme os modelos mentais do contexto dos usuários.

Nesse âmbito, o estudo empírico dos usuários poderia proporcionar a identificação das necessidades informacionais através da análise do perfil de interesse dos usuários a partir da geração do relatório de buscas realizadas no catálogo *online* e da experiência das pessoas bibliotecárias responsáveis pelo serviço de referência. Daros e Barros (2023) sinalizam que a análise de domínio é fundamental como aporte metodológico para a investigação científica na área da Organização do Conhecimento.

Portanto, destaca-se que a análise de domínio serviu como propósito metodológico para identificar as estruturas conceituais da Economia já propostas em outros instrumentos classificatórios, assim como os conceitos utilizados pela comunidade discursiva estudada na pesquisa, gerando um maior entendimento do domínio do conhecimento. As abordagens destacadas anteriormente são propostas por serem consideradas as mais adequadas ao campo empírico do presente estudo, a Universidade Federal Fluminense (UFF), o seu Sistema de Bibliotecas e o vocabulário utilizado atualmente na indexação dos documentos bibliográficos da universidade, que será abordado na seção seguinte.

3.4 Teorias clássicas que fundamentam a elaboração de tesauros

De acordo com Almeida (2011, p. 16), “a utilização de instrumentos de controle terminológico para auxiliar a indexação e recuperação da informação é uma prática importante diante dos sistemas de recuperação informatizados”. A Teoria Geral da Terminologia, de Eugen Wüster, a Teoria do Conceito, de Ingetraut Dahlberg, e a Teoria da Classificação Facetada, de Shiyali Ramamrita Ranganathan, são consideradas teorias básicas para a sistematização de conceitos em áreas do conhecimento, para o estabelecimento de princípios para a organização das relações entre conceitos e para a constituição de descritores (Almeida, 2011). Dessa forma, pode-se entender que elas são essenciais para a fundamentação do processo de elaboração de tesauros e, por isso, serão aqui apresentadas.

Teoria Geral da Terminologia (TGT)

No desenvolvimento de SOCs, o aporte teórico da Teoria Geral da Terminologia (TGT) tem se mostrado relevante, especialmente quando se busca assegurar coerência conceitual e precisão na representação do conhecimento. Diversas abordagens terminológicas podem ser mobilizadas nesse contexto, dependendo da natureza e das exigências do domínio temático em questão.

Conforme afirmam Carlan e Medeiros (2011, p. 65), “estudos atuais na organização e representação do conhecimento recomendam a escolha de uma das teorias da Terminologia para a construção de SOC”, considerando-se a área de conhecimento que será trabalhada. Uma dessas teorias é a TGT. Ela foi desenvolvida por Eugène Wüster, engenheiro interessado pela área da Ciência da Informação, nos anos 1930, com o objetivo de garantir precisão e evitar ambiguidades na comunicação técnica e científica. A terminologia, segundo essa teoria, trata dos conceitos dentro de uma área do conhecimento que são representados por termos, organizados sistematicamente (Almeida, 2011). Os conceitos possuem características intrínsecas, como forma e tamanho, e extrínsecas, como função e origem, fundamentais para as classificações terminológicas.

As características intrínsecas ou inerentes são aquelas observáveis diretamente no objeto, como forma, peso e tamanho, sendo qualitativas. Já as características extrínsecas ou relacionais descrevem a relação do objeto com outros, incluindo as características de uso (como tipos de mesas) e de origem (método de fabricação, país ou época). Gomes, Campos, Campos e Almeida (2024) relatam que, para Wuster, o conjunto dessas características define a intensão de um conceito.

De acordo com Cabré (2019) podem-se destacar alguns princípios fundamentais da TGT e que impactam a elaboração de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) cuja estrutura se baseia em um sistema de conceitos:

- O conceito como ponto de partida - análise dos conceitos antes da criação dos termos representativos.
- Estrutura sistemática - os termos são organizados em sistema de conceitos estruturados de forma a evitar contradições, ao invés do uso da estrutura alfabética tradicional dos dicionários.
- Monossemia e normalização - defesa do estabelecimento de apenas um termo por conceito para prevenir ambiguidades.
- Enfoque sincrônico - a terminologia deve focar no uso atual da língua, sem considerar mudanças históricas.

Wüster inicialmente acreditava no Esperanto como língua universal, mas depois defendeu a normalização terminológica como solução para a sinonímia de designações inter e intralinguais (Cabré, 2019). Ele desenvolveu a TGT com base em suas experiências terminográficas. Inicialmente, ele se envolveu com a terminologia ao participar de atividade de "normalização terminológica nacional e internacional necessária à introdução efetiva da normalização de objetos físicos, procedimentos e medidas em diversos ramos da engenharia" (Cabré, 2019).

Posteriormente, com o conhecimento já adquirido, compilou a obra *The machine tool: an interlingual dictionary of basic concepts*, um dicionário bilingue francês-inglês de termos normalizados e organizados sistematicamente, com um suplemento em alemão, destinado a ser um modelo para futuros dicionários técnicos multilíngues (Cabré, 2019). Segundo a autora ainda, a TGT influenciou os Sistemas de Classificação e Organização do Conhecimento, diferenciando sistemas baseados em conceitos, como os tesauros, daqueles baseados em assuntos, como a Classificação Decimal Universal (CDU). Além disso, Cabré (2019) informa que ao longo dos anos, a TGT foi complementada com a aceitação de um certo grau de sinonímia controlada e o reconhecimento da importância da fraseologia e da oralidade na terminologia.

Para o teórico Wüster, o arranjo sistemático poderia evitar contradições que surgem no momento da definição de conceitos, observadas geralmente nos dicionários alfabéticos. A estrutura sistemática constituía, para o engenheiro, um auxílio para a compreensão das definições através de sua árvore de conceitos, permitindo o entendimento da herança

conceitual de um termo. Faz-se possível identificar tal herança a partir da determinação das classes superordenadas e subordinadas de conceitos. Wüster ainda afirma que, em determinadas circunstâncias, o arranjo sistemático torna a definição supérflua, pois ele substitui parte do que estaria descrito nas definições, no caso das relações de gênero e espécie e partitivas. (Gomes; Campos; Campos; Almeida, 2024).

Na TGT, as relações entre os conceitos são divididas entre relações lógicas e ônticas. As relações lógicas são as hierárquicas entre os conceitos gerais e específicos enquanto que as relações ônticas são as partitivas e de causalidade entre objetos.

Outras teorias que são derivadas da TGT incluem a Socioterminologia, de Gaudin, que foca no uso social da terminologia, e a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), de Cabré, que enfatiza a comunicação entre especialistas.

Cabré (2019, p. 514) relata que estudiosos adeptos de Wüster defendem que a TGT "se desenvolveu substancialmente em decorrência de contribuições posteriores, as quais, de acordo com eles, neutraliza as críticas feitas ao modelo". A autora mostra quais foram essas contribuições que complementam as ideias de Wüster como a ampliação do objetivo da normalização internacional por meio de sugestões de elaboração de terminologias para o planejamento linguístico; o controle da sinonímia; a dinamicidade do modelo a partir da descrição do processo de formação de novos termos. e a introdução de estruturas conceituais representadas não apenas hierarquicamente (Cabré, 2019).

Deve-se mencionar ainda a classificação dos tipos de conceitos na perspectiva da TGT, os conceitos individuais e os conceitos gerais. A TGT analisa os conceitos a partir da experiência, conceitos individuais, e da abstração, conceitos gerais, onde o conceito individual é aquele cuja existência pode ser determinada no tempo, aquele que pertence ao mundo temporal como a árvore, a mesa, a calça, ou uma doença, e o conceito geral é um conceito genérico que depende do nível de abstração do sistema, por exemplo, o conceito fruta que abrange todos os tipos de frutas e cada fruta especificamente (Gomes, Campos, Campos, Almeida, 2024).

Gomes, Campos, Campos e Almeida (2024) declaram que, segundo Wüster, um conceito é formado pela combinação de várias características. Elas são formadas pelas propriedades dos conceitos e servem para classificá-los e ainda são fatores essenciais para a construção do relacionamento entre os conceitos, produzindo um sistema de conceitos (Gomes, Campos, Campos, Almeida, 2024). Na TGT, os relacionamentos são divididos entre lógicos, que formam sistemas de conceitos do tipo específico-genérico, e ônticos, que formam sistemas de conceitos parte-todo (Gomes, Campos, Campos, Almeida, 2024).

Teoria do Conceito

A Teoria do Conceito elaborada por Ingetraut Dahlberg na década de 1970 proporcionou uma base teórica sólida para a definição e compreensão dos conceitos. Segundo Dahlberg (1978), um "conceito" é uma unidade de conhecimento, identificada por meio de enunciados verdadeiros acerca de um determinado objeto, sendo representado verbalmente. Esses conceitos são estruturados com o propósito de representar e recuperar informações.

Para a compreensão do conceito, Dahlberg explica que, com a ajuda da linguagem, o homem é capaz de se relacionar com vários objetos que o cercam e de elaborar enunciados sobre os mesmos (Dahlberg, 1978). Para a autora, quando um objeto é visto como único, diferente dos outros, constituindo uma unidade inconfundível como, por exemplo, as coisas, os fenômenos, os processos, os acontecimentos e os atributos pode-se chamá-los de objetos individuais. Estes são caracterizados pela presença das formas do tempo e do espaço e são representados pelos conceitos individuais. Quando se trata de objetos gerais, eles não podem ser identificados no tempo e espaço, sendo representados pelos conceitos gerais. Dahlberg relata que são objetos situados fora do tempo e do espaço, abrangendo múltiplos objetos e podendo até mesmo ser abstrato (Dahlberg, 1978).

Dahlberg (1978) estabelece um triângulo conceitual para a compreensão do conceito. No topo, encontra-se o referente, aquilo que se deseja conceituar, seguido das características, propriedades verdadeiras atribuídas ao referente, e da forma verbal, denominação dada ao referente, a qual se expressa por meio de um termo (Carlan; Medeiros, 2011). As características podem ser classificadas como essenciais, aquelas que definem os conceitos gerais, ou acidentais, que complementam os conceitos individuais ao se somarem às essenciais (Carlan; Medeiros, 2011).

De acordo com Almeida (2011), Ingetraut Dahlberg, discípula de Wüster, foi responsável por introduzir os princípios terminológicos no campo da Documentação ao desenvolver sua Teoria do Conceito dentro do estudo da Terminologia, a partir do fundamento de que a ideia de conceito é uma unidade do conhecimento, em contraposição à visão de Wüester, que o via como uma unidade do pensamento. Inclusive, Dahlberg destaca a relação entre a Teoria do Conceito e a Teoria da Classificação, aplicando, posteriormente, sua teoria ao campo das linguagens documentárias de estrutura alfabética-sistemática, particularmente na elaboração de tesauros (Almeida, 2011).

Dahlberg (1978) argumenta que a relação entre conceitos ocorre quando diferentes conceitos compartilham uma ou mais características. Em outras palavras, são as características que formam os conceitos que constituem as relações existentes entre eles. Essas relações podem ser classificadas como quantitativas ou qualitativas. Dentre as relações quantitativas, Dahlberg (1978) menciona que estão as relações que medem a quantidade ou similaridade de características em um conceito e que podem ser de quatro tipos: identidade do conceito, onde as características encontradas em dois conceitos são as mesmas; inclusão do conceito, onde todas as características de um conceito estão contidas em um grande número de características de outro conceito; intersecção do conceito, as características de dois conceitos se sobrepõem; disjunção do conceito, onde as características de dois conceitos não possuem nada em comum. Por outro lado, as relações qualitativas podem ser divididas entre relações hierárquicas, relações de gênero-espécie, espécie-espécie, espécie-indivíduo; partitivas, relações todo-parte; de oposição, relações de contradição; e funcionais, relações entre os componentes de uma declaração como produtor, produto, consumidor, distribuidor, etc.

Evidencia-se que as relações funcionais ou sintagmáticas ocorrem entre conceitos de diferentes categorias, aplicando-se, sobretudo, a termos que expressam processos ou operações. Envolvem elementos como intenção, condição, tempo, local, agente e objeto, respondendo a questões como "Por quê? Como? Quando? Onde? Quem? O quê?". Como exemplo, Carlan e Medeiros (2011) apresentam o conceito de "medição", que se relaciona com "objeto medido", "propósito da medição", "instrumento de medição" e "unidade de medição". A dificuldade em definir essas relações se dá porque os conceitos pertencem a diferentes categorias e podem se conectar de distintas formas, dependendo do contexto e da organização dos domínios específicos (Carlan; Medeiros, 2011).

Teoria da Classificação Facetada

A Teoria da Classificação Facetada, desenvolvida por Shiyali Ramamrita Ranganathan, representa um marco teórico na Organização do Conhecimento. Ela consiste na categorização de uma área do conhecimento para a organização das classes dos conceitos a partir do uso de facetas que são grupos de classes reunidas por um princípio de divisão em comum (Almeida, 2011). Antes da proposta de Ranganathan, as classificações bibliográficas se baseavam em uma organização por assuntos. De acordo com Moraes (2018), essa abordagem influenciou significativamente a Classificação Decimal Universal (CDU), o

Classification Research Group (CRG) e a segunda edição da Classificação Bibliográfica de Bliss (BC2), além de produzir a famosa Classificação de Dois Pontos, também conhecido por Colon Classification.

Campos (2001) destaca que uma estrutura baseada na Teoria da Classificação Facetada não se fundamenta pelos assuntos dos documentos, mas sim pelos conceitos chamados por Ranganathan de isolados. Moraes (2018) informa que a aplicação da Teoria da Classificação Facetada tem se mostrado eficiente não apenas na elaboração de tabelas de classificação, mas também na organização de informações em formato digital. Broughton (2006) destaca os principais benefícios dessa abordagem, incluindo:

- Capacidade de representar a complexidade de assuntos por meio da síntese;
- Sintaxe sistemática que permite um gerenciamento regular e consistente;
- Estrutura lógica rigorosa, compatível com manipulação computacional;
- Compatibilidade com interfaces gráficas para navegação e formulação de consultas;
- Facilidade para pesquisas sob diferentes perspectivas, como pesquisa cruzada;
- Possibilidade de conversão para outras linguagens de indexação, como listas de cabeçalhos de assunto e tesauros.

O desenvolvimento de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) facetado se inicia pela análise do universo do conhecimento através de um conjunto de categorias ou facetas fundamentais (Martínez; Ristuccia; Pisarello; Stubbs; Caminotti; Balparda; Valdez; Mangiaterra, 2004, tradução nossa). Faz-se importante mencionar que Barité (1999, p. 3, tradução nossa) descreve as categorias fundamentais como

> abstrações simplificadas que, com força de ferramentas intelectuais, são usadas pelos classificacionistas para indagar as regularidades dos objetos do mundo físico e do ideal e das noções que os representan, com o objetivo de organizar logicamente os sistemas de conceitos aptos para a organização do conhecimento em geral e a classificação documental em particular (Barité, 1999, p. 3, tradução nossa).

Outra forma de compreender as categorias fundamentais é apresentada por Campos e Gomes (2003). As autoras afirmam que as categorias são usadas para representar ideias fundamentais que permitem o recorte de um universo de conhecimento em classes muito abrangentes. Dessa forma, as categorias fundamentais exercem o papel de primeiro corte classificatório realizado dentro de um universo do conhecimento, permitindo, apesar desse corte, uma visão de um conjunto de agrupamentos que ocorrem na estrutura, tornando possível a compreensão global daquele domínio de conhecimento (Campos; Gomes, 2003).

Para Ranganathan (1967, p. 399, tradução nossa), “há somente cinco categorias fundamentais: Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo” (PMEST). Segundo o

mesmo autor, elas foram pensadas com um único objetivo, a classificação de assuntos por meio de suas facetas no contexto da disciplina de classificação (Ranganathan, 1967). Campos e Gomes (2003) relatam que, no interior de cada categoria, no âmbito de um domínio de conhecimento, Ranganathan propõe que se organizem os conceitos em renques e cadeias.

Os renques e as cadeias são denominações criadas para diferenciar, na formação das classes, sequências verticais e horizontais de conceitos, onde os renques são as classes formadas a partir de uma única característica de divisão, formando sequências horizontais, e as cadeias são sequências verticais de conceitos onde cada conceito tem uma característica a mais ou a menos, dependendo se a cadeia for descendente ou ascendente (Campos; Gomes, 2003).

A classificação facetada tem demonstrado grande adaptabilidade às novas tecnologias e continua sendo amplamente aplicada na Organização do Conhecimento em diversos contextos (Moraes, 2014). Ela é utilizada como ferramenta para a recuperação da informação, navegação em websites e indexação automática, além de auxiliar na web semântica ao compreender relações complexas entre objetos de conhecimento (Broughton, 2006, p. 68).

Pode-se dizer que a Teoria da Classificação Facetada é muito bem estabelecida como um método de construção para esquemas de classificação e tesauros, além de ter afetado o desenvolvimento de vários sistemas conservadores na área da descrição e organização de documentos (Broughton, 2006, tradução nossa).

4 CAMPO EMPÍRICO

O campo empírico da pesquisa são as bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF), uma universidade pública federal brasileira.

4.1 Universidade Federal Fluminense (UFF)

Criada em 1960 com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFERJ, a hoje denominada Universidade Federal Fluminense (UFF) surgiu da incorporação das Escolas Federais de Farmácia, Odontologia e Direito (1912), Medicina (1926) e Medicina Veterinária (1936). Agregou mais cinco escolas: Enfermagem (1944), Serviço Social (1945), Engenharia (1952), que eram escolas estaduais, e Ciências Econômicas (1942) e Filosofia (1947), que eram escolas particulares (Universidade Federal Fluminense, [2025]).

A reitoria está localizada no município de Niterói, na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A UFF possui ainda unidades em outros oito municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes, Macaé, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio das Ostras, Santo Antônio de Pádua e Volta Redonda, além de uma unidade avançada em Oriximiná, no Estado do Pará.

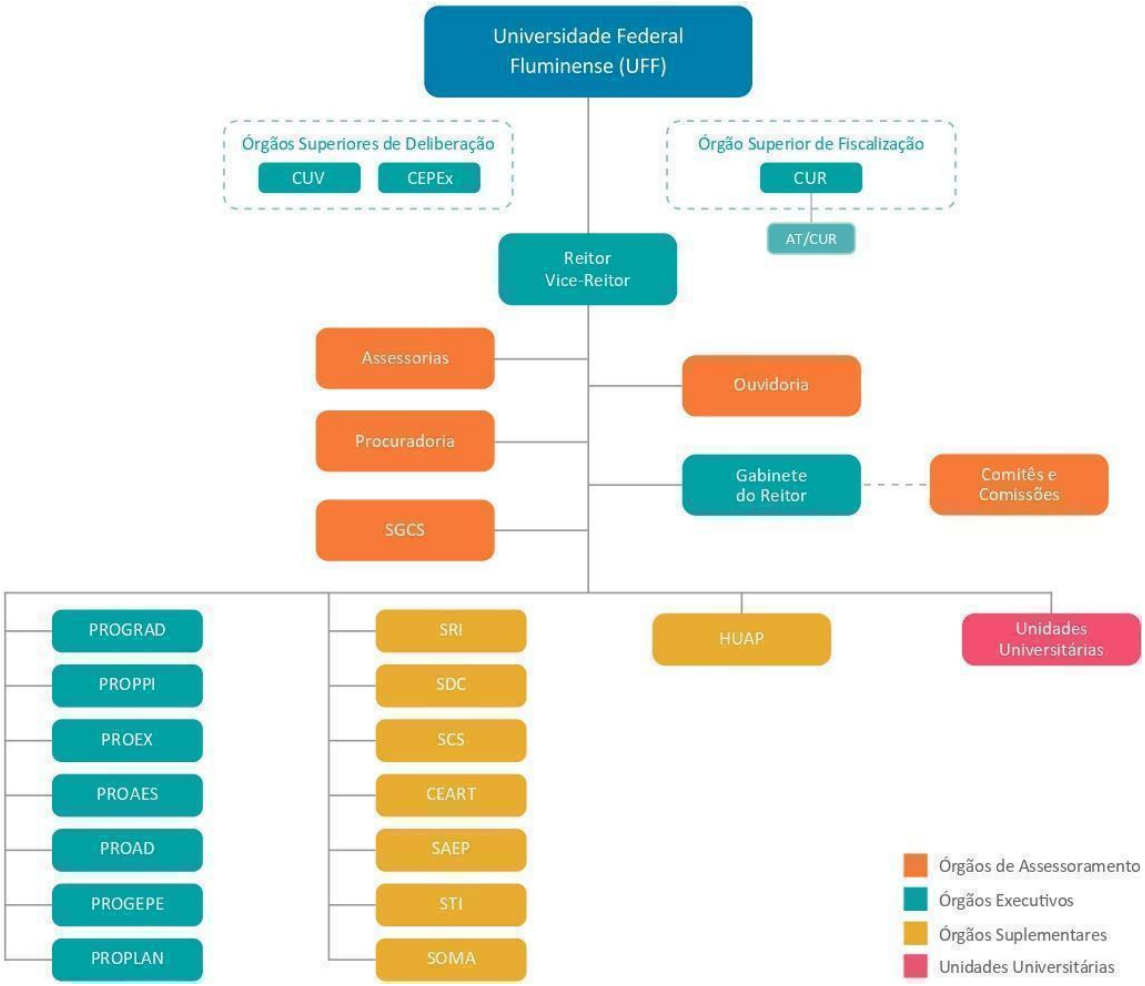
A missão da UFF é

> promover, de forma integrada, a produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural, e a formação de um cidadão imbuído de valores éticos que, com competência técnica, contribua para o desenvolvimento autossustentado do Brasil, com responsabilidade social (Universidade Federal Fluminense, [2025]).

Sua visão é ser reconhecida tanto nacional quanto internacionalmente pela excelência dos seus cursos, de sua produção científica e pelo impacto social das suas atividades. E seus valores incluem: ética, integridade e transparência; equidade; excelência institucional; responsabilidade social (Universidade Federal Fluminense, [2025]).

A Superintendência de Documentação (SDC), que aparece no organograma apresentado na Figura 2, é o órgão responsável pela Coordenação de Bibliotecas (CBI) que, por sua vez, gere o Sistema de Bibliotecas da UFF. Além desse setor, ela é responsável pelos Arquivos, pelo Boletim de Serviço, pelo Repositório Institucional, pelo Serviço de Informação ao Cidadão e pelo SABER UFF, um serviço de acesso aos recursos eletrônicos de informação disponíveis na UFF.

Figura 2 - Organograma da Universidade Federal Fluminense



Fonte: Universidade Federal Fluminense

O organograma exposto na Figura 2 mostra os níveis hierárquicos da UFF, sendo a alta administração representada pelo Reitor. Observa-se que a SDC está diretamente ligada à reitoria, demonstrando a importância institucional do órgão que lida com a disseminação da informação dentro desta universidade. Para evidenciar esse destaque, constata-se que a SDC está no mesmo nível hierárquico que outros órgãos importantes para o funcionamento da UFF como a Superintendência de Relações Internacionais (SRI), a Superintendência de Comunicação Social (SCS), o Centro de Artes (CEART), a Superintendência de Arquitetura, Engenharia e Patrimônio (SAEP), a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e a Superintendência de Operações e Manutenção (SOMA).

4.2 Sistema de Bibliotecas da UFF

A Coordenação de Bibliotecas (CBI) é responsável pela gestão técnica e administrativa de vinte e cinco bibliotecas universitárias, duas bibliotecas escolares, o Centro

de Obras Raras e Especiais (CORES) e o Centro de Memória Fluminense (CEMEF) que formam o Sistema de Bibliotecas da UFF, totalizando vinte e nove unidades.

Nesta pesquisa, as diretrizes elaboradas são voltadas para as vinte e cinco bibliotecas universitárias do Sistema por envolverem os domínios de conhecimento, objeto deste estudo. As bibliotecas universitárias da UFF atualmente são as dispostas no Quadro 3.

Quadro 6 - Bibliotecas universitárias que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFF

Cidade	**Campus**	**Biblioteca**
Niterói	Gragoatá	Biblioteca Central do Gragoatá (BCG)
		Biblioteca da Faculdade de Economia (BEC)
	Valonguinho	Biblioteca Central do Valonguinho (BCV)
		Biblioteca de Administração e Ciências Contábeis (BAC)
		Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística (BIME)
		Biblioteca das Faculdades de Nutrição e Odontologia (BNO)
		Biblioteca do Instituto Biomédico (BIB)
		Biblioteca de Pós-Graduação em Geoquímica (BGQ)
	Praia Vermelha	Biblioteca da Escola de Engenharia, do Instituto de Computação e da Escola de Arquitetura e Urbanismo (BEE)
		Biblioteca do Instituto de Física (BIF)
		Biblioteca do Instituto de Geociências (BIG)
	Outros campi	Biblioteca da Escola de Enfermagem (BENF)
		Biblioteca da Faculdade de Direito (BFD)
		Biblioteca da Faculdade de Farmácia (BFF)
		Biblioteca da Faculdade de Medicina (BFM)

		Biblioteca da Faculdade de Veterinária (BFV)
Angra dos Reis	Angra dos Reis	Biblioteca do Instituto de Educação de Angra dos Reis (BIAR)
Campos dos Goytacazes	Campos dos Goytacazes	Biblioteca Universitária de Campos dos Goytacazes (BUCG)
Macaé	Macaé	Biblioteca de Macaé (BMAC)
Nova Friburgo	Nova Friburgo	Biblioteca de Nova Friburgo (BNF)
Petrópolis	Petrópolis	Biblioteca do Campus de Petrópolis (BCPE)
Rio das Ostras	Rio das Ostras	Biblioteca de Rio das Ostras (BRO)
Santo Antônio de Pádua	Santo Antônio de Pádua	Biblioteca do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior (BINF)
Volta Redonda	Volta Redonda	Biblioteca da Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda (BEM)
		Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda (BAVR)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

No Apêndice A, é possível verificar quais os cursos atendidos por cada biblioteca universitária da UFF, o que permite identificar de quais domínios de conhecimento são compostos cada um dos acervos citados.

No tópico seguinte, apresenta-se a Biblioteca da Faculdade de Economia, unidade de informação que será utilizada nesta pesquisa como um ambiente teste para iniciar o processo de representação de assuntos. Estes deverão ser analisados e padronizados de acordo com cada área do conhecimento disposta nos acervos da UFF pelas pessoas bibliotecárias da instituição, seguindo o modelo que será demonstrado neste estudo, tendo como base a área da Economia.

Biblioteca da Faculdade de Economia

A Biblioteca da Faculdade de Economia (BEC) foi fundada em 1954, recebendo, em 1957, o nome do fundador e ex-diretor da Faculdade, Professor Laércio Caldeira de Andrada. O seu acervo é especializado em Economia e áreas afins para atendimento das demandas curriculares dos cursos de graduação em Ciências Econômicas e pós-graduação em Economia da Faculdade de Economia da UFF. A BEC possui cerca de dezesseis mil títulos, entre

folhetos, livros, periódicos nacionais e estrangeiros, publicações seriadas, teses, dissertações e e-books. Sua missão é atender às necessidades de serviços e recursos informacionais da comunidade universitária, promover as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito das comunidades universitária e externa, contribuindo para o avanço científico, tecnológico e o desenvolvimento socioeconômico-cultural (Biblioteca…, [2024]). O espaço físico da BEC inclui local destinado ao estudo e à pesquisa, conta com terminal para consulta ao catálogo, quatro notebooks para acesso público à internet e mesas para estudo individual ou em grupo. Além disso, o ambiente é climatizado e o seu acervo é de acesso livre.

A BEC atende, atualmente, a cerca de 200 usuários cadastrados dentre alunos de graduação, pós-graduação, docentes e servidores técnico-administrativos. A biblioteca também disponibiliza uma plataforma de livros digitais, chamada Minha Biblioteca, assinada pela UFF. Além disso, os usuários podem acessar as normas técnicas através da plataforma *Target GedWeb* para auxiliar na elaboração dos trabalhos acadêmicos.

A seguir, descreve-se o estado atual do vocabulário usado na indexação dos ítens disponíveis no Sistema de Bibliotecas da UFF. Trata-se de uma explanação importante, uma vez que o presente estudo se debruça sobre a situação do tratamento temático da informação na instituição, o que envolve diretamente o uso do catálogo *on-line.*

4.3 Estado do vocabulário atual

Conforme mencionado, na introdução desta pesquisa, o vocabulário atualmente utilizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), tanto pelas pessoas bibliotecárias na indexação quanto pelos usuários na busca do catálogo *on-line*, é constituído por termos solicitados pelos servidores e servidoras do Sistema de Bibliotecas. Após a solicitação, esses termos são analisados e, em caso de aprovação, são inseridos pela Seção de Gerenciamento de Recursos Informacionais (SGRI), que é o setor responsável pela análise, aprovação, tratamento e inserção dos assuntos no sistema. As obras são indexadas conforme são adquiridas e catalogadas nas bibliotecas. Desse modo, a representação temática da informação na UFF depende da existência de materiais bibliográficos que tratam sobre determinado assunto.

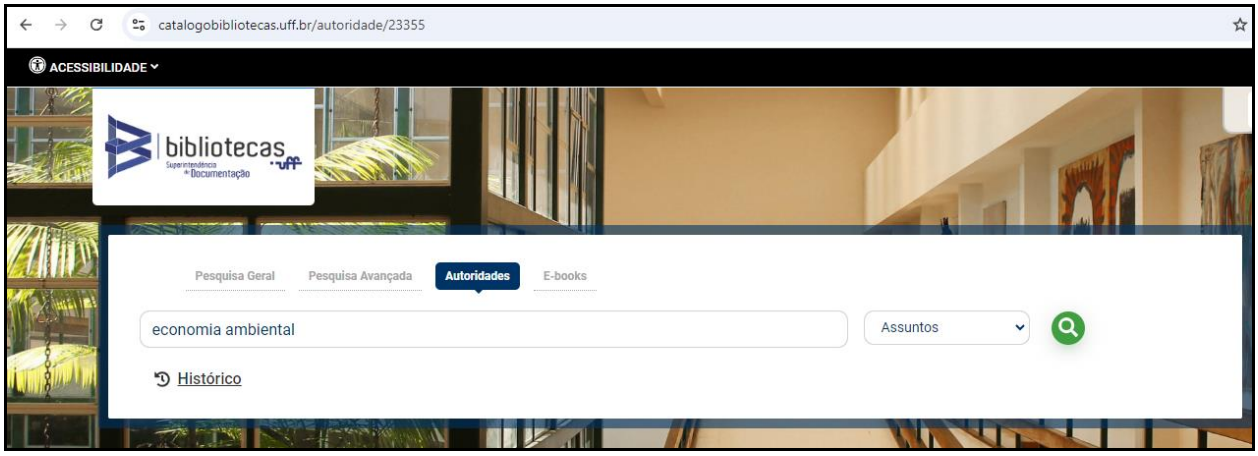
O controle da terminologia utilizado no processo de indexação já acontecia na UFF, pelo menos, desde 1988 (Universidade Federal Fluminense, [201-]). Entretanto, somente em 2001, quando foi adquirido o sistema de automação de bibliotecas chamado Argonauta, é que

se criou o Grupo Assessor Técnico (GAT) para tratar da terminologia. Após a criação deste Grupo, iniciaram-se os estudos de padronização da descrição bibliográfica e a elaboração do Manual de Processamento Técnico, documento que serviu de parâmetro para a padronização da base de dados da instituição (Universidade Federal Fluminense, [201-]). Desde então, estudos com o vocabulário controlado da UFF estão em andamento, tendo sido oficializados através de duas ações: a primeira com a constituição do GAT de Terminologia, formado por pessoas bibliotecárias da UFF; e a segunda com o projeto "Vocabulário Sistematizado: uma nova metodologia visando o tratamento terminológico de documentos para fins de recuperação", coordenado pela professora Dra. Maria Luiza de Almeida Campos que utilizou a metodologia de construção do vocabulário sistematizado para indexação do acervo bibliográfico da instituição em substituição aos cabeçalhos e descritores de assunto anteriormente adotados para indexação (Universidade Federal Fluminense, 2022).

Alguns anos depois, em 2013, houve a necessidade de migração do acervo para o software proprietário Pergamum, atual gerenciador de bibliotecas assinado pela UFF (Universidade Federal Fluminense, [201-]). Desde então, o vocabulário sistematizado, denominado atualmente vocabulário controlado[4] da UFF, "é acessível *on-line* de todo o país, utilizado nas bibliotecas de todos os campi da UFF e desde 2018 é também a base para validação da produção intelectual no Repositório Institucional da UFF, RIUFF" (Universidade Federal Fluminense, 2022). No presente momento, o usuário do catálogo *on-line* da UFF quando precisa buscar um assunto para recuperar documentos relevantes para o seu estudo é obrigado a digitar o assunto na pesquisa geral, sem saber se o mesmo existe no índice de autoridades de assunto do Sistema de Bibliotecas ou não. O ideal seria se o usuário, ao digitar o assunto desejado, já tivesse um retorno do próprio sistema sobre a existência do termo exato ou similar no momento da busca. Na situação atual, o usuário precisa fazer uma busca anterior, no índice de autoridades de assunto, para saber qual termo é utilizado pelo Sistema (Figura 3), e testar os termos desejados.

Figura 3 - Busca no índice de autoridades de assunto no catálogo *on-line*

[4] O vocabulário controlado da UFF é acessado por meio do índice de autoridades de assuntos do catálogo *on-line*, gerenciado pelo software proprietário Pergamum.

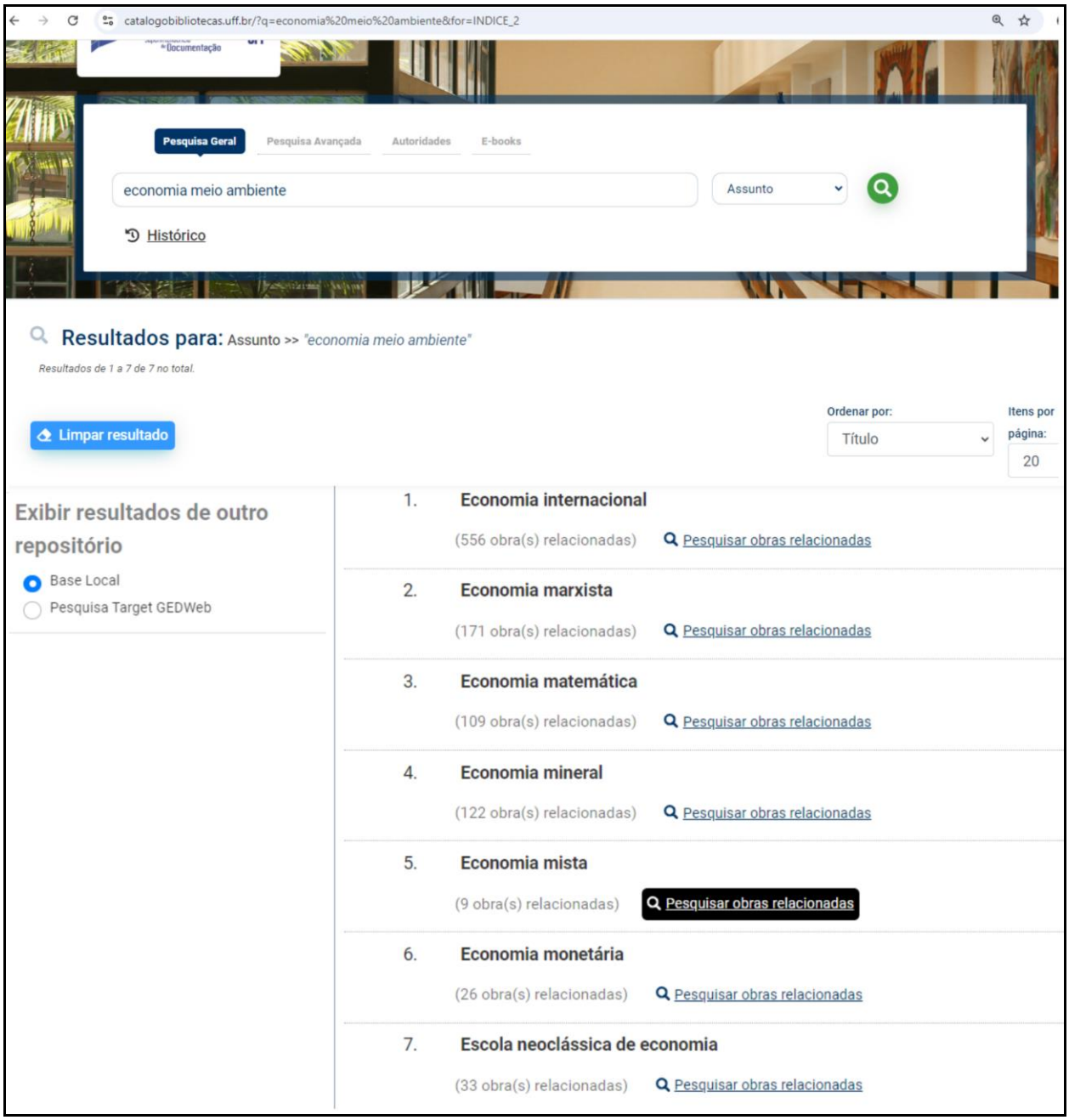


Fonte: Catálogo *on-line* da UFF (2024)

Ou, então, ele faz uma pesquisa geral diretamente, mas, neste caso, corre o risco de não recuperar os documentos necessários, caso o termo não exista na listagem de autoridade de assuntos atual do Sistema (Figura 4). Ou seja, caso o assunto não esteja indexado no sistema, não haverá retorno de nenhum documento. Isto faz com que o usuário perca muito tempo tentando encontrar o assunto desejado, não sendo condizente com a quarta lei da Biblioteconomia, desenvolvida por Ranganathan (2009): poupe o tempo do leitor.

Para realizar a busca no índice de autoridades de assunto, o usuário deve entrar no catálogo *on-line* e clicar no menu **Autoridades**. Em seguida, selecionar o filtro **Assuntos** e escrever o assunto desejado. Na Figura 3, escolheu-se um assunto sabidamente existente no vocabulário anteriormente à busca.

Figura 4 - Busca de assunto na pesquisa geral do catálogo *on-line*



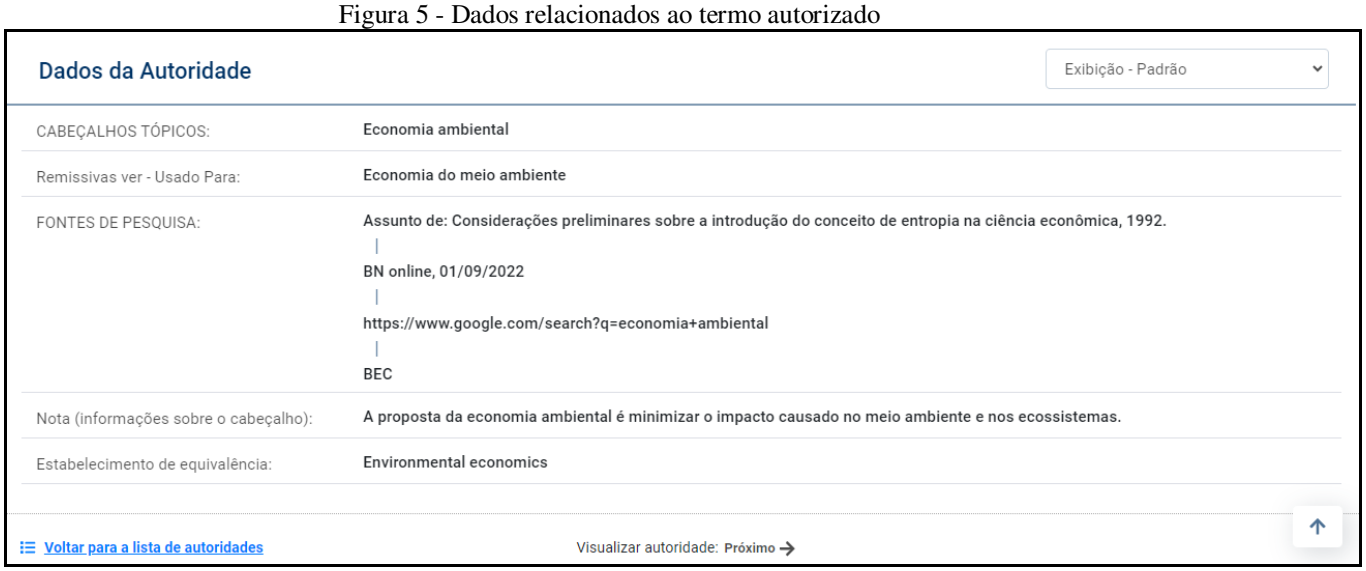
Fonte: Catálogo *on-line* da UFF (2024)

Enquanto que, na Figura 4, realizou-se uma busca no menu **Pesquisa geral** do catálogo *on-line*, com o intuito de exemplificar uma busca às cegas, ou seja, sem saber o termo autorizado que consta no vocabulário do sistema no momento anterior à busca. Com o desconhecimento dos assuntos utilizados no sistema para representar os documentos, a busca não recuperou o assunto desejado.

Nesse contexto, a consulta realizada no índice de autoridades de assunto do catálogo *on-line* proporciona a averiguação da inserção de termos autorizados no sistema, com detalhes de remissivas, quando necessário, e notas de escopo que expõem o significado que aquele termo representa, além de permitir a visualização das obras representadas por esses termos

(Figuras 5 e 6). Entretanto, o sistema Pergamum não disponibiliza a visualização de todos os termos existentes no índice, limitando a pesquisa ao conhecimento prévio do usuário. Essa situação não permite uma exploração mais aprofundada dos materiais existentes no acervo (Figura 4).

Figura 5 - Dados relacionados ao termo autorizado



Fonte: Catálogo *on-line* da UFF (2024)

Na Figura 5, são apresentados os dados catalogados do termo autorizado como: remissivas, fontes pesquisadas, nota explicativa do termo e relação de equivalência no idioma inglês.

Figura 6 - Obras indexadas com o termo autorizado Economia ambiental



Fonte: Catálogo *on-line* da UFF (2024)

Na Figura 6, é possível observar as obras que são indexadas pelo termo pesquisado. Para ver cada obra, basta clicar em **Pesquisar obras relacionadas**.

A partir dessa lacuna verificada no sistema, sentiu-se a necessidade de analisar os instrumentos atuais, auxiliares à representação e recuperação existentes nos acervos da UFF, no antigo GAT de Terminologia, atualmente denominado Grupo de Trabalho (GT) de Terminologia. Sendo assim, com o objetivo de iniciar o processo de melhoria e atualização do sistema atual de recuperação da informação foram desenvolvidos dois manuais, no âmbito do projeto, iniciado em 2023, "Treinamento em Gestão de Bases Terminológicas da UFF", um prático e um teórico, para a elaboração de tesauro na UFF. O objetivo principal desses manuais foi orientar, de forma didática, a construção de um tesauro estruturado a partir dos assuntos já existentes no Sistema de Bibliotecas da UFF.

O **Manual de elaboração do tesauro para a Superintendência de Documentação (SDC): base teórica metodológica** tem como objetivo apresentar os aspectos teóricos que suportam a realização da elaboração de tesauros documentários em qualquer domínio de conhecimento. Ele contém os princípios teóricos que possibilitam a elaboração das etapas de construção desse tipo de SOC. De acordo com este Manual, o método adotado na elaboração do tesauro da SDC considera o conceito - e não a palavra - como base para o estabelecimento de seus termos, "seguindo a vertente europeia que adota o estudo do conceito como base do termo e a formação natural de classes/taxonomias" (Universidade Federal Fluminense, 2024b, p. 5).

O manual adota a Teoria Analítica do Conceito, de Ingetraut Dahlberg, que defende a existência de três elementos constituintes do conceito: o objeto, a definição (resultado da análise e identificação de seus atributos) e, por fim, o termo adotado para designá-lo. A definição permite a inclusão do termo em uma classe e assim, via método indutivo, as classes são reunidas em categorias, que foram pensadas especificamente para a tipologia de assuntos existente em uma biblioteca universitária: Entidade abstrata / intelectual; Entidade da natureza e seus elementos constitutivos; Artefato; Instituição, estabelecimento e organização; Fenômeno; Evento, atividade, processo; Propriedade / atributo / estado; Papéis; Tempo / fase; e Espaço / posição (Universidade Federal Fluminense, 2024b).

Além disso, conforme os princípios da Teoria do Conceito de Dahlberg, o termo denota o conceito e, assim, controla as palavras utilizadas na linguagem natural. Ao analisar o conceito e não a palavra, confusões são evitadas (Universidade Federal Fluminense, 2024b). Recomenda-se, no manual, prestar atenção aos fenômenos da língua como a metonímia, a metáfora, a homonímia, a sinonímia e os termos sincategoremáticos. Após o estabelecimento

dos conceitos, relações podem ser visualizadas. Essas relações são classificadas em relações lógicas e relações ônticas. As lógicas são aquelas relações que reúnem os conceitos com características comuns entre si. Também são denominadas relações hierárquicas. E as ônticas são relações que refletem ligações entre objetos em uma dada realidade empírica, seja por contiguidade no tempo ou no espaço. As relações ônticas podem ser classificadas ainda em partitivas e associativas.

Já o **Manual de elaboração do tesauro para a Superintendência de Documentação (SDC): parte prática** trata-se das atividades aplicadas no processo de elaboração do Tesauro de Economia, cujo desenvolvimento se encontra em andamento, realizadas no "Projeto Treinamento em Gestão de Bases Terminológicas da UFF" finalizado em março de 2024. Essas atividades podem ser replicadas em outras áreas de conhecimento e por isso, tornaram-se um manual. No documento, são apresentados os procedimentos adotados no levantamento do vocabulário cadastrado no sistema Pergamum, na identificação dos termos do tesauro de Economia, na definição, na categorização dos termos da Economia, e no estabelecimento das relações entre os termos (Universidade Federal Fluminense, 2024a).

Além disso, para saber quais termos os usuários pesquisam no catálogo *on-line* e não conseguem nenhum resultado na busca, as pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da UFF podem gerar um relatório de consultas de resultados não encontrados no Pergamum, denominado **REL-Consultas-Títulos não encontrados**. Dessa forma, podem ser verificados os perfis de interesse dos usuários do catálogo para auxiliar no processo de escolha dos termos autorizados do tesauro.

A seção, a seguir, trata da aplicação do método de análise de domínio na etapa de estudo do domínio da Economia, como primeira fase da metodologia que propomos que seja utilizada na elaboração de tesauros, para que seja garantida a qualidade e a consistência do instrumento em todas as demais áreas que deverão ser representadas.

5 ESTUDO DO DOMÍNIO DA ECONOMIA: APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE DOMÍNIO COMO EXEMPLIFICAÇÃO

Nesta seção, apresenta-se a análise realizada em algumas fontes de informação especializadas, disponíveis na Universidade Federal Fluminense (UFF), que puderam servir como fundamento de estudo e entendimento dos temas pertinentes à área da Economia na atualidade.

Levando em consideração as abordagens da análise de domínio – Construção de classificações especializadas e tesauros; Estudos de terminologias, discurso, de linguagens especializadas e bases de dados semânticos; e Estudo de estruturas e instituições na comunicação científica –, analisaram-se as seguintes fontes de informação: ementários, sistemas de classificação bibliográficos, tesauros especializados, fluxogramas e instituições de pesquisa da área da Economia na UFF.

Os ementários e fluxogramas são documentos que expressam discursos e terminologias utilizados pelos docentes da Faculdade de Economia da UFF. Os sistemas de classificação e os tesauros são fontes de informação que auxiliam na representação da área de Economia e permitem a visualização da organização desse domínio. E as instituições de pesquisa da área da Economia na UFF são retratadas pelos grupos de pesquisa atuantes na faculdade, assim como a revista editada pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da instituição.

5.1 Ementários

O ementário é um documento geralmente utilizado em instituições de ensino superior que apresenta uma síntese das disciplinas com um breve resumo do que será estudado, além das atividades que serão realizadas nas disciplinas de um determinado curso (Universidade Federal do Rio de Janeiro, [2025]).

No momento da pesquisa, verificou-se que o ementário disponível no site da Faculdade de Economia da UFF está desatualizado. Por este motivo, optou-se por utilizar o Relatório de disciplinas atualizado disponível no sistema interno da UFF que está apresentado no Anexo A desta pesquisa. O relatório é um documento que contém informações sobre o conteúdo programático, a ementa da disciplina, além das bibliografias básica e complementar recomendadas para leitura dos alunos. Os assuntos levantados no documento mencionado, que contém a ementa das disciplinas de graduação em Ciências Econômicas, podem ser verificados no Quadro 7, enquanto os assuntos da pós-graduação em Economia podem ser

verificados no Quadro 8. Para delimitação do levantamento dos assuntos para esta pesquisa, extraíram-se somente os conceitos constituintes das disciplinas do Departamento de Economia da UFF, que são relacionados diretamente a este domínio do conhecimento, excluindo as disciplinas de Departamentos com conteúdo interdisciplinar como História, Sociologia, Matemática, entre outras que não foram consideradas.

Quadro 7 - Assuntos retirados do relatório de disciplinas da graduação em Ciências Econômicas (2024)

Nome das disciplinas	**Assuntos**	
Economia brasileira I	Governo Vargas, Governo Dutra Industrialização ocorrida a partir dos anos 30; Industrialização restringida; Substituição de importações; Cenário externo e problemas de balanço de pagamentos Governo JK Governo João Goulart Crise do balanço de pagamentos Governos militares: golpe de 1964	Concentração da renda e da riqueza Crise da dívida externa brasileira Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) "Milagre" econômico brasileiro II Plano Nacional de Desenvolvimento Industrialização pesada Plano de metas Internacionalização da economia Crise política e econômica dos anos sessenta
Economia brasileira II	Fim do período desenvolvimentista Crise da dívida externa e a década perdida Transição para o neoliberalismo Inflação Planos de estabilização (Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e 2, e Real) Privatizações	Renegociação da dívida externa Abertura comercial e financeira Desindustrialização Âncora cambial Tripé macroeconômico inaugurado em 1999 Crise financeira de 2008 Crise econômica de 2015
Economia do setor público	Funções fiscais do Governo Intervencionismo estatal Liberalismo político-econômico Receita pública	Tributação Sistema tributário brasileiro Déficit público Dívida pública
Pensamento econômico I	Economia política Mercantilismo Fisiocracia Divisão do trabalho Valor e moeda	Teoria da distribuição Comércio exterior Acumulação Lei dos mercados de Say
Pensamento econômico II	Mercadoria Dinheiro	Esquemas de reprodução Preços de produção

	Capital Mais-valia absoluta Mais-valia relativa Reprodução simples Reprodução ampliada Lei geral da acumulação	Taxa de lucro Lei de tendência à queda da taxa de lucro Abordagens marxistas contemporâneas
Teoria microeconômica I	Curva de demanda Curva de oferta Equilíbrio de mercado Estática comparativa Eficiência de pareto Restrição orçamentária Curvas de indiferença Taxa marginal de substituição Utilidade Escolha Demanda Bens normais e inferiores	Curvas de renda-consumo Curvas de Engel Bens comuns Bens de Giffen Curvas de preço-consumo Curvas de demanda Demanda inversa Preferência revelada Equação de Slutsky Medidas do bem-estar Demanda de mercado
Teoria microeconômica II	Restrição tecnológica Função de produção Produto médio Produto marginal Taxa marginal Técnica de substituição Rendimentos de escala Maximização de lucro Estática comparativa Eficiência de pareto Tarifas bipartidas Vinculação de produtos Competição monopolística Custos Equilíbrio de mercado Lucro zero Renda econômica	Equilíbrio da firma Monopólio Comportamento monopolista Maximização de lucro Formação de preços Discriminação de preços Diferenciação de produto Estratégias simultâneas Estratégias sequenciais Estratégias mistas Colusão Teoria de jogos Equilíbrio de Nash Dilema do prisioneiro Jogos repetidos Jogos sequenciais
Teoria microeconômica III	Teoria da demanda Demanda líquida Equação de Slutsky Mercado de trabalho Consumo contingente Utilidade esperada Aversão ao risco Escolha intertemporal Estática comparativa	Valor presente Equilíbrio geral Bem-estar Trocas Ativos de risco Utilidade média-variância Alocação eficiente Caixa de Edgeworth Incerteza
Teoria microeconômica IV	Coordenação oligopolista Interdependência estratégica	Ciclo de vida de indústria Estratégias de precificação

	Liderança de preços Colusão Cartéis Organização industrial Modelo ECD Estrutura de mercado Mercado relevante Concentração de mercado Poder de mercado Demografia empresarial Análise estrutural de mercados Análise empírica de custos Economia de escala Economia de escopo Economia de redes Economia de aprendizado Diferenciação de produto Requerimentos de capital Forças competitivas Integração vertical	Regras práticas de precificação Discriminação de preços Preços-limite Preços predatórios Contestabilidade Competição potencial Custos de transação Governança econômica Organização econômica Concorrência da firma Crescimento da firma Concentração horizontal Estruturas de mercado Defesa da concorrência Monopolização Preço predatório Restrições verticais Sistema brasileiro de defesa da concorrência
Pensamento econômico III	Utilitarismo Utilidade Positivismo Realismo Relativismo	Revolução marginalista Economia do bem-estar Teoria do equilíbrio Teoria do valor
Pensamento econômico IV	Pensamento econômico de Schumpeter Pensamento econômico latino-americano	Estruturalismo da Cepal Dependência Teoria Geral de Keynes Princípio da demanda efetiva
Econometria I	Modelagem econômica Modelagem econométrica Estrutura de dados econômicos Causalidade Noção ceteris paribus	Modelo de regressão linear simples Mínimos quadrados ordinários Modelo de regressão linear múltipla Séries de tempo
Formação econômica do Brasil	Sistema colonial Plantation Escravidão Regimes de terra Economias de exportação Mercado interno colonial Independência do brasil Formação do estado nacional	Economia cafeeira Complexos agroexportadores regionais Lei de terras Lei Eusébio de Queiroz Código comercial brasileiro Industrialização Políticas de valorização do café Crise da economia cafeeira
Economia financeira	Juros simples	Fluxos de caixa

	Juros compostos Operações de descontos Sistemas de amortização de empréstimos Sistemas de amortização de financiamentos Análise das demonstrações financeiras Decisões de investimentos em condições de certeza (VPL, TIR, Payback, IL)	Avaliação de bonds Avaliação de ações Inflação Decisões de investimento em condições de incerteza (sensibilidade, cenários, break-even, simulação e retorno-risco)

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

Os assuntos apresentados no Quadro 7 servem para a compreensão de como a área da Economia é abordada no contexto da Universidade Federal Fluminense.

Quadro 8 - Assuntos retirados do ementário da pós-graduação em Economia

Nome das disciplinas	**Assuntos**	
Teoria Macroeconômica II	Inflação Desemprego Regras monetárias Políticas fiscais Políticas monetárias Economia aberta no curto prazo Choque e respostas de políticas em economias abertas Macroeconomia novo-keynesiana	Estabilidade de preços Regras de taxas de juros Mecanismos de transmissão da política monetária Modelos de análise de políticas econômicas ótimas
Macroeconomia do Pleno emprego	Natureza da dinâmica keynesiana Economia monetária de produção Acumulação do crescimento Financiamento do crescimento Determinação do emprego Determinação do salário Princípio da demanda efetiva Política econômica do Estado	Equilíbrio no mercado de trabalho *Trade off* entre inflação e desemprego Políticas de emprego Economias em desenvolvimento Política de renda mínima
Macroeconomia do Crescimento	Modelos de crescimento de longo-prazo de tradição keynesiana Expansão da capacidade produtiva Instabilidade Modelo Harrod-Domar Demanda efetiva Motor do crescimento de longo-prazo Exportações	Modelo Kaldor-Dixon-Thirwall Balanço de pagamentos Modelo McCombie-Thirwall Causação circular e cumulativa de Myrdal Leis de crescimento de Kaldor Industrialização Indústria manufatureira Mundo globalizado
Macroeconomia Pós-Keynesiana	Keynes e os keynesianos Dinâmica Keynesiana	Macroeconomia do financiamento do investimento

	Economia monetária de produção Moeda Acumulação de riqueza Investimento e financiamento	Demanda efetiva Emprego Salário Política econômica
Tópicos Avançados em Teoria Monetária e Financeira I	Preços imperfeitamente flexíveis Fatos estilizados sobre preços e salários Formação de preço sob competição imperfeita Rigidez de preços Curva de Phillips novo keynesiana Expectativas racionais Equação de primeira-ordem não estocástica Método de solução de Whiteman	Política monetária Eficácia das metas de inflação no modelo novo keynesiano Metas de inflação Taxa de câmbio flutuante Meta de inflação ótima Política monetária ótima Transparência Comunicação
Tópicos avançados em Macroeconomia e Finanças I	Credibilidade Teoria da independência do Banco Central Regime de metas para a inflação Transparência Política monetária Regulação do sistema financeiro Aplicações	Inflação Dívida pública Determinação da taxa de juros Disciplina de mercado Regulação do mercado Transparência do mercado
Programação em Economia e Finanças	Técnicas de programação aplicadas à Economia Inflação Produto potencial	Taxa natural de juros Projeções de curto, médio e longo prazo
Economia política I	Mercadoria Dinheiro Transformação do dinheiro em capital Produção de mais valia absoluta	Produção de mais-valia relativa Reprodução do Capital Lei Geral da Acumulação Capitalista
Economia política II	Ciclos do capital Rotação do capital Reprodução do capital social Transformação da mais-valia em lucro Transformação da taxa de mais-valia em taxa de lucro Transformação do lucro em lucro médio Lei da queda tendencial da taxa de lucro	Transformação do capital-mercadoria e capital monetário em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro Divisão do lucro médio em juro e lucro do empresário Capital portador de juros Metamorfose do sobrelucro em renda fundiária Rendimentos Fontes de rendimento
Economia política e	Teoria do desenvolvimento	Desenvolvimento capitalista

desenvolvimento	Concepções heterodoxas e estruturalistas de desenvolvimento	Pensamento marxista Teoria da dependência
Economia política brasileira	Economia primário exportadora Industrialização Substituição de importações II PND Endividamento externo Década perdida Reformas estruturais neoliberais Plano Real Governo Lula Surgimento da Cepal Furtado; 1950 Crise do pensamento cepalino; 1960	Contribuição do ISEB Dependência Transformações da Escola da UNICAMP; 1980 Interpretação heterodoxa da economia brasileira Interpretação da inflação inercial Surgimento da Escola da PUC Mutação liberal da Escola da PUC; 1990 Reflexões Alternativas; 1990
Metodologia da Análise Econômica	Teorias da Ciência e da explicação científica; Tradição positivista; Demarcação entre o científico e o não-científico; Positivismo-lógico; Falseacionismo popperiano;	Tradição do crescimento do conhecimento científico; Ciência; Crítica ontológica; Verdade; Utilidade; Relativismo; Realismo ontológico.
Economia brasileira: colônia e império	Brasil Colônia; Brasil Império; Política brasileira;	Formação da nação brasileira; Escravidão na economia; Escravidão na sociedade nacional.
Economia brasileira na República	Auge da economia agrário-exportadora; Crise da economia agrário-exportadora; Industrialização brasileira; Regime Vargas; Formação do estado moderno; Agenda desenvolvimentista; Crise econômica; 1960;	Crescimento acelerado; 1970; Reestruturação da economia brasileira; Crise da dívida; Internacionalização; Mercado de trabalho; Desenvolvimentismo; Globalização.
Padrões históricos de industrialização	Revolução Industrial; Padrões de Industrialização da Europa; Revolução Industrial na América;	Revolução Industrial na Ásia; Industrialização retardatária; Século XX.
Política econômica do Brasil no século XX	Primeira República; Industrialização; Política fiscal; Política monetária; Política social;	Distribuição de renda; Distribuição da terra; Agricultura; Indústria; Sistema Financeiro;

	Demografia;	Desigualdade regional.
Estado do bem-estar social em perspectiva comparada	Estado do Bem-Estar; Crise do Estado do Bem-Estar; Regimes de Estado do Bem-Estar Social; Regime liberal; Regime conservador; Regime social democrata; Análise comparativa; Experiências de políticas públicas;	Modelo “desenvolvimentista” asiático; EBES; América Latina; pós anos 1980; EBES brasileiro; perspectiva histórica; perspectiva comparada; Políticas sociais.
Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil	Desigualdade na distribuição de renda; Mercado de trabalho; Geração da desigualdade de renda; Sistema educacional; Geração da desigualdade de renda;	Condições de saúde; Geração da desigualdade de renda; Mensuração da desigualdade de oportunidades; Brasil.
Bem-estar, pobreza e desigualdade: mensuração e determinantes	Distribuição de renda; Distribuição de bem-estar; Distribuições de renda; aspectos teóricos; Impacto do nível de renda; Grau de desigualdade; Pobreza; Impacto do crescimento econômico;	Impacto de reduções; Desigualdade de distribuição de renda; Determinantes imediatos da pobreza; aspectos teóricos; aspectos metodológicos; Micro-determinantes da renda.
Economia social: análise econômica de políticas sociais	Mensuração de desigualdade; Mensuração de pobreza; Intervenção estatal; Eficiência; Equidade; Mercado de trabalho;	Educação; Saúde; Transferências de renda; Previdência social; Seguridade social; Políticas sociais; Brasil
Políticas sociais no Brasil	Políticas sociais; Sociedades capitalistas; Cidadania; Concepção de políticas sociais; Natureza de políticas sociais;	Desenvolvimento das políticas sociais; perspectivas teóricas; Desenvolvimento do "estado do bem-estar" europeu; Sistema brasileiro de proteção social.
Desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento histórico da economia ambiental; Desenvolvimento sustentável; Dimensão social do desenvolvimento sustentável; Abordagem interdisciplinar do desenvolvimento sustentável;	Irreversibilidade; Sustentabilidade; Ética ambiental; Políticas de desenvolvimento sustentável.
Economia do trabalho:	Economia do trabalho;	Discriminação;

uma abordagem microeconômica	Oferta de trabalho; Formação de capital humano; Modelos de busca de emprego; *Matching*; Diferenciais compensatórios;	Demanda de trabalho; Custos de ajustamento; Barganha salarial; Modelos de *insiders-outsiders*; Modelos de salário eficiência
Mercado de trabalho: origens, evolução e estrutura	Fases do trabalho; Brasil; Trabalho escravo; Trabalho livre. Submissão da mão de obra escrava;	Transformação em trabalhadores livres; Imigração; Cidadania regulada.
Economia, gênero e raça	Gênero; Desigualdades sociais; Relações de gênero; Relações de classe; Relações de raça/etnia;	Relações sociais; Divisão sexual do trabalho; Desigualdades de gênero; Políticas de combate à pobreza; Brasil.
Sindicalismo e relações laborais	Anarquistas; Trabalhadores; Sindicalismo; Sistemas nacionais de relações de trabalho; Países desenvolvidos;	Salários; Jornada de Trabalho; Desemprego; Reestruturação produtiva; Sindicalismo; Brasil.
Organização industrial	Objeto da organização industrial; Correntes da organização industrial; Instrumentos da organização industrial; Modelo Estrutura-Conduta-Desempenho; Firma; Agente Econômico; Acumulação da firma; Crescimento da firma; Visão neo-institucionalista; Teoria dos custos de transação; Visão baseada em recursos; Visão baseada em capacitações; Visão evolucionária; Rotinas; Aprendizado; Estratégias; Fatores estruturais da concorrência; Custos de produção; Economia de escala; Economia de escopo; Economias de rede; Diferenciação de produto; Economias de aprendizado; Custos de informação;	Concorrência como equilíbrio; Concorrência como processo; Mercados contestáveis; Modelos tradicionais de oligopólio; Condicionantes de coordenação oligopolística; Nova Organização Industrial Empírica (NOIE); Modelos de preços-limite; Extensões; Defesa da concorrência; Regulação; Análise dinâmica da concorrência; Regimes competitivos; Padrões de concorrência; Competitividade; Ciclo de vida do produto; Evolução de indústrias; Concorrência como processo seletivo; Padrões de inovação setoriais; Regimes tecnológicos; Sistemas setoriais de inovação; Política industrial;

	Custos de transação; Análise tradicional da concorrência;	Estado empreendedor.
Regulação econômica	Bem-estar; Intervenção do Estado; Teoria econômica da regulação; Regulação de indústrias de rede; Instrumentos de Regulação; Formas de regulação; Regulação tradicional; Custos do serviço;	Reforma da regulação setorial; Reforma das indústrias de rede; Introdução da competição; Regulação por incentivos; Experiências; Setor Elétrico; Gás Natural; Telecomunicações
Defesa da concorrência	Concorrência; Eficiência Econômica: Alocação Eficiente de Recursos; Eficiência "X"; Contribuição de Chamberlin; *Workable Competition*; Modelo Estrutura-Conduta-Desempenho; Eficiência Alocativa; Custos de Transação; Eficiência Dinâmica; Teoria dos Mercados Contestáveis; Inovação; Eficiência Seletiva; Economia da Concorrência;	Antitruste; Escola de Harvard; Escola de Chicago; Regulação; Antitruste; Concorrência; Eficiência Econômica; Restrições Verticais; Restrições Horizontais; Coordenação Oligopolista; Análise de Cartéis; Fusões; Aquisições; Concentração de Mercado; Eficiência Econômica; Análise da Jurisprudência.
Política industrial e tecnológica	Política industrial; Política tecnológica; Articulação da política industrial; Articulação da política tecnológica; Política econômica; Instrumentos de política industrial; Instrumentos de política tecnológica;	Mecanismos de prospecção; Política industrial; Política tecnológica; Políticas industriais descentralizadas; Avaliação da experiência brasileira.
Teoria e crescimento da firma	Teoria da firma neoclássica; Agência; Teorias gerencialistas; Firma neoinstitucional; Custos de transação; Contratos; Teoria da firma penrosiana;	Coerência corporativa; Escola evolucionista; Escola neo-schumpeteriana; Crescimento da firma; Diversificação; Integração vertical; Internacionalização.
Teoria da inovação	Conhecimento; Inovação; Mudança tecnológica; Natureza da mudança tecnológica; Ritmo da mudança tecnológica;	Padrões tecnológicos; Sistemas setoriais de inovação; Inovação; Estratégia corporativa; Medição da mudança

	Direção da mudança tecnológica; Difusão tecnológica; Padrões de inovação setoriais;	tecnológica; Fontes de informação; Indicadores.
Economia, inovação e território	Globalização; Reestruturação produtiva; Mudanças estruturais; Território; Planejamento regional; Sociedade de conhecimento; Gestão da informação; Condições locais do desenvolvimento	Cadeias produtivas; Inovação; Desenvolvimento econômico local; Tecnologia da informação; Reestruturação produtiva; Setor de serviços.
Inovação, desenvolvimento e mudança estrutural	Crescimento; Inovação; Especialização produtiva; Especialização tecnológica; Mudança estrutural; Sistemas de inovação comparados;	Inovação; *Catching-up*; Financiamento da inovação; Empresas multinacionais; Transferência internacional de conhecimento.
Desenvolvimento econômico e instituições	Desenvolvimento Econômico; Modelo de Equilíbrio Geral; Países Subdesenvolvidos; Modelos de crescimento econômico; Desenvolvimento Econômico Desequilibrado; Capital Humano;	Educação; Desenvolvimento Econômico; Instituições; Economia Institucional; Custos de Transação; Teorema de Coase; Racionalidade Limitada; Oportunismo.
Economia agrária	Desenvolvimento Agrícola; Desenvolvimento Econômico; 1930; Microeconomia Agrícola; Agricultura como setor da economia; Formação do lucro; Organização do tempo de trabalho; Economias de Escala; Função de eficiência; Economias de Escopo; Custos de Transação; Sistemas Produtivos; Agricultura Mundial;	Liberalização Comercial; Mercados agrícolas; Políticas Agrícolas; Subsídios; Desenvolvimento Rural; Políticas Agrárias; Políticas de Desenvolvimento Sustentável; Brasil; Estruturas agrárias; Globalização; Liberalização da economia; Agricultura Familiar; Reforma Agrária; Agricultura; Meio Ambiente.
Economia da energia	Energia; Formas de Uso; Fontes de Energia; Balanço Energético; Coordenação das Indústrias; Previsão de Oferta e Demanda;	Análise das Indústrias de energia; Petróleo; Gás Natural; Eletricidade;

		Etanol.
Desenvolvimento econômico local	Redes locais; Construção do território; Espaço; Território; Desenvolvimento econômico local; mudança tecnológica;	Reestruturação produtiva; Estratégias de desenvolvimento; Metodologias; Desenvolvimento econômico local.
Comércio e concorrência	Teorias clássicas de comércio; Comércio inter-industrial; Comércio intra-industrial; Concorrência;	Política comercial; Concorrência imperfeita; Defesa da concorrência; Mercados externos.
Tópicos especiais em economia matemática	Equações em diferenças; Método iterativo; Resolução de equações lineares; Convergência; Estabilidade da solução; Modelo da teia de aranha; Otimização dinâmica; Cálculo das variações;	Teoria do controle; Teoria dos jogos; Jogos matriciais; Equilíbrio; Jogos com estratégias mistas; Teoria dos conjuntos fuzzy; Funções de pertinência; Métodos de agregação.
Tópicos avançados em economia matemática I	Teorema de Envelope; Teoria do Controle; Hamiltoniano; Condições de fronteira; Teoria dos grafos; Grafos para modelar redes; Matrizes;	Grafos; Medidas de centralidade em grafos; Aplicações de centralidade; Teorema da escolha social de Arrow.
Estatística aplicada a economia I	Estatística descritiva; Distribuição de frequências; Medidas de tendência central; Medidas de dispersão; Probabilidade; Probabilidade condicional; Independência; Teorema de Bayes; Esperança matemática; Variável aleatória; Esperança; Distribuições conjuntas; Variáveis independentes; Operador de esperança; Variância; Covariância; Distribuições de probabilidade específicas; Normal;	F; lognormal; Gamma; Beta; Cauchy; Logística; Weibull; Gumbel; Laplace; Teorema do limite central; Amostragem; Estimadores; Intervalos de confiança; Testes de hipóteses; Procedimentos de teste; Controle de erros; Aplicações; Testes não-paramétricos; Análise de variância; Medidas de desigualdade; Medidas de concentração;

	Qui-quadrado; tStudent;	Medidas de pobreza; Números índices.
Econometria I	Análise econométrica; Dados; Estudos econométricos; Problemas de econometria; Estatística; Álgebra linear; Modelo Clássico de Regressão Linear Múltipla; Método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO); Propriedades estatísticas (finitas e de grandes amostras) do estimador de Mínimos Quadrados Ordinários; Inferência do Modelo Clássico; Testes de especificação; Formas funcionais; Problemas do Modelo Clássico;	Testes de hipóteses; Variáveis irrelevantes; Heterocedasticidade; Mínimos Quadrados Generalizados (MQG); Estimadores de Máxima Verossimilhança; Factíveis; Método das Variáveis Instrumentais; Análise de Painéis; Correlação Serial; Modelos de variáveis discretas; Probit; Logit; Multinomial.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

No Quadro 8, apresentam-se os assuntos estudados somente nas disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da UFF que possuem ementa fechada. As disciplinas com ementa livre não possuem um conteúdo pré-estabelecido, já que ele pode mudar de acordo com o professor que ministrará a disciplina.

A apresentação dos assuntos abordados nos ementários de um curso permite a visualização dos termos que uma parte da comunidade discursiva da UFF, os docentes, considera como importantes para o ensino da área da Economia e podem servir como instrumentos de apoio na indexação das obras desse domínio do conhecimento na universidade, comparando-os à linguagem natural dos documentos a serem indexados.

5.2 Sistemas de Classificação Bibliográfica

Os sistemas de classificação bibliográfica são utilizados para representar o conhecimento, visando a localização dos documentos. Eles possuem relações hierárquicas e facetadas de notações numéricas ou alfabéticas para representar temas gerais, com a finalidade, geralmente, de indicar sua localização nas estantes, nos catálogos e nos próprios sistemas de classificação (Boccato, 2011). Portanto, oferecem uma base para a compreensão de domínios do conhecimento.

No caso deste estudo, os sistemas de classificação bibliográfica consultados para o estudo da área da Economia foram a Classificação Decimal Universal (CDU), a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação *Journal of Economics Literature* (*JEL*).

A Classificação Decimal Universal é o principal sistema de classificação multilíngue do mundo para todas as áreas do conhecimento e uma sofisticada ferramenta de indexação e recuperação. Devido ao seu arranjo hierárquico lógico e natureza analítico-sintética, é adequado para a organização física de coleções, bem como para a navegação e pesquisa de documentos. É utilizado em serviços bibliográficos, centros de documentação e bibliotecas em cerca de 130 países em todo o mundo. A CDU Online torna digitais todas as tabelas principais e auxiliares da CDU pela primeira vez em língua portuguesa, otimizando o processo de classificação de documentos (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, [2024]).

A Classificação Decimal de Dewey (CDD) é utilizada na Universidade Federal Fluminense (UFF) para organizar os livros nas estantes e permitir sua localização física tanto pelos profissionais que trabalham nas bibliotecas quanto pelos usuários desses espaços. A 23ª edição da CDD pode ser consultada integradamente ao sistema Pergamum no processo de catalogação dos materiais bibliográficos da UFF.

A estrutura da Economia apresentada na CDD pode ser analisada a partir das suas classes e subclasses, divisões e subdivisões para categorização do domínio do conhecimento.

O sistema de classificação *JEL*[5] foi desenvolvido para uso no Jornal de Literatura Econômica (*Journal of Economic Literature - JEL*) e é um método de classificação padrão da literatura acadêmica na área de Economia. Ele é utilizado para classificar artigos, dissertações, livros, resenhas e documentos de trabalho no índice de autoridades EconLit, organizado pela Associação Econômica Americana (*American Economic Association*). Por ser uma linguagem controlada já utilizada por especialistas da área da Economia, a classificação *JEL* pode ser considerada como uma terminologia relevante para a análise desse domínio.

5.3 Tesauros especializados

Apresentam-se nesta subseção alguns tesauros disponíveis *on-line* que abordam a área da Economia em suas estruturas conceituais. Esses instrumentos foram recuperados por meio de pesquisa realizada no mecanismo de busca Google com a utilização da expressão de busca "tesauro de economia", sem recortes. Dessa forma, recuperaram-se tanto tesauros brasileiros

[5] Mais informações em: https://www.aeaweb.org/econlit/jelCodes.php.

quanto estrangeiros, tais como o Tesauro de Contas Nacional (TCN/TCDF/TCU/IRB); o Tesauro ENAP; o Thesaurus Brasileiro da Educação; o Tesauro ISOC de Economía; o Thesaurus Agrícola Nacional (Thesagro); o UNESCO Thesaurus; o Tesauro ROSSIO, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova Lisboa, Portugal; e o Tesauro do Supremo Tribunal Federal (TSTF).

O Tesauro de Contas Nacional (TCN / TCDF/ TCU/ IRB) foi criado em 2015 e é mantido atualmente pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), uma associação civil construída pelos Tribunais de Contas do Brasil com a finalidade de auxiliar os Tribunais no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades dos Tribunais de Contas (Instituto Rui Barbosa, [2024]).

O Tesauro ENAP foi criado em 2018 e é mantido desde então pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Possui 2418 termos em sua estrutura que abrangem as áreas de Administração, Ciência Política, Direito e Economia, além de outras áreas que compõem as grandes áreas Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Educação Científica, Engenharias, Linguística, Letras e Artes (Tesauro…, [2024].

O Thesaurus Brasileiro da Educação foi criado em 2020 e é mantido pelo Centro de Informação e Biblioteca em Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Possui em sua estrutura apenas as relações hierárquicas entre os termos. Abrange áreas que se relacionam com a Educação como Filosofia da Educação; História da Educação; Administração da Educação; Economia da Educação; Estatística da Educação; Política da Educação; entre outros.

O Tesauro ISOC de Economía foi publicado primeiramente em 1995 e criado pelo *Centro de Información y Documentación Científica*, do *Consejo Superior de Investigaciones Cientificas de Madrid.* É um tesauro multilíngue especializado em Economia e se encontra atualmente em sua terceira edição, 2008.

O Thesaurus Agrícola Nacional (Thesagro) é disponibilizado *on-line* em 2016, sendo o único tesauro brasileiro especializado em literatura agrícola, utilizado para indexação e recuperação de documentos. Ele foi desenvolvido pela equipe da Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri), segundo diretrizes da UNESCO. Sua primeira edição foi publicada em 1979. Além da Binagri, outras instituições agrícolas brasileiras também o utilizam (BRASIL, 2023).

O UNESCO *Thesaurus* é um tesauro que abrange os campos da Educação, Cultura, Ciências Naturais, Ciências Sociais e Humanas, Comunicação e Informação. É constantemente alimentado e atualizado e a sua terminologia reflete a evolução dos programas

e atividades da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), conhecida no Brasil como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Sua primeira edição foi lançada em inglês em 1977 e a segunda edição em 1995. Hoje, o tesauro da UNESCO está disponível em inglês, francês, espanhol, russo e árabe. Seus conceitos são divididos em sete grandes áreas. Ele é compatível com a norma ISO 25964-1 (2011), sendo utilizado principalmente para indexação e recuperação de documentos no repositório de documentos da UNESCO.

O Tesauro ROSSIO, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova Lisboa, abrange as áreas de Ciências Sociais, Artes e Humanidades. Ele é gerido pelo Núcleo de Desenvolvimento Digital da Investigação da Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), estando disponível à sua comunidade académica e aos parceiros da Infraestrutura ROSSIO. Os vocabulários ROSSIO permitem aos utilizadores navegar e pesquisar conceitos e termos nos vocabulários, estando também acessíveis às máquinas como dados interligados (*Linked Data*). Eles têm por base o Skosmos, que permite a estruturação de vocabulários em *Simple Knowledge Organization System* (SKOS), um dos modelos mais utilizados na Web semântica.

O Tesauro do Supremo Tribunal Federal (TSTF) é organizado em três grandes grupos de categorias: Ramos do Direito (direito constitucional, direito civil, etc.), Especificadores (agrupam termos que restringem o conceito de um descritor, revelando a situação concreta em que o descritor foi empregado) e Identificadores (agrupam nomes de pessoas, instituições, países, estados-membros, programas, etc.). Os termos relacionados à área da Economia encontram-se na subcategoria Direito Econômico.

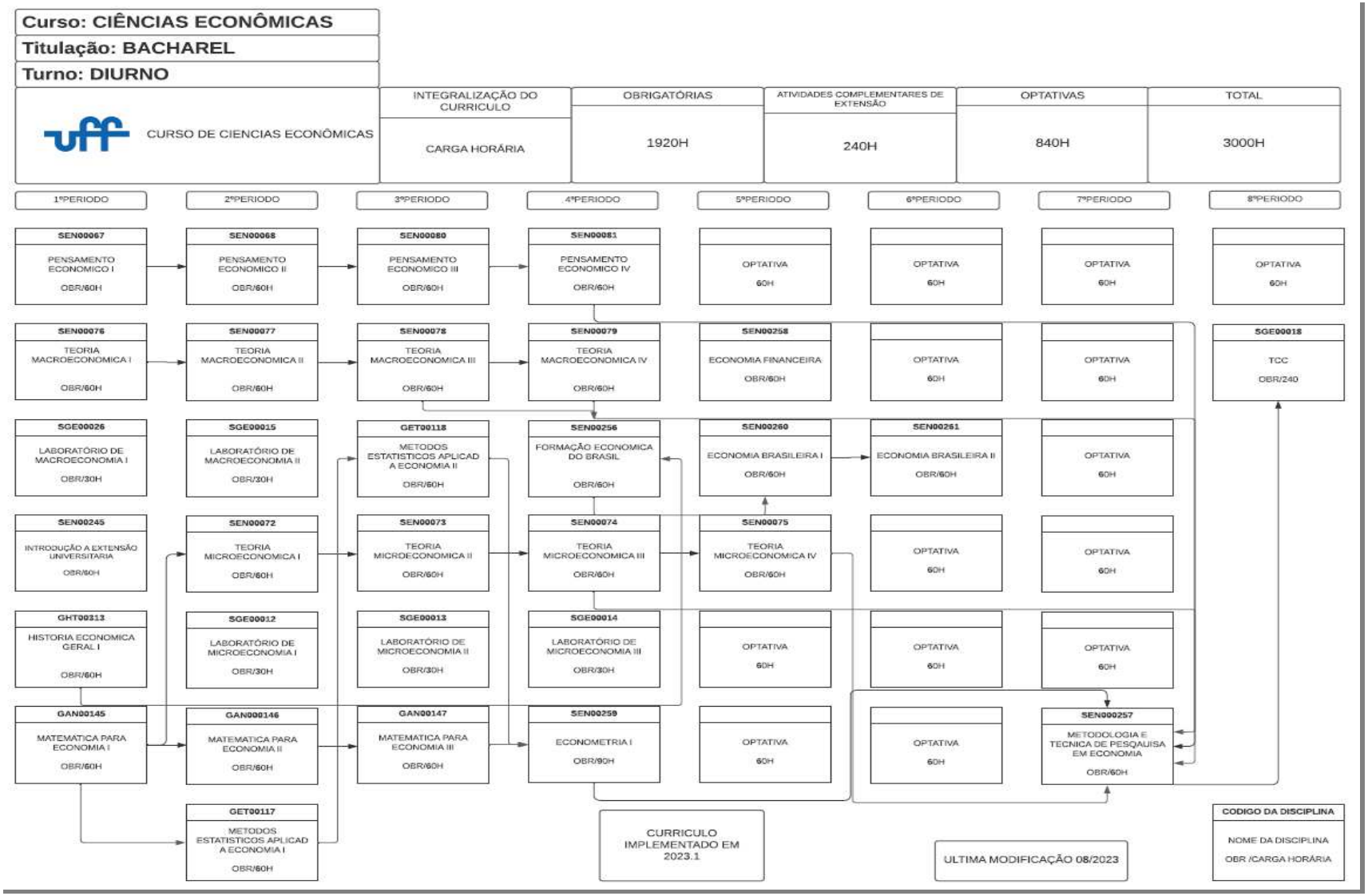
Os tesauros apresentados demonstram como a área ou parte da área da Economia é organizada a partir da visão de diferentes instituições que são responsáveis pela atualização desses Sistemas de Organização do Conhecimento. O estudo desses instrumentos auxilia na compreensão do domínio do conhecimento analisado. Além disso, o mapeamento dos instrumentos existentes na área se faz importante pois os mesmos podem servir de fonte de consulta tanto para a seleção dos termos mais atuais e utilizados no domínio quanto para o processo de definição e entendimento de um conceito.

5.4 Fluxogramas

Outro instrumento que se considera importante a ser observado para análise de um domínio é o fluxograma. Os fluxogramas, no âmbito acadêmico, são representações gráficas

das disciplinas da grade curricular de um curso de nível superior. Eles podem ser analisados para verificação da ênfase dada no estudo de determinado domínio do conhecimento. Na Figura 7, apresenta-se o fluxograma do curso diurno de Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Figura 7 - Fluxograma do curso de Ciências Econômicas turno diurno

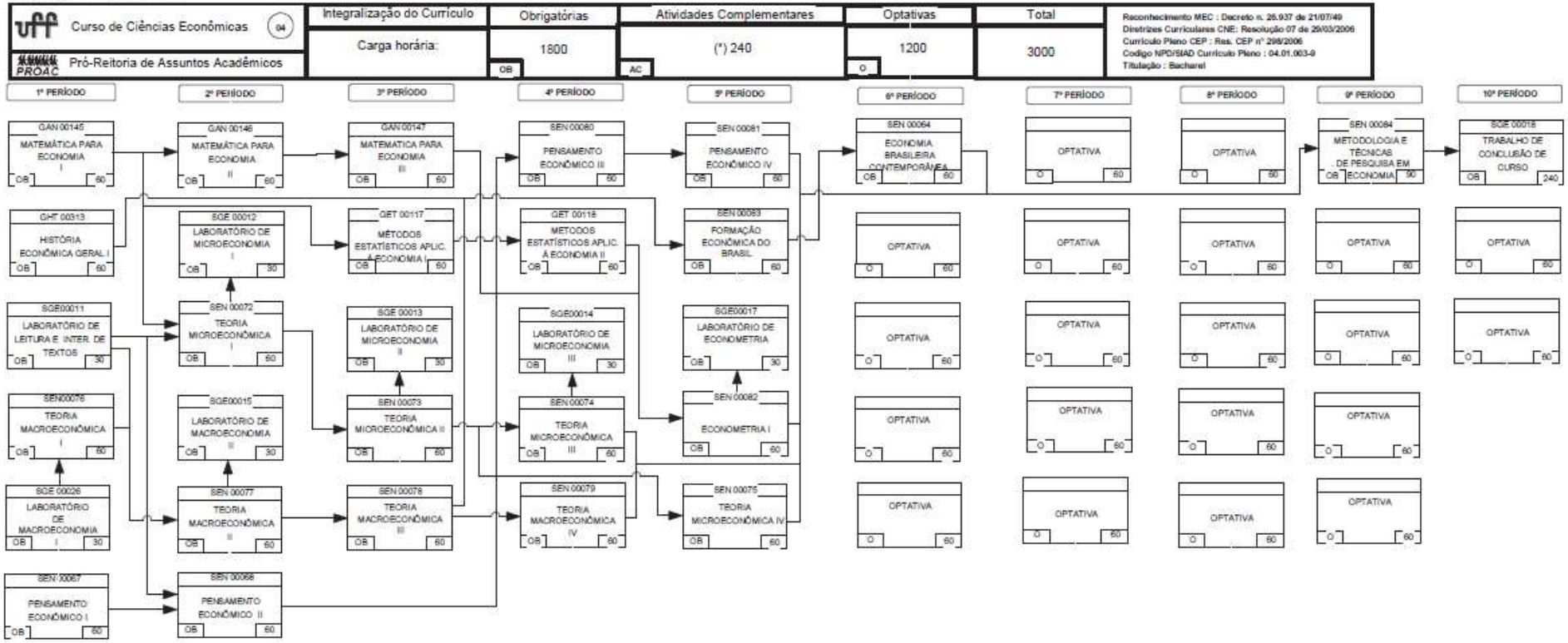


Fonte: Site da Faculdade de Economia da UFF (2024)

No curso diurno de Ciências Econômicas na UFF, os alunos podem finalizá-lo em 8 períodos, totalizando 4 anos de estudos. O fluxograma do curso noturno é apresentado na Figura 8. As disciplinas são as mesmas do curso diurno, porém divididas distintamente entre os períodos.

Figura 8 - Fluxograma do curso de Ciências Econômicas turno noturno

Curso: **Ciências Econômicas**
Titulação: **Bacharel**
Turno: **Noturno**

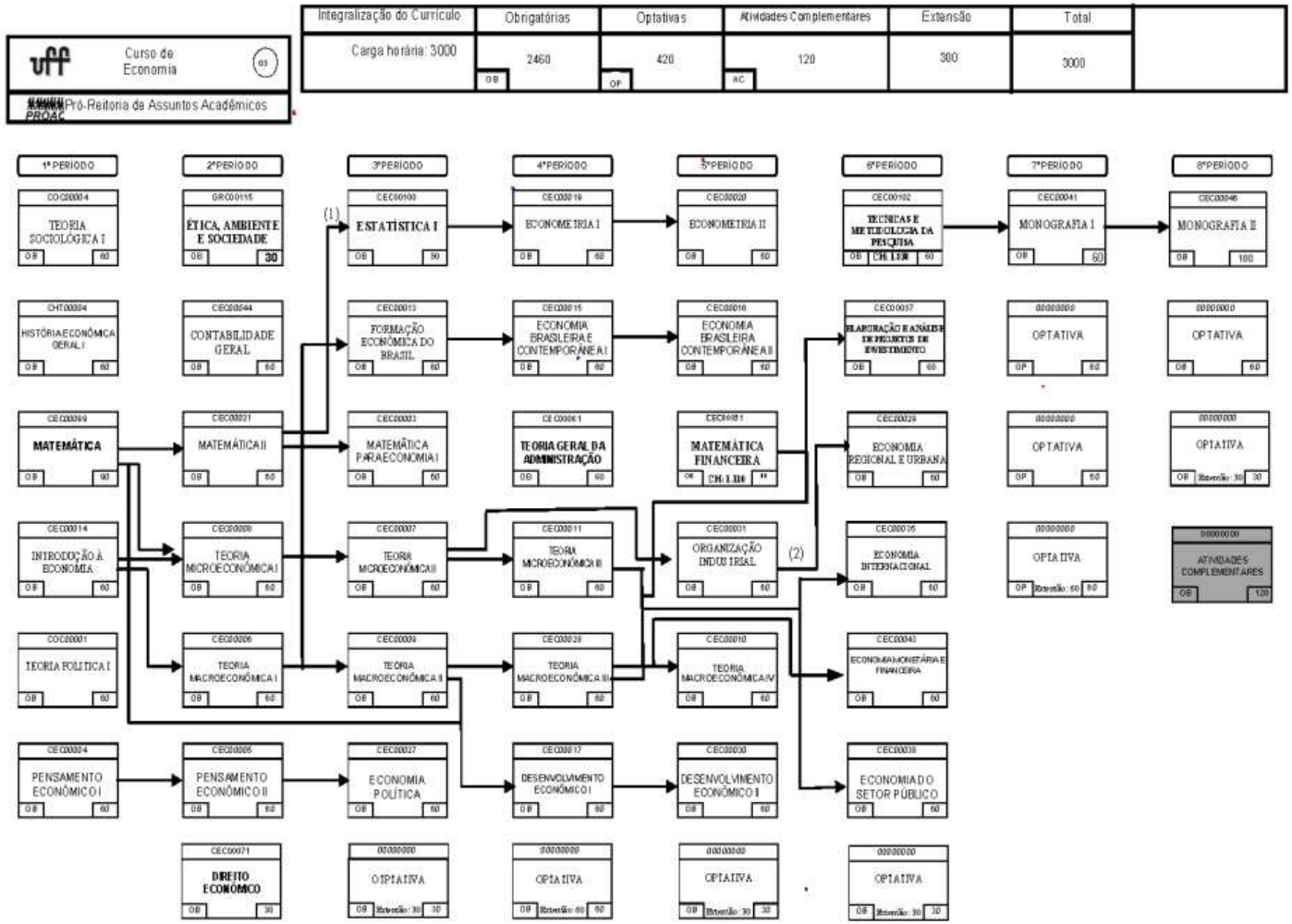


Fonte: Site da Faculdade de Economia da UFF (2024)

Pode-se perceber que o curso noturno é organizado de forma que os alunos possam finalizá-lo em até 10 períodos, totalizando 5 anos de estudos.

É importante informar que o curso de Ciências Econômicas é oferecido pela UFF em duas cidades do estado do Rio de Janeiro: Niterói e Campos dos Goytacazes. Em Campos, o curso é oferecido em turno integral e o seu fluxograma, apesar das disciplinas serem ofertadas na mesma universidade, possui algumas diferenças como a oferta das seguintes disciplinas, que não são oferecidas ou não são obrigatórias no curso em Niterói: Teoria Política I; Teoria Sociológica I; Introdução à Economia; Contabilidade Geral; Ética, Ambiente e Sociedade; Economia Política; Desenvolvimento Econômico I; Teoria Geral da Administração; Desenvolvimento Econômico II; Organização Industrial I; Matemática Financeira; Economia Regional e Urbana; Economia Internacional; Elaboração e Análise de Projetos de Investimentos; Economia do Setor Público; Economia Monetária Financeira; e Direito Econômico (Figura 9).

Figura 9 - Fluxograma do curso integral de Ciências Econômicas em Campos dos Goytacazes



Fonte: Site do Departamento de Economia da UFF Campos dos Goytacazes (2024)

Os fluxogramas apresentados refletem a organização da área da Economia para o ensino de cada curso de Ciências Econômicas da UFF. Um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) adequado deve refletir todos os aspectos levados em consideração pela comunidade discursiva.

5.5 Instituições de comunicação científica

As instituições de pesquisa também fazem parte do arcabouço principal a ser observado no contexto da análise de domínio. No âmbito da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, há algumas instituições que têm como finalidade a comunicação científica. Elas servem para análise como os profissionais da área se comunicam e foram identificadas no site do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF.

Esta subseção representa a abordagem Estudo de estruturas e instituições de comunicação científica da análise de domínio proposta por Hjorland. Cada grupo de pesquisa será apresentado de forma sucinta para que sejam conhecidos e compreendidos. Os grupos de pesquisa que pertencem à Faculdade de Economia atualmente são ligados ao Programa de Pós-Graduação em Economia da UFF (PPGE-UFF) como o Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (CEDE); o Centro de Estudos de Macroeconomia e Finanças (CEMAFIN); o Grupo de Pesquisa em Financeirização e Desenvolvimento (FINDE); o Grupo de Energia e Regulação (GENER); o Ontologia crítica (GEPOC-UFF); o Núcleo de Estudos em Economia e Sociedade Brasileira (NEB-UFF); o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX); o Núcleo de Inovação, Meio Ambiente e Sustentabilidade (NIMAS); e o Núcleo de Estudos em Indústria, Energia, Território e Inovação (NIETI).

O propósito do CEDE é produzir estudos sobre a desigualdade social e suas implicações para o desenvolvimento do país. Tem o enfoque multidisciplinar aplicado a temas como pobreza multidimensional, mercado de trabalho, mobilidade urbana, modelos de crescimento equitativo, desigualdades de renda, riqueza e oportunidades como educação e saúde, justiça distributiva, tributação progressiva, políticas sociais e estados de bem-estar comparados, em seus vínculos com propósitos e estratégias de desenvolvimento.

O CEMAFIN é formado por professores e pesquisadores do PPGE-UFF com elevada produção científica internacional.

O FINDE congrega pesquisadores e alunos de pós-graduação da UFF e de outras instituições, interessados em discutir questões acadêmicas relacionadas ao avanço do processo de financeirização e seus impactos sobre o desenvolvimento socioeconômico das economias modernas. O propósito do grupo é produzir estudos sobre como o avanço da financeirização tem transformado o ambiente macroeconômico condicionando decisões econômicas de famílias, firmas e governos, com desdobramentos sobre a dinâmica das economias no curto e

no longo prazo. abarca temas da microeconomia – tomada de decisão dos agentes; funcionamento de mercados específicos; incentivos aos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico – da macroeconomia – instabilidade financeira sistêmica; regulação do sistema financeiro; autonomia e eficácia de política econômica; assimetrias internacionais – e da interação entre estas duas dimensões analíticas.

O GENER é um grupo de pesquisa voltado para temas econômicos e regulatórios no mercado de energia. Ele busca fortalecer o ensino de Economia da Energia no Brasil e contribuir, através de suas pesquisas, para soluções sustentáveis em termos econômicos e ambientais. O grupo possui um blog chamado Ensaio energético.

O GEPOC reúne pesquisadores e estudantes interessados em compreender criticamente o tipo fundamental de dominação de nossa formação social e em pensar modos para sua superação. é um grupo de estudos e pesquisas de caráter interdisciplinar, vinculado à UFF, do qual participam pesquisadoras e pesquisadores de diversas universidades e áreas do conhecimento interessados numa leitura da obra de Marx, que, em um paradoxo apenas aparente, caracteriza-se tanto pela recuperação de seu sentido original quanto de uma inovação em relação às interpretações correntes. O intuito é resgatar o potencial da crítica marxiana à sociedade do capital e pensar saídas emancipatórias diante do tipo de dominação próprio dessa formação, levando ainda em conta suas especificidades em nossa quadra histórica atual.

O NEB-UFF tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas sobre economia brasileira, em seus diversos aspectos (histórico, político, macroeconômico, setorial, regional e internacional), sob a perspectiva da heterodoxia. O NEB compreende como heterodoxas as abordagens que rejeitam a hipótese segundo a qual o livre mercado proporciona a melhor forma possível de organização da economia e da sociedade. Este grupo de pesquisa, portanto, é aberto à possibilidade de possuir, em seus quadros, professores, pesquisadores e estudantes (de graduação e pós-graduação) das seguintes linhas: keynesianos, pós-keynesianos, kaleckianos, regulacionistas, estruturalistas, marxistas e sraffianos. O NEB surgiu a partir da preocupação de um conjunto de professores/pesquisadores do Departamento de Economia da UFF, da UFRJ e da UERJ/ENCE, que estão vinculados pela preocupação e motivação comum de pensar o Brasil a partir de uma perspectiva progressista (política e econômica) de desenvolvimento da nação.

O NIEP-Marx surgiu em 2003 da reunião de professores/pesquisadores das áreas de História, Sociologia, Economia, Educação, Serviço Social e Arquitetura. Originou-se de trabalho docente coletivo com movimentos sociais (Curso de Extensão “Realidade

Brasileira") e mantém a articulação entre docência, pesquisa e extensão. O objetivo central do NIEP-Marx é a reflexão interdisciplinar a partir do materialismo histórico, eixo articulador de suas análises, a respeito do trabalho, da cultura e da política. As principais atividades desenvolvidas pelo grupo são, até o presente momento: a articulação da pesquisa dos professores-pesquisadores do grupo; o desenvolvimento de atividades de pesquisa coletiva; a organização do evento *Marx e o Marxismo*, que ocorre anualmente desde 2007; a organização do Fórum-NIEP para apresentação e discussão das pesquisas elaboradas pelos participantes do núcleo e/ou de pesquisadores nas áreas de interesse cobertas pelo NIEP; a organização de palestras, eventos e conferências que divulguem a perspectiva teórica marxista; a preparação de textos de divulgação do trabalho dos pesquisadores do grupo; a Revista Marx e o Marxismo: revista do NIEP-Marx; a integração com núcleos semelhantes no Brasil e no Exterior.

O NIMAS é um laboratório multidisciplinar e interprofissional de desenvolvimento tecnológico e extensão da Faculdade de Economia da UFF, integrado a atividades de pesquisa e de ensino. É um Programa de Extensão Tecnológica que tem, como objetivo principal, levar o conhecimento e experiência do corpo docente do Departamento de Economia à comunidade acadêmica e à comunidade externa por meio de: assessoria em projetos de consultoria com empresas públicas e privadas, identificação de oportunidades de inserção de novos produtos e serviços no mercado através de uma tecnologia de produto ou serviço, desenvolvimento de projetos de pesquisa, iniciação científica e desenvolvimento tecnológico, realização de seminários nacionais e internacionais, integração com outros grupos de pesquisa nacionais e internacionais e geração de material bibliográfico nas áreas de: empreendedorismo, economia criativa, sustentabilidade, meio ambiente e energia. Adicionalmente, o programa tem como proposta a inserção dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação em Economia em suas atividades, tornando possível, através de práticas extensionistas, a aplicação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas desses cursos e de outros departamentos da UFF (LinkedIn).

Também há o NIETI, porém não consta nenhum tipo de informação detalhada sobre ele disponível *on-line*.

Outra modalidade de comunicação científica na universidade é a Revista Econômica que é uma publicação semestral do PPGE-UFF. Ela apresenta artigos e resenhas em Economia, principalmente de autoria de pesquisadores de outras instituições, o que demonstra uma característica heterogênea. A revista conserva duas especificidades do PPGE: a ***pluralidade temática e metodológica***, e uma ênfase em questões de ***policy***, características do

programa. Cada número da revista é composto por pelo menos três artigos e por um dossiê temático, que funciona como um fórum público de discussão. Os artigos são de conteúdo e abordagem variados e submetidos a dois avaliadores especialistas, em sistema *double blind review*. O dossiê é formado por contribuições convidadas de especialistas nacionais e internacionais, de excelência amplamente reconhecida (Universidade Federal Fluminense, [2024]).

O estudo detalhado da área, que foi viabilizado pela metodologia de análise de domínio, possibilitou o estabelecimento das categorias que conformam o domínio da Economia. Sendo assim, após esta etapa, demonstra-se a categorização que foi proposta - no âmbito do projeto "Treinamento em Gestão de Bases Terminológicas da UFF" - para a organização dos conceitos que servirão para indexação.

5.6 Categorização do domínio da Economia

O tesauro conceitual, segundo Campos e Gomes (2006, p. 354), "reúne dois princípios fundamentais para sua elaboração: o conceito, como unidade de representação, e o uso de categorias, como base para organização de sistemas de conceitos". As categorias são conceitos mais abrangentes em que não há qualquer outro conceito acima delas. São utilizadas para dividir um domínio do conhecimento de forma coerente e compreensível aos pesquisadores. Elas fornecem a base para a organização do pensamento, por isso são chamadas de categorias de pensamento (Universidade Federal Fluminense, 2024b).

Baseados em Aristóteles, alguns autores criaram categorias na área da Organização do Conhecimento (OC) como Ranganathan e Dahlberg. Suas categorias fundamentam muitos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). O uso das categorias na OC para a organização de conceitos em um determinado domínio do conhecimento foi introduzido por Ranganathan, por meio de sua teoria da classificação facetada, em que utiliza "a noção de categoria para a análise dos assuntos contidos nos documentos e para a organização dos componentes desses assuntos (isolados) em um esquema de classificação" (Campos; Gomes, 2006, p. 355). Do mesmo modo, Dahlberg usa a categoria para a compreensão da natureza do conceito e para a composição de estruturas conceituais, dois processos considerados por ela complementares (Campos; Gomes, 2006).

A finalidade da categorização é auxiliar na organização de um domínio do conhecimento, como um primeiro agrupamento, visando a distribuição de classes de conceitos

de natureza semelhante. Entretanto, é possível que algumas categorias não se manifestem em todos os domínios de conhecimento devido às características e contextos de cada área. É o caso da área da Economia. Após a análise de domínio, foi possível identificar as seguintes categorias que compõem o domínio estudado: Entidade abstrata/intelectual; Artefato/Objetos materiais; Papéis; Entidade da natureza; Propriedade/atributo/estado; Evento/atividade/processo; Tempo/fase; Espaço/posição (Universidade Federal Fluminense, 2024b).

Como exemplo de cada categoria, utilizam-se nesta subseção termos indexadores que compõem o vocabulário atual da Universidade Federal Fluminense (UFF). A categorização deve ser realizada após a análise de domínio e a definição dos termos do vocabulário. Os termos do vocabulário atual da UFF foram analisados e definidos durante o projeto "Treinamento em Gestão de Bases Terminológicas da UFF". Por isso, pode-se realizar a categorização deles e apresentar alguns termos e suas categorias como exemplo (Quadro 9).

Quadro 9 - Exemplo de categorização de termos da Economia

Termo	Definição	Categoria
Mercantilismo	Doutrina consolidada no século XVIII, segundo a qual a riqueza e o poder de um país dependem do aumento da população, do acúmulo de divisas em metais preciosos, do estímulo ao comércio exterior e da valorização do comércio e da indústria em detrimento da agricultura.	Entidade abstrata/intelectual
Fisiocracia	Escola de pensamento econômico desenvolvida na França durante o século XVIII que defendia que toda riqueza se extrai da natureza e que a agricultura é a única atividade geradora de um excedente, um produto líquido que se distribui entre as diferentes classes sociais, sendo a classe dos agricultores considerada a única produtiva.	Entidade abstrata/intelectual
Propriedade privada	A garantia ou a segurança que se atribui a certa pessoa (o proprietário), para que possa dispor e usar da coisa que lhe pertence segundo sua vontade, dirigida segundo os preceitos e regras legais.	Artefato/Objetos materiais
Balanço de pagamentos	Registro de todas as transações de caráter econômico-financeiro realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países.	Artefato/Objetos materiais
Economista	Profissional especializado na análise e compreensão das atividades econômicas que moldam sociedades, empresas e governos. Sua função principal é estudar como os recursos são distribuídos, alocados e utilizados em diferentes contextos econômicos.	Papéis
Consumidor	Pessoa que seja impactada pelo produto ou processo, que participe do processo, desde a sua concepção até o seu consumo.	Papéis
Recursos energéticos	Recursos naturais que possam ser aproveitados para obter energia.	Entidade da natureza
Valor	Atributo que dá aos bens materiais sua qualidade de bens econômicos.	Propriedade/atributo/estado
Dívida externa	Débitos de um país, garantidos por seu governo, resultantes de	Propriedade/atributo/estado

	empréstimos e financiamentos contraídos com residentes no exterior.	
Industrialização	Processo histórico e social através do qual a indústria se torna o setor dominante de uma economia, mediante a substituição de instrumentos, técnicas e processos de produção, resultando em aumento da produtividade dos fatores e a geração de riqueza.	Evento/atividade/processo
Substituição de importação	Processo interno de desenvolvimento caracterizado pela produção local de bens tradicionalmente importados, estimulado por desequilíbrio externo e que resulta na dinamização, crescimento e diversificação do setor industrial.	Evento/atividade/processo
Ciclo econômico	Flutuação periódica e alternada de expansão e contração de toda atividade econômica de um país ou de um conjunto de países.	Tempo/fase
Espaço econômico	Espaço constituído de um conjunto de relações definidoras de certo objeto, caracterizado por relações de natureza econômica (produção, consumo, tributação, investimento, exportação, importação e migração).	Espaço/posição
Localização industrial	Local de instalação da indústria escolhido em função da natureza do produto e dos custos de transporte até o mercado consumidor.	Espaço/posição

Fonte: Projeto Treinamento em Gestão de bases terminológicas (2024)

O Quadro 6 permite a visualização de um recorte do processo de categorização dos termos da área da Economia.

Espera-se que a análise de domínio e o processo de categorização expostos nesta seção sirvam como modelo para o estudo e representação de outros domínios do conhecimento da UFF.

6 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE TESAUROS

Esta seção se constitui do resultado da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) apresentada na seção **Metodologia** e das Diretrizes para elaboração de tesauro nas bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Alguns guias de elaboração de tesauros, desenvolvidos recentemente, se baseiam na estrutura da norma internacional ISO 25964-1 (2011). Podemos citar como exemplo o Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021), elaborado pelo IBICT, para o contexto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Este Guia tem como base teórica a norma internacional ISO 25964-1 (2011), além de orientações apresentadas pela norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005: *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies (*American National Standards Institute; National Information Standard Organization, 2010), e a norma brasileira NBR 12.676: Métodos para análise de documentos, determinação de seus assuntos, seleção de termos para indexação (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 1992). Entretanto, diferentemente da metodologia da análise de domínio proposta nesta pesquisa para ser usada na Universidade Federal Fluminense (UFF), o guia elaborado pelo IBICT sugere a utilização de uma das quatro abordagens mencionadas na ANSI/NISO Z39.19.

Nesse ínterim, uma das bases principais para o desenvolvimento das Diretrizes para elaboração de tesauros na UFF escolhida é a norma internacional ISO 25964-1: *information and documentation - thesauri and interoperability with other vocabularies - part 1* (International Organization of Standardization, 2011), com algumas adaptações, por ser utilizada na maioria das pesquisas e estudos analisados sobre a construção de tesauros brasileiros, verificados na Revisão Sistemática de Literatura (RSL), cujos resultados se encontram a seguir.

6.1 Revisão sistemática de literatura sobre o uso de normas para a elaboração de tesauros

Expõe-se nesta subseção o protocolo de revisão utilizado e os resultados da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) sobre o uso de normas nacionais e internacionais para elaboração de tesauros.

Quadro 10 - Protocolo da RSL

Etapas	Descrição

Justificativa	Uma revisão sistemática sobre o uso de normas para a elaboração de tesauros em bibliotecas permite a consolidação do conhecimento existente sobre o assunto e a identificação de boas práticas e desafios encontrados em diferentes contextos.
Questão de pesquisa	Quais são as normas nacionais e internacionais utilizadas atualmente na elaboração de tesauros em bibliotecas e quais são as suas orientações?
Estratégias de busca	Nas bases de dados OasisBR, a Plataforma Sucupira, Base de Dados de Teses e Dissertações (BDTD): norma E tesauro / ABNT E tesauro / "ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS" E TESAURO / ISO AND thesaurus / ISO E tesauro / standard AND "thesaur*" / "desenvolvimento de tesauro" / "construção de tesauro" / "criação de tesauro" No Google Acadêmico: norma E tesauro E biblioteconomia
Critérios de elegibilidade	Critérios de inclusão e exclusão de documentos: Tipo de documento - trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses Relevância temática - estudos que abordam explicitamente o uso de normas na construção de tesauros Período de publicação - últimos 5 anos (2020 a 2024) Idioma - publicações em português, espanhol e inglês Base de dados - Google Acadêmico, BDTD, Plataforma Sucupira, Oasisbr Acesso ao texto completo - trabalhos disponíveis integralmente para análise detalhada Duplicidade de documentos - exclusão de duplicatas
Procedimentos de seleção de estudos	Leitura de títulos, resumos, introduções, metodologias e conclusões.
Estratégia de extração de dados	Definição das informações a serem extraídas (ex.: autores, ano, modelos, normas e garantias utilizadas). Uso de tabelas e fichas padronizadas para coleta de dados.
Síntese dos dados extraídos	Apresentação dos resultados de forma descritiva. Discussão das principais implicações dos resultados. Limitações da revisão (idioma, recorte temporal)
Estratégia de disseminação da revisão	Publicação em periódico científico relevante na área da Ciência da Informação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025) baseado em Kitchenham e Charters (2007).

A partir das buscas realizadas com a aplicação das estratégias de busca mencionadas no Quadro 10, foram recuperados 10 Trabalhos de Conclusão de Curso, 28 dissertações e 26 teses nas bases de dados utilizadas. O Quadro 11 mostra especificamente quantos documentos foram recuperados em cada base.

Quadro 11 - Total de documentos recuperados por base de dados

Bases de dados	**Quantidade total de documentos**	**Quantidade de documentos relevantes recuperados (2020-2024)**

	recuperados (2020-2024)			
		Dissertações	**Teses**	**TCC**
Google acadêmico	955	13	13	10
Base de Dados de Teses e Dissertações	12	3	2	x
Plataforma Sucupira	16	6 (2 não duplicatas)	6 (1 não duplicata)	x
OasisBR	28	6 (1 não duplicata)	5 (1 não duplicata)	x
TOTAL	1016	28	26	10

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A partir dos estudos selecionados como relevantes, que responderam à questão de pesquisa da RSL, elaborou-se um quadro com as referências que representam uma amostra do extrato dos documentos selecionados e suas respectivas contribuições em relação ao processo de construção de tesauros (Quadro 12). Destacaram-se, no quadro a seguir, as normas e modelos de elaboração de tesauros e as garantias utilizadas na validação dos termos do tesauro que foram tratadas em cada documento relevante recuperado na revisão. As referências de todos os documentos relevantes da pesquisa e suas contribuições encontram-se disponíveis no Apêndice B desta dissertação. Faz-se importante mencionar que foram detectadas, durante a seleção de estudos, 12 duplicatas de dissertações e 11 duplicatas de teses.

Quadro 12 - Amostra de extrato dos documentos selecionados na RSL

	Documentos	**Contribuições ao processo de construção de tesauros**		
		Normas/Modelos	**Garantias**	**Base de dados**
1	MIRANDA, Letícia dos Santos. **Análise das metodologias de avaliação de tesauros**: categorização dos critérios qualitativos de avaliação. 2024. 204 f.	• Etapas de elaboração de tesauros (**Elaboração de tesauro documentário: tutorial, 20–; Guia**	Garantia literária Garantia de uso (Garantia do usuário; Endosso do	Google acadêmico

	Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79294. Acesso em: 27 abr. 2025.	**de construção de tesauros, 2021**; **ISO 25964-1, 2011**) • Manutenção de tesauros (**Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngues, 1984; ANSI/NISO Z39.19-2005, 2010**)	usuário)	
2	MINHO, Amanda Guise. **Mapeamento das tipologias de relações associativas dos termos do subcampo "Sociologia da Educação" do Thesaurus Brasileiro de Educação (Brased)**. 2024. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281794. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Definições de conceitos (**ISO 704, 2022**) • Relações entre termos (**ISO 25964-1, 2011**)	Garantia literária Garantia do usuário	Google acadêmico
3	MOURA, Kamila de Andrade. **Estudo do domínio documental jurídico para construção de tesauro de tipos documentais na ferramenta Thesa**. 2024. 430 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277306. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Definições de conceitos (**ANSI/NISO Z39.19, 2005**) • Etapas de elaboração de tesauros (**ISO 25964-1, 2011**) • Relações entre termos (**ANSI/NISO Z39.19, 2005; ISO 25964-1, 2011)** • Apresentação das normas (**ISO 25964-2, 2013)**	Garantia organizacional Garantia literária Garantia de uso Garantia cultural	Google acadêmico OasisBR
4	MORAIS, Natanna Santana de. **Construção de tesauros e análise de domínio**: perspectivas conceituais, teóricas e metodológicas a partir das influências étnicas nos léxicos. 2024. 257 f. Tese	• Apresentação das normas (**ISO 25964-2, 2013**) • Evolução das normas (**ANSI/NISO Z39.19-2005, 2010;**	Garantia literária Garantia cultural Garantia de uso Garantia filosófica	Google acadêmico OasisBR

	(Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33679. Acesso em: 27 abr. 2025.	**ISO 25964, 2011, 2013**; **BS 5723; ISO 5964; ISO 2788; DIN 1463; BS 8723)** • Etapas de elaboração de tesauros (**Metodologia para construção de vocabulários controlados projetada para diferentes idiomas (CoVoMe)**; **Metodologia holística de construção de tesauro**)	Garantia estrutural	
5	CRUZ, Maria Carolina Andrade e. **Gerenciamento da construção e manutenção de linguagens de indexação em bibliotecas universitárias**. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/257422. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Abreviaturas; Relação entre termos; Relação entre termos; Notas; Manutenção de tesauros; Apresentação das normas; Etapas de elaboração de tesauros (**ISO 25964-1, 2011**)	Garantia literária Garantia de uso	Google acadêmico

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Na RSL, após a etapa de seleção dos estudos, foram identificados 41 documentos relevantes, dentre eles, 10 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), 16 dissertações e 15 teses (Apêndice B). Destaca-se que se encontraram termos sinônimos para o termo Garantia de uso nos documentos analisados: garantia do usuário e endosso do usuário, conforme apresentado no Quadro 12.

Respondendo à questão de pesquisa da RSL, os estudos selecionados e analisados apontam o uso das seguintes normas e modelos para a elaboração de tesauros:

1) Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngues, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 1984;

2) Elaboração de tesauro documentário: tutorial, elaborado por Maria Luiza de Almeida Campos, Hagar Espanha Gomes e Dilza Fonseca da Motta, com última atualização em 2004;

3) norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010);

4) norma internacional ISO 25964-1 publicada em 2011;

5) norma internacional ISO 25964-2 publicada em 2013;

6) Guia de construção de tesauros publicado em 2021 pelo IBICT;

7) Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993);

8) norma internacional ISO 704, edições de 2000 e de 2022;

9) Modelo metodológico integrado para a construção de tesauros (Cervantes, 2009).

A seguir, apresentam-se de forma resumida as contribuições dos estudos recuperados referentes às normas e modelos mencionados. Foram utilizadas categorias para divisão dos assuntos abordados nas normas. São elas: apresentação das normas; etapas de elaboração de tesauros; abreviaturas; relações entre termos; manutenção de tesauros; reutilização de tesauros; definições de conceitos; evolução das normas; notas; fichas terminológicas; e questões de interoperabilidade.

6.1.1 APRESENTAÇÃO DAS NORMAS

A norma mais atualizada que se trata da construção de tesauros para a recuperação da informação e da capacidade de integração com outros instrumentos de controle de vocabulário, usufruindo da interoperabilidade, é a norma ISO 25964 que se divide em duas partes: a primeira parte se denomina *Thesauri for information retrieval*, que aborda o tesauro para recuperação da informação, publicada em 2011; e a segunda parte denominada como *Interoperability with other vocabularies*, que trata da interoperabilidade com outros vocabulários, publicada em 2013 (Cruz, 2024; Brito, 2022; Maia, 2022; Nascimento, 2022; Marcelino, 2021; Silveira, 2021). Bandolin (2024) apresenta a instituição responsável pela elaboração dessa norma, a *International Organization for Standardization* (ISO), fundada em 1964, que proporciona a edição de normas desenvolvidas por estudiosos para indicar a melhor maneira de fazer algo.

A gestão da construção e a manutenção de linguagens de indexação estão presentes na norma ISO 25964, que se refere ao planejamento para o desenvolvimento de tesauros (Cruz, 2024). Cruz (2024) e Ferreira (2023) afirmam que, embora ambas as partes da norma ISO 25964 abranjam orientações direcionadas aos tesauros, elas são compostas por informações

importantes que podem ser aproveitadas e aplicáveis na elaboração de outros tipos de vocabulários, exceto em índices finais. Uma informação importante a ser mencionada é que essa norma considera o fator humano na indexação ao entender que a percepção humana está geralmente envolvida na seleção de termos de indexação (Cruz, 2024).

Maia (2022) destaca que a norma ISO 25964-1 (2011) foi construída por representantes de vários países, a partir da adoção de padrões americanos e britânicos já validados por cientistas e que o uso de normativas internacionais são fundamentais para dar credibilidade e trazer orientações universalmente aceitas.

Na norma ISO 25964-1 (2011) existem manifestações explícitas de preocupação com a interoperabilidade, com o multilinguismo e com o multiculturalismo, demonstrando atenção tanto aos aspectos locais quanto globais da Organização do Conhecimento (Ribeiro, 2024). Além disso, Ferreira (2023) relata que a norma também fornece um modelo de dados e uma recomendação de formato para a importação e exportação de dados de tesauros, sendo a norma aplicável a tesauros monolíngues e multilíngues. A ISO 25964-1 (2011) oferece recomendações para a escolha de software de gestão de tesauros, inclusive explica que, ao implementar um tesauro em um sistema de recuperação da informação, os termos e suas relações podem abranger a expansão da busca, apresentar sugestão de termos de busca alternativos, detectar os erros ortográficos comuns; e o apoiar a indexação automática (Ferreira, 2023; Bispo, 2022). Além disso, Bispo (2023) relata que, para que haja interoperabilidade entre as linguagens documentárias, é essencial o uso de padrões internacionais na documentação como as normas ISO 25964-1 (2011) e ISO 25964-2 (2013) que se sobressaem por apresentarem a interoperabilidade entre os vocabulários controlados.

Rio Branco (2020) expõe resumidamente todas as dezoito seções que compõem a norma ISO 25964-1 (2011):

1. Escopo da norma
2. Termos e definições
3. Símbolos, abreviaturas e outras convenções.
4. Revisão e objetivos do tesauro: apresenta os objetivos do controle de vocabulário, do uso de tesauros, e os tipos de relações, paradigmáticas e sintagmáticas.
5. Conceitos e seu escopo em um tesauro apresenta tipologia e exemplos de conceitos e notas de escopo que podem ser incluídos em tesauros.
6. Termos do tesauro
7. Conceitos complexos

8. Relações de equivalência em contexto monolíngue
9. Equivalência entre linguagens para tesauros multilíngues
10. Relações entre conceitos (relações hierárquicas, de gênero-espécie, de todo-parte e de instância, relações poli-hierárquicas; e relações associativas);
11. Análise facetada: apresenta orientações para a aplicação de análise facetada no arranjo sistemático do tesauro;
12. Apresentação e leiaute (apresentação alfabética, apresentação hierárquica e apresentação classificada);
13. Gerenciando a construção e manutenção de tesauros: apresenta o processo administrativo relativo aos tesauros desde o planejamento até a manutenção e atualização que ocorrem após a publicação do tesauro.
14. Diretrizes para gestão de softwares de tesauros
15. Modelo de dados: apresenta um modelo de dados em Unified Modeling Language (UML) para intercâmbio de tesauros.
16. Integração de tesauros com aplicações: apresenta características que permitem a interoperabilidade dos tesauros com sistemas em rede que gerenciam tesauros e/ou sistemas de indexação e pesquisas em que estes serão utilizados.
17. Formatos de intercâmbio: apresenta os formatos mais conhecidos de representação de dados de autoridade como o formato MARC21, o Esquema de Descrição de Autoridades em Metadados (MADS), o SKOS, o Zthes e o DD 8723-5.
18. Protocolos: apresenta os protocolos de transmissão de dados que são ferramentas essenciais para que os tesauros funcionem em redes digitais, constituindo-secomo uma ferramenta de apoio à interoperabilidade semântica. Como exemplo a norma expõe o SWAD-E SKOS API que é uma API (Interface de programação de aplicações) para serviços Web planejada para permitir acesso a tesauros e outras linguagens SKOS via Web e o ADL Thesaurus Protocol (Alexandria Digital Library) que é um protocolo para acessar tesauros monolíngues, adaptado para uso na Web.

A segunda parte da norma ISO 25964, a ISO 25964-2 (2013), completamente dedicada à interoperabilidade (Xavier, 2023), apresenta recomendações para uniformização de tesauros e vocabulários controlados com objetivo de aplicação em ambientes automatizados e de interoperabilidade em rede (Moura, 2024). Jesus (2022) destaca que a norma não se aplica a banco de dados ou a softwares utilizados diretamente em aplicações de pesquisa ou de

indexação, entretanto ela indica a necessidade de uso desses aplicativos a partir das recomendações do gerenciamento de tesauros. Ela fornece padrões para a aplicação do modelo de dados *Simple Knowledge Organization System* (SKOS), desenvolvido pelo *World Wide Web Consortium* (W3C) em 2009 a fim de simplificar a interoperabilidade e a reutilização entre SOCs por meio da web semântica (Moura, 2024). Morais (2024) traz uma afirmação de que a ISO 25964-2 (2013) viabiliza a apresentação de um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) em SKOS compatível com máquinas ao fornecer estratégias como a equivalência composta e os rótulos de nós. Xavier (2023) explica que os rótulos de nós não são termos do tesauro, servindo apenas para visualização sistemática, e por isso devem ser diferenciados tipograficamente.

Rosado (2024) informa que a norma ISO 25964-2 (2013) determina que os vocabulários podem comportar a interoperabilidade, além de incluir mapeamentos para outros vocabulários desde que apresentem dados em formatos padrão e utilizem sistemas que suportam protocolos de computação comuns. A norma evidencia os problemas e limitações dos formatos de intercâmbio de dados terminológicos, como *Machine Readable Cataloging* (MARC), Zthes, DD8723-5 e SKOS, indicando a necessidade de ajustes nesses formatos (Ferreira, S., 2023). Em relação ao mapeamento, o padrão pressupõe que os vocabulários devem ser mantidos como entidades separadas, conectadas por meio de seus conceitos correspondentes (Ferreira, S., 2023). Ela ainda apresenta as características principais de oito tipos de SOCs: esquemas de classificação, esquemas de classificação usados para gestão de registros (arquivos), taxonomias, esquemas de cabeçalho de assunto, ontologias, terminologias, listas de autoridade de nomes e anéis de sinônimos (Ferreira, S., 2023). Além de abordar o mapeamento de cada um desses SOC entre tesauros, a norma também fornece esclarecimentos sobre os seus componentes semânticos e relacionamentos comparados aos de um tesauro (Ferreira, S., 2023). A norma também sugere que o tesauro seja traduzido para uma ontologia, de forma que as características inerentes à ontologia sejam adicionadas caso necessário (Ferreira, S., 2023).

A norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) serve também como guia para elaboração de vocabulários monolíngues (Brito, 2022) e abrange quatro tipos diferentes de SOCs: as listas de termos, os anéis de sinônimos, as taxonomias e os tesauros (Souto, 2024). Xavier (2023) informa que o acesso à norma é gratuito disponível no endereço eletrônico da *National Information Standards Organization* (NISO). A norma foi publicada pela NISO, uma instituição estadunidense, que pretendia apresentar diretrizes para o conteúdo, a exibição, a construção, os testes, a manutenção e o gerenciamento de vocabulários

controlados monolíngues (Nascimento, 2022). Ela foi a primeira norma elaborada para a construção de tesauros impressos e eletrônicos (Marcelino, 2021).

No Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é a instituição responsável por promover a edição padrões normativos como a norma ABNT NBR 12676 (1992) que se intitula "Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimento" e faz referência à norma ISO 2788 (1986) (Bandolin, 2024).

Pode-se observar que algumas instituições brasileiras tiveram a preocupação em desenvolver guias para a elaboração de tesauros. Por exemplo, Bandolin (2024) relata que o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em parceria com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) elaborou o Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021) e professoras/pesquisadoras da área da Biblioteconomia elaboraram o Tutorial de elaboração de tesauro documentário, (Campos; Gomes; Motta, 2004), sendo os dois documentos instrucionais baseados nas normas nacionais e internacionais. Destaca-se que Shitaku *et al*. (2021) explicam que um termo que representa um conceito em uma determinada área, pode ser usado para representar outros conceitos totalmente diferentes em outras áreas, ainda que as semelhanças semânticas permaneçam. De acordo com os autores ainda, esse conceito pode ser individual se definir um único objeto ou geral se definir dois ou mais objetos distintos, porém que tenham características em comum (Shintaku *et al*., 2021).

As Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993) são compostas por um conjunto de regras indicadas para a elaboração de tesauros, seja por meio manual ou mecânico, mas não considera a área do conhecimento, o domínio (Brito, 2022).

Segundo Silva (2015) *apud* Rosado (2024), as normas terminológicas desenvolvidas pela *International Organization for Standardization* (ISO), ISO 704 (2009) - *Terminology work - principles and methods* e ISO 1087 (2000) - *Terminology work - vocabulary*, devem ser aplicadas como suporte às normas documentárias de elaboração de tesauro, ISO 25964-1 (2011) e ISO 25964-2 (2013) já que elas apresentam conteúdos semelhantes, principalmente referentes às relações entre termos e conceitos. As normas terminológicas disponibilizam bases consistentes para uma boa compreensão do sistema de relações entre os conceitos, essencial para a elaboração das estruturas conceituais e do arranjo sistemático dos vocabulários (Silva, 2015 *apud* Rosado, 2024).

Gomes (2023) informa que as Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues, publicada pelo IBICT, em 1984, são as diretrizes mais antigas de construção de tesauro. Elas foram desenvolvidas a partir dos Princípios diretivos da *British Standard Institution* BSI 5723 (1979) – Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Cervantes, 2009; Brito, 2022).

Já as Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues, publicadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1993, correspondem a uma versão revista e ampliada do *Bibliographic Systems and Standards Office*, desenvolvido pela *British Library*, de Londres, preparado por Derek Austin e Peter Dale (Cervantes, 2009). Gomes (2023) destaca que a versão em português do Brasil das diretrizes da UNESCO originou-se de uma tradução feita por pesquisadoras brasileiras.

O Modelo metodológico integrado para a construção de tesauros é um produto da tese de doutorado de Cervantes (2009). Ele traz uma compilação de etapas e de procedimentos de modelos e diretrizes antigos apontados na literatura por autores que trataram dos processos de construção de tesauros (Gomes, 2023). O modelo de Cervantes ainda é considerado, de acordo com Gomes (2023), como um modelo importante e necessário principalmente para as Ciências Exatas, a Matemática, e as Engenharias, por exemplo, porém para as Ciências Humanas e Sociais, ele é um modelo que precisa ser analisado cuidadosamente em relação ao domínio que será representado e as demandas sociais por diversidade e verdade.

Brito (2022) apresenta diversas normas relacionadas à elaboração de vocabulários: a norma NBR 13790 (1997) que é utilizada principalmente para a elaboração de glossários nacionais e internacionais, com foco metodológico na harmonização dos conceitos; a norma NBR 13789 (1997) que fornece princípios para elaboração de terminologias; a norma NBR 12676 (1992) que trata do uso de termos preferidos, que são conhecidos também como termos descritores; *Deutsches Institut für Normung* DIN 1463 (1976), norma alemã para elaboração de tesauros; e a *Association Français de Normalization*, AFNOR Z47-100 (1973), norma francesa para elaboração de tesauros.

6.1.2 EVOLUÇÃO DAS NORMAS

A primeira versão da norma ANSI/NISO Z39.19, publicada em 1993, que era compatível com a norma ISO 2788 (1986), tinha uma cobertura detalhada de certas áreas de controle de vocabulário, se sobressaindo como o primeiro padrão normativo a trabalhar com telas e sistemas de controle de gestão (Aitchison; Clarke, 2004 *apud* Morais, 2024).

Incluíram-se critérios para a manutenção de SOCs por meio de gerenciadores de tesauros automatizados na norma ANSI/NISO Z39.19, de 2005 (Sánchez-Cuadrado; Colmenero-Ruiz; Moreiro, 2012 *apud* Morais, 2024).

Conforme Morais (2024), os padrões normativos BS 8723, de 2005 e 2008, ANSI/NISO Z39.19-2005 e ISO 25964 incorporaram outros vocabulários controlados além dos tesauros como as listas, os anéis de sinônimos, as taxonomias, as listas de autoridades, as ontologias e as tabelas de classificação, almejando uma adequação para permitir o compartilhamento de dados nos ambientes digitais. Morais (2024) informa que os princípios e as orientações práticas de elaboração de tesauros surgiram com a norma alemã DIN 1463, em 1972, que foi seguida pela norma internacional ISO 2788 e pela norma norte-americana ANSI/NISO Z39.19, ambas publicadas em 1974 para tesauros monolíngues, e pela norma internacional ISO 5964, de 1985, para tesauros multilíngues, que deu origem à *British Standards Institution* BSI 5723, de 1987, primeira versão traduzida da ISO 5964 (1985). A norma BSI 5723 (1979), de acordo com Gomes (2023), teve como base a norma ISO 2788 (1974). Segundo Maia (2022), as normas ISO 25964-1 (2011) e ISO 25964-2 (2013) foram baseadas na norma britânica BS 8723 (2005).

Costa (2022) destaca que a norma ISO 5964 (1985) apontava a apresentação do tesauro como essencial, sendo necessária a decisão se ele seria apresentado de forma sistemática ou alfabética e qual o idioma seria adotado. Se o tesauro fosse monolíngue, teria que seguir a norma ISO 2788 (1986) que orientava a construção de tesauros com apenas um idioma, e se o tesauro fosse multilíngue, deveria seguir a norma ISO 5964 (1985) que possuía orientações para tesauros compostos por mais de uma língua.

Cruz (2024) e Jesus (2022) informam que as normas ISO 25964-1 (2011) e ISO 25964-2 (2013) substituíram a norma ISO 2788 (1974) e reúne novos elementos: a Web Semântica e a interoperabilidade semântica. Sobre a evolução da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010), Gomes (2023) explica que a sua primeira edição foi publicada em 1974, tendo novas edições em 1993 e 2003, uma atualização em 2005 e outra em 2010.

Prado (2020) explica que a norma ISO 704, *Terminology work – principles and method*, tanto a edição de 1987 quanto a de 2000, apresenta diretrizes para a construção de terminologias com a concepção de que as linguagens científicas e técnicas são distintas da linguagem natural. Com isso, a norma ISO 704 (2009): *principles and methods of terminology* evoluiu ao trazer níveis mais complexos de representação do conhecimento como a definição de entidades e suas relações, além de estimular métodos baseados em trabalho multidisciplinar.

6.1.3 ABREVIATURAS

Dos 41 trabalhos relevantes da RSL, 8 trabalhos apresentam as abreviaturas utilizadas em tesauros (Cruz, 2024; Ferreira, R., 2023; Duarte, 2022; Silveira, 2021; Tolare, 2021; Vitoriano, 2021; Prado, 2020; Santos, 2020). As abreviaturas apresentadas aqui incluem também as siglas.

Quadro 13 - Abreviaturas utilizadas nos trabalhos relevantes da RSL

Abreviaturas	Significado	Referências normativas
NE	Nota de escopo ou Nota explicativa; Nota que indica o significado específico de um termo dentro do tesauro.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009)
DEF	Definição do conceito	ISO 25964-1 (2011)
CA	Categoria do assunto	ISO 25964-1 (2011)
CAT	Categoria do termo	IBICT (1984)
NH	Nota histórica	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
USE	Indica que o termo que segue a abreviatura é o termo preferido que deve ser usado no lugar do termo não preferido que precede a abreviatura.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
UP	Usado para; indica que o termo seguinte à abreviatura é o termo não preferido e o termo que precede a marcação é o termo preferido	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
USE...+	Os dois ou mais termos preferidos após a marcação devem ser usados juntos para representar o conceito indicado	ISO 25964-1 (2011)
UP+	O termo não preferido a seguir deve ser representado por uma combinação de termos preferidos, incluindo o termo preferido que precede a marcação	ISO 25964-1 (2011)
TT	Termo top superior; o termo preferido que segue a marcação representa o conceito mais amplo em uma hierarquia à qual o conceito específico pertence	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TG	Termo genérico;	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes

	O termo que segue a abreviatura representa um conceito com um significado mais amplo - Superordenado.	(2009) / Gomes (1984) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TGM	Termo genérico maior; O termo que segue a abreviatura é o nome da classe mais ampla à qual pertence o conceito específico. Pode ser usado também, às vezes, no arranjo alfabético do tesauro.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TGI	Termo genérico (instância, exemplo)	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TGP	Termo genérico partitivo; O termo que segue representa o todo em relação à parte.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TE	Termo específico; O termo que segue a abreviatura refere-se a um conceito com significado mais específico - Subordinado.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TEM	Termo específico maior	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TEI	Termo específico (instância, exemplo)	ISO 25964-1 (2011) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TEP	Termo específico partitivo; O termo que segue representa a parte em relação ao todo.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / Gomes (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TR	Termo relacionado; O termo que segue a abreviatura está associado, mas não é um sinônimo, um quase sinônimo, um termo genérico ou um termo específico.	ISO 25964-1 (2011) / Cervantes (2009) / IBICT (1984) / ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010)
TA	Termo associado; O termo após a abreviatura representa um conceito ligado por associações que não sejam as genéricas, partitivas e/ou de oposição.	Gomes (1984)
TO	Termo oposto; O termo após a abreviatura representa um conceito contrário, contraditório ou oposto.	Gomes (1984) / IBICT (1984)
NA	Nota de aplicação; Nota de explicação concisa sobre o modo	Gomes (1984) / IBICT (1984)

	de emprego de um descritor. Também chamada "nota explicativa" ou "nota de escopo".	

Fonte: Adaptado de ISO 25964-1 (2011), Cervantes (2009), Gomes (1984), IBICT (1984), ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010).

Faz-se importante mencionar que as abreviaturas apresentadas por Cervantes (2009) são baseadas nas Diretrizes da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993).

6.1.4 RELAÇÕES ENTRE TERMOS

As relações entre termos podem ser classificadas como hierárquicas, associativas e de equivalência (International Organization for Standardization, 2011; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993). Conforme Dodebei (2002), as relações partitivas, denominadas também como meronímia e merônimo-holônimo, existem entre um todo e suas partes, entretanto para a norma ISO 25964-1 (2011) essas relações são denominadas como associativas a fim de garantir a interoperabilidade entre tesauros (Minho, 2024). Todavia, essa denominação não serve, de acordo com a norma, para termos que representam: sistemas e órgãos; localizações geográficas; campos do conhecimento; e organizações sociais. Por isso, a norma ISO 25964-1 (2011) recomenda a avaliação da relevância da especificação de todas as relações possíveis para o contexto da aplicação do tesauro (Minho, 2024).

Silveira (2021) exprime que a norma ISO 25964-1 (2011) classifica os tipos de relações entre os termos em dois grupos: as relações sintagmáticas e as paradigmáticas. As relações sintagmáticas acontecem quando dois ou mais descritores são atribuídos a um único documento, ficando dependentes do contexto de um documento específico (Biscalchin, 2021; Silveira, 2021; Vitorini, 2020). Enquanto isso, as relações paradigmáticas acontecem quando as relações entre os termos existem independente do contexto, do documento em que eles estão inseridos (Biscalchin, 2021; Silveira, 2021; Vitorini, 2020). Na prática, nos tesauros, os relacionamentos paradigmáticos são representados pelas relações de equivalência, hierárquicas (superordenação e subordinação) e associativas (Biscalchin, 2021; Silveira, 2021). Maia (2022) observa que a norma ISO 25964-1 (2011) divide as relações hierárquicas em três tipos: relação gênero/espécie; relação todo/parte; e relação de instância.

As normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) e ISO 25964-1 (2011) determinam que na relação hierárquica, do tipo gênero-espécie, há o predomínio da expressão “é um”, sendo possível atribuir um teste “tudo e alguns” para identificar se os termos comportam

determinada relação (Moura, 2024). Como exemplo, Moura (2024, p. 119) explica que em um experimento “entre Documento dispositivo X Contrato, é possível afirmar que todos os contratos são documentos de natureza dispositiva, ou em Contrato X Contrato de compra e venda, onde todos os contratos de compra e venda são, de fato, contratos”. Essa verificação de relação se propagará nos demais termos genéricos (TG) e termos específicos (TE) do tesauro.

Outra norma que explica as relações hierárquicas é a norma ISO 1087-1 (2000). Ela diz que as relações hierárquicas são aquelas que se apresentam entre as noções subordinadas em um ou vários níveis, ou seja, são relações que acontecem entre termos de um conjunto, em que cada termo é superior ao outro devido à presença de uma característica de natureza normativa (Vitoriano, 2021).

Segundo a norma ISO 25964-1 (2011), o termo genérico é o termo preferido que representa um conceito que é mais amplo do que o termo em questão; o termo subordinado ou termo específico é o termo preferido que representa um conceito que é mais restrito do que o termo em questão; o termo relacionado é o termo preferido que representa um conceito que possui uma relação associativa com o termo em questão; e o termo alternativo ou equivalente é aquele que não é atribuído ao documento como preferido, porém é oferecido como um ponto de entrada em um tesauro (Marcelino, 2021).

Ainda conforme a norma ISO 25964-1 (2011), a relação hierárquica deve ser estabelecida entre dois conceitos quando o escopo de um compor completamente o escopo do outro (Silveira, 2021, Tolare, 2021). Além de que esse tipo de relação deve ser baseado em graus ou níveis de superordenação e subordinação (Silveira, 2021). Craveiro (2022) informa que, de acordo com a ISO 704 (2009), as relações genéricas (TG e TE) e as relações partitivas (TGP e TEP) fazem parte das relações hierárquicas.

Por outro lado, de acordo com as normas ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) e ISO 25964-1 (2011), as relações associativas abrangem aquelas que não são hierárquicas ou de equivalência, agregando uma infinidade de possibilidades, sendo consideradas as relações de maior complexidade para a sua atribuição (Moura, 2024). Com base na norma ISO 25964-1 (2011), o termo relacionado é o termo preferido que representa um conceito que possui uma relação associativa com outro termo (Terra, 2023). A ISO 704 (2009) determina que as relações associativas são relações de proximidade que envolvem o espaço, o tempo, o produto, a ferramenta, a quantidade, o material, causa e efeito etc (Craveiro, 2022). Além disso, conforme a ISO 25964-1, as relações associativas permitem relacionar os termos definidos pelo tesauro com os termos utilizados na busca pelos usuários (Tolare, 2021).

Cruz (2024) explica que a relação de equivalência é considerada pela norma ISO 25964-1 (2011) como a relação entre um termo preferido e seus termos não preferenciais equivalentes em significado na mesma linguagem natural. De acordo com a norma também, essa relação têm a função de encaminhar, remeter os usuários para os termos preferidos do tesauro (Tolare, 2021). A existência dessas relações entre os termos permite que os pesquisadores possam ter uma visão abrangente do local onde o termo está inserido no tesauro, com a obtenção de expansão na busca, sugestão de termos de busca alternativos, suporte para agrupamento ou outras formas de refinar uma busca, identificação de erros comuns de digitação e suporte para indexação automática (International Organization for Standardization, 2011).

Rosado (2024) e Maia (2022) apresentam as situações gerais estabelecidas pela norma ISO 25964-1 (2011) em que podem ocorrer as relações de equivalência: entre termos sinônimos; entre termos quase-sinônimos; entre termos parcialmente equivalentes, que é quando um termo é muito específico e se utiliza de uma combinação de termos para representá-lo; e entre termos não equivalentes que é quando um termo é muito específico e acaba sendo representado por outro termo que possui um conceito próximo. Ao mesmo tempo, Rosado (2024) ainda destaca que a norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) apresenta cinco tipos de relações de equivalência:

1. sinônimas;
2. variantes lexicais;
3. quase-sinônimas;
4. postagem genérica;
5. referência cruzada para elementos que compõem o termo.

Rosado (2024) explica que os termos sinônimos possuem o mesmo significado dentro de um domínio. As variantes lexicais são as formas distintas dos termos que representam um mesmo conceito e podem derivar de ortografia, gramática ou abreviaturas. Por exemplo: “cota” ou “quota”. Os termos quase-sinônimos são aqueles que possuem significados que variam de acordo com o contexto, mas que em determinado sistema ou domínio do conhecimento são compreendidos como equivalentes (Aitchison; Gilchrist, 1979; ANSI, 2005; Cavalcanti, 1978; Currás, 1995 *apud* Rosado, 2024). Os antônimos devem ser considerados quase-sinônimos se forem aplicados em áreas em que apareçam como termos periféricos, caso não, devem ser representados como termos relacionados (ANSI, 2005).

A postagem genérica ou deslocamento genérico é a relação em que o termo referente a uma classe e os termos que são membros dela são tratados como equivalentes, sendo o termo

preferencial também o nome da classe mais genérica. Essa técnica é recomendada nos casos em que há um número pequeno de documentos pertencentes a uma classe, que não justifica a sua divisão em subclasses, ou nas áreas periféricas de um domínio do conhecimento (ANSI, 2005). Enquanto que as referências cruzadas usam "USE...E..." para remeter de um termo composto aos seus componentes e usam "USADO PARA... E..." para remeter dos termos simples ao termo composto (ANSI, 2005).

Para tesauros multilíngues, as relações de equivalência entre os termos podem ter estruturas semânticas idênticas e simétricas ou não idênticas e assimétricas (Hudon, 1997 *apud* Vilela, 2024). As relações de estruturas semânticas idênticas e simétricas permitem apenas que cada descritor tenha um e somente um termo equivalente em todas as línguas em que há versões do tesauro, enquanto que as relações de estruturas semânticas não idênticas e assimétricas permitem que haja variações de números de descritores em cada versão linguística do tesauro (Vilela, 2024). A norma ISO 25964-1 (2011) faz alguns destaques sobre vantagens e desvantagens no uso de estruturas semânticas não idênticas e assimétricas:

- cada versão linguística do tesauro mantém a sua própria identidade; (vantagem)
- há pouca necessidade de aceitação de conceitos e de termos artificiais; (vantagem)
- há limitações à interoperabilidade; (desvantagem)
- não se configura com o mesmo modelo de dados; (desvantagem)
- dificuldade de encontrar software para gerenciar todas as versões linguísticas em formação; (desvantagem) (Boccato; Biscalchin, 2014 *apud* Vilela, 2024).

Maia (2022) informa que as relações de equivalência podem afetar a revocação uma vez que o uso de termos equivalentes aumenta a recuperação de informações consideradas úteis dentro de um sistema.

No âmbito das relações associativas, os sistemas e órgãos do corpo humano, as localizações geográficas, as disciplinas e campos de discurso, e as estruturas sociais hierárquicas são tipos de conceitos que, segundo a norma ISO 25964-1 (2011), podem possuir relações partitivas (Vilela, 2024). A norma ISO 25964-1 (2011) evidencia a importância da explicitação das relações associativas através do uso de algum tipo de convenção (Souto, 2024). Maia (2022) e Silveira (2021) apresentam os vários tipos de relações associativas informadas pela norma ISO 25964-1 (2011):

- disciplinas ou campos do conhecimento/seus objetos, fenômenos ou profissões;
- operação ou processo/seu agente ou instrumento;
- ação/produto da ação;

- ação/seu destinatário ou destino;
- objetos ou materiais/suas propriedades;
- artefato/suas partes, caso não se qualifiquem como relação hierárquica partitiva;
- conceitos ligados por dependência causal;
- objeto ou processo/seu agente de controle;
- conceito/sua unidade de medida;
- um termo composto/substantivo que é seu foco, caso não tenham uma relação hierárquica;
- um organismo/substância derivada;
- conceitos opostos.

Ademais, de acordo com a norma ISO 25964-1 (2011), as relações associativas devem ser expressadas nas definições dos conceitos representados por termos do tesauro, de forma a contribuírem para a construção da definição dos conceitos principais, ou seja, se um termo é mencionado na definição de outro termo para explicar o seu significado, então os dois termos serão termos relacionados dependendo do contexto (Ferreira, 2020).

A ISO 704 (2022) destaca que, para redução da ambiguidade em uma linguagem, é preciso buscar a monossemia (Souto, 2024). Algumas relações, apresentadas pela ISO 704 (2022), que podem gerar variações na terminologia são: a) a monossemia que ocorre quando um termo representa um único conceito; b) a sinonímia que se trata da capacidade de mais de um termo representar o mesmo conceito; c) antonímia que ocorre quando o termo representa um conceito contrário ou contraditório a outro conceito; d) polissemia que ocorre quando dois termos têm forma idêntica, tanto foneticamente quanto textualmente, mas representam conceitos diferentes mesmo que eles guardem alguma semelhança. Por exemplo: “ponte” (tratamento dentário) e “ponte” (construção); e) homonímia que ocorre quando dois termos têm forma idêntica, entretanto se referem a conceitos diferentes que não guardam nenhuma característica em comum. Por exemplo: “manga” (camisa) e “manga” (fruta) (Souto, 2024).

Segundo a ISO 704 (2022), a homonímia pode ocorrer em três situações:

1. termos homófonos: são foneticamente idênticos, mas ortograficamente diferentes que representam conceitos não relacionados;
2. termos homógrafos: são termos ortograficamente idênticos, mas foneticamente diferentes que representam conceitos não relacionados;
3. termos homônimos: são termos ortograficamente e foneticamente idênticos, mas representam conceitos não relacionados.

Brito (2022) informa que as questões de polissemia devem ser suprimidas como recomendação do Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021). Dessa forma, o termo deve representar um conceito e o conceito deve ser representado somente por um termo (Shintaku *et al*., 2021). Além disso, Jesus (2022) faz uma elucidação sobre a ocorrência de termos homógrafos no tesauro: recomenda-se o uso de qualificadores para especificar a qual contexto ou domínio aquele determinado termo se refere de acordo com a norma ISO 25964-1 (2011).

6.1.5 NOTAS

As notas, segundo o Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021), visam comunicar informações adicionais sobre o conceito, assim como compartilhar detalhes adicionais sobre o uso de termos com outros indexadores. Cavalcante (2023) pontua que a estruturação das relações entre conceitos é essencial para a definição dos conceitos que precisam de orientações escritas como as notas de escopo ou de definições, destacando-se o fato de que na norma ISO 25964-1 (2011), algumas notas estão associadas a conceitos e outras estão relacionadas a termos.

Conforme Maia (2022), a utilização de notas e definições dos termos transmite um caráter pragmático para o tesauro e proporciona a compreensão do escopo e da essência do conhecimento representado no tesauro pelo seu público-alvo e pelos usuários potenciais ou futuros. Ademais, a autora considera que as notas bibliográficas, de definição e de escopo garantem um respaldo regulatório ao tesauro (Maia, 2022).

Segundo a norma ISO 25964-1 (2011), a nota de escopo deve delimitar o conceito a um significado, definindo ou explicitando os limites semânticos do conceito à medida que ele é utilizado no vocabulário controlado (Cruz, 2024; Maia, 2022). Para as normas ANSI/NISO Z39.19 (2005) e ISO 25964-1 (2011), o vocabulário controlado apresenta notas de escopo que são compostas por observações sobre o termo com o intuito de: limitar ou ampliar a sua aplicação; distinguir termos que têm significados sobrepostos na linguagem natural; e orientar o indexador e os usuários da biblioteca sobre o uso de um determinado termo (Biscalchin, 2021). Biscalchin (2021) e Ferreira (2020) orientam, respaldados pela ISO 25964-1 (2011), que uma nota de escopo não precisa conter uma definição completa do conceito, porém ela deve explicar objetivamente qual o uso pretendido do termo dentro de um vocabulário controlado para não haver ambiguidade.

Jesus (2022) explica que quando houver uma atualização referente à inclusão de um novo termo preferido ou quando a alteração de um termo afetar o escopo do conceito, faz-se necessário adicionar notas históricas conforme recomendação da norma ISO 25964-1 (2011).

6.1.6 ETAPAS DE ELABORAÇÃO DE TESAUROS

A elaboração de tesauros necessita de planejamento. Para isso, diversos autores e normas apresentam etapas para a construção desse tipo de Sistema de Organização do Conhecimento (SOC). Miranda (2020) utiliza as recomendações de construção de tesauro propostas pela ISO 25964-1 (2011) divididas da seguinte forma: 1) Termos do tesauro: contém explicações sobre as formas dos termos, a desambiguação dos seus significados, a capitalização dos termos, a pontuação e o uso de caracteres especiais, o uso de singular e plural, o uso de nomes próprios e de marca, o uso de siglas e abreviaturas, a seleção do termo preferido e o uso e padronização de notas de escopo; 2) Relações semânticas: contém a identificação dos tipos de relações existentes entre os termos como as relações de equivalência, hierárquica e associativa e contém também a avaliação de como a construção dessas relações semânticas foi estabelecida; 3) Apresentação e *layout*: contém aspectos relacionados à forma de apresentação do tesauro que pode ser alfabética, hierárquica, sistemática, por facetas ou por campos de assunto; além da padronização do uso das siglas e suas respectivas descrições; 4) Implementação Tecnológica: contém aspectos sobre a avaliação do *software* utilizado para a construção do tesauro.

Com base na ISO 25964-1 (2011), a elaboração de tesauros inclui:

- o planejamento que é composto pela definição de objetivos, limitações, recursos humanos e materiais, e as configurações do tesauro;
- a coleta de termos e a definição de conceitos, possibilitando o esboço de uma classificação inicial;
- a construção que se constitui da estruturação dos termos organizados em grupo ou em hierarquias, do estabelecimento das relações entre os termos e o registro de notas de escopo;
- a introdução do tesauro que contém um registro abrangente com todas as informações relacionadas ao SOC, como objetivos, campo temático, normas utilizadas, estatísticas de termos e abreviaturas utilizadas, regras para seleção de termos, política de atualização, entre outros itens;

- a difusão que se trata da preparação do tesauro para integração com sistemas de recuperação da informação, publicação do tesauro, entre outros; e
- a atualização que é composta pelo gerenciamento das atualizações e manutenções, assim como a gestão de sugestões de melhorias por usuários e bibliotecários indexadores (Cruz, 2024; Moura, 2024; Marcelino, 2021).

O Tutorial de elaboração de tesauro documentário (Campos; Gomes; Motta, 2004) divide em cinco temas o processo de elaboração de tesauros: planejamento, levantamento do vocabulário, organização dos conceitos, apresentação final e critérios para avaliação de tesauros (Miranda, 2024). Morais (2024) relata a existência de uma metodologia elaborada por Tomaszuk em 2022 denominada CoVoMe. É uma metodologia compatível com as normas ISO 25964-1 (2011) e 25964-2 (2013) e suas etapas para elaboração de tesauros são: elucidação de domínio e escopo; escolha do tipo de currículo ou documentação (listas de termos, classificações, categorias, listas de relacionamentos); estratégia de tratamento dos conceitos e esquemas conceituais; tratamento lexical das entidades (rótulos, termos e notações); identificação das coleções ordenadas e não ordenadas; integração de propriedades de similaridades, hierarquias e associações (relações semânticas); e documentação, constituída da apresentação dos termos e das unidades em sua estrutura e da avaliação, processo de verificação e análise da utilização do vocabulário (Morais, 2024).

Há ainda a Metodologia holística de construção de tesauro, sugerida por Chen, em 2021, criada a fim de permitir que a arte ocidental seja acessível aos usuários chineses e a arte chinesa seja acessível aos usuários ocidentais, composta pelas seguintes etapas: coleta de termos; análise semântica; mapeamento de equivalência; pesquisa sobre construção de SOCs; consultoria de grupos de especialistas; construção do conceito; tradução; revisão; desambiguação; e revisão e aprovação do grupo de especialistas (Morais, 2024). Essa metodologia, de acordo com Morais (2024), é capaz de integrar métodos que são adeptos à interoperabilidade em SOCs, como os procedimentos de tradução e a manutenção da consistência conceitual em ambos os idiomas.

Romeiro (2024) apresenta as etapas de construção de tesauros compiladas por Trivelato (2022) que foram baseadas nas normas ISO 25964-1 (2011) e ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010):

- identificação de termos candidatos, com análise dos documentos e identificação automática das informações;
- seleção e definição dos termos, com a verificação da representatividade do termo, a especificidade, os aspectos gramaticais (usar preferencialmente substantivos ou frases

nominais), o desvio de uso de adjetivos, verbos e advérbios, a eliminação das ambiguidades, da homonímia (polissemia), e o controle dos sinônimos;

- categorização, com a verificação se o tesauro pertence a categorias que compartilham as mesmas características;
- notas, com a criação de notas para contextualizar o uso do termo;
- relação entre termos, com o estabelecimento das relações semânticas entre os termos a fim de expressar o nível de especificidade dos termos, o estabelecimento das relações de equivalência de termos semelhantes, das relações hierárquicas e associativas;
- avaliação, com a verificação se o tesauro está atendendo às expectativas dos usuários do projeto; e
- atualização, com a criação de um comitê editorial para definir a periodicidade da revisão e atualização do tesauro.

Nascimento (2022) apresenta as etapas de elaboração de vocabulários controlados presentes na norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) da seguinte forma:

1. Pesquisar os vocabulários existentes para evitar a duplicação e o retrabalho;
2. Determinar a estrutura e os formatos de apresentação;
3. Escolher o método de construção: abordagens de comitê, empírica e ou indutiva;
4. Registrar os termos candidatos e suas relações (lógicas - hierárquicas e ontológicas - partitivos e associativos);
5. Validar os termos;
6. Escolher os termos candidatos que farão parte do vocabulário;
7. Escolher os níveis de especificidade;
8. Escolher os termos não associados para garantir a estrutura do sistema.

De acordo com o Tutorial de elaboração de tesauro documentário (Campos; Gomes; Motta, 2004), os passos a serem seguidos na elaboração de tesauros podem ser: o planejamento, composto pela delimitação do tema, pela identificação do público-alvo, pela classificação que deve ser feita a partir da categorização que definirá a macroestrutura do tesauro, pelas fontes consultadas, pela forma de apresentação, pelo *software* utilizado e pelo modo como será feita a manutenção; o levantamento de vocabulário; a organização dos conceitos; a avaliação final; e os critérios para avaliação de tesauros (Bandolin, 2024).

Para Cervantes (2009), em seu Modelo metodológico integrado para construção de tesauro, as etapas de construção de tesauros propostas são conforme apontam Duarte (2022), Lopes (2021) e Vitoriano (2021):

1. Trabalho preliminar (escolher o domínio; escolher a língua do tesauro; e consultar especialistas do domínio);
2. Método de compilação (coletar o corpus do trabalho terminológico; estabelecer a árvore de domínio; expandir a representação do domínio escolhido);
3. Registro de termos (coletar e classificar os termos)
4. Verificação de termos (verificar, classificar e confirmar os termos selecionados; elaborar definições, usar vocabulários especializados para estabelecer as relações entre os termos; e organizar essas relações);
5. Forma de apresentação de um tesauro (definir quais serão os trabalhos de apresentação do tesauro).

Sousa (2022) destaca que Cervantes (2009) recomenda o não desenvolvimento de uma pesquisa terminológica sobre um domínio completo, quando a delimitação do tesauro for de um subdomínio, devido à complexidade da tarefa e à abrangência de muitas redes nocionais relacionadas. Além disso, na etapa de coleta dos termos, Sousa (2022) apresenta oito fontes de informação de onde podem ser retirados termos para compor o tesauro:

- normas internacionais ou nacionais;
- manual, catálogo, guia de utilização de produtos, entre outros;
- livros e revistas especializados; anais de eventos científicos, relatórios de pesquisa, teses, entre outros;
- vocabulários, thesaurus, glossários, léxicos;
- dicionários gerais e especializados, de língua ou enciclopédicos, enciclopédias, entre outros;
- bancos de termos, fichários automatizados ou não;
- consulta a especialista da área;
- bibliografias ou listas relacionadas com o domínio.

Na etapa de planejamento, algumas considerações sobre a estrutura do tesauro devem ser expostas. Fazem parte do planejamento, segundo a norma ISO 25964-1 (2011): objetivos do tesauro; características do tesauro como o seu escopo, a forma de sua exibição e periodicidade das atualizações; recursos utilizados na elaboração do tesauro; estabelecimento dos responsáveis pelo tesauro; a escolha do software de gestão de tesauros; a coleta dos termos; a construção do tesauro composta pela organização e agrupamento dos termos e pelo relacionamento entre os termos; introdução do tesauro constituída da apresentação da ferramenta, da exibição das regras utilizadas, das formas de utilização do tesauro e do contato

dos responsáveis; disseminação; e manutenção do tesauro que inclui a atualização da linguagem, a frequência de manutenção, as revisões e os critérios para as adequações necessárias (Cruz, 2024).

Como exemplo da etapa de coleta dos termos, Cruz (2024) diz que a norma ISO 25964-1 (2011) traz cinco considerações relacionadas aos conceitos complexos que fazem parte da linguagem que devem ser analisadas:

1. Sintetizar o termo complexo, utilizando um único termo preferido;
2. Representar o conceito complexo como uma combinação de dois ou mais termos, mas também incluir um termo não preferido que aponte para a combinação de termos preferidos mais simples. Chama-se esse processo de divisão do conceito. Por exemplo:
   Software de gestão de tesauros
   USE Gestão de tesauros + Software
3. Assumir o conceito complexo e avaliar o seu uso depois de um período de teste;
4. Rejeitar o conceito complexo por considerá-lo desnecessário.
5. Não incluir diretamente o conceito complexo, entretanto manter um conceito mais amplo e incluir um termo não preferido, direcionando para o termo preferido. Por exemplo:
   Software de gestão de tesauros
   USE Software.

Souto (2024) traz algumas orientações sobre a criação de novos termos para o tesauro a partir da norma ISO 704 (2022) que apresenta princípios que podem ser usados na criação ou definição de termos. Os princípios apresentados a seguir são explicados por Souto (2024). O princípio da transparência determina que o termo é considerado transparente quando há possibilidade de inferir o seu significado sem precisar inserir uma definição ou qualquer informação adicional, sendo necessário para que isso aconteça expressar uma característica do conceito no próprio termo. No princípio da consistência, o termo deve ser integrado e consistente com a estrutura conceitual do tesauro.

O princípio da adequação determina que os termos devem seguir os padrões de significado que são estabelecidos no contexto dos usuários, além de serem tão neutros quanto possível, evitando conotações negativas. O princípio da concisão refere-se à economia linguística, escapando do uso de um termo muito longo. O princípio da derivabilidade e composibilidade determina que as formações produtivas de termos permitam derivados e compostos. Para o princípio da correção linguística, os termos devem estar em conformidade com as normas morfológicas, morfossintáticas e fonológicas da língua do tesauro. E no

princípio da preferência pela língua nativa, as expressões da língua nativa devem ser preferidas ao uso de empréstimos linguísticos.

Ainda sobre a coleta de termos, as Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngues (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1984) sugerem o monitoramento do trabalho a partir da revisão das decisões tomadas nos primeiros estágios da coleta já que durante o processo os indexadores ganham mais experiência (Miranda, 2024). E o Guia de construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021) apresenta as metodologias de construção de tesauros recomendadas pela norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) que são a abordagem de comitê, a abordagem empírica, a combinação de métodos e a assistência da máquina (Miranda, 2024).

Na abordagem de comitê, um comitê de especialistas no domínio do conhecimento a ser representado são responsáveis por selecionar os termos e indicar as relações existentes entre eles junto ao responsável ou responsáveis pela construção do tesauro (Shintaku *et al*., 2021). Essa seleção de termos é feita através do método *top-down* que se trata da identificação de termos abrangentes seguidos de termos específicos ou através do método *bottom-up* se os termos forem incorporados de listas de termos derivados de outros instrumentos (Bandolin, 2024; Moura, 2024). Na abordagem empírica, a seleção pode ser através do método dedutivo, em que a seleção dos termos é realizada por meio da análise de documentos, com a revisão por especialistas para determinação de categorias e relacionamentos; ou do método indutivo em que os termos novos são selecionados à medida em que são encontrados nos documentos, sendo a construção do tesauro ininterrupta (Bandolin, 2024; Moura, 2024).

Na combinação de métodos, abordagem de comitê e abordagem empírica, há possibilidade de uso dos dois métodos ao longo do desenvolvimento do tesauro (Bandolin, 2024; Moura, 2024). Como acontece na metodologia CoVoMe, em que há integração das abordagens *bottom-up*, *top-down* e *middle-out*, que é a seleção de termos a partir de conceitos centrais (Morais, 2024). Na assistência de máquina, a seleção de termos é feita por meio da análise de frequência de uso dos termos e pela consulta de termos pelos usuários no sistema de recuperação da informação utilizado pela biblioteca (Moura, 2024). Bandolin (2024) acrescenta que o uso da tecnologia não dispensa a possibilidade de consulta aos usuários para buscar e analisar outros termos que possam não terem sido identificados com a assistência da máquina.

A norma ISO 25964-1 (2011) orienta que a seleção de termos preferidos seja realizada com base no uso do nome comum do conceito em caso de termos que representem nomes comerciais para evitar problemas legais; na preferência de nomes populares em tesauros

gerais e de nomes científicos em tesauros científicos; e no uso de nomes genéricos, nomes geográficos (tanto populares quanto oficiais) e nomes de instituições e pessoas corretos e atualizados (Bandyopadhyay; Mukhopadhyay, 2015 *apud* Ferreira, 2023).

A definição dos conceitos deve iniciar com a inclusão do conceito imediatamente superordenado, seguido das características específicas do conceito, aplicando dessa forma o princípio da herança em que as características do conceito superordenado são implicitamente manifestadas na definição do conceito subordinado (Souto, 2024). Devido a esse fato, faz-se importante que os conceitos superordenados sejam definidos primeiro e depois haja a definição dos conceitos subordinados. Conforme Souto (2024), com base na ISO 704 (2022), todas as definições devem ser concisas e complexas caso seja necessário, devem considerar a linguagem do público-alvo e o seu nível de conhecimento. Por isso, Souto (2024) diz que se deve consultar especialistas no domínio do conhecimento que será representado pelo tesauro, sejam especialistas familiarizados com os conceitos estabelecidos na área, sejam especialistas menos familiarizados, de outra área do conhecimento por exemplo, ou não especialistas.

Durante a etapa de disseminação, Cruz (2024) relata que a publicação eletrônica, a distribuição de cópias impressas e a publicação convencional representam algumas formas de disseminar o tesauro, destacando o acesso ao SOC sem a necessidade de conexão com a internet. A autora ainda informa que produções intelectuais devem ser depositadas na Biblioteca Nacional do país de origem do tesauro e que os diretórios de sites podem ajudar na disseminação do instrumento de controle de vocabulário (Cruz, 2024).

Na etapa de atualização, a norma ISO 25964-1 (2011) recomenda que a atualização comece no dia em que o tesauro for publicado para que testes sejam feitos tanto pelos bibliotecários indexadores quanto pelos usuários (Cruz, 2024). Recomenda-se também o estabelecimento de um processo de sugestão de inclusão ou alteração de termos que pode se tornar um mecanismo aliado na tarefa de atualização da linguagem (Cruz, 2024).

Destaca-se que para a elaboração de tesauros multilíngues, a norma ISO 25964-1 (2011) orienta que eles podem ser desenvolvidos a partir de três formas (Barbosa, 2021) que também estão presentes nas Diretrizes da *International Federation of Library Associations* (IFLA), IFLA *Guidelines for Multilingual Thesauri* (2009) conforme informa Biscalchin (2021):

1. pela tradução de um tesauro monolíngue que já existe;
2. pela combinação de vários tesauros monolíngues distintos que já existem; ou
3. pela construção simultânea das várias versões linguísticas de um tesauro multilíngue.

6.1.7 MANUTENÇÃO DE TESAUROS

Nesta pesquisa, foram considerados os processos de revisão e atualização como partes da manutenção de tesauros. As Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngues (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1984) recomendam a submissão do tesauro à avaliação e revisão. Entretanto, não há indicação da periodicidade em que esses processos devem ser realizados, apenas a importância de suas realizações devido às mudanças que podem ocorrer no uso de termos do domínio do conhecimento representado no tesauro (Miranda, 2024).

Segundo a autora ainda a avaliação deve conter oito critérios para verificação: o domínio do conhecimento; a apresentação de introdução; qual a forma de apresentação do tesauro, alfabética e/ou sistemática; a abrangência do idioma, se monolíngue ou multilíngue; qual a unidade linguística usada, conceito, palavra ou assunto; quais tipos de relações semânticas o tesauro possui; o grau de consistência do vocabulário; e a nota de escopo, se apresenta a definição do termo ou a política de indexação (Miranda, 2024).

Outro documento normativo que traz recomendações referentes à manutenção dos tesauros é a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010). Ela apresenta uma seção que traz informações a respeito da construção, teste, manutenção e gestão dos instrumentos e os critérios de avaliação apresentados por ela são os mesmos estabelecidos por Soergel (2002) (Miranda, 2024). Os critérios da metodologia de avaliação da norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010) foram agrupados pelo Guia de construção de tesauros (2021) nas seguintes classes: sinônimos, análise conceitual, notas, facetas, termos, forma dos termos, tesauros acessíveis eletronicamente e procedimentos para o desenvolvimento do tesauro (Miranda, 2024).

A norma ISO 25964-1 (2011) também recomenda a manutenção dos tesauros com orientações sobre como os responsáveis devem mantê-la (Cruz, 2024). Recomenda-se a manutenção permanente do tesauro, pois podem haver mudanças no escopo do vocabulário devido à evolução natural da terminologia (Barbosa, 2021). Esse processo inclui a atualização periódica e a avaliação dos descritores que compõem sua estrutura (Cruz, 2024).

Ferreira (2020) apresenta quais tarefas devem ser realizadas durante o processo de revisão de tesauros conforme orientação da norma ISO 25964-1 (2011):

- Monitoramento da frequência de uso dos termos preferidos nas bases de dados;
- Utilização de dados sobre as pesquisas dos usuários, em especial, os “logs de transações”, que indicam as suas preferências e hábitos.

- Adição de um novo conceito.
- Adição de um novo termo não preferido.
- Alteração de um termo preferido ou não preferido.
- Exclusão de um termo preferido, observando-se o histórico de uso.
- Exclusão de um termo não preferido.
- Inversão da preferência entre um termo preferido e um termo não preferido.
- Adição ou modificação de uma nota de escopo, definição de nota histórica ou nota editorial.
- Fusão de dois conceitos em um único conceito.
- Divisão de um conceito em dois ou mais conceitos.
- Alteração na estrutura hierárquica.
- Movimentação de uma parte da hierarquia de um lugar para o outro.
- Adição ou exclusão de relações associativas.
- Adaptação das modificações anteriores para outras línguas, no caso de tesauros multilíngues.
- Inclusão de notas históricas para as mudanças significativas dos termos.

A norma ISO 25964-1 (2011) explica que o controle de versão está relacionado primordialmente à atualização constante do tesauro que pode ser realizada pelo responsável pelo tesauro com a adição de novos conceitos, termos, relações, notas e outras alterações ou com a criação de versões em diferentes idiomas do mesmo tesauro (Marcelino, 2021).

6.1.8 REUTILIZAÇÃO DE TESAUROS

Um Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) pode ser reutilizável e substituível, entretanto, antes de realizar a reutilização ou a substituição, o responsável deve avaliar a qualidade do SOC (Caetano, 2022). Caetano (2022) também relata que a norma ISO 25964-2 (2013) indica que, na reutilização de tesauros, “a mediação humana deve ser usada sempre que possível para alcançar um desempenho de recuperação superior e evitar falsas inferências de equivalências inexatas” (International Organization for Standardization, 2013, p. 31) quando houver a reutilização de outros tesauros.

Na norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), recomenda-se evitar a duplicação de vocabulários, verificando-se antes de iniciar a construção de um tesauro se há outro tesauro que represente o mesmo domínio pretendido (Vitoriano, 2021).

Caetano (2022) destaca que, conforme consta na norma ISO 25964-2 (2013), quando houver mapeamento entre vocabulários e o bibliotecário indexador não identificar termo equivalente ao conceito que deseja representar, ele deve fazer uma escolha entre um mapeamento inexato e/ou hierárquico, tomando a decisão de acordo com o termo que seja mais adequado ao documento que está sendo indexado.

6.1.9 FICHAS TERMINOLÓGICAS

A elaboração da ficha terminológica é considerada por Cervantes (2009) um dos primeiros passos para o registro terminológico, onde há o tratamento automático do termo ou também chamado de unidade terminológica pela autora (Ferreira, 2023). Ela indica que, após a leitura e identificação dos conceitos ou termos relevantes, deve-se anotar os termos em uma ficha terminológica que é composta pelos seguintes dados: termo, contextos de uso, fonte, domínio ou área de especialidade, definições, responsável pelo registro e a data (Ferreira, 2023; Brito, 2022). Para Cervantes (2009), os pesquisadores devem preencher as fichas terminológicas conforme a sua necessidade.

Ferreira (2023) utilizou, em seu trabalho, para extração de termos e inserção dos mesmos nas fichas terminológicas, o modelo de Fujita e Rubi (2006) que está de acordo com a ABNT NBR 12676 (1992) e com o método de localização de conceitos do sistema de indexação Preserved Context Indexing System (PRECIS).

6.1.10 DEFINIÇÕES DE CONCEITOS

A compreensão de alguns conceitos é fundamental para o processo de elaboração de tesauros. A norma NBR 12676 (1992) define o conceito de indexação como o ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos, constituindo-se em uma linguagem de indexação (Biscalchin, 2021).

De acordo com a norma ISO 704 (2022), as definições conceituais evidenciam os relacionamentos entre os termos, portanto elas são consideradas fundamentais para um trabalho terminológico (Minho, 2024). Conforme Souto (2024), a norma ainda explica que a definição intensional é o método de definição de conceito mais explícito e preciso uma vez que estabelece o conceito como uma unidade com intensão transparente representada por uma extensão singular que fornece uma quantidade mínima de informação para que se reconheça e diferencie um conceito de outros conceitos relacionados.

Um dos conceitos mais importantes para esta pesquisa é o tesauro que é definido pela norma ISO 25964-1 (2011) como um vocabulário controlado e estruturado em que os

conceitos são representados por termos, organizados de tal forma que tornam explícitas as relações entre os conceitos, e os termos preferidos são acompanhados por entradas iniciais para sinônimos e quase-sinônimos (Terra, 2023; Marcelino, 2021; Tolare, 2021; Prado, 2020; Rio Branco, 2020). A norma ISO 25964-1 (2011) informa que o tesauro visa direcionar o bibliotecário indexador e o usuário do sistema para a escolha do mesmo termo e para isso ocorrer, o tesauro deve listar todos os conceitos possíveis para a recuperação da informação de um domínio, assim como as suas variações (Bispo, 2023; Silveira, 2021).

Para a norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), o tesauro é um vocabulário controlado organizado em ordem e estruturas conhecidas de tal maneira que os relacionamentos de equivalência, homografia e hierarquia e associações entre os termos são dispostos claramente e representados por indicadores de relacionamentos padronizados e recíprocos (Vilela, 2024; Moura, 2024; Ferreira, 2023; Terra, 2023; Craveiro, 2022; Vitoriano, 2021; Santos, 2020). Corroborando com as normas citadas, o Guia sobre a construção de tesauros (Shintaku *et al*., 2021) define tesauro como um vocabulário controlado que tem base em uma estrutura semântica e funcional, sendo classificado conforme as ideias que ele representa, a partir de determinado domínio ou área de conhecimento (Terra, 2023).

Para a norma mais antiga ISO 2788 (1986), já atualizada pela ISO 25964-1, o tesauro era definido como um vocabulário de linguagem de indexação controlada organizado formalmente de maneira a explicitar as relações estabelecidas entre os conceitos (Santos, 2022).

Nas Diretrizes da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; International Organization for Standardization, 1971), *Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri*, o tesauro é definido pela sua função, um instrumento de vocabulário controlado usado para traduzir a linguagem natural de documentos para uma linguagem mais condensada denominada linguagem de indexação ou linguagem de informação; e pela sua estrutura, um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semanticamente e genericamente acerca de um domínio do conhecimento específico (Costa, 2022; Santos, 2022).

A BS 8723-2 (2005) define o tesauro como um vocabulário controlado, em que os conceitos são representados por termos preferidos organizados formalmente de modo que as relações entre os conceitos são mostradas de forma explícita e os termos preferidos são acompanhados de remissivas para os termos sinônimos e quase-sinônimos (Santos, 2022).

Sousa (2022) informa que o Manual de elaboração de tesauros monolíngues (Gomes, 1984) define o tesauro como um vocabulário controlado e dinâmico que abrange uma área

específica de conhecimento, cuja estrutura manifesta as relações entre os termos ou descritores como as relações sinonímicas-hierárquicas que compõem a linguagem da indexação. A importância da estrutura do tesauro é relatada no Manual de elaboração de tesauros monolíngues (Gomes, 1990) que diz que a estrutura permite ao usuário, seja indexador ou usuário, encontrar o termo mais adequado à sua pesquisa, mesmo sem saber, de início, o nome específico que representa a ideia ou conceito que ele procura no sistema de recuperação da informação (Sousa, 2022). Estruturalmente, o tesauro possui uma parte sistemática e uma parte alfabética de acordo com a norma ISO 25964-1 (2011) (Tolare, 2021).

Maia (2022) apresenta a finalidade do tesauro conforme a norma ISO 25964-1 (2011): garantir uma prática consistente em um serviço de indexação ou entre diferentes serviços. Enquanto que, para a norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010), o tesauro possui cinco finalidades: tradução, consistência, relacionamentos, recuperação e navegação (Maia, 2022; Biscalchin, 2021; Tolare, 2021; Vitorini, 2020).

De acordo com a norma ANSI/NISO Z39.19 (2005), o controle de vocabulário é usado com a finalidade de melhorar a eficácia dos sistemas de recuperação da informação, dos sistemas de navegação na Web e de outros ambientes que visam a identificação e a localização de conteúdos informacionais descritos, utilizando alguma linguagem de indexação (Souto, 2024). Para Terra (2023), o controle de vocabulário é fundamental pois evita a ocorrência de ambiguidade, plurissignificação, polissemia, homonímia, entre outros. Vitorini (2020) informa que a eliminação de ambiguidades, o controle de sinônimos, o estabelecimento de relações apropriadas entre os termos e o teste e validação de termos são considerados princípios do controle de vocabulário na norma ANSI/NISO Z39.19 (2005).

Para a ISO 25964-1 (2011), o controle terminológico também é importante e ele pode ser realizado de duas formas: por meio da definição de conceitos e termos relacionados a determinado domínio e através da escolha de um termo preferido cujo conceito consiga acolher todos os idiomas, considerando-se a complexidade linguística geral e documentária (Silveira, 2021)

A norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) informa também que a análise facetada é, às vezes, usada a fim de indicar atributos dos objetos informacionais (Souto, 2024). Ademais, o conceito “vocabulário controlado” é definido pela norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) como uma lista de termos organizados, onde nenhum dos termos pode ser ambíguo e redundante, sendo os termos controlados por uma autoridade registrada (Biscalchin, 2021). Vitoriano (2021) apresenta o conceito “termo não designado” definido pela ANSI/NISO Z39.19 (2005)

como o termo que ainda não foi utilizado na indexação de um documento, porém ele compõe o tesauro por possuir potencial para ser um termo descritor e pelo fato de ser necessário para completar a hierarquia de um conjunto de termos no tesauro.

A norma ISO 704 (2022) determina que as características são utilizadas para a análise conceitual nas seguintes atividades: na modelagem de sistemas conceituais; na formulação de definições; e na formação de termos (Souto, 2024). Enquanto que os termos são representações de conceitos gerais correspondentes a vários tipos de objetos como coisas, atividades, situações ou relações (International Organization for Standardization, 2022).

O conceito é definido pela norma ISO 25964-1 (2011) como uma unidade de pensamento que pode ser expresso de várias formas e que existem na mente humana como entidades abstratas independentemente de quais termos são utilizados para expressá-los (Terra, 2023; Vitorini, 2020). Nessa perspectiva, Terra (2023) informa que o conceito existe na mente das pessoas como entidades abstratas independentes dos termos que são utilizados para representá-los. A norma também define o termo como uma palavra ou frase usada para denominar um conceito (Terra, 2023).

Ferreira (2023) relata que a norma ISO 1087-1 (2000), que trata sobre o trabalho de terminologia, define terminografia como uma menção, tratamento e apresentação de dados terminológicos oriundos de uma pesquisa terminológica. Outro conceito abordado nesta norma é o sistema nocional definido como um conjunto estruturado de noções que reproduz as relações entre as noções e cada noção é determinada pela sua posição no sistema. (Duarte, 2022; Vitoriano, 2021).

A mesma norma define noção como uma unidade de pensamento composta por propriedades comuns a uma classe de objetos (Sousa, 2022). Vitorini (2020) também apresenta dois conceitos abordados na norma ISO 1087-1 (2000): Terminologia, ciência que estuda a estrutura, a formação, o desenvolvimento, o uso e a gestão das terminologias em diferentes domínios, mas que atua na Ciência da Informação como um instrumento colaborativo de representação e disseminação do conhecimento; e termo, uma designação verbal do conceito em um domínio específico.

Rio Branco (2020) e Tolare (2021) comunicam a definição de interoperabilidade dada pelas normas ISO 25964-1 (2011) e ISO 25964-2 (2013): habilidade ou capacidade de dois ou mais sistemas de trocar e usar informações.

6.1.11 QUESTÕES DE INTEROPERABILIDADE

Biscalchin (2021) informa que a norma ANSI/NISO Z39.19 (2005) apresenta cinco possibilidades de ocorrência da interoperabilidade:

1. buscadores de informação: através da exploração de diversos sistemas ao utilizar um vocabulário de busca preferido dos buscadores;
2. indexadores: através da indexação de documentos de um domínio com o uso de um vocabulário controlado de outro domínio próximo;
3. através da exploração de duas ou mais bases de dados que foram indexadas utilizando diferentes vocabulários controlados;
4. através da fusão de dois ou mais vocabulários controlados para construção de um novo vocabulário que contenha todos os termos e conceitos dos vocabulários originais; e
5. através da construção de linguagens multilíngues para indexação e recuperação da informação.

Rio Branco (2020) explica que a interoperabilidade entre as linguagens de indexação pode ser alcançada através da inclusão de mapeamentos a outros vocabulários, da apresentação de dados em formatos padrão e do uso de sistemas que possuem suporte a protocolos computacionais comuns.

Além disso, a norma ISO 25964-1 (2011) destaca que é primordial que o software utilizado para construção do tesauro consiga exportar e importar dados para que o conteúdo do tesauro não fique limitado a apenas um sistema (Marcelino, 2021). Assim como a exportação de todos os dados deve ser possível, a norma recomenda a opção de exportar subconjuntos de dados do tesauro que possam ser escolhidos pelo responsável (Marcelino, 2021).

Prado (2020) informa que os parâmetros para definição da complexidade da estrutura dos vocabulários controlados estão condicionados às necessidades que a Internet traz que são relacionadas majoritariamente à cooperação entre os sistemas.

6.2 Diretrizes para elaboração de tesauros na Universidade Federal Fluminense (UFF)

Esta subseção se caracteriza pela apresentação das diretrizes para elaboração de tesauros conforme as normas atuais de desenvolvimento desse tipo de Sistema de Organização do Conhecimento (SOC) adequadas ao contexto da Universidade Federal

Fluminense (UFF), produto final desta pesquisa. Os padrões normativos, que serviram de embasamento para as diretrizes, foram recuperados a partir da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada e exposta na subseção anterior. São eles: ISO 25964-1 (2011), ISO 25964-2 (2013) e ISO 704 (2022). Além disso, os manuais de elaboração de tesauro para a Superintendência de Documentação (SDC) mencionados na seção **Campo empírico** serviram de apoio para as diretrizes também, uma vez que o ambiente organizacional da UFF deve ser considerado.

A forma de apresentação destas diretrizes se baseou nas Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993), documento que foi organizado pela UNESCO originalmente em 1971 e teve sua segunda edição traduzida e publicada pelo IBICT em 1993.

Recomenda-se o uso das diretrizes para qualquer domínio do conhecimento que venha a ser representado através de tesauros pelas bibliotecas universitárias da UFF. A delimitação do domínio do conhecimento deve ser a primeira tarefa do processo de elaboração de qualquer SOC. A responsabilidade do tesauro irá depender do domínio escolhido. Caso um domínio do conhecimento tenha acervo em mais de uma biblioteca, as pessoas bibliotecárias dessas bibliotecas podem trabalhar em conjunto para a construção do tesauro.

6.2.1 ESTRUTURA DO TESAURO

Apresentam-se aqui as informações importantes que afetam toda a estrutura do tesauro.

6.2.1.1 Abreviaturas

Abreviaturas são formas reduzidas de palavras que servem para representá-las em uma linguagem controlada como o tesauro. Tratam-se de substituições da forma plena de um vocábulo pela sua forma reduzida.

O tesauro deve sinalizar as relações entre os termos por meio das abreviaturas que constam no Quadro 14.

Quadro 14 - Lista de abreviaturas essenciais utilizadas em tesauros

Marcação	Significado
NE	Nota de escopo

DEF	Definição
CA	Categoria do assunto
NH	Nota histórica
USE	indica que o termo que segue a marcação é o termo preferido que deve ser usado no lugar do termo não preferido que precede a marcação
UP	usado para; indica que o termo seguinte à marcação é o termo não preferido e o termo que precede a marcação é o termo preferido
USE...+	Os dois ou mais termos preferidos após a marcação devem ser usados juntos para representar o conceito indicado
UP+	O termo não preferido a seguir deve ser representado por uma combinação de termos preferidos, incluindo o termo preferido que precede a marcação
TT	Termo top, superior; o termo preferido que segue a marcação representa o conceito mais amplo em uma hierarquia à qual o conceito específico pertence
TG	Termo genérico; o termo que segue a marcação representa um conceito com um significado mais amplo
TGM	Termo genérico (genérico) maior
TGI	Termo genérico (instância, exemplo)
TGP	Termo genérico (partitivo)
TE	Termo específico; o termo que segue a marcação refere-se a um conceito com um significado mais específico
TEM	Termo específico (genérico) maior
TEI	Termo específico (instância, exemplo)
TEP	Termo específico (partitivo)
TR	Termo relacionado; o termo que segue a marcação está associado, mas não é um sinônimo, um quase sinônimo, um termo mais amplo ou um termo mais restrito

Fonte: Adaptado da norma ISO 25964-1 (2011).

Essas abreviaturas servem para guiar os usuários na navegação pelo tesauro, explicitando as relações existentes entre os termos do tesauro. Dependendo do *software* de gestão de tesauros a ser utilizado, nem todas as relações poderão ser explicitadas. Entretanto, no formato PDF do tesauro, é possível identificar todas as relações por meio das abreviaturas.

6.2.1.2 Diferenciação entre os termos

Os termos preferidos devem ser escritos em letra minúscula, sem destaque tipográfico, exceto os nomes próprios que devem iniciar com letra maiúscula, as abreviações e os acrônimos. Enquanto isso, os termos não preferidos devem ser escritos em itálico em contraste aos termos preferidos.

6.2.1.3 Relações terminológicas

Cada relação deve ser estabelecida reciprocamente e deve ser indicada pelo sistema de abreviaturas utilizadas para representar as relações no tesauro apresentado na subseção Abreviaturas.

Os tipos de relações existentes são: relação de equivalência, relação hierárquica e relação associativa. Deve-se estabelecer relação de equivalência quando houverem no tesauro termos sinônimos ou quase-sinônimos.

Deve-se estabelecer relações hierárquicas quando o escopo de conceito fizer parte do escopo de outro conceito. Um dos conceitos será o termo superordenado (nível mais alto) e os outros que possuem o mesmo escopo que ele com características mais específicas serão os termos subordinados na estrutura hierárquica do tesauro. Elas podem ser classificadas como relações gênero/espécie; relações todo/parte; e relações de instância.

Deve-se estabelecer relações associativas quando um termo preferido possuir uma relação de proximidade com outro termo preferido, essa aproximação pode envolver espaço, tempo, produto, ferramenta, material, quantidade, causa e efeito, entre outros fatores. As relações associativas assim como as relações de equivalência permitem a integração entre os termos utilizados pelos usuários na busca e os termos que compõem o tesauro.

6.2.1.4 Categorização

Os conceitos devem ser agrupados de forma sistemática em categorias mutuamente exclusivas baseadas em características comuns dos termos que representam os conceitos.

Algumas categorias são sugeridas pela ISO 25964-1 (2011) conforme o Quadro 15.

Quadro 15 - Categorização dos conceitos

Coisas e suas partes físicas	Disciplinas ou áreas temáticas
Materiais	Unidades de medida
Atividades ou processos	Tipos de pessoas e organizações

Eventos ou ocorrências	Lugares
Propriedades de pessoas, coisas, materiais ou ações	Objetos específicos, feições topográficas e outras entidades
Pessoas físicas, cargos organizacionais e pessoas jurídicas	

Fonte: Adaptação da norma ISO 25964-1 (2011).

São exemplos da categoria Coisas: pássaros, corpo humano, prédios e veículos.

São exemplos da categoria Materiais: adesivos, borracha, titânio e madeira.

São exemplos da categoria Atividades ou Processos: arrecadação de imposto, cooperação comercial, exportação e investimento.

São exemplos de Eventos ou Ocorrências: crise econômica, *lockout,* revolução industrial e guerra civil.

São exemplos de Propriedades de pessoas, coisas, materiais ou ações: competitividade, elasticidade, liquidez e produtividade.

São exemplos de Pessoas físicas, cargos organizacionais e pessoas jurídicas: instituições financeiras, empresas, reitor e Furtado, Celso.

São exemplos de Unidades de medida: quilômetros, hertz, tonelada e hectare.

São exemplos de Tipos de pessoas e organizações: ONGs, adolescentes, economistas, classe trabalhadora e sindicatos.

São exemplos de Lugares: Brasil, Rio de Janeiro, Marte e África.

São exemplos de Objetos específicos, feições topográficas e outras entidades: carta Magna, Rio São Francisco, Ponte Rio-Niterói e Monalisa.

6.2.1.5 Notas

As notas são elementos essenciais para o entendimento dos usuários do tesauro sobre os termos e suas relações. Esses elementos permitem às pessoas conhecer um determinado domínio do conhecimento mesmo que não sejam pesquisadores da área.

Nota de escopo

O significado de um conceito depende do contexto em que ele está inserido. No tesauro, esse contexto é explicitado pelas relações hierárquicas entre os conceitos, que ajudam

a delimitar o escopo dos conceitos. Nos casos em que a hierarquia não for suficiente para transmitir o significado do conceito, deve-se adicionar uma nota de escopo que dê entendimento ao conceito e permita uma utilização mais consistente, segura do mesmo. A nota de escopo também pode ser utilizada para dar conselhos ao bibliotecário ou usuário sobre o uso de determinado termo.

Ex.: iluminações

NE Inclui tanto a decoração ornamental como as ilustrações em manuscritos, em alguns dos primeiros livros impressos, se feitas à mão, conhecidas como iluminuras.

Há um tipo mais específico de nota de escopo, aquela que faz referência, remetendo a outro termo do tesauro, chamada de nota de escopo recíproca, porém sua sigla é a mesma que a nota de escopo "NE".

Ex.: estatística

NE Refere-se à ciência estatística; para dados estatísticos use "estatísticas"

estatísticas

NE Refere-se a dados estatísticos; para ciência estatística, use "estatísticas"

Nota de definição

Consideram-se, nestas diretrizes, as definições como elementos essenciais para compreensão das relações existentes entre os termos do tesauro em consonância com a norma ISO 704 (2022).

Orienta-se que a fonte de cada definição deve ser registrada juntamente com a própria definição. Caso o software de gestão de tesauro utilizado permita a inserção de nota bibliográfica, a fonte deverá ser inserida neste tipo de nota, referenciada conforme a norma ABNT NBR 6023 (2025).

Nota histórica

A nota histórica deve ser usada quando houver atualização nos termos do tesauro que possa afetar a recuperação de determinado conceito. Essa nota permite o registro da data de introdução de um termo no tesauro ou a indicação para o usuário como determinado conceito era representado anteriormente.

Ela pode ser aplicada a um único termo preferido ou não preferido, ou ao conceito.

Ex.: notebooks

NH termo introduzido em 1999; antes disso, use "laptops".

6.2.1.6 Forma dos termos

Os termos que representam os conceitos do tesauro podem ser formados por diversas formas como pelos termos simples, compostos por uma única palavra, ou pelos termos compostos, formados por múltiplas palavras.

Além disso, há os termos homógrafos que são palavras com a mesma grafia, mas que possuem significados diferentes. Quando houverem termos homógrafos no tesauro, o significado de cada termo deverá ser explicado de alguma forma para desambiguação.

Ex.: Classe (termo que possui diferentes significados dependendo do contexto)

Especificar o termo para desambiguação

Classe econômica

Classe social

Classe de ensino

Classe escolar

Classe (Biologia)

Classe profissional

Geralmente, usam-se qualificadores entre parênteses após o termo para fazer essa diferenciação de significados. Os qualificadores são palavras, geralmente substantivas, que explicam de forma simples o significado do termo dentro de um domínio do conhecimento.

Ex.: guindastes (pássaros)

guindastes (equipamento de elevação)

O uso de qualificadores é sugerido somente em casos em que não há outra forma de diferenciar os termos dentro do tesauro. A ISO 25964-1 (2011) alerta que alguns sistemas eletrônicos têm dificuldade em utilizar os qualificadores, podendo, portanto, ser um problema na recuperação da informação. Dessa forma, o uso de qualificadores dependerá do software de gestão de tesauros utilizado. Caso o software não os suporte, os responsáveis pelo tesauro devem escolher um termo com várias palavras como termo preferido, desde que o termo composto tenha respaldo na garantia literária, na garantia de usuário, na garantia cultural ou nos especialistas da área.

Os termos do tesauro devem ser preferencialmente substantivos ou sintagmas nominais. Adjetivos devem ser usados somente junto aos substantivos quando necessário, exceto se o domínio de conhecimento fizer uso de adjetivos como a área médica. Advérbios usados junto aos substantivos devem ser aceitos somente quando adquirirem significado especial.

Verbos e artigos também não devem ser usados em tesauros. Deve-se ajustar o verbo para um substantivo verbal. Os artigos somente devem ser usados caso sua omissão prejudique o entendimento do conceito. Quando um termo puder ser pesquisado tanto com ou sem artigo, uma remissiva deve ser criada para o termo não preferido.

A apresentação dos termos do tesauro deve ter uma padronização. Podem ser utilizadas somente letras minúsculas ou letras minúsculas com iniciais maiúsculas. As letras maiúsculas devem ser usadas para siglas, nomes próprios ou termos que já são convencionados com letra maiúscula. Uma vez que o termo for utilizado pelos usuários dessa forma, a mesma forma deve ser mantida, conforme a garantia do usuário.

Ex.: DNA

pH básico

O uso de sinais de pontuação, diacríticos e outros caracteres especiais como apóstrofos, parênteses, hífens e caracteres numéricos pode causar problemas na inserção de termos, assim como no processamento em aplicativos de pesquisa, por isso devem ser evitados quando possível.

Nos casos em que não for possível evitar o uso desses caracteres, utilize-os de acordo com as garantias de validação de termos, especialmente para abreviaturas, nomes químicos, nomes próprios e marcas comerciais.

Os hífens e diacríticos também devem ser preservados nos termos não preferidos, especialmente quando forem usados como variantes ortográficas comumente reconhecidas no idioma do tesauro.

Ex.: NH3

H2O

Sobre o uso de termos no plural ou singular, recomenda-se o uso majoritário de termos no singular de acordo com o Manual de elaboração de tesauro para a SDC (2024). Termos no plural são aceitáveis se forem a forma mais utilizada pelos usuários em consonância à garantia dos usuários.

Para nomes científicos, recomenda-se dar preferência aos termos em latim, com a inserção de termos não preferidos que correspondam a nomes populares.

Ex.: *Aedes aegypti*

UP Mosquito da dengue

Quando houverem grafias diferentes para um mesmo termo e elas forem popularmente conhecidas, deve-se apresentá-las no tesauro como termos não preferidos, fazendo remissivas para o termo preferido.

Preferivelmente, deve-se seguir a ortografia formalmente registrada em dicionários ou glossários reconhecidos no idioma do tesauro em elaboração, com respaldo na garantia literária. Caso hajam regionalismos, a fonte do termo escolhido deverá ser informada na nota bibliográfica. Essa escolha deverá ser realizada de forma consistente e coerente.

Para a ortografia de nomes próprios, deve-se seguir a grafia de acordo com os proprietários dos nomes, geralmente disponível na plataforma Lattes para pesquisadores brasileiros ou que estudam no Brasil, ou de autoridades reconhecidas como o *Virtual International Authority File* (VIAF) e as Bibliotecas Nacionais de cada país.

Grafias com erros ortográficos não são aceitáveis para termos preferidos. Elas podem ser utilizadas como termos não preferidos caso sejam consideradas importantes para a recuperação de informação em situações em que o erro é muito comum e não houver possibilidade de confusão com outro termo que não seja o preferido. Esses termos com grafia incorreta devem ter alguma sinalização indicando que são grafias incorretas.

As palavras estrangeiras podem ser utilizadas como termos preferidos caso elas sejam bem estabelecidas no domínio de conhecimento. Essas palavras podem possuir traduções equivalentes ou não. Deve ser realizada uma avaliação sobre quais termos são mais utilizados pela comunidade usuária do tesauro, se os termos estrangeiros ou as suas traduções.

Ex.: *Show* ou Espetáculo

Hot dog ou Cachorro-quente

Hamburger ou Hamburguer

Bacon ou Toucinho defumado

Air fryer ou Fritadeira de ar

Ping-pong ou Pingue-pongue

Há também palavras estrangeiras que não possuem tradução e devem ser avaliadas se farão parte do tesauro como os seguintes exemplos: *benchmarking*, *brainstorm*, *spoiler*, *impeachment* e *marketing*. A decisão sobre a inclusão ou não de palavras estrangeiras deve levar em consideração sempre a garantia do usuário.

Gírias ou jargões devem ser utilizados como termos não preferidos quando forem necessários conforme a garantia cultural. Neologismos também devem ser usados em resposta a tecnologias emergentes ou a mudanças na sociedade ou na política. Podem ser adotados como termos de tesauro assim que forem considerados úteis para a recuperação de informações.

Ex.: Aportuguesamento (*blog*, *laser*, *kit*, *fast-food*)

Onomatopeia (tique-taque, miau, capritcho, zunzum)

Derivação e composição (golaço, orelhão, motoca, sofrência)

Modificação semântica (laranja, mico, grampo, barraco)

6.2.2 ETAPAS DE ELABORAÇÃO

Devem-se seguir as seguintes etapas de elaboração de tesauros que são compostas por diversas tarefas:

- **Planejamento**

  Definir os objetivos, a abrangência, a equipe responsável e as configurações do tesauro;

  Construir uma introdução ao tesauro, com informações sobre os objetivos, as referências em que o tesauro se baseou, o domínio do conhecimento que ele abrange, as abreviaturas utilizadas e seus significados, qual foi o método de seleção dos termos, qual é a periodicidade de atualização do tesauro;

  Estudar o domínio que será representado, aplicando o método da análise de domínio;

- **Elaboração**

  Coletar os termos que irão compor o tesauro;

  Inserir a definição dos conceitos representados pelos termos preferidos;

  Estruturar os termos, estabelecendo as relações de equivalência, hierárquicas e associativas entre eles, inclusive inserindo as notas necessárias;

  Validar os termos e relações estabelecidas;

- **Disseminação**

  Divulgar o tesauro, seja impresso ou eletrônico;

- **Manutenção**

  Fazer a manutenção periódica do tesauro que inclui a revisão e a atualização dos termos, no período que foi definido pela equipe.

Recomenda-se realizar uma etapa de cada vez para evitar o esquecimento de alguma tarefa importante.

Na tarefa de coletar os termos, deve-se realizar o levantamento dos termos que serão utilizados no tesauro a partir dos documentos já indexados que compõem o acervo da biblioteca. Os termos podem ser coletados a partir do **Relatório Bibliográfico - Assuntos e exemplares (115)** que pode ser gerado na base de produção do Pergamum.

6.2.3 GARANTIAS

Para dar credibilidade ao tesauro, devem ser utilizadas duas ou mais das seguintes formas de validação dos termos e das relações entre eles:

- Garantia literária
- Garantia do usuário
- Garantia cultural
- Consulta aos especialistas da área que será representada

No Quadro 16, explicam-se como essas formas de validação dos termos do tesauro devem ser utilizadas pelas pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Quadro 16 - Aplicação das formas de validação dos termos

Formas de validação dos termos	Aplicação
Garantia literária	Determinar os termos e as relações entre eles por meio da consulta a vocabulários especializados da área que será representada ou de publicações científicas e acadêmicas que tratam sobre os assuntos que farão parte do tesauro.
Garantia do usuário	Escolher termos que representam os conceitos do tesauro considerando as pesquisas realizadas pelos usuários na biblioteca.
Garantia cultural	Representar os conceitos e suas relações através de termos que se baseiam nas suposições, valores e proposições da cultura dos usuários do tesauro.
Consulta aos especialistas	Pedir a opinião dos especialistas da área sobre a escolha dos termos e sobre as relações estabelecidas entre eles para verificar se a estrutura do tesauro está correta.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

6.2.4 SOFTWARES DE CONSTRUÇÃO DE TESAURO

Atualmente, os usuários de bibliotecas estão mais propensos a utilizar diversos recursos on-line devido à alta disponibilidade de recursos nesse ambiente. Pensando nessa questão, acredita-se que o desenvolvimento de um tesauro eletrônico a partir do tesauro impresso ou digital seja adequado para o uso nas bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense. O formato eletrônico é apenas uma variação de estilo, forma que não afeta os princípios de um tesauro de acordo com Hjorland e Gnoli (2021), além de oferecer opções de leiaute, manutenção, apresentação e implementação, permitindo funções interativas de recuperação da informação aos usuários.

Alguns exemplos de softwares utilizados no contexto brasileiro são: Tematres, Thesa e Multites. Apresentam-se requisitos que devem ser analisados para a escolha do software:

- não limitação da quantidade de caracteres e termos;
- não permissão de termos duplicados;
- permissão de estabelecimento das relações semânticas;
- permissão de criação de variados tipos de notas;
- permissão de criação de categorias de assuntos;
- permissão de importação e exportação dos dados para outros softwares de tesauros;
- capacidade de localização dos detalhes completos de cada termo;
- permissão de acesso simultâneo de várias pessoas na construção, avaliação e atualização do tesauro com diferentes níveis de acesso;
- permissão de emissão de relatórios.

Salienta-se que, pelo fato da UFF ser uma instituição federal pública, com recursos financeiros limitados, é sensato e mais viável fazer uso de um software livre. Recomenda-se o uso do software Tematres devido às suas características.

6.2.5 INTEROPERABILIDADE DO SISTEMA

A interoperabilidade é a capacidade de dois ou mais sistemas de trocarem informações. Dessa forma, o software de gestão de tesauro escolhido deve permitir a exportação de dados em formatos que possam ser utilizados em outros sistemas, proporcionando a reutilização de tesauros. Além disso, a possibilidade de exportar os dados permite que a equipe responsável pelo tesauro possa mudar de software caso necessário, não ficando dependente e limitada à apenas uma opção.

O Tematres, Multites e o Thesa possibilitam a exportação de dados nos seguintes formatos (Tematres, 2025; Fujita; Santos; Cruz; Moreira, 2017; Gabriel Junior; Laipelt, 2017):

- SKOS-Core (Simple Knowledge Organization System) – RDF/XML (Tematres e Multites)
- Dublin Core (Tematres)
- Turtle RDF (Tematres)
- Zthes – XML (Tematres e Multites)
- BS 8723 (XML) (Tematres)
- MARC 21 XML Schema (Tematres)

- Dspace Taxonomy (XML) (Tematres)
- MADS XML (Tematres)
- Moodle (XML) (Tematres)
- Topic Map (XML) (Tematres)
- IMS Vocabulary Definition Exchange (VDEX XML) (Tematres)
- WXR (Wordpres XML) (Tematres)
- Sitemap (XML) (Tematres)
- CSV (Tematres, Multites e Thesa)
- TXT (Tematres, Multites e Thesa)
- PDF (Tematres)
- JSON (Tematres)
- XML (Multites e Thesa)
- HTML (Multites e Thesa)
- RTF (Multites)
- Backup (SQL) (Tematres)

6.2.6 MANUTENÇÃO DO TESAURO

A manutenção do tesauro envolve os processos de revisão e atualização do vocabulário. De acordo com o **Manual de elaboração do tesauro para a SDC**, recomenda-se que a revisão seja realizada a cada 2 anos. Entretanto, deve-se considerar a quantidade de doações ou compras de livros realizadas pelas bibliotecas como doações de acervos particulares e compras advindas de Projeto FAPERJ. Caso haja um grande volume de livros adquiridos, e, por conseguinte, a inclusão de muitos assuntos novos no processo de indexação, faz-se necessário avaliar a necessidade de atualização do tesauro neste momento ou ao final do ano corrente.

Nesta fase, a quantidade de recursos humanos disponível na biblioteca será um fator crucial para a efetiva manutenção do tesauro. Recomenda-se a reserva de um tempo específico na semana ou no mês para destinação à manutenção do tesauro. O tesauro é um produto da biblioteca oferecido aos usuários, assim como o acervo, o catálogo e o computador, por exemplo. Portanto, todos devem ser monitorados e atualizados caso necessário.

6.2.7 PÚBLICO-ALVO

O público-alvo do tesauro deve ser definido na etapa de planejamento de sua elaboração.

Nas bibliotecas universitárias da UFF, os usuários do tesauro serão compostos pelos alunos matriculados no curso que corresponde ao domínio de conhecimento que está sendo representado pelo tesauro e pelos pesquisadores da área e das áreas interdisciplinares.

Dessa forma, cada equipe ou pessoa bibliotecária responsável pela elaboração do tesauro, deverá indicar o perfil da comunidade usuária do tesauro. Além disso, deve-se mencionar no planejamento do tesauro que ele servirá como ferramenta de apoio para todas as pessoas bibliotecárias indexadoras do Sistema de Bibliotecas da UFF.

6.2.8 FONTES DE INFORMAÇÃO

Para a elaboração de tesauros, as pessoas bibliotecárias responsáveis pela elaboração do tesauro deverão conhecer ou pesquisar algumas fontes de informação importantes para realizar todo o processo.

Primeiramente, as principais normas que servem de referência para a elaboração de tesauros são:

- ISO 25964-1 (2011)
- ISO 25964-2 (2013)
- ISO 704 (2022)
- ABNT NBR 12676 (1992)

Além das normas, outros tipos de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) e fontes de informações especializadas podem servir de apoio à elaboração de tesauros na Universidade Federal Fluminense (UFF):

- Dicionários
- Glossários
- Sistemas de classificação bibliográficos
- Tesauros
- Enciclopédias
- Fluxogramas
- Ementários

Essas fontes de informações devem ser utilizadas para auxiliar a construção da definição dos termos preferidos e a estruturação dos conceitos do tesauro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve a intenção de estabelecer diretrizes para elaboração de tesauros nas bibliotecas universitárias da Universidade Federal Fluminense (UFF), com a finalidade de aprimorar a representação de assuntos, por meio da visualização dos mesmos antes de realizar uma busca, e consequentemente a recuperação da informação no catálogo *on-line* da instituição assim como no repositório institucional que utiliza os mesmos termos indexadores usados no catálogo. ~~Com as diretrizes estabelecidas, foi possível responder à questão de pesquisa proposta no início do estudo.~~

Uma das características dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) é permitir a visualização dos termos que representam os assuntos abordados nas obras dos acervos bibliográficos que compõem as bibliotecas universitárias da UFF. Desta forma, a elaboração de tesauros pode proporcionar a diminuição do tempo de busca dos usuários e aumentar o nível de precisão dos resultados recuperados no catálogo.

A pesquisa se justificou, principalmente, por não haver um SOC na UFF que possibilita a visualização dos assuntos das obras das bibliotecas universitárias para os usuários do catálogo *on-line*. Com isso, as diretrizes estabelecidas neste estudo responderam à questão de pesquisa proposta neste trabalho e elas podem viabilizar a elaboração de tesauros de forma consistente na UFF.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa foi possível observar que um modelo de padronização e atualização de tesauros pode auxiliar na manutenção e na melhoria da recuperação dos documentos dos acervos da Universidade Federal Fluminense (UFF). As normas que embasaram a estruturação das diretrizes estabelecidas nesta pesquisa foram a ISO 25964-1, a ISO 25964-2 (2013) e a ISO 704 (2022) que foram descritas com suas contribuições à elaboração de tesauros ao longo da pesquisa.

Além das normas, a elaboração de SOCs deve levar em consideração alguns princípios como a garantia literária, a garantia do usuário e a garantia cultural e a consulta a especialistas da área. Esses princípios não constam nas normas porque eles dependem do contexto em que o instrumento de representação será elaborado. Sendo assim, empenhamo-nos no desenvolvimento de diretrizes com o intuito de orientar as pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da UFF para elaboração de tesauros coerentes e consistentes ao contexto da instituição.

A pesquisa apresentou, de acordo com os objetivos específicos determinados na introdução deste trabalho, como teorias clássicas que fundamentam a elaboração de tesauros,

a Teoria Geral da Terminologia (TGT), a Teoria do Conceito de Dahlberg e a Teoria da Classificação Facetada. Expomos o contexto atual da representação de assuntos no Sistema de Bibliotecas da UFF, mostrando a necessidade de construção de SOCs para melhorar a recuperação da informação e permitir buscas exploratórias e precisas.

Com o propósito de mostrar quais são os parâmetros normativos exclusivos e complementares e suas contribuições mais utilizadas no contexto brasileiro foram descritas as normas e modelos utilizados como parâmetros para a elaboração de tesauros na produção acadêmica brasileira nos últimos cinco anos, com destaque para as seguintes normas e modelos: Diretrizes para a elaboração de tesauros monolíngues (1984); Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (1993); Modelo Metodológico Integrado para Construção de Tesauro (2009); norma ANSI/NISO Z39.19-2005 (2010); norma ISO 25964-1 (2011); norma ISO 25964-2 (2013); e norma ISO 704 (2022).

As etapas de elaboração de tesauros foram mencionadas no interior da subseção Diretrizes para elaboração de tesauros na UFF: planejamento, elaboração, disseminação e manutenção. Cada etapa é composta por diversas tarefas que devem ser realizadas uma de cada vez para que uma tarefa não seja esquecida.

Além disso, a análise de domínio foi apresentada nesta pesquisa como uma teoria metodológica que consolida o estabelecimento das diretrizes ao permitir um estudo holístico sobre um domínio do conhecimento, tarefa que faz parte da etapa de planejamento do tesauro. No âmbito do presente estudo, foram identificadas três abordagens da análise de domínio que permitiram o entendimento da abrangência e dos limites da área da Economia, utilizada como exemplo de aplicação dessa metodologia em um domínio do conhecimento.

Dessa forma, verificamos que os objetivos específicos da pesquisa foram alcançados, possibilitando chegar nos resultados almejados. Entretanto, apesar do êxito no estabelecimento das diretrizes, alguns obstáculos tiveram que ser contornados no âmbito profissional e no âmbito acadêmico. Conciliar trabalho, casa, estudo e família é uma tarefa árdua, mas que foi necessária para o andamento e finalização da pesquisa. Ademais, encontrar as normas ISO originais foi um desafio pois elas não estão disponíveis gratuitamente e a UFF não possui acesso a elas. Um fato que pode explicar em parte a existência de poucos tesauros brasileiros e justificar a importância da disseminação do conteúdo das normas de forma científica para que elas alcancem mais pessoas.

Destacamos a importância do uso da metodologia de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) para dar embasamento às diretrizes durante o estudo. A RSL foi fundamental para mostrar quanto conteúdo normativo foi disponibilizado nos últimos cinco anos na produção

acadêmica brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, apresentando as contribuições de normas e modelos para elaboração de tesauros. Por ser uma metodologia minuciosa, a RSL proporcionou um estudo aprofundado sobre o estado atual do uso de normas para elaboração de tesauros, permitindo identificar quais assuntos foram abordados na produção acadêmica e quais não foram e que fazem falta no processo de elaboração de tesauros, sendo necessária a sua exposição no corpo das diretrizes.

Por exemplo, a tarefa de categorização dos termos do tesauro foi mencionada superficialmente por alguns trabalhos relevantes recuperados na RSL, apesar da sua importância na estruturação das relações entre os termos. Coube às diretrizes abordar as categorias de forma mais prática, mostrando exemplos de termos que se encaixam nas categorias que podem ser utilizadas no tesauro apresentadas na norma ISO 25964-1 (2011).

Faz-se importante mencionar que um dos obstáculos enfrentados pela pesquisa foi a indisponibilidade de algumas normas gratuitamente, dificultando a consulta e a possibilidade de apresentar mais conteúdos contidos nos padrões normativos. Esse fato tornou a RSL uma estratégia metodológica essencial para o estabelecimento de diretrizes com embasamento teórico. Outra dificuldade encontrada durante a pesquisa foi a pouca quantidade de tempo ao longo do mestrado para realizar uma pesquisa profunda e densa sobre a elaboração de tesauros, levando em consideração a divisão de tempo entre o mestrado e a atuação profissional.

Ressaltamos que todas as informações levantadas nesta pesquisa têm a intenção de servir como modelo para o desenvolvimento de tesauros não só na UFF mas em outras universidades, e em qualquer domínio do conhecimento. Apesar disso, todo o estudo realizado nesta pesquisa teve como objetivo estruturar informações que fundamentam a elaboração do produto final da pesquisa, as diretrizes para elaboração de tesauros na UFF. As diretrizes servirão como um documento orientador às pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da UFF na elaboração de tesauros futuros.

O compartilhamento das informações consolidadas neste trabalho poderá ser realizado por meio de palestras, *workshops* ou minicursos para as pessoas bibliotecárias do Sistema de Bibliotecas da UFF. A compreensão da importância do desenvolvimento de ferramentas de mediação da informação como o tesauro dependerá do envolvimento dos profissionais nessas atividades e da conscientização dos mesmos sobre o impacto que o tesauro pode ter na representação temática e na recuperação da informação pelos usuários do catálogo *on-line* da instituição.

A elaboração do tesauro deve ser vista como a oferta de mais um produto da biblioteca para a melhoria dos serviços para os usuários. Sabemos que a quantidade de recursos humanos e financeiros nas universidades federais brasileiras são bem limitados, o que dificulta a realização de atividades que necessitam de uma longa dedicação de tempo para a sua efetivação. Entretanto, o aperfeiçoamento dos serviços e produtos da biblioteca é uma tarefa que deve ser constantemente priorizada no dia a dia para a satisfação dos usuários.

Sugerimos a aplicação das diretrizes para construção de outros tipos de SOCs além dos tesauros, como taxonomias, ontologias, glossários, listas de termos, entre outros, nas etapas que forem adequadas e pertinentes. Ainda, aconselhamos que futuras melhorias nas diretrizes possam advir de outras pesquisas em diferentes contextos. E, por fim, evidenciamos que a metodologia de análise de domínio contribui de forma abrangente para o estudo de domínios do conhecimento, colaborando para a melhor compreensão deles e proporcionando representações terminológicas mais consistentes.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Lidianne Vianna. **Uma revisão integrativa sobre taxonomias e web semântica: trajetórias, convergência e interdisciplinaridade**. 2023. 243 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/1311. Acesso em: 30 set. 2024.

ALMEIDA, Lucelia da Silva; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. Analysis of search engines of open access institutional repositories. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 21, p. 1-27, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8672274. Acesso em: 7 out. 2024.

ALMEIDA, Tatiana de. **O vocabulário controlado como instrumento de organização e representação da informação na FINEP**. 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/740. Acesso em: 12 ago. 2025.

AMORIM, Igor Soares; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Os conceitos de comunidade discursiva, domínio e linguagem na análise de domínio hjorlandiana. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016. **Anais** [...]. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/190585. Acesso em: 6 jan. 2024.

ANDRADE, Maria Eugênia Albino. Um olhar sobre representações no universo do conhecimento: o caso das micro e pequenas empresas. *In*: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. cap. 4.

ANDRADE, Valter dos Santos; ANDRADE, Robéria de Lourdes de Vasconcelos. Análise dos descritores de assunto no repositório institucional da universidade federal de alagoas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 18, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/13135. Acesso em: 7 out. 2023.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010)**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2010. Disponível em: https://www.niso.org/publications/ansiniso-z3919-2005-r2010. Acesso em: 11 ago. 2025.

BAEZA-YATES, Ricardo; RIBEIRO-NETO, Berthier. Introdução. *In*: BAEZA-YATES, Ricardo; RIBEIRO-NETO, Berthier. **Recuperação da informação**: conceitos e tecnologia das máquinas de busca. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. cap. 1.

BANDOLIN, Paulo César. **Estudo terminológico dos autos de inquérito policial federal**. 2024. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/260956. Acesso em: 27 abr. 2025.

BARBOSA, Everton Rodrigues. **Modelo colaborativo para a construção e a publicação de tesauros no contexto do Linked Open Data**: aplicação no domínio da Música. 2021. 372 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227022. Acesso em: 3 maio 2025.

BARITÉ ROQUETA, M. G. La noción de categoría y sus implicaciones en la construcción y evaluación de lenguajes documentales. *In*: CONGRESO ISKO- ESPANA EOCONSID, 4., 1999, Granada. La representación y la organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información. **Actas**… Granada : Facultad de Biblioteconomía y Documentación de la Universidad de Granada, 1999, p. 39-45. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1300081. Acesso em: 6 abr. 2025.

BARITÉ, Mario. Literary warrant. **Knowledge Organization**, Frankfurt, Germany, v. 45, n. 6, p. 517-36, 2018. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2018-6-517/literarywarrant-jahrgang-45-2018-heft-6?page=1. Acesso em: 16 out. 2024.

BARITÉ, Mario *et al*. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformação**, v. 22, p. 123-138, 2010.

BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources and Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, London, v. 58, n.5, p. 507-532, 2002.

BIBLIOTECA da faculdade de Economia: conheça a biblioteca. Niterói, [2024]. Disponível em: https://bibliotecas.uff.br/bec/. Acesso em: 8 set. 2024.

BISCALCHIN, Ricardo. **Garantia transcultural e terminologia**: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis. 2021. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/204173. Acesso em: 4 maio 2025.

BISPO, Fabrício Dantas. **Controle terminológico no combate a crimes de entorpecentes na Polícia Federal do Brasil**: proposta metodológica. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254151. Acesso em: 27 abr. 2025.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID**: revista de Ciência da

Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42340. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Thesagro. *In*: BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Centrais de conteúdo**. Brasília, DF, 6 fev. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/centrais-de-conteudo/biblioteca/thesagro. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRITO, Carlos de França. **Tesauro de teologia sistemática**: um mapeamento conceitual a partir da perspectiva pentecostal. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25803. Acesso em: 27 abr. 2025.

BROUGHTON, Vanda. The need for a faceted classification as the basis of all methods of information retrieval. **Aslib Proceedings**: New Information Perspective, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 49-72, jan./jun. 2006.

BROUGHTON, Vanda; HANSSON, Joacim; HJORLAND, Birger; LÓPEZ-HUERTAS, María José. Knowledge organization. *In*: KAJBERG, Leif; LORRING, Leif (ed.). **European curriculum reflections on library and information science education**. Copenhagen: Royal School of Library and Information Science, 2005. p. 133-148. Disponível em: https://repository.arizona.edu/bitstream/handle/10150/105851/KnowledgeOrg_chapter%207.pdf;jsessionid=A29187C9E9D4BEEFFAB028DDFB7C27D1?sequence=1. Acesso em: 22 set. 2024.

CABRÉ, Maria Teresa. Teorias da terminologia. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 507-558, set-dez, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2019v39n3p507/40867. Acesso em: 21 maio 2025.

CAETANO, Gabriela Silva. **Uso e desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento pelas corporações**: criação de um modelo conceitual para o domínio da exploração mineral. 2022. 193 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/39284. Acesso em: 3 maio 2025.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem documentária**: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: EDUFF, 2001.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 3, p. 348-359, set./dez. 2006. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23767. Acesso em: 12 ago. 2025.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Organização de domínios de conhecimento e os princípios ranganathianos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 150-163, jul./dez. 2003. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23475. Acesso em: 11 ago. 2025.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha; MOTTA, Dilza da. **Elaboração de tesauro documentário**: tutorial. [S. l.], 2004. Disponível em: https://www.conexaorio.com/biti/tesauro/. Acesso em: 20 jan. 2025.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha Gomes. Uma perspectiva metodológica para a elaboração de instrumentos terminológicos: a relevância das definições. **Fronteiras da Representação do Conhecimento**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/advances-kr/article/view/41898. Acesso em: 31 jan. 2025.

CARDOSO, Olinda Nogueira Paes. Recuperação da informação. **Infocomp**: Journal of Computer Science, [Lavras], v. 2, n. 1, p. 33-38, 2004. Disponível em: https://infocomp.dcc.ufla.br/index.php/infocomp/article/view/46. Acesso em: 7 out. 2024.

CARLAN, Eliana. **Sistemas de organização do conhecimento**: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. 195 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/7465. Acesso em: 30 set. 2024.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de organização do conhecimento na visão da Ciência da Informação. **RICI**: revista ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1675. Acesso em: 29 set. 2024

CAVALCANTE, Denise Gomes Silva Morais. **Modelagem semântica de sistemas de organização do conhecimento para categorias de representação de imagens em movimento no ambiente web**. 2023. 268 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.27.2023.tde-18122023-165038. Acesso em: 4 maio 2025.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesauros com a integração de procedimentos terminológicos**. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103382. Acesso em: 5 ago. 2025.

CONGELIAN, Caio Saraiva; TORINO, Emanuelle; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório. Inteligência artificial generativa e recuperação da informação: tendências e oportunidades de pesquisa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., Aracaju, 2023. **Anais**… Aracaju: UFS, 2023. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/257810. Acesso em: 16 maio 2024.

COSTA, Karolina Sardinha Souza. **Boi-Bumbá de Parintins**: modelo de construção de tesauros. 2022. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6485. Acesso em: 28 abr. 2025.

CRAVEIRO, Larissa Souza. **Sistema de organização do conhecimento**: a construção do tesauro Margareth Dalcolmo. 2022. 297 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) – Universidade Federal do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/16962. Acesso em: 27 abr. 2025.

CRUZ, Maria Carolina Andrade e. **Gerenciamento da construção e manutenção de linguagens de indexação em bibliotecas universitárias**. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/257422. Acesso em: 27 abr. 2025.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

CURRÁS, Emilia. **Ontologias, taxonomia e tesauros em teoria de sistemas e sistemática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2010.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 7, n. 2, 1978. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115. Acesso em: 31 mar. 2025.

DANUELLO, Jane Coelho. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil**: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/95532. Acesso em: 30 maio 2025.

DAROS, Júlia Ísis; BARROS, Thiago Henrique Bragato. Perspectivas teórico-metodológicas sobre representação e sistemas de organização do conhecimento: uma análise da literatura no universo do Capítulo do Reino Unido da International Society for Knowledge Organization - ISKO. *In*: FÓRUM DE ESTUDOS EM INFORMAÇÃO, SOCIEDADE E CIÊNCIA, 5., 2023. **Anais**… Porto Alegre: UFRGS, 2023. Disponível em: https://www.ufrgs.br/feisc/index.php/feisc/article/view/124. Acesso em: 30 maio 2025.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia de literatura e outras garantias. **Informação e Sociedade**: Estudos, v. 25, n. 2, p. 17, 2015. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/7. Acesso em: 16 jul. 2025.

DIAS, Eduardo Wense. Organização do conhecimento no contexto de bibliotecas tradicionais e digitais. *In*: NAVES, M. M. L.; KURAMOTO, H. (org.). **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2006. cap. 5.

DUARTE, Anderson Melo. **Tesauro de alimentação inclusiva**. 2022. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69207. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação de informação**: análise sobre a contribuição da ciência da computação para a ciência da informação. 2003. 137 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.27.2003.tde-15032004-130230. Acesso em: 16 jul. 2025.

FERREIRA, Ana Carolina. **Metodologia de revisão e atualização de tesauros aplicada ao Tesauro de Contas de Minas Gerais**: abordagem da pesquisa-ação. 2020. 433 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/34850. Acesso em: 4 maio 2025.

FERREIRA, Raquel Ellen Simões. **A construção de um microtesauro brasileiro de educação a distância à luz da Teoria Comunicativa da Terminologia**. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77108. Acesso em: 27 abr. 2025.

FERREIRA, Suelen Camilo. **Modelo SKOS e ISO 25964**: similaridades das recomendações para representação de tesauros. 2023. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/items/e1281b8a-dca0-43b1-8154-5a1f05d5f72e. Acesso em: 27 abr. 2025.

FOSKETT, D. J. Information and general system theory. **Journal of Librarianship**, v. 4, n. 3, 1972.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan Rio; ALVES, Roberta Caroline Vesú. Evolução teórica sobre tesauro: estudo diacrônico das publicações de Dagobert Soergel (1972-2017). **Scire**: representación y organización del conocimiento, Zaragoza, v. 26, n. 1, p. 13-25, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.54886/scire.v26i1.4623. Acesso em: 24 abr. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MOREIRA, Walter. **Manual do planejamento, construção e manutenção do tesauro UNESP para bibliotecas**: do conceitual a práxis. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/234. Acesso em: 20 jun. 2023.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, Milena Polsinelli. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero**: revista de Ciência da Informação, v. 7, n. 3, jun. 2006. Artigo 04. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/44949. Acesso em: 11 ago. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesauros monolíngües**. Brasília, DF: PNBIES, 1984. Disponível em: . Acesso em:

GOMES, Hagar Espanha (coord.). **Manual de elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília, DF: CNPq/PNBU, 1990.

GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; CAMPOS, Linair Maria; ALMEIDA, Tatiana de. **Terminologia**: contribuições de Eugene Wüster (1898-1977) e de seus comentadores. Brasília, DF: IBICT, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.22477/9788570131881. Acesso em: 30 junho. 2025.

GOMES, Pablo. **A construção de tesauros em contextos de complexidade cultural, social e política**: uma proposta para Justiça de Transição. 2023. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57606. Acesso em: 27 abr. 2025.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, Maria Nélida. A representação do conhecimento e o conhecimento da representação: algumas questões epistemológicas. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 3, 1993. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/479. Acesso em: 30 abr. 2024.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID***:* Revista de Ciência da Informação e Documentação., Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 138-158, 2010. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/42310. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 2016. 153 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-AMXGCZ. Acesso em: 5 out. 2021.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, p. 1-21, 2016. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/393. Acesso em: 16 jul. 2025.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2014. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415/1593. Acesso em: 27 dez. 2023.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michael. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília, DF: IBICT, 1994. Disponível em: http:/livroaberto.ibict.br/handle/123456789/1007. Acesso em: 16 jul. 2025.

HJORLAND, Birger. Domain analysis. **Knowledge Organization**, v. 44, n. 6, p. 436- 464, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.5771/0943-7444-2017-6-436. Acesso em: 16 jul. 2025.

HJORLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches: traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.

HJORLAND, Birger. Semantics and knowledge organization. *In*: AMERICAN SOCIETY FOR INFORMATIONS SCIENCE AND TECNOLOGY. **Annual review of information**

science and technology. New Jersey: Information Today, 2007. chapter 8. Disponível em: https://core.ac.uk/download/269231244.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025.

HJORLAND, Birger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, Leesburg, v. 46, n. 6, p. 400-425, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6<400::AID-ASI2>3.0.CO;2-Y. Acesso em: 16 abr. 2025.

HJORLAND, Birger; GNOLI, Claudio (ed.). ISKO encyclopedia of knowledge organization. 2021. Disponível em: https://www.isko.org/cyclo/thesaurus#5. Acesso em: 5 fev. 2024.

HODGE, Gail. **Systems of knowledge organization for digital libraries**: beyond traditional authority files. Washington, DC: Council on Library Information Resources, 2000. Disponível em: https://www.clir.org/pubs/reports/pub91/#:~:text=This%20report%20examines%20the%20use%20of%20knowledge%20organization%20systems-schemes%20for. Acesso em: 29 set. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **CDU *on-line***: classificação decimal universal: português do Brasil. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: https://cdu.ibict.br/login. Acesso em: 23 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília, DF: IBICT, 1984. Disponível em: http:/livroaberto.ibict.br/handle/123456789/995. Acesso em: 16 jul. 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA. Institucional. *In*: INSTITUTO RUI BARBOSA. **Quem somos**. Brasília, DF, [2024]. Disponível em: https://irbcontas.org.br/institucional/. Acesso em: 24 out. 2024.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 704**: terminology work: principles and methods. 3. ed. Geneva: ISO, 2009.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 704**: terminology work: principles and methods. 4. ed. Geneva: ISO, 2022.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO/FDIS 25964-1**: information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies: part 1: thesauri for information retrieval. Geneva: ISO 2011.

JESUS, Rafaela Cristina de. **Construção e manutenção de tesauros brasileiros**: análise na perspectiva das normas internacionais. 2018. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/7fe088e5-1d31-4a1d-94a5-5ad462cb1a58/full. Acesso em: 23 nov. 2024.

JESUS, Samantha Augusta dos Santos de. **Análise do tesauro UNESP sob a perspectiva da abordagem facetada**. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/235314. Acesso em: 27 abr. 2025.

KITCHENHAM, Barbara; CHARTERS, Stuart. **Guidelines for performing systematic literature reviews in Software Engineering**. Keele: Keele University, 2007. Disponível em: https://legacyfileshare.elsevier.com/promis_misc/525444systematicreviewsguide.pdf. Acesso em: 22 maio 2025.

KITCHENHAM, Barbara. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele: Keele University, 2004. Disponível em: https://scispace.com/papers/procedures-for-performing-systematic-reviews-51y1u6l2sw. Acesso em: 22 maio 2025.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação da informação. **DataGramaZero**: revista de Ciência da Informação, Brasília, DF, v.8, n.6, art. 01, dez. 2007. Disponível em: https://cedap.ufrgs.br/xmlui/handle/20.500.11959/1269. Acesso em: 14 jul. 2024.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Propostas de tipologias de KOS: uma análise das referências de formas dominantes de organização do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 20, n. esp. 1, p. 89-107, fev. 2015. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p89. Acesso em: 23 nov. 2024.

LIMA, Gercina Ângela de; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos. Estudo comparativo das estruturas semânticas em diferentes sistemas de organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 46, n. 1, p. 60-72, 2017. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4014. Acesso em: 30 mar. 2023.

LOPES, Maria Eduarda Sousa. **Análise das terminologias relacionadas a área de domínio da saúde usadas por habitantes da cidade de Apuiarés, no Ceará**. 2021. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60646. Acesso em: 16 jul. 2025.

MAIA, Maíra Quintela. **Acessibilidade no instrumento de avaliação de curso de graduação**: uma proposta de representação do conhecimento. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/55619. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARCELINO, Sara de Freitas. **Avaliação comparativa de softwares livres para gerenciamento de tesauros**: Thesa e Tematres. 2021. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234798. Acesso em: 3 maio 2025.

MARCONDES, Carlos Henrique. Representação e economia da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 30, n. 1, p. 61-70, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100008. Acesso em: 29 abr. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.

MARTINES, Alexandre Robson; LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido. A linguagem e a linguagem documentária no processo de representação do conhecimento de grupos marginalizados: reflexões teóricas. **Informação e Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 512-549, jan./mar. 2021. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40740/pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

MARTÍNEZ, Ana; RISTUCCIA, Cristina; PISARELLO, Rosa; STUBBS, Edgardo; Caminotti, Laura; BALPARDA, José; VALDEZ, Julia; MANGIATERRA, Norma. Las categorías o facetas fundamentales: una metodología para el diseño de taxonomías corporativas de sitios web argentinos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 106-111, maio/ago. 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652004000200011. Acesso em: 5 abr. 2025.

MARTINEZ-ÁVILA, Daniel; BUDD, John M. Epistemic warrant for categorizational activities and the development of controlled vocabularies. **Journal of Documentation**, Vol. 73, n. 4, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/00cc9b1c-6349-433d-9fa4-3b51add15cb8. Acesso em: 16 jul. 2025.

MCILWAINE, Ia Cecilia. Trends in knowledge organization research. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 75-86, 2003. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2003-2/ko-knowledge-organization-volume-30-2003-issue-2. Acesso em: 29 abr. 2024.

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio; CAFÉ, Lígia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais**... São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142. Acesso em: 20 jan. 2020

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. *In*: ROBREDO, Jaime; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio (orgs.). **Passeios no bosque da informação**: estudos sobre representação e organização da informação e do conhecimento: EROIC. Brasília DF: IBICT, 2010. p. 147-176. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/36/1/eroic.pdf. Acesso em: 2 out. 2024.

MESSA, Joyce Angelica Freire. **Diretrizes para avaliação de domínios de conhecimento em tesauros**: uma análise da atualidade temática do Macrothesaurus Brasileiro de Direito Constitucional. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal

Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: app.uff.br/riuff/handle/1/10772. Acesso em: 23 nov. 2024.

MINHO, Amanda Guise. **Mapeamento das tipologias de relações associativas dos termos do subcampo "Sociologia da Educação" do Thesaurus Brasileiro de Educação (Brased)**. 2024. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281794. Acesso em: 27 abr. 2025.

MIRANDA, Letícia dos Santos. **Análise das metodologias de avaliação de tesauros**: categorização dos critérios qualitativos de avaliação. 2024. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79294. Acesso em: 27 abr. 2025.

MOOERS, Calvin Northrup. Zatocoding applied to mechanical organization of knowledge. **American Documentation**, Vol. 2, n. 1, January 1951. Disponível em: https://doi.org/10.1002/asi.5090020107. Acesso em: 16 jul. 2025.

MORAES, Isabela Santana de. **Os conceitos de sistemas de organização do conhecimento e as linguagens documentárias**: análise de domínio nos PPGCIs: UNESP e UFMG. 2017. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/e21fd9f7-d9cc-46fc-ac18-01094769e363/content. Acesso em: 1 out. 2024.

MORAES, Rosana Portugal Tavares de. **Análise de domínios de conhecimento**: proposta de diretrizes para mapeamento temático das comunicações orais do GT2 do ENANCIB. 2014. 326 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/10850. Acesso em: 6 ago. 2025.

MORAES, Rosana Portugal Tavares de; ALMEIDA, Tatiana de; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. A representação dos domínios científicos e a importância dos metamodelos: o systematifier de Dahlberg. **Fronteiras da Representação do Conhecimento**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, mar. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5281/zenodo.8350412. Acesso em: 7 out. 2024.

MORAIS, Natanna Santana de. **A análise de domínio na construção de linguagens documentárias**. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/36435. Acesso em: 23 nov. 2024.

MORAIS, Natanna Santana de. **Construção de tesauros e análise de domínio**: perspectivas conceituais, teóricas e metodológicas a partir das influências étnicas nos léxicos. 2024. 257 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33679. Acesso em: 27 abr. 2025.

MOREIRA, Manoel Palhares; MOURA, Maria Aparecida. Construindo tesauros a partir de tesauros existentes: a experiência do TCI - tesauro em Ciência da Informação.

DataGramaZero*:* Revista de Ciência da Informação, v. 7, n. 4, ago. 2006, Artigo 01. Disponível em: https://mamoura.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/10/Construindo-tesauros-a-partir-de-tesauros-existentes.html. Acesso em: 31 jul. 2024.

MOURA, Kamila de Andrade. **Estudo do domínio documental jurídico para construção de tesauro de tipos documentais na ferramenta Thesa**. 2024. 430 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277306. Acesso em: 27 abr. 2025.

MOURA, Kamila de Andrade; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira; BARROS, Thiago Henrique Bragato. M4LAW e suas classes: um olhar sobre as possibilidades de representação da informação. **Brazilian Journal of Information Science**: research trends, v. 17, 2023. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/14711/15355. Acesso em: 8 jan. 2023.

NASCIMENTO, Felipe Mozart de Santana. **Sistema de organização do conhecimento**: um mapeamento de conceitos e processos para a Ciência da Informação no Brasil. 2022. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45702. Acesso em: 5 maio 2025.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, 1996. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603. Acesso em: 16 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües**. 2. ed. rev. Brasília, DF: IBICT; SENAI, 1993. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/handle/1/731. Acesso em: 6 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri**. [*S. l.*]: UNESCO; ISO, 1971. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000005951. Acesso em: 6 jul. 2025.

PRADO, Ana Carolina. **A interação entre o tesauro e a ontologia na organização do conhecimento**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.27.2020.tde-27032021-114627. Acesso em: 4 maio 2025.

RANGANATHAN, Shiyali. Ramamrita. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos / Livros, 2009.

RANGANATHAN, Shiyali. Ramamrita. **Prolegomena to library classification**. 3. ed. New York: Asia Publishing House, 1967. Disponível em: https://repository.arizona.edu/handle/10150/106370. Acesso em: 11 ago. 2025.

RIBEIRO, Daniela Antonio. **A perspectiva do multiculturalismo na construção de sistemas de organização do conhecimento**: uma análise da produção internacional na ciência da informação. 2024. 46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/259951. Acesso em: 27 abr. 2025.

RIO BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan. **Interoperabilidade semântica entre linguagens de indexação para bibliotecas universitárias**. 2020. 142 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/194243. Acesso em: 4 maio 2025.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesauros**: um estudo ancorado na organização social e crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e a decolonialidade. 2024. 300 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/75958. Acesso em: 27 abr. 2025.

ROSA, Samuel Santos da. **Análise de domínio a partir da análise de logs**: os sistemas de organização e recuperação da informação para o estudo do comportamento de busca dos usuários do periódico Reciis no acesso e disseminação da informação científica. 2023. 296 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/259310. Acesso em: 9 out. 2024.

ROSADO, Keila Mara Lara. **O uso da linguagem simples para representar termos e definições nos produtos e serviços de informação jurídica**: uma proposta baseada na abordagem design thinking. 2024. 520 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/77696. Acesso em: 27 abr. 2025.

SALDANHA, Gustavo Silva. Um método entre a filosofia da informação e a organização do conhecimento: Wittgenstein, epistemologia histórica e crítica da linguagem. **Informação e Sociedade**: estudos, v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38084. Acesso em: 30 abr. 2024.

SANTOS, Andréia dos. **Análise da representação terminológica da temática negra em sistemas de organização do conhecimento**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216234. Acesso em: 23 nov. 2024.

SANTOS, Beatriz Gonçalves Nogueira dos. **Tesauro terminológico de literatura de autoras negras brasileiras**: visibilidade étnico-racial na Ciência da Informação. 2022. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/b6625a8e-f113-4362-86e7-a518d732031d/tc5042-Beatriz-Santos-Tesauro.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, Vinicius da Rosa da. **Proposta de um modelo de avaliação da qualidade percebida em serviços de bibliotecas universitárias**. 2019. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/197445. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVEIRA, Raidan Cruz. **Representação em SKOS da subcategoria "Organização do Conhecimento" do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação**. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: https://repositorio.uel.br/handle/123456789/17614. Acesso em: 5 maio 2025.

SMIRAGLIA, Richard P. Domain coherence within knowledge organization: people, interacting theoretically, across geopolitical and cultural boundaries. *In*: ANNUAL CONFERENCE OF CAIS, 39. **Proceedings...** *[S. l.]*, 2011. Disponível em: https://journals.library.ualberta.ca/ojs.cais-acsi.ca/index.php/cais-asci/article/view/601. Acesso em: 4 set. 2024.

SMIRAGLIA, Richard P. Domain analysis of domain analysis for knowledge organization: observations on an emergent methodological cluster. **Knowledge Organization**, v. 42, n. 8, 2015. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/de/10.5771/0943-7444-2015-8/ko-knowledge-organization-jahrgang-42-2015-heft-8. Acesso em: 20 jan. 2025.

SOERGEL, Dagobert. **Knowledge organization systems**: overview. Alexandria, 2009. Disponível em: http://www.dsoergel.com/SoergelKOSOverview.pdf. Acesso em: 15 jul. 2021.

SOERGEL, Dagobert. **The representation of Knowledge Organization Structure (KOS) data**: a multiplicity of standards. *In*: JCDLL NKOS WORKSHOP, Roanoke, 2001. Disponível em: https://www.ukoln.ac.uk/nkos/nkos2000/soergel-presentation.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

SOUSA, Maria Joselita de. **Proposta de um tesauro da doença anemia falciforme**. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69314. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUTO, Luzane Ruscher. **Modelo de representação de produtos do varejo no comércio eletrônico: uma abordagem a partir da perspectiva da organização e representação do conhecimento e da informação**. 2024. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/278753. Acesso em: 29 set. 2024.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. **Garantia e hospitalidade cultural no tratamento temático de acervos de animação**. 2021. 263 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/202883. Acesso em: 2 out. 2024.

SVENONIUS, Elaine; ARMS, William Yeo. **The intellectual foundation of information organization**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.7551/mitpress/3828.001.0001. Acesso em: 21 jul. 2025.

TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho. **O tesauro das Nações Unidas e a dimensão política da organização do conhecimento**: multilinguismo e direitos humanos. 2023. 187f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de

Mesquita Filho, Marília, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/243496. Acesso em: 27 abr. 2025.

TESAURO ENAP. Brasília, DF: Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, [2024]. Disponível em: http://tesauro.enap.gov.br/tematres/vocab/index.php. Acesso em: 10 jul. 2023.

TESAURO ISOC de economía. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1995. Disponível em: https://digital.csic.es/handle/10261/30257. Acesso em: 30 out. 2024.

THELLEFSEN, Torkild Leo; THELLEFSEN, Martin Muderspach. Pragmatic semiotics and knowledge organization. **Knowledge Organization**, v. 31, n. 3, p. 177-187, 2004. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2004-3-177/pragmatic-semiotics-and-knowledge-organization-volume-31-2004-issue-3?page=1. Acesso em: 4 set. 2024.

TOLARE, Jéssica Beatriz. **O uso de linguagem de indexação na representação temática de livros em bibliotecas universitárias**: observação com Protocolo Verbal Individual. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/204061. Acesso em: 4 maio 2025.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes**: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55619. Acesso em: 1 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Farmácia. Currículo e ementas. Rio de Janeiro, [2025]. Disponível em: https://graduacao.farmacia.ufrj.br/pagina/curriculo-e-ementas. Acesso em: 11 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Apresentação. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **A UFF**. Niterói, [2025]. Disponível em: https://www.uff.br/sobre/apresentacao/. Acesso em: 11 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Boletim de serviço**. Niterói: UFF, ano 57, n. 58, 27 mar. 2023. Disponível em: https://boletimdeservico.uff.br/wp-content/uploads/sites/620/2023/03/58-23.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Diretrizes de indexação do sistema de bibliotecas UFF/SDC/CBI**. Niterói: Coordenação de Bibliotecas, 2022. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/26832. Acesso em: 8 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Manual de elaboração de tesauro para a Superintendência de Documentação (SDC)**: parte prática. Niterói: Estudos Ônticos e Ontológicos em Contextos Informacionais - EOOCI; Superintendência de Documentação - SDC, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Manual de elaboração de tesauro para a superintendência de documentação (SDC)**: parte teórica. Niterói: Estudos Ônticos e

Ontológicos em Contextos Informacionais - EOOCI; Superintendência de Documentação - SDC, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Programa de Pós-Graduação em Economia. **Revista econômica**. Niterói, [2024]. Disponível em: https://ppge.uff.br/revistaeconomica/. Acesso em: 16 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **A coordenação de bibliotecas e a informatização do sistema**: onde estamos e o que queremos. Niterói: Coordenação de Bibliotecas, [201-]. Disponível em: https://sdc.uff.br/wp-content/uploads/sites/261/2020/06/OndeEstamos.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Superintendência de Documentação. **Relatório anual da coordenação de bibliotecas 2013**. Niterói: Coordenação de Bibliotecas - CBI, [201-]. Disponível em: https://app.uff.br/riuff;handle/bitstream/handle/1/12801/CBI%202013.pdf?sequence=3. Acesso em: 16 out. 2024.

VILELA, Cinara Littig. **A desclassificação como perspectiva teórica para os sistemas de organização do conhecimento**. 2024. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/262208. Acesso em: 27 abr. 2025.

VITORIANO, Victor Emannuel Costa. **Tesauro de filmes de Jornadas nas Estrelas de 2009 a 2016**. 2021. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/61721. Acesso em: 3 maio 2025.

VITORINI, Érica Fernanda. **Parâmetros para a construção de linguagens documentárias inclusivas em bibliotecas universitárias**: uma análise das questões sobre acessibilidade que envolvem o usuário com deficiência visual. 2020. 155 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192473. Acesso em: 4 maio 2025.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Invenções filosóficas /** MOORE, George Edward. **Escritos filosóficos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os pensadores).

XAVIER, Mariana. **Sistemas de organização do conhecimento sobre mulheres**: parâmetros para sua construção e avaliação a partir da realidade do movimento de mulheres. 2023. 272 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21122023-122830/. Acesso em: 27 abr. 2025.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga. **Organização do conhecimento, classificação e diversidade cultural**: uma análise a partir do conceito de garantias. 2018. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.27.2018.tde-17072018-171543. Acesso em: 16 jul. 2025.

ZAMBONI, Rita Costa Veiga; FRANCELIN, Marivalde Moacir. Garantia cultural, garantia ética e hospitalidade na organização e representação do conhecimento. *In*: Encontro Nacional

de Pesquisa em Ciência da Informação, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002793479.pdf. Acesso em: 16 jul. 2025.

ZENG, Marcia Lei. Knowledge organization systems (kos). **Knowledge Organization**, n.2-3, p. 160-182, 2008. Disponível em: https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3/ko-knowledge-organization-volume-35-2008-issue-2-3. Acesso em: 22 nov. 2024.

APÊNDICE A – Cursos atendidos por cada biblioteca universitária da UFF

Biblioteca	Cursos atendidos	Tipo
Biblioteca Central do Gragoatá	Antropologia, Arquivologia, Artes, Biblioteconomia e Documentação, Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Educação Física, Estudos de Mídia, Filosofia, História, Jornalismo, Letras, Pedagogia, Produção Cultural, Psicologia, Relações Internacionais, Serviço Social, Sociologia, Turismo, Hotelaria	Graduação
	Antropologia e Desenvolvimento Cognitivo; Análise de Políticas para a População Negra; Alfabetização de crianças de Classes Populares; Cultura, Língua e Literatura Latina; Diversidade Cultural e Interculturalidade Matrizes Indígenas e Africanas na Educação Brasileira; Docência e Educação Básica; Educação e Relações Raciais; Educação Especial e Inclusiva; Educação Física Escolar; Educação, Trabalho e Cultura Profissional: Multidimensionalidade da Práxis Docente; Ensino de História e de Ciências Sociais; Leitura e Produção de Textos; Língua Francesa e Literaturas Francófonas; Língua Portuguesa; Literatura Infantojuvenil; Pedagogia Social para o Século XXI; Planejamento, Organização e Direção de Arquivos; Psicanálise e Saúde Mental; Estudos Estratégicos e Relações Internacionais; Gestão de Serviços; Ensino de História; Antropologia; Ciência da Informação; Cinema e Audiovisual; Comunicação; Cultura e Territorialidades; Educação; Estudos Contemporâneos das Artes; Estudos de Linguagem; Estudos de Literatura; Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança; Filosofia; História; Mídia e Cotidiano; Política Social; Psicologia; Serviço Social e Desenvolvimento Regional; Sociologia; Sociologia e Direito; Turismo	Pós-Graduação
Biblioteca da Faculdade de Economia	Ciências Econômicas	Graduação
	Economia	Pós-Graduação
Biblioteca Central do Valonguinho	Química; Química Industrial; Ciências Biológicas	Graduação
	Química; Ensino de Ciências da Natureza; Biologia Marinha e Ambientes Costeiros; Neurociências; Ciências e Biotecnologia; Diversidade e Inclusão; Biotecnologia Marinha; Ciências, Tecnologias e Inclusão	Pós-Graduação
Biblioteca de Administração e Ciências	Administração; Administração Pública; Ciências Atuariais; Ciências Contábeis; Empreendedorismo; Processos Gerenciais	Graduação

Contábeis	Contabilidade e Auditoria; Controladoria e Finanças; Finanças Corporativas e Mercado de Capitais; Gestão de Recursos Humanos; Gestão em Previdência Complementar; Gestão Empreendedora - Educação; Gestão Empresarial e Sistema de Informações; Gestão Empresarial em Tributação e Contabilidade; Gestão Estratégica de Negócios; Logística Empresarial - Gestão da Cadeia de Suprimentos; Marketing Empresarial; Executivo; Empreendedorismo e Inovação; Administração	Pós-Graduação
Biblioteca do Instituto de Matemática e Estatística	Estatística; Matemática	Graduação
	Ensino de Matemática; Novas tecnologias no ensino de Matemática; Matemática em rede nacional; Matemática	Pós-Graduação
Biblioteca das Faculdades de Nutrição e Odontologia	Nutrição; Odontologia	Graduação
	Ciências da Nutrição; Odontologia	Pós-Graduação
Biblioteca do Instituto Biomédico	Biomedicina; Ciências Biológicas; Enfermagem; Farmácia; Nutrição; Medicina; Medicina Veterinária; Odontologia; Psicologia; e Educação Física	Graduação
	Microbiologia e Parasitologia Aplicadas; Ciências Biomédicas (Fisiologia e Farmacologia)	Pós-Graduação
Biblioteca de Pós-Graduação em Geoquímica	Geofísica; Ciência Ambiental; Ciências Biológicas; Geografia; Física; Química; Engenharia Química; Engenharia de Petróleo; Engenharia de Recursos Hídricos; Engenharia Agrícola	Graduação
	Geoquímica	Pós-Graduação
Biblioteca da Escola de Engenharia, do Instituto de Computação e da Escola de Arquitetura e Urbanismo	Arquitetura e Urbanismo; Ciência da Computação; Desenho Industrial; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia Civil; Engenharia de Petróleo; Engenharia de Produção; Engenharia de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente; Engenharia de Telecomunicações; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Sistemas de Informação; Tecnologia de Sistemas de Computação	Graduação
	Práticas Agrícolas e Assistência Técnica e Extensão Rural; Engenharia de Petróleo e Gás Natural; Engenharia de Processamento Petroquímico; Engenharia de Produção; Engenharia de Segurança do Trabalho; Estruturas Metálicas; Desenvolvimento Gerencial Avançado; Engenharia Econômica e Financeira; Gerenciamento Avançado em Finanças; Gerenciamento de Projetos; Gestão de Negócios Sustentáveis; Gestão Estratégica da Produção e Manutenção;	Pós-Graduação

	Gestão pela Qualidade Total; Montagem Industrial; Sistemas de Gestão; Arquitetura e Urbanismo; Computação; Engenharia Civil; Engenharia de Biossistemas; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica e de Telecomunicações; Engenharia Mecânica; Engenharia Química; Instrumentação e Óptica Aplicada; Sistemas de Gestão Sustentáveis	
Biblioteca do Instituto de Física	Física	Graduação
	Física	Pós-Graduação
Biblioteca do Instituto de Geociências	Geografia; Geofísica; Ciência Ambiental	Graduação
	Geografia; Dinâmica dos Oceanos e da Terra	Pós-Graduação
Biblioteca da Escola de Enfermagem	Enfermagem	Graduação
	Cuidados Intensivos; Enfermagem Gerontológica; Saúde da Família; Controle de Infecção em Assistência à Saúde; Enfermagem do Trabalho; Psicossomática e Cuidados Transdisciplinares com o Corpo; Métodos Dialíticos e Transplante; Enfermagem Obstétrica; Saúde Coletiva; Enfermagem Obstétrica; Enfermagem Assistencial; Ensino na Saúde: Formação Docente Interdisciplinar para o SUS; Ciências do Cuidado em Saúde; Ciências do Cuidado em Saúde	Pós-Graduação
Biblioteca da Faculdade de Direito	Direito; Segurança Pública e Social	Graduação
	Advocacia; Direito da Administração Pública; Direito Financeiro e Tributário; Direito Privado; Direito Processual; Políticas Públicas e Gestão Governamental; Defesa e Segurança Civil; Justiça Administrativa; Ciências Jurídicas e Sociais; Direito Constitucional; Justiça e Segurança; Direitos, Instituições e Negócios; Sociologia e Direito	Pós-Graduação
Biblioteca da Faculdade de Farmácia	Farmácia	Graduação
	Farmácia Hospitalar; Ciências dos Medicamentos e Alimentos; Administração e Gestão da Assistência Farmacêutica; Ciências Aplicadas a Produtos para Saúde	Pós-Graduação
Biblioteca da Faculdade de Medicina	Medicina	Graduação
	Saúde; Análises Clínicas; Anestesiologia; Cardiologia; Cirurgia Geral; Cirurgia Plástica; Dermatologia; Doenças Infecto-Parasitárias; Doenças Sexualmente Transmissíveis;	Pós-Graduação

	Gerontologia; Hematologia Clínica; Medicina do Trabalho; Medicina Tradicional Chinesa; Neurologia; Oftalmologia; Otorrinolaringologia; Pediatria; Pneumologia; Psiquiatria; Radiologia; Tocoginecologia; Saúde da Família; Saúde Materno-Infantil; Atenção Integrada à Saúde da Mulher e da Criança; Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva; Ciências Cardiovasculares; Ciências Médicas; Neurociências; Patologia Humana; Saúde Coletiva; Ciências Cardiovasculares; Patologia	
Biblioteca da Faculdade de Veterinária	Medicina Veterinária	Graduação
	Medicina Veterinária; Anatomia Patológica Veterinária; Produção Animal, Higiene e Tecnologia de Produtos de Origem Animal; Clínica e Reprodução Animal; Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Produtos de Origem Animal	Pós-Graduação
Biblioteca do Instituto de Educação de Angra dos Reis	Pedagogia; Geografia; Políticas Públicas	Graduação
	Gestão de Territórios e Saberes	Pós-Graduação
Biblioteca Universitária de Campos dos Goytacazes	Psicologia; Ciências Sociais; Ciências Econômicas; Serviço Social; Geografia; História	Graduação
	Geografia; Políticas Sociais	Pós-Graduação
Biblioteca de Macaé	Direito, Ciências Contábeis, Administração	Graduação
	Residência Jurídica em Resolução de Conflitos, Novos Direitos e sua Interface nas Relações público-privadas (EaD)	Pós-Graduação
Biblioteca de Nova Friburgo	Odontologia; Fonoaudiologia; Biomedicina	Graduação
	Odontologia	Pós-Graduação
Biblioteca do Campus de Petrópolis	Engenharia de Produção	Graduação
Biblioteca de Rio das Ostras	Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharia de Produção, Produção Cultural, Psicologia e Serviço Social,	Graduação
	Gestão de Cuidado em Saúde; Engenharia de Produção e Sistemas Computacionais	Pós-Graduação
Biblioteca do Instituto do	Matemática; Ciências Naturais; Pedagogia; Física; Educação do Campo; Computação	Graduação

Noroeste Fluminense de Educação Superior	Ensino e Modelagem Computacional	Pós-Graduação
Biblioteca da Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda	Engenharia de Agronegócio, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica, Engenharia de Materiais, Engenharia de Produção	Graduação
	Engenharia Sanitária e Ambiental, Gestão de Produtos e Mercados no Agronegócio, Gerenciamento de Projetos, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Metalúrgica e Materiais, Modelagem Computacional em Ciência e Tecnologia, Tecnologia Ambiental	Pós-Graduação
Biblioteca do Aterrado de Volta Redonda	Administração; Administração Pública; Ciências Contábeis; Direito; Psicologia; Matemática com ênfase em Matemática Computacional; Física com ênfase em Física Computacional; Química	Graduação
	Residência Jurídica; Gestão da Saúde Pública; Gestão em Administração Pública; Gestão Pública Municipal; Administração; Administração Pública; Ensino de Física; Química	Pós-Graduação

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024)

APÊNDICE B – Extrato de todos os documentos selecionados na RSL

	Documentos	Contribuições ao processo de construção de tesauros		
		Normas/Modelos	**Garantias**	**Base de dados**
1	MIRANDA, Letícia dos Santos. **Análise das metodologias de avaliação de tesauros**: categorização dos critérios qualitativos de avaliação. 2024. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79294. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Etapas de elaboração de tesauros (**Elaboração de tesauro documentário: tutorial, 20–; Guia de Construção de Tesauros, 2021**; **ISO 25964-1, 2011**) • Manutenção de tesauros (**Diretrizes para a Elaboração de Tesauros Monolíngues, 1984; ANSI/NISO Z39.19-2005, 2010**)	Garantia literária; Garantia de uso (Garantia do usuário ou Endosso do usuário)	Google acadêmico
2	MINHO, Amanda Guise. **Mapeamento das tipologias de relações associativas dos termos do subcampo "Sociologia da Educação" do Thesaurus Brasileiro de Educação (Brased)**. 2024. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) -	• Definições de conceitos (**ISO 704, 2022**) • Relações entre termos (**ISO 25964-1, 2011**)	Garantia literária; Garantia do usuário (Garantia de uso; Endosso do usuário)	Google acadêmico

	Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/281794. Acesso em: 27 abr. 2025.			
3	MOURA, Kamila de Andrade. **Estudo do domínio documental jurídico para construção de tesauro de tipos documentais na ferramenta Thesa**. 2024. 430 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/277306. Acesso em: 27 abr. 2025.	● Definições de conceitos (**ANSI/NISO Z39.19, 2005**) ● Etapas de elaboração de tesauros (**ISO 25964-1, 2011**) ● Relações entre termos **(ANSI/NISO Z39.19, 2005; ISO 25964-1, 2011)** ● Apresentação das normas **(ISO 25964-2, 2013)**	Garantia organizacional; Garantia literária; Garantia de uso; Garantia cultural	Google acadêmico; OasisBR
4	MORAIS, Natanna Santana de. **Construção de tesauros e análise de domínio**: perspectivas conceituais, teóricas e metodológicas a partir das influências étnicas nos léxicos. 2024. 257 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade	● Apresentação das normas (**ISO 25964-2**) ● Evolução das normas (**ANSI/NISO Z39.19-2005, 2010; ISO 25964**; **BS 5723; ISO 5964; ISO 2788; DIN 1463; BS 8723)** ● Etapas de elaboração de tesauros (**Metodologia para construção de vocabulários controlados**	Garantia literária; Garantia cultural; Garantia de uso (Garantia do usuário; Endosso do usuário); Garantia filosófica; Garantia estrutural	Google acadêmico; OasisBR

	Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33679. Acesso em: 27 abr. 2025.	**projetada para diferentes idiomas (CoVoMe)**; **Metodologia holística de construção de tesauro**)		
5	CRUZ, Maria Carolina Andrade e. **Gerenciamento da construção e manutenção de linguagens de indexação em bibliotecas universitárias**. 2024. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/257422. Acesso em: 27 abr. 2025.	● Abreviaturas; Relação entre termos; Relação entre termos; Notas; Manutenção de tesauros; Apresentação das normas; Etapas de elaboração de tesauros (**ISO 25964-1**)	Garantia literária; Garantia de uso (Garantia do usuário; Endosso do usuário)	Google acadêmico
6	ROMEIRO, Nathália Lima. **Conceituação e hierarquização das questões de gênero em tesauros**: um estudo ancorado na organização social e crítica do conhecimento em diálogo com a interseccionalidade e a	● Etapas de elaboração de tesauros (**ANSI/NISO Z39.19:2010**; **ISO 25964-1**)	Garantia literária Garantia de usuários (Garantia de comunidades) Garantia cultural Garantia autopoiética Garantia fenomenológica Garantia semântica Garantia acadêmica Consenso científico	Google acadêmico

	decolonialidade. 2024. 300 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/75958. Acesso em: 27 abr. 2025.		Hospitalidade cultural	
7	BANDOLIN, Paulo César. **Estudo terminológico dos autos de inquérito policial federal**. 2024. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/260956. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Apresentação das normas (**ISO 25964-1, 2011; ISO 25964-2, 2013; ANSI/NISO Z39.19, 2010; ABNT NBR 12676:1992**; **Guia Sobre a Construção de Tesauros, 2021**) • Etapas de elaboração de tesauros (**Manual de Elaboração de Tesauro, 2004)**	—	Google acadêmico
8	VILELA, Cinara Littig. **A desclassificação como perspectiva teórica para os sistemas de organização do conhecimento**. 2024. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de	• Relações entre termos (**ISO 25964-1, 2011**) • Definição de tesauro (**ANSI/NISO Z39.19-2005, 2010**)	Garantia literária Garantia do usuário Garantia educacional Garantia cultural Garantia documental Garantia terminológica	Google acadêmico

	Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/262208. Acesso em: 27 abr. 2025.			
9	SOUTO, Luzane Ruscher. **Modelo de representação de produtos do varejo no comércio eletrônico**: uma abordagem a partir da perspectiva da organização e representação do conhecimento e da informação. 2024. 226 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/278753. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Apresentação das normas; Definição de conceitos (**ANSI/NISO Z39.19-2005**) • Relações entre termos (**ISO 25964-1**) • Etapas de elaboração de tesauros; Definição de conceitos (**ISO 704**)	Garantia literária Garantia de uso	Google acadêmico
10	RIBEIRO, Daniela Antonio. **A perspectiva do multiculturalismo na construção de sistemas de organização do conhecimento**: uma análise da produção internacional na ciência da informação. 2024.	• Apresentação das normas (**ISO 25964-1**)	Garantia cultural	Google acadêmico

	46 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/259951. Acesso em: 27 abr. 2025.			
11	ROSADO, Keila Mara Lara. **O uso da linguagem simples para representar termos e definições nos produtos e serviços de informação jurídica**: uma proposta baseada na abordagem design thinking. 2024. 520 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/77696. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Apresentação das normas (**ISO 25964-2; ISO 704**) • Relações entre termos (**ISO 25964-1; ANSI/NISO Z39.19-2005**)	Garantia estrutural Garantia cultural Garantia profissional Garantia do usuário Garantia literária	Google acadêmico
12	FERREIRA, Suelen Camilo. **Modelo SKOS e ISO 25964**:	• Apresentação das normas (**ISO 25964-1, 2011; ISO 25964-2,**	Garantia do usuário	Google acadêmico OasisBR

	similaridades das recomendações para representação de tesauros. 2023. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/items/e1281b8a-dca0-43b1-8154-5a1f05d5f72e. Acesso em: 27 abr. 2025.	**2013**) • Etapas de elaboração de tesauros (**ISO 25964-1, 2011**)		BDTD
13	XAVIER, Mariana. **Sistemas de organização do conhecimento sobre mulheres**: parâmetros para sua construção e avaliação a partir da realidade do movimento de mulheres. 2023. 272 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-21122023-122830/. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Apresentação das normas (**ISO 25964-1, 2011; ANSI/NISO Z39.19-2005**; **ISO 25964-2, 2013**)	Garantia literária	Google acadêmico Plataforma Sucupira BDTD
14	GOMES, Pablo. **A construção de tesauros em**	• Apresentação das normas (**Diretrizes para elaboração de**	Garantia cultural Hospitalidade cultural	Google acadêmico OasisBR

	contextos de complexidade cultural, social e política: uma proposta para Justiça de Transição. 2023. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57606. Acesso em: 27 abr. 2025.	**tesauros monolíngues (IBICT; Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993); Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros** • Evolução das normas (**BSI 5723)**	Garantia acadêmica Garantia de uso Garantia literária Garantia estrutural Garantia organizacional Garantia fenomenológica	Plataforma Sucupira
15	TERRA, Marcos Vinícius Santos de Carvalho. **O tesauro das Nações Unidas e a dimensão política da organização do conhecimento**: multilinguismo e direitos humanos. 2023. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/243496. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Definições de conceitos; Relações entre termos (**ISO 25964-1**); • Definições de conceitos (**ANSI/NISO Z39.19-2005**, **ISO 25964-1, Guia sobre a construção de tesauros**)	—	Google acadêmico
16	FERREIRA, Raquel Ellen Simões. **A construção de um**	• Etapas de elaboração de tesauros; Abreviaturas (**Modelo**	—	Google acadêmico

	microtesauro brasileiro de educação a distância à luz da Teoria Comunicativa da Terminologia. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77108. Acesso em: 27 abr. 2025.	**Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros**) • Definição de conceitos (**ISO 1087-1, 2000; ANSI/NISO Z39.19-2005**) • Fichas terminológicas **(NBR 12676, 1992; Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros)**		
17	BISPO, Fabrício Dantas. **Controle terminológico no combate a crimes de entorpecentes na Polícia Federal do Brasil**: proposta metodológica. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/254151. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Definição de conceitos (**ISO 25964-1**) • Apresentação das normas (**ISO 25964-1**; **ISO 25964-2**)	—	Google acadêmico
18	BRITO, Carlos de França. **Tesauro de teologia sistemática**: um mapeamento conceitual a partir da	• Apresentação das normas (**ANSI/NISO Z39.19; AFNOR Z47-100; DIN 1463; ISO 25964-1; ISO 25964-2; Diretrizes para**	Garantia literária	Google acadêmico

	perspectiva pentecostal. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25803. Acesso em: 27 abr. 2025.	**a elaboração de tesauros monolíngues (IBICT, 1984); Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngues (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993); NBR 12676; NBR 13789; NBR 13790**) • Notas (**Guia sobre a construção de tesauros**) • Fichas terminológicas (**Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros)**		
19	JESUS, Samantha Augusta dos Santos de. **Análise do Tesauro UNESP sob a perspectiva da abordagem facetada**. 2022. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/235314. Acesso em: 27 abr. 2025.	• Apresentação das normas; Etapas de construção; Notas (**ISO 25964-1**)	—	Google acadêmico OasisBR Plataforma Sucupira BDTD
20	CRAVEIRO, Larissa Souza.	• Relações entre termos **(Diretrizes**	Garantia literária	Google acadêmico

	Sistema de organização do conhecimento: a construção do tesauro Margareth Dalcolmo. 2022. 297 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/16962. Acesso em: 27 abr. 2025.	**para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993); ISO 704)** • Definições de conceitos **(NISO Z39.19-2005)**		
21	SANTOS, Beatriz Gonçalves Nogueira dos. **Tesauro terminológico de literatura de autoras negras brasileiras**: visibilidade étnico-racial na Ciência da Informação. 2022. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/b6625a8e-f113-4362-86e7-a518d732031d/tc5042-	• Definições de conceitos (**ISO 2788; Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1971); BS 723-2, 2005**)	—	Google acadêmico

	Beatriz-Santos-Tesauro.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.			
22	COSTA, Karolina Sardinha Souza. **Boi-Bumbá de Parintins**: modelo de construção de tesauros. 2022. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6485. Acesso em: 28 abr. 2025.	• Definições de conceitos **(Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993))** • Evolução das normas (**ISO 5964:1985; ISO 2788:1986**)	----	Google acadêmico
23	DUARTE, Anderson Melo. Tesauro de alimentação inclusiva. 2022. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69207. Acesso em: 28 abr. 2025.	• Etapas de elaboração de tesauros; Abreviaturas (**Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros)** • Definições de conceitos **(ISO 1087)**	—	Google acadêmico
24	SOUSA, Maria Joselita de. Proposta de um tesauro da	• Definições de conceitos **(ISO 1087-1, 2000; Manual de**	—	Google acadêmico

	doença anemia falciforme. 2022. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/69314. Acesso em: 28 abr. 2025.	**elaboração de tesauros monolíngües, GOMES, 1990)** • Etapas de elaboração de tesauros; (**Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesauros**		
25	MAIA, Maíra Quintela. **Acessibilidade no instrumento de avaliação de curso de graduação**: uma proposta de representação do conhecimento. 2022. 110 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/55619. Acesso em: 28 abr. 2025.	• Relações entre termos; Apresentação das normas;Evolução das normas Notas (**ISO 25964-1**) • Definição de conceitos (**ISO 25964-1; ANSI/NISO Z39.19-2005**)	—	Google acadêmico OasisBR Plataforma Sucupira BDTD
26	TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos**	• Etapas de elaboração de tesauro (**ANSI/NISO Z39.19; ISO 25964-1**)	Garantia literária Garantia do usuário Garantia estrutural	Google acadêmico

	nomes: os sistemas de organização do conhecimento frente a uma emergência conceitual. 2022. 193 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/55619. Acesso em: 1 maio 2025.		Garantia cultural Garantia acadêmica Garantia semântica Garantia Autopoiética	
27	CAETANO, Gabriela Silva. **Uso e desenvolvimento de sistemas de organização do conhecimento pelas corporações**: criação de um modelo conceitual para o domínio da exploração mineral. 2022. 193 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/39284. Acesso em: 3 maio 2025.	• Reutilização de tesauros (**ISO 25964-2, 2013**)	Garantia literária Garantia de uso Garantia estrutural	Google acadêmico
28	MARCELINO, Sara de Freitas. **Avaliação comparativa de softwares**	• Definição de conceitos; Manutenção de tesauros; Relações entre termos; Interoperabilidade;	—	Google acadêmico

	livres para gerenciamento de tesauros: Thesa e TemaTres. 2021. 55 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/234798. Acesso em: 3 maio 2025.	Etapas de elaboração de tesauros (**ISO 25964-1**) • Apresentação das normas **(ANSI/NISO Z39.19; ISO 25964-1)**		
29	VITORIANO, Victor Emannuel Costa. **Tesauro de filmes de Jornadas nas Estrelas de 2009 a 2016**. 2021. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/61721. Acesso em: 3 maio 2025.	• Definições de conceitos; Reutilização de tesauros **(ANSI/NISO Z39.19)** • Relações entre termos **(ISO 1087-1, 2000)** • Abreviaturas **(Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngues, 1984)** • Etapas de elaboração de tesauros **(Modelo metodológico integrado para construção de tesauro; Diretrizes IBICT, 1984; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993; ANSI/NISO Z39.19, 2005)**	Garantia literária garantia científica / filosófica, a garantia educacional, a garantia cultural garantia autopoiética	Google acadêmico
30	BARBOSA, Everton	• Manutenção de tesauros (**ISO**	Garantia literária	Google acadêmico

	Rodrigues. **Modelo colaborativo para a construção e a publicação de tesauros no contexto do Linked Open Data**: aplicação no domínio da Música. 2021. 372 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227022. Acesso em: 3 maio 2025.	**25964-1**) • Etapas de elaboração de tesauros (**ANSI/NISO Z.39.19-2005;** (**ISO 25964-1**)	Garantia estrutural Garantia do usuário Garantia educacional Garantia cultural Garantia terminológica Garantia documental Garantia organizacional	OasisBR Plataforma Sucupira
31	TOLARE, Jéssica Beatriz. **O uso de linguagem de indexação na representação temática de livros em bibliotecas universitárias**: observação com Protocolo Verbal Individual. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/204061. Acesso em: 4 maio 2025.	• Definições de conceitos (**ISO 25964-1;** (**ANSI/NISO Z39.19**) • Interoperabilidade; Relações entre termos; Abreviaturas (**ISO 25964-1**)	Garantia literária	Google acadêmico

32	LOPES, Maria Eduarda Sousa. **Análise das terminologias relacionadas a área de domínio da saúde usadas por habitantes da cidade de Apuiarés, no Ceará**. 2021. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Biblioteconomia, Fortaleza (CE), 2021.	• Etapas de elaboração de tesauros (**Modelo Metodológico Integrado para construção de Tesauro**)	—	Google acadêmico
33	BISCALCHIN, Ricardo. **Garantia transcultural e terminologia**: subsídios para a construção de vocabulários controlados multilíngues interoperáveis. 2021. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/204173. Acesso em: 4 maio 2025.	• Definição de conceitos (**ANSI/NISO Z39.19, 2005; NBR 12676, 1992**) • Interoperabilidade (**ANSI/NISO Z39.19, 2005**) • Relações entre termos (**ISO 25964-1**) • Notas (**ISO 25964-1; ANSI/NISO Z39.19**) • Etapas de elaboração de tesauros (**IFLA Guidelines, 2009**)	Garantia transcultural Garantia literária Garantia de uso Garantia organizacional Hospitalidade cultural Garantia cultural	Google acadêmico
34	FERREIRA, Ana Carolina. **Metodologia de revisão e**	• Manutenção de tesauros; Relações entre termos; Notas (**ISO 25964-**	Garantia literária Garantia de uso	Google acadêmico OasisBR

	atualização de tesauros aplicada ao Tesauro de Contas de Minas Gerais: abordagem da pesquisa-ação. 2020. 433 f. Tese (Doutorado em Gestão e Organização do Conhecimento) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/1843/34850. Acesso em: 4 maio 2025.	**1**)	Garantia estrutural Garantia institucional	Plataforma Sucupira BDTD
35	RIO BRANCO, Luciana Beatriz Piovezan. **Interoperabilidade semântica entre linguagens de indexação para bibliotecas universitárias**. 2020. 142 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/194243. Acesso em: 4 maio 2025.	• Interoperabilidade (**ISO 25964-2**) • Definição de conceitos (**ISO 25964-1; ISO 25964-2**) • Apresentação das seções da norma (**ISO 25964-1; ISO 25964-2**)	—	Google acadêmico
36	VITORINI, Érica Fernanda.	• Definições de conceitos (**ISO**	Garantia organizacional	Google acadêmico

	Parâmetros para a construção de linguagens documentárias inclusivas em bibliotecas universitárias: uma análise das questões sobre acessibilidade que envolvem o usuário com deficiência visual. 2020. 155 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/192473. Acesso em: 4 maio 2025.	**25964-2; ANSI/NISO Z39.19; ISO 1087**) • Relações entre termos (**ISO 25964-1**)	Garantia literária Garantia do usuário Garantia cultural	
37	CAVALCANTE, Denise Gomes Silva Morais. **Modelagem semântica de sistemas de organização do conhecimento para categorias de representação de imagens em movimento no ambiente web**. 2023. 268 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.27	• Notas (**ISO 25964**)	Garantia literária	OasisBR

	.2023.tde-18122023-165038. Acesso em: 4 maio 2025.			
38	PRADO, Ana Carolina. **A interação entre o tesauro e a ontologia na organização do conhecimento**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.11606/D.27.2020.tde-27032021-114627. Acesso em: 4 maio 2025.	• Evolução das normas (**ISO 704**); • Definição de conceitos (**ISO 25964-1**); • Abreviaturas (**ANSI/NISO Z39.19**; **ISO 25964-1, 2011)** • Interoperabilidade **(ANSI/NISO Z39.19, 2005)**	Garantia literária Garantia de uso	OasisBR Plataforma Sucupira
39	NASCIMENTO, Felipe Mozart de Santana. **Sistema de organização do conhecimento**: um mapeamento de conceitos e processos para a Ciência da Informação no Brasil. 2022. 273 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/45702. Acesso em: 5 maio 2025.	• Etapas de elaboração de tesauros (**ANSI/NISO Z.39.19-2005**); • Apresentação das normas (**ISO 25964; ANSI/NISO Z.39.19-2005**	—	Plataforma Sucupira

40	SANTOS, Andréia dos. **Análise da representação terminológica da temática negra em sistemas de organização do conhecimento**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216234. Acesso em: 5 maio 2025.	• Definição de conceitos (**ANSI/NISO Z39.19-2005**) • Abreviaturas; Relações entre termos (**Cervantes; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993**)	—	Plataforma Sucupira
41	SILVEIRA, Raidan Cruz. **Representação em SKOS da subcategoria "Organização do Conhecimento" do Tesauro Brasileiro de Ciência da Informação**. 2021. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: https://repositorio.uel.br/hand	• Definição de conceitos; Relações entre termos (**ISO 25964-1, 2011**) • Abreviaturas (**Cervantes; Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1993**) • Apresentação da norma (**ISO 25964-2, 2013**)	—	Plataforma Sucupira

	le/123456789/17614. Acesso em: 5 maio 2025.			

ANEXO A – Relatório de disciplinas de Ciências Econômicas 2024.2

Nome ANALISE DE SERIES TEMPORAIS ECONOMICAS

Código SEN00120 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CONCEITOS BÁSICOS; TRANSFORMAÇÃO DE DADOS; ANÁLISE DE SÉRIES COM TENDÊNCIAS; FLUTUAÇÕES SAZONAIS; AUTOCORRELAÇÃO; MODELOS PROBABILÍSTICOS PARA SÉRIES TEMPORAIS; PROCESSOS ARMA E ARIMA; TÉCNICAS DE PREVISÃO.

Conteúdo Programático

I Modelos Univariados i Processos estocásticos e estacionariedade ii Modelos ARMA: Identificação, estimação e previsão iii Processos não estacionários, tendência determinística e estocástica, filtros para remoção de tendência iv Volatilidade: ARCH e GARCH II Modelos Multivariados (e Uniequacionais) i Regressão espúria ii Cointegração (metodologia de Engle-Granger) iii Modelos de correção de erros III Modelos de Auto-regressão Vetorial i O problema da identificação ii Estimação e Previsão iii A metodologia VAR e seus instrumentos de análise iv Cointegração e Modelos de correção de erros vetorial (metodologia de Johansen)

Bibliografia Básica

Ender, W. (1995), Applied Econometric Time Series. John Wiley & Sons. Cottrell, A. e Lucchetti, R. (2008), Gretl User-s Guide: Gnu Regression, Econometrics and Time-series, Department of Economics of Wake Forest university and Dipartimento di Economia, Università Politecnica delle Marche.

Bibliografia Complementar

1 Outras referências de apoio (e em português) serão fornecidas ao longo do curso.

Nome	AVALIAÇÃO DE EMPRESAS		
Código	SEN00192 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2016 **Semestre de Vigência** 2		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

1. PRINCIPAIS CONCEITOS: RENDA VARIÁVEL; PRINCIPAIS FLUXOS FINANCEIROS; CUSTO DE CAPITAL 2. MÉTODOS DE FLUXOS DE CAIXA DESCONTADO: MODELOS DOS DIVIDENDOS DESCONTADOS; MODELO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE DO ACIONISTA; MODELO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE DA FIRMA; TAXAS DE DESCONTO. 3. AVALIAÇÃO RELATIVA: PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS. 4. AVALIAÇÃO POR DIREITOS CONTINGENTES: PRINCIPAIS TIPOS DE OPÇÕES REAIS; APREÇAMENTO DO MODELO BLACK SCHOLES; APREÇAMENTO DO MODELO BINOMIAL; AVALIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS POR BLACK SCHOLES; AVALIAÇÃO DE OPÇÕES REAIS POR MODELO BINOMIAL.

Conteúdo Programático

EMENTA:1. PRINCIPAIS CONCEITOS: RENDA VARIÁVEL; PRINCIPAIS FLUXOS FINANCEIROS; CUSTO DE CAPITAL 2. MÉTODOS DE FLUXOS DE CAIXA DESCONTADO: MODELOS DOS DIVIDENDOS DESCONTADOS; MODELO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE DO ACIONISTA; MODELO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE DA FIRMA; TAXAS DE DESCONTO. 3. AVALIAÇÃO RELATIVA: PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS. 4. AVALIAÇÃO POR DIREITOS CONTINGENTES: PRINCIPAIS TIPOS DE OPÇÕES REAIS; APREÇAMENTO DO MODELO BLACK SCHOLES; APREÇAMENTO DO MODELO BINOMIAL; AVALIAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS POR BLACK SCHOLES; AVALIAÇÃO DE OPÇÕES REAIS POR MODELO BINOMIAL PROGRAMA: MÓDULO 1: PRINCIPAIS CONCEITOS: APRESENTAÇÃO: DEFINIÇÃO, RELEVÂNCIA E APLICABILIDADE DE VALUATION; MERCADO DE CAPITAIS; PRINCIPAIS FLUXOS FINANCEIROS; CUSTO DE CAPITAL; ANÁLISE DE FORÇAS E FRAQUEZAS DAS EMPRESAS MÓDULO 2: AVALIAÇÃO POR FLUXOS DESCONTADOS (AVALIAÇÃO ABSOLUTA ¿ PREÇO JUSTO): MODELO DOS DIVIDENDOS DESCONTADOS (DDM); MODELO DE CAIXA LIVRE DOS ACIONISTAS (FCFE); FLUXO DE CAIXA LIVRE DA FIRMA (FCFF); VALOR RESIDUAL; EMPRESAS CÍCLICAS E COM PROBLEMAS MÓDULO 3: AVALIAÇÃO POR MÚLTIPLOS (AVALIAÇÃO RELATIVA ¿ PREÇO RELATIVO): PRINCIPAIS INDICADORES: P/L; P/BV; P/S; EV/LAJIR;DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO, VARIÁVEIS FUNDAMENTAIS MÓDULO 4: AVALIAÇÃO POR TEORIA DE OPÇÕES: OPÇÕES FINANCEIRAS CONCEITOS; OPÇÕES FINANCEIRAS APREÇAMENTO; OPÇÕES REAIS DE RECURSOS NATURAIS E PATENTES; OPÇÕES REAIS: ABANDONAR, EXPANDIR, CONTRAIR, COMBINAÇÃO DE OPÇÕES

Bibliografia Básica

DAMODARAN, ASWATH. AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTOS: FERRAMENTAS E TÉCNICAS PARA DETERMINAÇÃO DO VALOR DE QUALQUER DO ATIVO. RIO DE JANEIRO: QUALIMARK 1ª. EDIÇÃO-4ª.

REIMPRESSÃO, 2002 DAMODARAN, ASWATH. VALUATION: COMO AVALIAR EMPRESAS E ESCOLHER AS MELHORES AÇÕES. RIO DE JANEIRO: LTC, 2012

Bibliografia Complementar

DAMODARAN, A. VALUATION APPROACHES AND METRICS: A SURVEY OF THE THEORY AND EVIDENCE. STERN SCHOOL OF BUSINESS. NOVEMBER 2006. DISPONÍVEL EM HTTP://PEOPLE.STERN.NYU.EDU/ADAMODAR/PDFILES/PAPERS/VALUESURVEY.PDF. ACESSOEMNOVEMBRO, 2015. SOUTE, DIONE O. ET AL. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO UTILIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DE INVESTIMENTOS. BRASÍLIA: REVISTA UNB CONTÁBIL, V11, N-1-2, P1-17,2008 COPELAND, TOM; KOLLER,TIM; EMURRIM, JACK. AVALIAÇÃO DE EMPRESAS (VALUATION) CALCULANDO E GERENCIANDO O VALOR DAS EMPRESAS. SÃOPAULO: MAKRON BOOKS, 2002. STOWE,JD; ROBINSON,T.R.; PINTO,J.E.;M.C.LEAVEY,D.W. ANALYSIS OF EQUITY INVESTMENTS: VALUATION. CHARLOTTSVILLE: AIMR,2002

Nome	CICLOS E CONJUNTURA		
Código	SEN00101 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data Desativação** -	**Motivo Desativação**	-
Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CICLOS E CRISES ECONÔMICAS; PRINCIPAIS TEORIAS: CARACTERIZAÇÃO DOS CICLOS; ANÁLISE DE CONJUNTURA; AS PREVISÕES ECONÔMICAS; CICLOS REAIS.

Conteúdo Programático

Visão moderna dos ciclos econômicos, medidas de produto potencial e núcleo de inflação, canais de transmissão de política monetária, ETTJ, indicadores antecedentes de atividade econômica, análise de marcados estratégicos (cambial, commodities, imóveis), taxa de juros neutra.

Bibliografia Básica

Existe um volume enorme de livros e artigos (acadêmicos ou não) sobre indicadores macroeconômicos, determinação dos ciclos de negócios, modelagem econométrica e elaboração de previsões macroeconômicas, mas a grande maioria foi produzida no exterior (EUA, em especial). Essa riqueza de fontes é positiva, porém impõe um trade-off entre a quantidade de informação disponível e a carga horária do curso. A melhor solução é usar a produção da equipe do BCB, ou seja, usar como referências bibliográficas os seus textos para discussão, notas técnicas e relatórios de inflação. Por motivos óbvios, o BCB é uma das principais fontes de modelos que visam estudar, descrever e elaborar cenários para a economia brasileira.

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO

Nome CONJUNTURA E CENARIOS MACROECONOMICOS

Código SEN00102 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

INTER-RELAÇÃO CONJUNTURA E ESTRUTURA; INDICADORES DE CONJUNTURA ECONÔMICA: EVOLUÇÃO RECENTE (INDICADORES DE PRODUÇÃO; NÍVEL DE INVESTIMENTO; NÍVEIS DE EMPREGO E DESEMPREGO; INDICADORES DE PREÇOS); POLÍTICA ECONÔMICA ATUAL: ORIENTAÇÃO, ARTICULAÇÃO, CONSEQÜÊNCIAS; SUAS DIFERENTES DIMENSÕES; SITUAÇÃO FINANCEIRA DO SETOR PÚBLICO; CONJUNTURA INTERNACIONAL: REFLEXOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA E PERSPECTIVAS. ELABORAÇÃO DE CENÁRIOS.

Conteúdo Programático

DESENVOLVER UMA VISÃO SISTÊMICA DA ECONOMIA, IDENTIFICANDO A INTER-RELAÇÃO ENTRE OS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS, BEM COMO A FUNÇÃO DESEMPENHADA PELOS DISTINTOS AGENTES. OBTER INFORMAÇÃO A RESPEITO DO MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA, IDENTIFICANDO OS INSTRUMENTOS E OS CANAIS DE TRANSMISSÃO DA POLÍTICA CAMBIAL, FISCAL E MONETÁRIA. ESTABELECER A PONTE ENTRE A TEORIA E OS PROBLEMAS MACROECONÔMICOS, COMO RECESSÃO, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, DÍVIDA EXTERNA, DÉFICIT E DÍVIDA MOBILIÁRIA DO SETOR PÚBLICO

Bibliografia Básica

Para Entender a Conjuntura Econômica Feijó, Carmem Aparecida/ Valente, Elvio/ Lima, Fernando Carlos G. de C./ Araújo, Marcio Silva de Manole, 2008

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome CONTABILIDADE SOCIAL

Código SEN00110 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MACROECONOMIA E CONTABILIDADE SOCIAL; CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS, BALANÇO DE PAGAMENTOS, CONTAS MONETÁRIAS E FINANCEIRAS,TABELAS DE RECURSOS E USOS, MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO, INTERPRETAÇÃO ECONÔMICA DOS COEFICIENTES TÉCNICOS DE PRODUÇÃO, NÚMEROS ÍNDICES E INDICADORES SINTÉTICOS.

Conteúdo Programático

MACROECONOMIA E CONTABILIDADE NACIONAL: DIFERENÇAS CONCEITUAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS E IDENTIDADES CONTÁBEIS: DEMANDA AGREGADA E O PAPEL DO INVESTIMENTO E DO CONSUMO; EQUILÍBRIO ENTRE OFERTA E DEMANDA AGREGADA FRONTEIRA DE PRODUÇÃO; DEFINIÇÃO DE PRODUTO E VALOR AGREGADO; USO FINAL DO PIB - CONSUMO FINAL DAS FAMÍLIAS, CONSUMO DO GOVERNO, FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO, EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS CONTAS ECONÔMICAS INTEGRADAS E TABELAS DE RECURSOS E USOS; CONTAS MONETÁRIAS E FINANCEIRAS; BALANÇO DE PAGAMENTOS; SETORES INSTITUCIONAIS: FAMÍLIAS, EMPRESAS FINANCEIRAS E NÃO FINANCEIRAS, ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS; RESTO DO MUNDO;

PREÇOS E QUANTIDADES: ÍNDICES DE VOLUME, ÍNDICES DE PREÇOS, SÉRIES ENCADEADAS, COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS; TABELAS DE INSUMO- PRODUTO; CONTAS NACIONAIS DO BRASIL E O SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL; CONTAS NACIONAIS E ANÁLISE MACROECONÔMICA: CONTAS TRIMESTRAIS, SÉRIES DESSAZONALIZADAS.

Bibliografia Básica

Feijó e Ramos (org). Contabilidade Social o novo sistema de Contas Nacionais do Brasil. Campus Elsevier, 2ª. Edição, caps. 1,2, 3, 4, 5, 6, 8 e 11.

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO

Nome DESENVOLVIMENTO ECONOMICO I

Código SEN00116 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Data**	
Motivo Desativação	-		
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO: DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE, IDH E AGNUS MADISON. DESENVOLVIMENTO NA VISÃO DOS NEOCLÁSSICOS, DA CEPAL E DESENVOLVIMENTO COM DESEQUILÍBRIO, NA VISÃO HIRSCHMANN/SCHUMPETER. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA VISÃO DOS CLÁSSICOS E SEGUNDO A TEORIA DO CAPITAL HUMANO DA DÉCADA DE 90. CRISE E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL DA DÉCADA DE 90.

Conteúdo Programático

1° MÓDULO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NOS CLÁSSICOS O MÓDULO INICIAL INTRODUZ OS PRINCIPAIS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, DISCUTINDO AS DEFINIÇÕES CLÁSSICAS E NEOCLÁSSICAS DE DESENVOLVIMENTO. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA: SOUZA, NALI DE JESUS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-. EDITORA ATLAS, 1993. CAP 3, 4 E 5, PAG 51 A 100. BIBLIOGRAFIA OPTATIVA: ADELMAN IRMA; TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- FORENSE RIO 1972. TODARO,MICHAEL:- ECONOMIA DO SUBDESENVOLVIMENTO-. CAP 5 E 6.

2 º MÓDULO: AS ADAPTAÇÕES DO MODELO DE EQUILÍBRIO GERAL PARA OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS. NESTE MÓDULO SERÃO DISCUTIDOS OS PRINCIPAIS MODELOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO (SOLOW, HARROD DOMAR, COBB DOUGLAS) À LUZ DAS OBRAS DE DIVERSOS ECONOMISTAS DA DÉCADA DE 50 E 60 QUE, SOB O PONTO DE VISTA CLÁSSICO E NEOCLÁSSICO, TENTARAM APONTAR SOLUÇÕES PARA A QUESTÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA: ROSTOW,W.A:-AS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO -. ZAHAR EDITORA.1978 CAP. 1 A 6.; KUZNETS, SIMON: -OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS E A FASE PRÉ-INDUSTRIAL DOS PAÍSES AVANÇADOS-. IN AGARWALA. -TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-.NURKSE, R: ALGUNS ASPECTOS INTERNACIONAIS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. IN AGARWALA.OP CIT. ROSENSTEIN-RODAN -PROBLEMAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA EUROPA ORIENTAL E SUB-ORIENTAL- IN AGARWALA. OP CIT ROSETTI, J -POLÍTICA E PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA, 5 EDIÇÃO, CAP 6. (MODELOS SOLOW, COBB DOUGLAS E HARROD DOMAR) BIBLIOGRAFIA OPTATIVA: KRUGMAN,PAUL: TOWARD A COUNTER- CONTRAREVOLUTION IN DEVELOPMENT THEORY.AMERICAN ECONOMIC REVIEW. PROCEEDINGS 1992. (PAG 15-37). FREEMAN, CRISTIAN:-TECNOLOGY AND ECONOMIC GROWTH- < PAGS 316-337.

3º MÓDULO: O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DESEQUILIBRADO. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO É ENTENDIDO POR ESTA ESCOLA COMO UM PROCESSO DE RUPTURA DO EQUILÍBRIO DECORRENTE DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA: SCHUMPETER, I,A: TEORIA DO

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OXFORD UNIV. PRESS. CAP. 2. HIRSHMANN,A: ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. FUNDO DE CULTURA.1961. CAPS. 3, 4, 5. BIBLIOGRAFIA OPTATIVA: MANTEGA, GUIDO: A ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA. POLIS/VOZES.1975. CAP 2; LESSA,C.DAIN,S: CAPITALISMO ASSOCIADO: ALGUMAS REFERENCIAS PARA O TEMA ESTADO E DESENVOLVIMENTO. IN DESENVOLVIMENTO E CAPITALISMO NO BRASIL. BRASILIENSE, VOL 1.1982. PP. 214-228.

4º MÓDULO: CAPITAL HUMANO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. ANALISAM-SE NESTE TÓPICO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL EM COMPARAÇÃO COM OS INDICADORES DE CRESCIMENTO ECONÔMICO. BIBLIOGRAFIA OBRIGATÓRIA:SEN, AMARTYA : -DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE- . COMPANHIA DAS LETRAS (PRÊMIO NOBEL). CAPS 1 E 2. PNUD -RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 1999-. TRINOVA EDITORA. LISBOA.1999. PAG 127 A 133 E 159 A 163. BIBLIOGRAFIA OPTATIVA: PRATES,MC.: -O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. IN CONJUNTURA ECONOMICA

5º MÓDULO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES. OS NOVOS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO EM FUNÇÃO DO PROCESSO RECENTE DE GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E O ALTO GRAU DE INTEGRAÇÃO ENTRE A ECONOMIA BRASILEIRA E OS MERCADOS MUNDIAIS EXIGEM UMA MAIOR COMPREENSÃO DO FENÔMENO DO PAPEL DAS INSTITUIÇÕES POR PARTE DO MUNDO ACADÊMICO. A ECONOMIA INSTITUCIONAL TRATA DESSA QUESTÃO A ATRAVÉS DOS CONCEITOS DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO, TEOREMA DE COASE, RACIONALIDADE LIMITADA E OPORTUNISMO. À LUZ DESSA TEORIA SERÃO ANALISADAS AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DO MERCADO NO SENTIDO DE SUA GLOBALIZAÇÃO, EM TERMOS FINANCEIROS, DE COMÉRCIO E DE INVESTIMENTOS DIRETOS DE CAPITAL.

Bibliografia Básica

Conceição, O.A.: - Instituições, crescimento,e mudança na ótica institucionalista- . Tese de Doutorado. Fundação de Economia e Estatística Rio Grande do Sul. 2002.Cap 2.5 pág 110 a 124.; Castelar, A.P: -Direito, Economia e Mercados-. Elsevier,2006. Cap 2 pág 60 a 71 e Cap 3 pág 93 a 109.; Pessoa, Samuel: -Perspectivas de Crescimento no Longo Prazo para o Brasil: Questões em aberto-. FGV, Ensaios Econômicos No 609, Janeiro de 2006.; Nóbrega, M:- O futuro Chegou- : Instituições e Desenvolvimento No Brasil-. Editora Globo, 2005. Cap 5 pág 134 a 154 e Cap 11 pág 254 a 280. Bibliografia Optativa: Olson, Marcur: Distinguished Lecture on Economics in Government: Big Bills Left on the Sidewalk: Why some nations are Rich and Others Poor. The Journal of Economics Perspectives. Vol 10, Number 2, Spring 1996.pag 3 a 34; Há-Joon Chang: - Understanding the relationship between institutions and economic development- , In Teixeira Erly, Instituições e Desenvolvimento Econômico, 2007. Pag 3 a 23. Ferrão, M e Ribeiro, I :- Os Juízes Brasileiros Favorecem a parte mais fraca- . In Teixeira Erly, Instituições e Desenvolvimento Econômico, 2007, pag 245 a 267.; Hodgson, G: A Evolução das Instituições: uma agenda para pesquisa teórica future. In Econômica, Vol 3, N° 1 Junho 2001, pag 97 a 126.; Landes, David: -Riqueza e Pobreza das Nações-. Editora Campus, 2003. Cap 20: O Modelo Sul- Americano. Pag 348 a 375.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome DESENVOLVIMENTO ECONOMICO II

Código SEN00117 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO DE ROSTOW-LEWIS; DOMAR E HIRSCHMANN; A CONCEPÇÃO CEPALINA DE DESENVOLVIMENTO; A ESCOLA DA DEPENDÊNCIA; O NEOESTRUTURALISMO; O MODELO LATINO-AMERICANO E O MODELO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO; A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO; DEBATE ATUAL.

Conteúdo Programático

1° MÓDULO: Desenvolvimento Econômico: uma visão panorâmica. 2° MÓDULO: As Teorias do Crescimento Econômico. 3º MÓDULO: Desigualdade e Desenvolvimento Econômico. 4º MÓDULO: Capital Humano: Educação, Saúde e Desenvolvimento Econômico. 5º MÓDULO: Crescimento da População e Desenvolvimento Econômico. 6º MÓDULO: Urbanização e Migração Rural-Urbana: Teoria e Política. 7º MÓDULO: Comércio Internacional, Política Comercial e Interdependência.

Bibliografia Básica

RAY, Debraj (1998), Development Economics, Princeton University Pres, Princenton, 1998, ou a tradução para o espanhol Economia del Desarrollo, Antoni Bosch Ed. - HELPMAN, Elhanan (2004), The Mystery of Economic Growth, the Belknap Press of HUP, Cambridge, Mass, 2004.; TODARO, Michael e SMITH, Stephen (2009), Economic Development, 10a edição, Pearson Ed., New York, 2009. ACEMOGLU, Daron (2006), -Introduction to Economic Growth-, MIT, Departament of Economics, 2006, mimeo.

Bibliografia Complementar

RODRIK, Dani (2007), One Economics, Many Recipes, Princenton UP, Princenton, 2007. - UN/UNDP, World Development Report - 2010, UN/UNDP, New York, 2010, há versão em espanhol e deve ser procurado no site da ONU/United Nations Development Programme (www.undp.org). - SEN, Amartya:-Desenvolvimento Como Liberdade- . Companhia das Letras (Prêmio Nobel). - EASTERLY, William, The Elusive Quest for Growth, MIT Press, Cambridge, Mass., 2002. - PNUD/IPEA: Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores básicos. IPEA 1998.

Nome ECON BRAS NOS ANOS RECENT E PERSPECTIVAS

Código SEN00176 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

O FIM DO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA. A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA E A ¿DÉCADA PERDIDA¿. A TRANSIÇÃO PARA O NEOLIBERALISMO. INFLAÇÃO E PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO: CRUZADO, BRESSER, VERÃO, COLLOR 1 E 2, E REAL. PRIVATIZAÇÕES. RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA. ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA. DESINDUSTRIALIZAÇÃO. A ECONOMIA BRASILEIRA SOB A ÂNCORA CAMBIAL E SOB O TRIPÉ MACROECONÔMICO INAUGURADO EM 1999. A CRISE FINANCEIRA DE 2008-9 E SEUS IMPACTOS SOBRE O BRASIL. A CRISE ECONÔMICA DE 2015 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Conteúdo Programático

1) O comportamento macro recente pré crise de 2008 a) Os antecedentes pré 2008 b) A crise de 2008 c) Perpsectivas a partir de 2009 2) Política Monetária - O Sistema de Metas de Inflação a) O Sistema de Metas - Aspectos Teóricos e aplicação no caso Brasileiro b) Conseqüências para a economia brasileira c) Interpretação alternativa para a política de estabilização e recente. 3) Política Fiscal a partir dos anos 1990 a) Sentido geral do déficit primário, operacional e nominal b) Mudanças na política fiscal nos anos 1990 e 2000. c) Evolução da Carga Tributária em distintos conceitos d) Política contra cíclica x Estabilizado automático. 4) Mercado de Trabalho a) As mudanças recentes vis-avis os anos 1990. b) Formalização do Emprego e tendência a desconcentração 5) Comércio Exterior a) Desempenho pós 2003 - Especialização Regressiva ? Perspectivas Dinâmicas do Comércio pós 1999 b) A integração Latino Americana c) Perspectivas e problemas da relação comercial Brasil x China.

Bibliografia Básica

Carneiro, Ricardo (2006) A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula. São Paulo: UNESP; Cardoso Jr., Jose Celso (2009). Determinantes da recuperação do emprego formal no Brasil: evidências para o período 2001/2005 e hipoteses para uma agenda de pesquisa- Revsiat de Economia Política Vol 29, nº 4, Out-Dez. Bastos, Carlos Pinkusfeld, Rodrigues, Roberto de Souza (2009), Análise da Política Fiscal Brasileira Recente, Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo IEDI O Comércio Exterior Brasileiro no: Evolução, Características Setoriais e Intensidade Tecnológica. Vários números 2008/2007.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMETRIA I

Código SEN00082 **Característica** Comum

Ano de Vigência 2007 **Semestre de Vigência** 1

Status Ativa **Data** **Motivo Desativação** -

Desativação-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

APRESENTAR AS TÉCNICAS E MÉTODOS ECONOMÉTRICOS BÁSICOS, CAPACITANDO O ALUNO A ENTENDER, ANALISAR E ELABORAR TRABALHOS EMPÍRICOS SIMPLES NA ÁREA DE ECONOMIA. TREINAR OS ALUNOS NA UTILIZAÇÃO DA TEORIA, POR MEIO DE EXERCÍCIOS ANALÍTICOS E DE EXERCÍCIOS APLICADOS RESOLVIDOS EM MICROCOMPUTADOR (LABORATÓRIO DE ECONOMETRIA).

Conteúdo Programático

1. O QUE É ECONOMETRIA: MODELAGEM ECONÔMICA E ECONOMÉTRICA, ESTRUTURA DE DADOS ECONÔMICOS, CAUSALIDADE E A NOÇÃO CETERIS PARIBUS. 2. O MODELO DE REGRESSÃO LINEAR SIMPLES. MÉTODO MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS, UNIDADES DE MEDIDA E FORMA FUNCIONA, PROPRIEDADES DOS ESTIMADORES MQO. 3. O MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA: ESTIMAÇÃO.HIPÓTESES FUNDAMENTAIS E O TEOREMA DE GAUSS MARKOV , VARIAÇÃO EXPLICADA, R^2 E R^2 AJUSTADO, CRITÉRIOS DE INFORMAÇÃO. ESPECIFICAÇÃO, VARIÂNCIA DOS ESTIMADORES, MODELOS SIMPLES DE REGRESSÃO COM VARIÁVEIS DICOTÔMICAS (DUMMY). 4. O MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA: INFERÊNCIA. DISTRIBUIÇÃO ASSINTÓTICA DOS ESTIMADORES, TESTES DE HIPÓTESES SOBRE UM ÚNICO PARÂMETRO POPULACIONAL: TESTE T, TESTE DE HIPÓTESES SOBRE UMA COMBINAÇÃO LINEAR DOS PARÂMETROS, TESTE DE RESTRIÇÕES LINEARES MÚLTIPLAS: TESTE F. 5. INTRODUÇÃO A SÉRIES DE TEMPO. PROCESSOS AUTOREGRESSIVOS DE 1A ORDEM. RAIZ UNITÁRIA. CO- INTEGRAÇÃO, REGRESSÃO ESPÚRIA.

Bibliografia Básica

1. WOOLDRIDGE, J.M (2005). INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA: UMA ABORDAGEM MODERNA, THOMSON LEARNING. 2. GUJARATI, D. N. (2006) ECONOMETRIA BÁSICA. CAMPUS 3. HILL, R. C.; GRIFFITHS, W. E; JUDGE, G. G (2003). ECONOMETRIA. SARAIVA. 4. PINDYCK. R.S. E RUBINFELD, D. (2004), ECONOMETRIA, MODELOS & PREVISÕES, CAMPUS 5. STOCK, J.H. E WATSON, M.W. (2004). ECONOMETRIA, ADDISON-WESLEY.

Bibliografia Complementar

1. ALVES, D. E VASCONCELOS, M.A.S. (2000) MANUAL DE ECONOMETRIA, EDITORA ATLAS. 2. JOHNSTON, J., DINARDO, J. (2001), MÉTODOS ECONOMÉTRICOS, MC.GRAW HILL,. 3. GREENE, (1993), ECONOMETRICS ANALYSIS, PRENTICE-HALL

Nome	ECONOMETRIA II		
Código	SEN00121 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

REVISÃO DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLO. INFERÊNCIAS ADICIONAIS NO MODELO DE REGRESSÃO MÚLTIPLA. VIOLAÇÕES DAS HIPÓTESES BÁSICAS DO MODELO DE REGRESSÃO. ESPECIFICAÇÃO DO MODELO, VARIÁVEIS OMITIDAS E IRRELEVANTES. MULTICOLINEARIDADE. HETEROCEDASTICIDADE. AUTOCORRELAÇÃO. REGRESSORES ALEATÓRIOS. VARIÁVEIS BINÁRIAS. MODELOS AUTO- REGRESSIVOS COM DEFASAGENS DISTRIBUÍDAS. TÓPICOS ESPECIAIS: ESTIMAÇÃO COM MÉTODO DE MOMENTOS; MODELOS DE EQUAÇÕES SIMULTÂNEAS.

Conteúdo Programático

1. MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA NA FORMA MATRICIAL. MÉTODO MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS FORMA MATRICIAL. TEOREMA DE GAUSS¿MARKOV E FORMULAÇÃO NO CONTEXTO MATRICIAL. PROPRIEDADES ALGÉBRICAS E ESTATÍSTICAS DO VETOR DE ESTIMADORES E RESPECTIVA MATRIZ DE VARIANÇA E COVARIANÇA. 2. INFERÊNCIAS ADICIONAIS DO MODELO RLM: VARIÁVEIS BINÁRIAS E FORMAS FUNCIONAIS. 3. PROPRIEDADES ASSINTÓTICAS DOS ESTIMADORES DE MQOL. 4. REGRESSÃO COM RESTRIÇÕES. 5. HETEROCEDASTICIDADE, AUTOCORRELAÇÃO SERIAL E TESTES RESPECTIVOS. MÍNIMOS QUADRADOS GENERALIZADOS. 6. MULTICOLINEARIDADE.

Bibliografia Básica

1. WOOLDRIDGE, J.M (2005). INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA: UMA ABORDAGEM MODERNA, THOMSON LEARNING.
2. GUJARATI, D. N. (2006) ECONOMETRIA BÁSICA. CAMPUS 3. STOCK, J.H. E WATSON, M.W. (2004). ECONOMETRIA, ADDISON-WESLEY.

Bibliografia Complementar

1. ALVES, D. E VASCONCELOS, M.A.S. (2000) MANUAL DE ECONOMETRIA, EDITORA ATLAS. 2. JOHNSTON, J., DINARDO, J. (2001), MÉTODOS ECONOMÉTRICOS, MC.GRAW HILL,. 3. GREENE, (1993), ECONOMETRICS ANALYSIS, PRENTICE-HALL

Nome ECONOMIA

Código SEN00180 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2011	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	50	**Carga Horária Prática**	10
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CONCEITOS ELEMENTARES DE MICRO E MACROECONOMIA. NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS MULTILATERAIS E REGIONAIS. POSSÍVEIS CENÁRIOS PARA A ECONOMIA MUNDIAL. O DESAFIO DO CRESCIMENTO NO BRASIL: POBREZA E DESIGUALDADES. EDUCAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. ESTABILIDADE E CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO.

Conteúdo Programático

Conceitos elementares - Micro - Macroeconomia. O mercado internacional - Negociações internacionais multilaterais - Negociações e regionais. - Os principais centros de comércio internacional. A economia mundial - Cenários para a economia mundial. - O mercado asiático - O mercado europeu - O mercado americano A economia nacional - O desafio do crescimento no Brasil: - Pobreza - Desigualdades. - Preservação ambiental Educação no Brasil - Evolução - Os últimos governos - Perspectiva - Condicionantes para o desenvolvimento sustentado Estabilidade e crescimento econômico brasileiro.

Bibliografia Básica

SECURATO, José Cláudio. Economia: história, conceitos e atualidades, São Paulo: Saint Paul Editora, 2007 KRUGMAN, PAUL. ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA. SÃO PAULO. ED. MAKRON BOOKS, 2006

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA AGRARIA

Código SEN00128 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Data Desativação**	-
		Motivo Desativação	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

ELEMENTOS DE MICROECONOMIA APLICADOS À AGRICULTURA: FORMAÇÃO DE LUCRO, FIXAÇÃO DE PREÇOS, MERCADOS, EFICIÊNCIA, ECONOMIAS DE ESCALA E DE ESCOPO.ACORDOS AGRÍCOLAS INTERNACIONAIS, NEGOCIAÇÕES REGIONAIS E INTERNACIONAIS, SUBSÍDIOS AOS PREÇOS, AO CRÉDITO E BARREIRAS NÃO TARIFÁRIAS.POLÍTICAS AGRÍCOLAS E AGRÁRIAS NO BRASIL DAS DÉCADAS DE 90 E ATUAIS.

Conteúdo Programático

INTRODUÇÃO: DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: PADRÕES DE DESENVOLVIMENTO ADOTADOS DESDE 1930. 1º MÓDULO : ELEMENTOS DE MICRO ECONOMIA AGRÍCOLA: ESPECIFICIDADE DA AGRICULTURA COMO SETOR DA ECONOMIA. 1.1.FORMAÇÃO DO LUCRO E ORGANIZAÇÃO DO TEMPO DE TRABALHO NA AGRICULTURA. 1.2.ECONOMIAS DE ESCALA NA AGRICULTURA: FUNÇÃO DE EFICIÊNCIA. 1.3.ECONOMIAS DE ESCOPO , CUSTOS DE TRANSAÇÃO E SISTEMAS PRODUTIVOS. 2º MÓDULO: O QUADRO GERAL DA AGRICULTURA MUNDIAL E SUAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES. 2.1:EFEITOS DA LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NOS MERCADOS AGRÍCOLAS. 2.2:POLÍTICAS AGRÍCOLAS, SUBSÍDIOS, DESENVOLVIMENTO RURAL. 3º MÓDULO: POLÍTICAS AGRÁRIAS E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL. 3.1.AS ESTRUTURAS AGRÁRIAS EM FACE DE GLOBALIZAÇÃO E DE LIBERALIZAÇÃO DA ECONOMIA. 3.2.AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA. 3.3.AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. SISTEMA DE AVALIAÇÃO: DUAS (2) PROVAS PRESENCIAIS E INDIVIDUAIS. UM TRABALHO EM GRUPO A SER APRESENTADO ORALMENTE NO FINAL DO PERÍODO. AS PROVAS TERÃO PESO DE 40% CADA UMA. O TRABALHO TERÁ PESO DE 20% NA NOTA FINAL.

Bibliografia Básica

Eicher, C Staatz,J (1984): Agricultural Development in The Third World. John Hopkins, UK, Cap 1. Ray, Debraj (1998): Economía del Desarrollo. Princeton University Press. Cap 10, pg 341- 366: Modelo Lewis e Modelo Harris Todaro. 1.1 - S.Mann,M.Dickinson.-Obstáculos ao desenvolvimento capitalista na agricultura-. IPEA/IPLAN 1979.- Ricardo,D. -Princípios de Economia Política e Tributação-. Cap 2, pag 65 a 73 e cap 6, pag 91 a 100. Os Economistas, 1982, Civita. 1.2 - Binswanger,Hans.- Quais são as Perspectivas para a Refroma Agrária?-, (1989).Pesquisa e Planejamento Econômico. IPEA. Vol 19, abril 1989, número 1. 1.3 -FAO/INCRA. Diagnostico de Sistemas Produtivos. MDA 1999-Guanziroli, Meirelles, Buainain. Metodologia para Estudo de Mercados Agroindustriais. IICA/MAPA 2007 2.1 ING, T MOYER, W (2002) TRADUÇÃO DE - AGRICULTURAL POLICY REFORM- ASHGATE . ENGLAND UK 2.2 MARTINE, G (1990): FASES E FACES DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS, IPEA. NÚMERO 3/JUNHO DE 1990. GUANZIROLI, C (2005): AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS E LIMITANTES. TD UFF. IICA 2005 CARLOS NAYRO COELHO(2002) -A LEI AGRÍCOLA AMERICANA DE 2002 E O COMÉRCIO MUNDIAL-. MÍMEO. 3.1 -GUANZIROLI,C. -REFORMA AGRÁRIA E GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA-. REVISTA ECONÔMICA DA UFF, N. 1. GUANZIROLI,C -EFEITOS DA LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA-. TEXTO PARA DISCUSSÃO.UFF.1994. 3.2 -GUANZIROLI, C.E : EXPERIÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL. FAO/CIARRT. 2006. -VEIGA,J.E. -FUNDAMENTOS DO AGRORREFORMISMO-.IN A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE. UNIV.RGS. (PAG 68-93).-GUANZIROLI ET AL: AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: EVOLUÇÃO ENTRE OS CENSOS AGROPECUÁRIOS DE 1996 E 2006. NO PRELO. GUANZIROLI, C. o porque da reforma agrária. Revista econômica, n.7, out.2003. GUANZIROLI, C. (2006). PRONAF DEZ ANOS DEPOIS. SOBER 2006. 33- ROMEIRO, A.:-PRODUÇÃO FAMILIAR E MEIO AMBIENTE NA AGRICULTURA.

Bibliografia Complementar

1.1-F.Buttel.-Beyond the Family Farm-. In Peter Dorner. (pag 87-105). K.Vergopulos.-Capitalism and peasant productivity-.Capital&Class.1978.-H.Friedma-Household Production and the National Economy.-.The Journal of Peasant Studies. Vol 7.1980.(pag158-180).- 1.2 -Griffin, K et al (2002): - Poverty and the Distribution of Land- . Journal of Agrarian Change, Vol 2 (3): 279-330. -LUND, P.J. and HILL, P.G. Farm Size, Efficiency and Economies of Size. Journal of Agricultural Economics, 30(2), May, 1979.-Gasson,Crow.-The farm as a family business-.In Agricultural Economics.Jan 1988. (pag 1-35). -B.F.Stant -Perspective on Farm Size-.J.Agricultural Economics,Dec 1978.(pag 727-737).-Krause, Kyle.L.-Large-Size farms in the United

States-. Agricultural Economics, Jan 1988. (Pg 1-35). Ruttan, V, Hayami Y: Induced Innovation Model of agricultural development, In Eicher & Staatz, 1984, op cit, pp 59/71 1.3. -PANZAR, J.C., WILLIG, R.D. Economies of Scope. American Economic Review, 71(2), 1981. -Dufumier,M.-Sistema de Producción y Desarrollo Agrícola-.Mimeo 1992.INAM-París . -Villaret,A.-El enfoque sistêmico aplicado al análisis del medio agrícola-. Praxis del Desarrollo Rural.1995.(pag 11-25). 2.1 (1999) :- TRADE, INCOME DISPARITY AND POVERTY- . SPECIAL STUDIES OECD(2001) : - TOWARDS MORE LIBERAL AGRICULTURAL TRADE- . POLICY BRIEF. NOVEMBER 2001. OECD (2003) :" FARM HOUSEHOLD INCOMES: ISSUES AND POLICY RESPONSES". 2.2 LOWE, P ET AL (2002).-SETTING THE NEXT AGENDA? BRITISH AND FRENCH APPROACHES TO THE SECOND PILLAR OF THE COMMON AGRICULTURAL POLICY - JOURNAL OF RURAL STUDIES VOL 18(1) 17 ANDERSON, K; ET AL; (2001):- THE COST OF RICH (AND POOR) COUNTRY PROTECTION TO DEVELOPING COUNTRIES- , DISCUSSION PAPER N 136. ADELAIDE UNIVERSITY, AUSTRALIA. RAY, C (2000) -THE EU LEADER PROGRAMME: RURAL DEVELOPMENT LABORATORY-, SOCIOLOGIA RURALIS VOL 40 N 2 PLOEG, J.D.; RENTING, H (2000): - IMPACT AND POTENTIAL: A COMPARATIVE REVIEW OF EUROPEAN RURAL DEVELOPMENT PRACTICES- , SOCIOLOGIA RURALIS, VOL 40, (4), OCTOBER 2000. OCAMPO , JOSÉ ANTONIO LOS TÉRMINOS DE INTERCAMBIO DE LOS PRODUCTOS BÁSICOS EN EL SIGLO XX. R E V I S T A D E L A C E P A L 7 9 I S T A D E L A C E P A L 7 9 - A B R I L 2 0 0 3 7 TONGEREN, F ET AL (2001):- GLOBAL MODELS APPLIED TO AGRICULTURAL AND TRADE POLICIES: A REVIEW AND ASSESSMENT-. AGRICULTURAL ECONOMICS, VOL 26(2001):149-172. 3.1 -SAYAD,J. -CRÉDITO RURAL NO BRASIL-. FIPE.1984.-MUNHOZ,D. -ECONOMIA AGRÍCOLA- UMA DEFESA DOS SUBSÍDIOS-.VOZES.1982 3.2 -GRAZIANO DA SILVA,J .-O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A REFORMA AGRÁRIA-. IN A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE.OP CIT. (PAG 137-144). -ABRAMOVAY,R .-AGRICULTURA FAMILIAR E CAPITALISMO NO CAMPO-.IN A QUESTÃO AGRÁRIA HOJE.OP CIT. (PAG 95-105). -BORGES LEMOS .-ORGANIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL,ENTRADA EM TECNOLOGIA E LIDERANÇA DE MERCADOS.-.IN AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA. NO BRASIL. FAO/UNICAMP.1995.(PAG 69-106). -REYDON,B. -INTERVENÇÃO ESTATAL NO MERCADO DE TERRAS NO BRASIL-ESTUDOS NEAD 3, FEVEREIRO DE 2001. 3.3 -BUTTEL,F .-IMPLICATIONS OF BIOTECHNOLOGY FOR THE DEVELOPMENT OF SUSTAINABLE AGRICULTURA SYSTEMS.-. IN: LOCKERETZ,W. -ENVIRONMENTALLY SOUND AGRICULTURE-. PRAEGER. (PAG 377-396). BRASILEIRA.-. MÍMEO.

Nome ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORANEA

Código SEN00064 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2005	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

Contribuir para o desenvolvimento da capacidade crítica sobre a realidade da economia brasileira, tendo como base a sua evolução desde meados dos anos 50 (Plano de Metas) até a realidade atual. Interpretar as contradições do desenvolvimento econômico brasileiro a partir do entendimento dos diversos padrões de acumulação que deram configuração ao estágio atual da macroeconomia do Brasil em seus vários elementos.

Conteúdo Programático

1 A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA 1.1 O Plano de Metas e o novo perfil industrial brasileiro 1.2 A inserção do Brasil no processo de internacionalização do capital no pós-guerra 1.3 A nova divisão internacional do trabalho e o papel da economia brasileira. 2 ANOS 60: CRISE, REFORMAS E "MILAGRE" 2.1 Elementos estruturais da crise dos anos sessenta 2.2 A questão inflacionária e o Plano Trienal 2.3 O Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG 2.4 As bases do "milagre" brasileiro. 3 A CRISE DO "MILAGRE" E O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 3.1 O esgotamento do ciclo de expansão 3.2 crise internacional: o primeiro choque do petróleo 3.3 O II PND 3.4 O segundo choque do petróleo e o choque dos juros. 4 AJUSTAMENTO RECESSIVO E TERAPIAS HETERODOXAS 4.1 A crise financeira internacional 4.2 A crise da dívida externa brasileira 4.3 A recessão como estratégia de superação do estrangulamento externo 4.4 A inflação inercial e os planos heterodoxos 4.5 O Plano Cruzado 4.6 O Plano Bresser 4.7 O Plano Verão. 5 O PLANO COLL METODOLOGIA, DILEMAS E CONTRADIÇÕES DO CHOQUE MONETÁRIO. 6 O PLANO FHC: A 1ª FASE DO PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO NOSSO PADRÃO MONETÁRIO. 7 O PLANO REAL: A CRIAÇÃO DA NOVA MOEDA E OS DESAFIOS PARA O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO. 8 A CONDUÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA NO PLANO REAL: RESTRIÇÃO EXTERNA E A PERSPECTIVA DE UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. 9 A CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA. 10 A MUDANÇA DO REGIME CAMBIAL E O SISTEMA DE METAS DE INFLAÇÃO. 11 A MACROECONOMIA DO BRASIL NO PERÍODO LULA. 12 CONJUNTURA ECONÔMICA BRASILEIRA

Bibliografia Básica

(*)ABREU, Marcelo Paiva(org). A Ordem do progresso. Rio de Janeiro: Campus, 1989. BIELSCHOWSKY, Ricardo. O Pensamento Econômico Brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. (*)BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e crise no Brasil. São Paulo: Editora 34, 2003. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. O Plano Collor In: Revista de Economia Política, Nº 44, vol. 11, Nº. 4, out/dez, 1991, p. 89 - 114. CARNEIRO, Dionisio e WU, Thomas. Política Macroeconômica - a experiência brasileira contemporânea, Rio de Janeiro, LTC, 2011. CARTAS DE CONJUNTURA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA Documento do grupo interdisciplinar de Estudos Políticos e Econômicos. GIEPE, vol. 1, Nº 1 e 2, 1994. CASTRO, Antônio Barros e PIRES, Francisco Eduardo. A Economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. FRANCO, G. A Inserção externa e o desenvolvimento.mimeo, 1996. (*)GIAMBIAGI, Fábio e VILLELA, Andre(org). Economia Brasileira Contemporânea, Rio

de Janeiro: Campus,2ª edição, 2011. MELLO, João Manuel .O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982. 03TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Disciplina

Nome ECONOMIA DA EDUCAÇÃO

Código SEN00241 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2019	**Semestre de Vigência**	2
Status	Ativa	**Data Desativação**	-
Motivo Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

OS TÓPICOS ABORDADOS NO CURSO INCLUEM DA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL HUMANO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO, O NÍVEL E EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ADULTA E INFANTIL NO BRASIL E NO MUNDO, OS IMPACTOS DA ESCOLARIZAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO, SALÁRIOS E FECUNDIDADE, AS PRINCIPAIS QUESTÕES ECONÔMICAS POR DETRÁS DOS NÍVEIS PERSISTENTEMENTE BAIXOS DE EDUCAÇÃO, FINANCIAMENTO EDUCACIONAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL.

Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO: O USO DA EVIDÊNCIA NO DESENHO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO 2.1. O IMPACTO DA EDUCAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO HUMANO. O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUA ABRANGÊNCIA; TRÊS PERSPECTIVAS SOBRE O IMPACTO DA EDUCAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO HUMANO; 2.2. PARÂMETROS TEÓRICOS PARA UMA ANÁLISE EMPÍRICA. EDUCAÇÃO COMO UM BEM DE CONSUMO; EDUCAÇÃO COMO UM BEM DE INVESTIMENTO; IMPACTO DA EDUCAÇÃO SOBRE A PRODUTIVIDADE DOS INDIVÍDUOS EM ATIVIDADES NÃO ECONÔMICAS; EDUCAÇÃO E PREFERÊNCIAS;

EDUCAÇÃO E EFICIÊNCIA. 2.3. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO SOBRE AS DIMENSÕES MICRO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DOS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E DISSOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS. GERAÇÃO DE RENDA DOS INDIVÍDUOS. UTILIZAÇÃO E REPARTIÇÃO DE RECURSOS. PADRÃO DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS. CONDIÇÕES DE SAÚDE. BEM ESTAR DOS FILHOS. SAÚDE E TRABALHO. EDUCAÇÃO. VIOLÊNCIA E AMBIENTE SOCIOECONÔMICO 2.4. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO SOBRE AS DIMENSÕES MACRO EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DOS IMPACTOS DA EDUCAÇÃO SOBRE: CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESIGUALDADE SALARIAL; POBREZA. 3. UMA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO EDUCACIONAL DO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS 3.1. POPULAÇÃO ADULTA. EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS PARA A POPULAÇÃO ADULTA.. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS. AVALIANDO O ATRASO EDUCACIONAL DO BRASIL 3.2. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR EVOLUÇÃO TEMPORAL DOS PRINCIPAIS INDICADORES EDUCACIONAIS PARA A POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR COM BASE TANTO EM PESQUISAS DOMICILIARES QUANTO REALIZADAS NOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES; COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS. AVALIANDO O ATRASO EDUCACIONAL DO BRASIL 4. DESIGUALDADES EDUCACIONAIS 4.1. NO ACESSO À ESCOLA; 4.2. POR GÊNERO E COR; 4.3. NOS GASTOS. 5. O VALOR DOS CONHECIMENTOS E HABILIDADES DESENVOLVIDOS NAS ESCOLAS: O QUE ENSINAR? 5.1. INTERVENÇÕES PRECOCES 5.2. PRINCIPAIS DETERMINANTES DO APRENDIZADO ESCOLAR 6. AVALIAÇÕES E INDICADORES EDUCACIONAIS NO BRASIL 6.1.AVALIAÇÕES: SAEB, PROVA BRASIL,

ENEM E PISA 6.2. INDICADORES DE FLUXO (APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO) E O IDEB.

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: MENDONÇA, ROSANE (2000). A OPORTUNIDADE IMPERDÍVEL: EXPANSÃO EDUCACIONAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. BARROS, RICARDO; SANTOS, DANIEL; COUTINHO, DIANA; SOARES, CAMILA. EVIDÊNCIA: O QUE É, PARA QUE SERVE E COMO IR DA QUE TEMOS PARA A QUE QUEREMOS? IAS/INSPER, 2019. HUMAN DEVELOPMENT REPORT 1990. F. H. BARBOSA FILHO E S. PESSÔA (2008). RETORNO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL. PESQUISA E PLANEJAMENTO: ECONÔMICO. BARROS, RICARDO, MENDONÇA, -ROSANE. INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. IN: IPEA. A ECONOMIA BRASILEIRA EM PERSPECTIVA. RIO DE JANEIRO: IPEA, 1998. P. 605-614. BARROS, RICARDO PAES DE, HENRIQUES, RICARDO, MENDONÇA, ROSANE. EDUCATION AND EQUITABLE ECONOMIC DEVELOPMENT. IN: ROCHA-MIRANDA, CARLOS EDUARDO (ED.). TRANSITION TO GLOBAL SUSTAINNABILITY. RIO DE JANEIRO: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2000. P. 41-63.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR ¿ ANDRADE, MÔNICA VIEGAS. EDUCAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS PARA OS ESTADOS BRASILEIROS: 1970/1995. RIO DE JANEIRO: IPEA, 1998. 20 P. (SÉRIE SEMINÁRIOS, 05/98). ¿ BARROS, RICARDO PAES DE, HENRIQUES, RICARDO, MENDONÇA, ROSANE. EDUCATION AND EQUITABLE ECONOMIC DEVELOPMENT. IN: ROCHA-MIRANDA, CARLOS EDUARDO (ED.). TRANSITION TO GLOBAL SUSTAINNABILITY. RIO DE JANEIRO: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2000. P. 41-63. ¿ BRANCO, R. DA C. C. CRESCIMENTO ACELERADO E O MERCADO DE TRABALHO: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO: FGV/EPGE, 1979. (SÉRIES TESES, 1). ¿ CASTRO, JORGE ABRAHÃO DE. O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF) E SEU IMPACTO NO FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL. BRASÍLIA: IPEA, NOVEMBRO DE 1998. 46 P. (TEXTO PARA DISCUSSÃO, 604). ¿ CASTRO, JORGE ABRAHÃO DE. O PROCESSO DE GASTO PÚBLICO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA NOS ANOS 80. CAMPINAS, SP: UNICAMP, FEVEREIRO DE 1997. 284 P. (DISSERTAÇÃO DE DOUTORADO).
¿ CASTRO, JORGE ABRAHÃO, FERNANDES, MARIA ALICE DA CUNHA. SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE OS GASTOS PÚBLICOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO - SIGPE: DIAGNOSTICO PARA 1995. BRASÍLIA: IPEA, 05 DE MAIO DE 1999. 30 P. ¿ FERNANDES, MARIA ALICE DA CUNHA, OLIVEIRA, MARGARIDA MARIA SOUZA DE, ROCHA, DENISE C. CÔRREA DA, MARINHO, NYEDJA DA SILVA, RIBEIRO, JOSÉ APARECIDO CARLOS. DIMENSIONAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO GASTO SOCIAL FEDERAL. BRASÍLIA: IPEA, 1998. 68 P. (TEXTO PARA DISCUSSÃO, 547). ¿ FERNANDES, MARIA ALICE DA CUNHA, ROCHA, DENISE C. CORREA, OLIVEIRA, MARGARIDA MARIA SOUSA DE, RIBEIRO, JOSÉ APARECIDO CARLOS, AQUINO, LUSENI MARIA CORDEIRO. GASTO SOCIAL DAS TRES ESFERAS DE GOVERNO - 1995. BRASÍLIA: IPEA, OUTUBRO DE 1998. 59 P. (TEXTO PARA DISCUSSÃO, 598). ¿ IPEA. MARIA ALICE DA CUNHA FERNANDES (COORD). GASTO SOCIAL CONSOLIDADO: 1995. BRASÍLIA: IPEA/DIPOS/CGESP, 1998. 55 P. ¿ IPEA (2015). PRODUTIVIDADE NO BRASIL: DESEMPENHO E DETERMINANTES, 2 VOLUMES. FERNANDA DE NEGRI E LUIZ RICARDO CAVALCANTE (ORGANIZADORES). BRASÍLIA, 2015. ¿ ISER. LEI, JUSTIÇA E CIDADANIA: DIREITOS, VITIMIZAÇÃO E CULTURA POLÍTICA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: CPDOC¿ FGV, 1997. 69 P. ¿ LAM, DAVID, AND LEVISON,
D. AGE, EXPERIENCE AND SCHOOLING: DECOMPOSING EARNINGS INEQUALITY IN THE US AND BRAZIL, SOCIOLOGICAL INQUIRY, FORTHCOMING. 1990. ¿ LAM, DAVID, AND LEVISON, D. DECLINING INEQUALITY IN SCHOOLING IN BRAZIL AND ITS EFFECTS ON INEQUALITY IN EARNINGS. UNIVERSITY OF MICHIGAN, 1989. ¿ LAU, LAWRENCE J., JAMISON, DEAN T., LIU, SHU-CHENG, RIVKIN, STEVEN. EDUCATION AND ECONOMIC GROWTH: SOME CROSS-SECTIONAL EVIDENCE FROM BRAZIL. 1991. ¿ LEIBOWITZ, ARLEEN. EDUCATION AND HOME PRODUCTION. AMERICAN ECONOMIC REVIEW, V. 64, 1974. ¿ LOVELL, PEGGY A. RAÇA, CLASSE, GÊNERO E DISCRIMINAÇÃO SALARIAL NO BRASIL. ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, N. 22, P. 85-98, SETEMBRO DE 1992. ¿ MENEZES FILHO, N., FERNANDES, R. A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO NO BRASIL METROPOLITANO: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 1983 A 1997. IN: 27. ENCONTRO NACIONAL
DE ECONOMIA. ANAIS. BELÉM, PA: ANPEC, DEZEMBRO DE 1999 P.1887-1900. ¿ PASTORE, J., ZYLBERSTAJN, H., PAGOTTO, C. MUDANÇA SOCIAL E POBREZA NO BRASIL: 1970-1980 (O QUE OCORREU COM A FAMÍLIA BRASILEIRA?). SÃO PAULO: FIPE/PIONEIRA, 1983. (ESTUDOS ECONÔMICOS). ¿ SAVEDOFF, WILLIAM D. OS DIFERENCIAIS REGIONAIS DE SALÁRIOS NO BRASIL: SEGMENTAÇÃO VERSUS DINAMISMO DA DEMANDA. PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO, V. 20, N. 3, P. 521-556, DEZ. 1990. ¿ SCHULTZ, T. W., INVESTMENT IN HUMAN CAPITAL. AMERICAN ECONOMIC REVIEW, 1961. ¿ SCHULTZ, T. W., INVESTMENT IN HUMAN CAPITAL. IN: THE ROLE OS EDUCATION AND OF RESEARCH. NEW YORK: FREE PRESS, 1971.

Nome ECONOMIA DA ENERGIA

Código SEN00149 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

DEFINIÇÃO DE ENERGIA; ENERGIA E DESENVOLVIMENTO; DEMANDA E DA OFERTA DE ENERGIA; ESTRUTURA E CARACTERÍSTICAS DAS INDÚSTRIAS DE REDE (PETRÓLEO, GÁS NATURAL, CARVÃO, ENERGIA NUCLEAR E ENERGIA ELÉTRICA); REGULAÇÃO DOS MERCADOS ENERGÉTICOS; GEOPOLÍTICA DA ENERGIA; USO EFICIENTE DA ENERGIA; BALANÇO E MATRIZ ENERGÉTICA.

Conteúdo Programático

1)O QUE É ENERGIA A)FORMAS DE USO B)FONTES DE ENERGIA C)BALANÇO ENERGÉTICO D)COORDENAÇÃO DAS INDÚSTRIAS E)PREVISÃO DE OFERTA E DEMANDA 2)ELETRICIDADE A)ASPECTOS TECNOLÓGICOS B)CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA: MONOPÓLIO NATURAL E INDÚSTRIA DE REDE C)EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS DE REESTRUTURAÇÃO D)EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 3)PETRÓLEO A)TEORIA DE EXTRAÇÃO B)RENDA PETROLÍFERA C)O CARTEL DOS PRODUTORES: OPEP D)EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 4)GÁS NATURAL A)CARACTERÍSTICAS DA INDÚSTRIA: I)CUSTOS DE TRANSAÇÃO II)INTEGRAÇÃO VERTICAL B)EVOLUÇÃO HISTÓRICA C)EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 5)ETANOL A)RECURSOS RENOVÁVEIS E MEIO AMBIENTE B)HISTÓRICO C)PERSPECTIVAS

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA : DAHL, Carol (2004), International Energy Markets: Understanding Pricing, Policies, and Profits. Tulsa: PennWell. PINTO JR., Helder (org.) (2007), Economia da Energia: Fundamentos Econômicos, Evolução Histórica e Organização Industrial. Rio de Janeiro: Elsevier.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA DA REGULACAO E DA CONCORRENCIA

Código SEN00142 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CONCORRÊNCIA E EFICIÊNCIA ECONÔMICA. CONCEITOS ALTERNATIVOS DE EFICIÊNCIA. ECONOMIA DA REGULAÇÃO. OBJETIVOS DA REGULAÇÃO. VARIÁVEIS REGULADAS. POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO. TEORIA DA CAPTURA. TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA. REGULAÇÃO E TEORIA DA AGÊNCIA. ECONOMIA DA CONCORRÊNCIA E ANTITRUSTE. OBJETIVOS DA ATIVIDADE ANTITRUSTE. AS ESCOLAS DE HARVARD E CHICAGO. RESTRIÇÕES VERTICAIS E HORIZONTAIS. FUSÕES E AQUISIÇÕES. JURISPRUDÊNCIA

Conteúdo Programático

1. BEM ESTAR E INTERVENÇÃO DO ESTADO a) EFICIÊNCIA b) FALHAS DE MERCADO 2. RAZÕES E INSTRUMENTOS DE REGULAÇÃO a) POR Q REGULAR? b) COMO REGULAR? 3. REGULAÇÃO SETORIAL a) ENERGIA ELÉTRICA b) GÁS NATURAL c) TELECOMUNICAÇÕES 4. DEFESA DA CONCORRÊNCIA a) PRÁTICAS COMBATIDAS E FORMAS DE ATUAÇÃO b) SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Bibliografia Básica

Araujo e De Oliveira, Diálogos de Energia. 7 Letras.2005 Motta e Salgado (org), Regulação e concorrência no Brasil. IPEA . 2007, Marcos Regulatórios no Brasil. IPEA. 2005.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	ECONOMIA DA TECNOLOGIA		
Código	SEN00155 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TEORIA DA INOVAÇÃO; ASPECTOS MICRO E MACROECONÔMICOS DA MUDANÇA TECNOLÓGICA; INOVAÇÃO E FIRMA.

Conteúdo Programático

1. TEORIA DA INOVAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS A. TECNOLOGIA NO PENSAMENTO ECONÔMICO: VISÃO CLÁSSICA, NEOCLÁSSICA E MARXISTA B. INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: CONCORRÊNCIA SCHUMPETERIANA C. FIRMA E TECNOLOGIA NA ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA E NEO-SCHUMPETERIANA 2. ASPECTO MICRO E MESOECONÔMICOS DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA A. INOVAÇÃO E DIFUSÃO: PARADIGMAS E TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS B. FONTES DE INOVAÇÃO NA FIRMA: CONHECIMENTO, INOVAÇÃO E PROCESSOS DE APRENDIZADO TECNOLÓGICO C. TECNOLOGIA E ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: ESTRATÉGIAS E REDES 3. TECNOLOGIA E GLOBALIZAÇÃO
A. GLOBALIZAÇÃO TECNOLÓGICA X SISTEMAS NACIONAIS DE INOVAÇÃO B. GLOBALIZAÇÃO TECNOLÓGICA E INTERNACIONALIZAÇÃO DA P & D 4. TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL / REGIONAL A. INOVAÇÃO E APRENDIZADO LOCAL B. REGIÕES INOVADORAS C. SISTEMAS DE INOVAÇÃO NA LÓGICA ESPACIAL

Bibliografia Básica

Britto, J.N. de P. Cooperação interindustrial e redes de empresas. In. Kupfer, D. e Hasenclever L. Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2002. (*) Cassiolato, J.E; Britto, J; Vargas, M. (2005) Arranjos Cooperativos e Inovação na Indústria Brasileira. In: De Negri, João Alberto e Salerno, Mario Sergio (org). Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firmas Industriais, Brasileiras. IPEA Freeman, C e Louçã, F. Ciclos e crises no capitalismo global: das revoluções industriais à revolução da informação. Edições Afrontamento, 2004. Ferraz, J.C..; Kupfer, D.; Haguenauer, L. (1997) Made in Brazil. Rio de Janeiro. Campus Lastres, H.M.M.; Ferraz, J.C. (1999), Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S.; (Eds) Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, p.27-57

Bibliografia Complementar

Tigre, Paulo Bastos. (1998) Inovação e Teoria da Firma em Três Paradigmas. Revista de Economia Contemporânea. N.3, jan/jun., p.67-111. IE/UFRJ. Tigre, Paulo Bastos. (2006) - Gestão da Inovação: A economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier. Capítulos Vargas, M.A. (2002) Proximidade territorial, aprendizado e inovação: Um estudo sobre a dimensão local dos processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos do Brasil.

Tese de Doutorado, Instituto de Economia /UFRJ, Rio de Janeiro. Capítulos 1 e 2(*)

Nome	ECONOMIA DO MEIO AMBIENTE		
Código	SEN00153 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

OS DIVERSOS PARADIGMAS E A EVOLUÇÃO DO MEIO AMBIENTE NA ECONOMIA, REVISÃO DE CONCEITOS DE MICROECONOMIA E TEORIA DO BEM-ESTAR PARA MEIO AMBIENTE (EXCEDENTE DO CONSUMIDOR, ÓTIMO DE PARETO, TEOREMA DE COASE, CRITÉRIO KALDOR-HICKS), EXTERNALIDADES, FALHAS DE MERCADO E MEIO AMBIENTE; NÍVEL ÓTIMO DE POLUIÇÃO E INSTRUMENTOS ECONÔMICOS; CUSTOS DE ABATIMENTO; FUNÇÃO DE DEMANDA COM AUSÊNCIA DE MERCADOS (DISPOSIÇÃO A RECEBER E DISPOSIÇÃO A PAGAR); TAXONOMIA DO VALOR ECONÔMICO AMBIENTAL E MÉTODOS DE VALOR

Conteúdo Programático

I Fundamentos de economia do meio ambiente a) Desenvolvimento histórico da economia ambiental b) O conceito de Desenvolvimento Sustentável. c) Visões sobre sustentabilidade: o debate sobre industrialização, desenvolvimento econômico e meio ambiente. II Revisão de conceitos econômicos a) Princípios de Teoria do Bem-Estar 1. Condições de Equilíbrio do Bem-Estar (Eficiência e Equidade): Ótimo de Pareto e Critério Kaldor-Hicks 2. Externalidades: Direitos de Propriedade, Bens Privados e Bens Públicos 3. Função de Demanda com Ausência de mercados: Disposição A Pagar (DAP) e Disposição A Receber (DAR) III Ótimo de poluição a) Nível Ótimo de Poluição b) Instrumentos Econômicos c) Custos de Abatimento e Negociação entre Agentes IV Valoração Ambiental a) Mensuração do valor econômico dos recursos naturais b) Técnicas de valoração V Meio Ambiente e Relações Internacionais a) Convenções internacionais sobre meio ambiente b) A questão ambiental nos acordos internacionais de livre comércio (GATT, OMC) e nos acordos regionais de integração econômica (NAFTA, MERCOSUL); c) Diferenças de perspectiva: países desenvolvidos e países em desenvolvimento d) Competitividade e meio ambiente: migração de indústrias -sujas-; restrições ambientais ao comércio VI Economia do Aquecimento Global a) Impactos econômicos do aquecimento global b) Implicações econômicas da Convenção sobre Mudança do Clima

Bibliografia Básica

ALMEIDA, L.T, Política Ambiental - Uma Análise Econômica, Campinas, SP: Editora UNESP/Papirus, 1998. MARGULIS, S. (1990). Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos. RJ: IPEA. MAY, P., LUSTOSA, M.C., VINHA, V. (2003). Economia do Meio Ambiente. RJ: Elsevier, Campus. SEROA DA MOTTA, Ronaldo (1998). Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais, Brasília: Ministério do Meio Ambiente/IPEA/PNUD/CNPq. VARIAN H. (2003). Microeconomia - Princípios Básicos - Uma Abordagem Moderna. .6ª Edição, Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

Bibliografia Complementar

DALY, Herman (1997). -Forum: Georgescu-Roegen versus Solow/Stiglitz-, Ecological Economics, 22 (3): pp. 261-266. DALY, Herman (1997). -Forum: Reply to Solow/Stiglitz-, Ecological Economics, 22 (3): pp. 271-273. GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1976). -Energy and economic myths-, in: GEORGESCU- ROEGEN, Nicholas. Energy and economic myths: institutional and analytical economic essays. NY: Pergamon: pp. 3-36. MEADOWS, Dennis, MEADOWS, Donella, RANDERS, Jorgen, BEHRENS III, William, Limites do Crescimento, São Paulo: Ed. Perspectiva, 2a Edição, 1978. NORDHAUS, William (1974).
-Resources as a constraint on growth-, American Economic Review, 64, May: pp. 22-26. PEARCE, David (1997). -Forum: Substitution and sustainability: some reflections on Georgescu-Roegen-, Ecological Economics, 22 (3): pp. 295-297. PEARCE, David e TURNER, R. Kerry (1990). Economics of natural resources and the environment. London: Harvester Wheatsheaf.. PEARCE, David e TURNER, R. Kerry (1990). Economics of natural resources and the environment. London: Harvester Wheatsheaf.. SACHS, I., 1993, Estratégias de transição para o século XXI - desenvolvimento e meio-ambiente, Studio Nobel/FUNDAP, São Paulo.

Nome	ECONOMIA DO SETOR PUBLICO		
Código	SEN00065 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2005 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

Funções Fiscais do Governo; Intervencionismo Estatal e Liberalismo Político-Econômico; Receita Pública; Princípios da Tributação: Eqüidade e Eficiência; Análise Teórica dos Diferentes Tributos; Déficit Público e Dívida Pública; O problema do Déficit Público e da Dívida Pública no Brasil; Sistema Tributário Brasileiro; Os problemas do Sistema Tributário Brasileiro.

Conteúdo Programático

1- FUNÇÕES FISCAIS DO GOVERNO 2- INTERVENCIONISMO ESTATAL E LIBERALISMO POLÍTICO-ECONÔMICO 3- RECEITA PÚBLICA 3.1 PRINCÍPIOS DA TRIBUTAÇÃO; EQUIDADE E EFICIÊNCIA 3.2 ANÁLISE TEÓRICA DOS DIFERENTES TRIBUTOS 4- DÉFICIT PÚBLICO E DÍVIDA PÚBLICA 5- O PROBLEMA DO DÉFICIT PÚBLICO E DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL; SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E OS PROBLEMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.

Bibliografia Básica

GIAMBIAGI, F. e ALÉM, A. C. (2000). Finanças Públicas - Teoria e Prática no Brasil. 2ª ed. Rio de de Janeiro, Editora campus, 2000. BIDERMAN, C. e AVARTE, P. (org.) (2004). Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro. Editora campus, 2004.

Bibliografia Complementar

RIAN, Flavio. (2000). Economia do setor público: uma abordagem introdutória. São Paulo-SP: Atlas. STIGLITZ, J.E. (1986) The Economics of the Public setor. 2ª Edição. Ed.Nort. Books. ROMER, D. (2006). Advanced Macroeconomics. 3ª Edição. McGraw-Hill.

Nome	ECONOMIA DO TRABALHO		
Código	SEN00133 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TEORIAS SOBRE A DETERMINAÇÃO DA TAXA DE SALÁRIOS. PODER DE BARGANHA E INTERFERÊNCIA GOVERNAMENTAL. SALÁRIOS NOMINAIS. DIREITOS DO TRABALHO E DIFERENCIAIS DE SALÁRIOS NO BRASIL.

Conteúdo Programático

1. Economia do Trabalho: Introdução 2. Oferta de Trabalho - oferta de trabalho individual - oferta de trabalho no contexto familiar/trabalho doméstico - ciclo de vida / oferta de longo prazo - aspectos empíricos da oferta de trabalho 3. Demanda de Trabalho - demanda de trabalho de curto prazo: mercados de trabalho e produto competitivos - demanda de trabalho de longo prazo: mercados de trabalho e produto competitivos - demanda de trabalho: mercado de produto não é competitivo - elasticidade da demanda de trabalho: lei da demanda derivada Hicks - Marshall - elasticidade cruzada da demanda de trabalho - Aplicação empírica: efeitos do salário mínimo - estimativa da elasticidade demanda para o caso brasileiro: contexto competitivo e contexto não competitivo. 4. Capital humano - modelo básico de investimento em capital humano - capital humano geral e específico - estudo dos retornos à educação: o caso brasileiro 5. Diferenciais Salariais 6. Discriminação no mercado de trabalho - discriminação por características individuais - discriminação por região de moradia - teorias da discriminação 7. Aparato institucional do mercado de trabalho - legislação trabalhista: regras de regulamentação da relação de trabalho - políticas públicas de trabalho: ativas e passivas - medidas de eficiência das políticas ativas e passivas 8. Desemprego - conceitos de desemprego - mensuração do desemprego. 9. Barganha Salarial e Modelos de Insiders-Outsiders. 10. Salário Eficiência.

Bibliografia Básica

Cahuc, Pierre e André Zylberberg (2004). Labor Economics. Cambridge: MIT Press, 1ª edição. Ehrenberg, Ronald G. e Smith, Robert Stewart (2008). Modern Labor Economics: Theory and Public. Addison Wesley, 10th edition. Borjas, George J. (2007). Labor Economics. McGraw-Hill/Irwin

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA DOS RECURSOS NATURAIS

Código SEN00151 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

SISTEMAS ECONÔMICOS; FLUXOS ENERGÉTICOS E RECURSOS NATURAIS; RECURSOS NATURAIS E MEIO AMBIENTE NO PENSAMENTO ECONÔMICO; CONCEITO ECONÔMICO DE RECURSO NATURAL; ESCASSEZ E RENDA; EXPLORAÇÃO ÓTIMA DE RECURSOS EXAURÍVEIS E RENOVÁVEIS; REGRA DE HOTELLING; MODELOS DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS RENOVÁVEIS; DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE FRACA E FORTE.

Conteúdo Programático

I Fundamentos de economia dos recursos naturais a) Os grandes paradigmas b) Evolução do conceito de recursos naturais no pensamento econômico c) Sistema econômico, fluxos energéticos e recursos naturais II Revisão de conceitos econômicos a) Renda de escassez b) Externalidades e falhas de mercado III Conceitos fundamentais a) Recurso, reserva b) Recursos Renováveis e não renováveis IV Exploração de recursos não renováveis a) Alocação ótima de recursos naturais b) Regra de Hotelling c) Controvérsias V Exploração de recursos renováveis a) Alocação ótima de recursos renováveis: modelos de gestão (Modelo geral, de pesca, de florestas e de biodiversidade) VI Desenvolvimento Sustentável a) Abordagens teóricas b) Sustentabilidade fraca c) Sustentabilidade forte

Bibliografia Básica

ALMEIDA, L.T, Política Ambiental - Uma Análise Econômica, Campinas, SP: Editora UNESP/Papirus, 1998. FAUCHEUX, S., NOËL, J.F., Économie des Ressources Naturelles et de l´Environnement, Paris : Armand Colin Éditeur, 1995. MARGULIS, Sérgio, Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos, Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1990. MAY, P., LUSTOSA, M.C., VINHA, V. Economia do Meio Ambiente. RJ: Elsevier, Campus, 2003. PEARCE, David, TURNER, R. Kerry, Economics of natural resources and the environment. London:London: Harvester Wheatsheaf, 1990.

Bibliografia Complementar

MARKANDYA, A., RICHARDSON, J.(ed.) The Earthscan reader in environmental economics. Londres: Earthscan, 1992. PERMAN, R., MA, Y., MCGILVRAY, J. Natural resource and environmental economics. Harlow (GB): Longman, 1996. TIETENBERG, T., Environmental and Natural Resource Economics, Pearson Education, USA, 7 Edição, 2005.

Nome ECONOMIA FINANCEIRA I

Código SEN00158 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MATEMÁTICA FINANCEIRA: JUROS SIMPLES E COMPOSTOS, SÉRIE UNIFORME, VALOR PRESENTE LÍQUIDO, TAXA INTERNA DE RETORNO, EQUIVALÊNCIA DE FLUXOS DE CAIXA, FLUXOS DE CAIXA NÃO HOMOGÊNEOS, PLANOS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO, ORÇAMENTO DE CAPITAL, AVALIAÇÃO EM CONTEXTOS INFLACIONÁRIOS, RELAÇÕES RISCO- RETORNO, DIVERSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTOS, CUSTO DE OPORTUNIDADE DO CAPITAL. UTILIZAÇÃO DA MÁQUINA FINANCEIRA.

Conteúdo Programático

I - NOÇÕES BÁSICAS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA. I.1 - OS JUROS E O TEMPO. USO DA MÁQUINA FINANCEIRA E EXCEL. I.2 - JUROS E REGIMES DE CAPITALIZAÇÃO - SIMPLES E COMPOSTO. I.3 - TAXAS DE JUROS NOMINAL, EFETIVA E REAL. I.4 - SÉRIES UNIFORMES. II - O USO DO FLUXO DE CAIXA. II.1 - FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - VALOR PRESENTE LÍQUIDO. II.2 - TAXA INTERNA DE RETORNO. II.3 - EQUIVALÊNCIAS DE FLUXOS DE CAIXA. II.4 - FLUXOS NÃO HOMOGÊNEOS. II.5 - AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS. III - ANÁLISE DE INVESTIMENTOS III.1 - ORÇAMENTO E CUSTO DE OPORTUNIDADE DE CAPITAL. III.2 - MÉTODOS DE ANÁLISE DE INVESTIMENTOS. III.3 - INFLUÊNCIA DA DEPRECIAÇÃO E DO IMPOSTO DE RENDA. III.4 - AVALIAÇÃO EM CONTEXTO INFLACIONÁRIO IV - CARTEIRAS DE INVESTIMENTO. IV.1 - RELAÇÃO RISCO-RETORNO IV.2 - MEDIDAS DE RENTABILIDADE: TIR, TGR E QUOTAS. IV.3 - INDICADORES DE DESEMPENHO: RENTABILIDADE X RISCO. IV.4 - DIVERSIFICAÇÃO DE INVESTIMENTO.

Bibliografia Básica

1 - Matemática Financeira - Objetiva e Aplicada - Puccini, A. - Saraiva - 6ª Edição. 2 - Matemática Financeira - Vieira Sobrinho, J. - Atlas. 3 - Decisões Financeiras e Análise de Investimentos - Souza, A. ; Clemente, A. - Atlas. 4 - Investimentos no Mercado de Capitais - Tosta Sá, G. - Livro Técnico. 5 - Matemática Financeira e suas Aplicações - Assaf Neto, A. - Atlas. 6 - Princípios de Finanças Empresariais - Brealey, R. ; Myers, S. - McGraw-Hill 7 - Mat. Financeira - Aplicações à Análise de Investimento - Samanez, C. - Makron-Books - 2ª Ed. 8 - Administração Financeira - Corporate Finance - Ross, S.; Westerfield, R. - Atlas - 2ª Ed. 9 - Modern Portfolio Theory and Investment Analysis - Elton. E.; Gruber, M. - John Wiley & Sons. 10 - Investments - Bodie, Z.; Kane, A.; Marcus, A. - McGraw-Hill - 2002 - 5th Ed.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA FINANCEIRA II

Código SEN00159 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS. DECISÕES DE INVESTIMENTO EM CONDIÇÕES DE CERTEZA: PAY-BACK, PAY- BACK DESCONTADO,VPL, TIR, TIRM. DECISÕES DE INVESTIMENTO EM CONDIÇÕES DE INCERTEZA: MATRIZES E REGRAS DE DECISÃO, ANÁLISE DE SENSIBILIDADE, ÁRVORES DE DECISÃO, SIMULAÇÃO. RISCO, RETORNO E VALOR. CAPM. FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO. ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. INDICADORES DE LIQUIDEZ, INDICADORES DE RENTABILIDADE. ANÁLISE DO PONTO DE EQUILÍBRIO. NOÇÕES BÁSICAS DE PLANEJAMENTO FI

Conteúdo Programático

A perspectiva de criação de valor na empresa. Cenário estratégico, questionamentos acerca do futuro da empresa. O que projetar? - Elaboração e Análise de Projetos de Investimentos. Montagem de fluxos de caixa incrementais - Determinação de custo de capital: modelos CAPM e Gordon. - Métodos de análise em condições de certeza: Pay-Back, Pay-Back Descontado,VPL, TIR, TIRM . - Análise de estrutura de capital e orçamento de capital da empresa. Otimização de VPL. - Decisões de Investimento em condições de incerteza: Matrizes e regras de decisão, Análise de Sensibilidade, Àrvores de Decisão, Simulação de Monte Carlo. - Análise de projetos industriais: substituição de equipamentos, tempos de vida diferentes, alternativas mutuamente excludentes, custo de capital diferenciado para projetos de novos produtos. - Avaliação de empresas, montagem de Fluxo de Caixa Operacional Líquido. - Fusões e Aquisições - Project Finance - Introdução a Opções Reais.

Bibliografia Básica

- Apostila a ser fornecida em mídia digital pelo professor.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA FLUMINENSE

Código SEN00130 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

DISCUSSÃO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL BRASILEIRO; A POLARIZAÇÃO ESPACIAL DERIVADA DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO E A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA FLUMINENSE; AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUPERAÇÃO DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E A INCORPORAÇÃO DA FRONTEIRA ECONÔMICA; O APROFUNDAMENTO DA CRISE DA ECONOMIA FLUMINENSE COM A CRISE PÓS-ANOS 70 E 80; A EMERGÊNCIA DE NOVOS FATORES LOCACIONAIS COMA CRISE PÓS-ANOS 70 E AS NOVAS PERSPECTIVAS DA ECONOMIA FLUMINENSE

Conteúdo Programático

PARTE 1 - REFERENCIAL ANALÍTICO-CONCEITUAL TEMA 1 - TÓPICOS EM ECONOMIA REGIONAL (3 SEÇÕES) TEMA 2 - INOVAÇÃO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (2 SEÇÕES) PARTE 2 - COMPORTAMENTO RECENTE DA ECONOMIA FLUMINENSE TEMA 3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ECONOMIA FLUMINENSE (1 SEÇÃO) TEMA 4 - EVOLUÇÃO COMPARADA DA ECONOMIA FLUMINENSE (1 SEÇÃO) TEMA 5 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA RECENTE DA INDÚSTRIA (2 SEÇÕES) TEMA 6 - EVOLUÇÃO DO EMPREGO E DO MERCADO DE TRABALHO (2 SEÇÕES) TEMA 7 - EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTOS E CONDIÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA (1 SEÇÃO) TEMA 8 - INFRA-ESTRUTURA DE C&T E SISTEMA REGIONAL DE INOVAÇÃO (1 SEÇÃO) TEMA 9 - DINÂMICA URBANA E REGIONAL (2 SEÇÕES) PARTE 3 - ANÁLISE DE SETORES E REGIÕES SEMINÁRIOS TEMÁTICOS A SEREM DEFINIDOS (4 SEÇÕES) AVALIAÇÕES: 1 PROVA EM SALA DE AULA 1 TRABALHO FINAL

Bibliografia Básica

A ser definida em função de cada tema abordado no programa.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA INSTITUCIONAL E DAS ORGANIZAÇÕES

Código SEN00220 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2016	**Semestre de Vigência**	2
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

O CURSO TERÁ COMO PONTO DE PARTIDA A TEORIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO, EM QUE A INTERAÇÃO DOS AGENTES É O ELEMENTO ESTUDADO. ABORDAREMOS QUESTÕES RELATIVAS AOS MERCADOS, AS FIRMAS, AS ORGANIZAÇÕES E AOS CONTRATOS. COMPETIÇÃO E MERCADO - MECANISMO DE COORDENAÇÃO POR PREÇO. UMA DAS INSTITUIÇÕES CENTRAIS NA ECONOMIA CAPITALISTA É O MERCADO. NOS MERCADOS OS PREÇOS SÃO ELEMENTOS CENTRAIS NA COORDENAÇÃO DOS AGENTES, CONTUDO, PARA QUE OS MERCADOS SEJAM CAPAZES DE COORDENAR OS AGENTES UMA SÉRIE DE REGRAS PRECISAM SER ESTABELECIDAS. NESTE CONTEXTO, INCLUIREMOS O PAPEL, O SIGNIFICADO E OS DESAFIOS NO ESTABELECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE. NESTE CONTEXTO, DISCUTIREMOS O DESENVOLVIMENTO (OU O DESENHO) DOS MERCADOS COMO MECANISMO DE COORDENAÇÃO DOS AGENTES ATRAVÉS DOS PREÇOS. ORGANIZAÇÕES E FIRMAS - MECANISMOS DE COORDENAÇÃO ATRAVÉS DE RELAÇÕES COOPERATIVAS E HIERÁRQUICAS. ESTUDAREMOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO QUE ESTÃO FORA DO SISTEMA DE PREÇOS. DISCUTIREMOS AQUI O PAPEL DA FIRMA E OS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO QUE A DIFERENCIA DOS MERCADOS. ASSIM COMO O ESTUDO DE MECANISMOS DE COORDENAÇÃO DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES FORA DO SISTEMA DE PREÇO.. MECANISMOS HÍBRIDOS E CONTRATOS - INCLUIREMOS A ANÁLISE DE MECANISMOS HÍBRIDOS DE COORDENAÇÃO, COMO OS CONTRATOS DE LONGO PRAZO PRIVADOS OU ENTRE AGENTES PÚBLICOS E PRIVADOS. DISCUTIREMOS OS INCENTIVOS ECONÔMICOS DEFINIDOS PELOS CONTRATOS E A IMPORTÂNCIA DOS DESENHOS CONTRATUAIS PARA UMA COORDENAÇÃO EFICIENTE DA ECONOMIA. VISÃO AMPLA DAS INSTITUIÇÕES: POR FIM, FAREMOS TAMBÉM UMA APRESENTAÇÃO DE OUTRAS PERSPECTIVAS NA ABORDAGEM DA TEORIA INSTITUCIONAL INCLUINDO O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: 1. O QUE SÃO INSTITUIÇÕES? 2. A NATUREZA E RELEVÂNCIA DA ECONOMIA INSTITUCIONAL 3. INSTITUIÇÕES COMO MODELOS MENTAIS 4. AS DIFERENTES ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS 5. A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL: CUSTOS DE TRANSAÇÃO 6. CRÍTICAS EVOLUCIONISTAS AOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO 7. DIREITOS DE PROPRIEDADE 8. ECONOMIA DOS CONTRATOS 9. A GOVERNANÇA DE RECURSOS DE PROPRIEDADE COMUM 10. INTERPRETAÇÕES INSTITUCIONAIS DO BRASIL

Bibliografia Básica

BUENO, N.P. 2004. POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL À PESQUISAEM HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA: UMA RELEITURA DAS TRÊS OBRAS CLÁSSICAS SOBRE O PERÍODO COLONIAL. EST. ECON. 34(4): 777-804. SÃO PAULO. CONCEIÇÃO, O. 2002. A CONTRIBUIÇÃO DAS ABORDAGENS INSTITUCIONALISTAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA TEORIA ECONÔMICA DAS INSTITUIÇÕES. ENSAIOS FEE 23 (1): 77-106. PORTO ALEGRE. HODSON, G. 2018. O QUE SÃO INSTITUIÇÕES? IN: TEATINI, A., FIALHO, H. AND R. GARCIA (ED.).
ECONOMIA INSTITUCIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS. EDITORA UNESP. 123-158 PP. KAPP, K.W. 2018. A NATUREZA E RELEVÂNCIA DA ECONOMIA INSTITUCIONAL. IN: TEATINI, A., FIALHO, H. AND R. GARCIA (ED.). ECONOMIA INSTITUCIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS. EDITORA UNESP. 223-247 PP. -

CONFLUENTES TRAJETÓRIAS PARA A GOVERNANÇA DE RECURSOS DE PROPRIEDADE COMUM. AMBIENTE E SOCIEDADE 20 (1): 207-226. MIRANDA, C. 2019. EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL E DIMENSÃO COGNITIVA EM THORSTEIN VEBLEN E DOUGLASS NORTH. ANAIS DO XXVI ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA (SEP). PONDÉ, J. 2007. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL. VOLUME 1. FUNDAÇÃOGETÚLIO VARGAS. DIREITO RIO. ROTEIRO DE CURSO, 28 PP. PONDÉ, J. 2007. NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL. VOLUME 3.
FUNDAÇÃOGETÚLIO VARGAS. DIREITO RIO. ROTEIRO DE CURSO, 20 PP. SARTO, V. E L. ALMEIDA. 2015. A TEORIA DE CUSTOS DE TRANSAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CRÍTICAS EVOLUCIONISTAS. FCLAR. UNESP. SZTAJN, R., ZYLBERSZTAJN, D. AND P. FURQUIM DE AZEVEDO. 2005. IN: ZYLBERSZTAJN, D. AND R. SZTAJN, R. (EDS). DIREITO E ECONOMIA: ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO E DAS ORGANIZAÇÕES. ELSEVIER. 103-136 PP. RIO DE JANEIRO.

Bibliografia Complementar

BUARQUE DE HOLANDA, S. 2004. RAIZES DO BRASIL. COMPANHIAS DAS LETRAS. 220 PP. TEATINI, A., FIALHO, H. AND R. GARCIA (ED.). ECONOMIA INSTITUCIONAL: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS. EDITORA UNESP. 223-247 PP. PRADO JUNIOR, C. 1942. FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO. EDITORA BRASILIENSE. 390 PP.

Nome ECONOMIA INTERNACIONAL

Código SEN00111 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Data Desativação**	-
		Motivo Desativação	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

BALANÇO DE PAGAMENTOS; MERCADO E REGIMES DE CÂMBIO; MOEDA E PREÇOS EM UMA ECONOMIA ABERTA; POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL EM UMA ECONOMIA ABERTA; COORDENAÇÃO MACROECONÔMICA; SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL E MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS INTERNACIONAL.

Conteúdo Programático

OBJETIVOS 1. GERAL DOTAR OS ALUNOS DE INSTRUMENTAL TEÓRICO E ANALÍTICO PARA A COMPREENSÃO DE UMA ECONOMIA ABERTA, DOS CONDICIONANTES DA ECONOMIA MUNDIAL E, EM PARTICULAR, DA INSERÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO. 2. ESPECÍFICOS A. APRESENTAR OS CONCEITOS E AS VARÁVEIS CONTIDAS NOS MODELOS ANALÍTICOS ENVOLVENDO UMA ECONOMIA MONETÁRIA ABERTA: BALANÇO DE PAGAMENTOS, RESERVAS INTERNACIONAIS, FLUXOS INTERNACIONAIS DE CAPITAIS, TAXA DE CÂMBIO E REGIMES CAMBIAIS, ETC.; B. ESTUDAR O MODELO KEYNESIANO ABERTO E SIMULAR AS POLÍTICAS MACRO-ECONÔMICAS EM DISTINTOS CONTEXTOS DE ABERTURA. D. ANALISAR A MACROECONOMIA MUNDIAL, EM PARTICULAR, AS DISTINTAS FASES DO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL, AS MUDANÇAS NO PAPEL DO DÓLAR NA ECONOMIA MUNDIAL, OS EFEITOS ORIUNDOS DA DESREGULAMENTAÇÃO FINANCEIRA MUNDIAL E OS MECANIMSOS SUBJACENTES ÀS CRISES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS; E. SUSCITAR A REFLEXÃO CRÍTICA ACERCA DA INSERÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO SISTEMA MONETÁRIO MUNDIAL E NAS FINANÇAS INTERNACIONAIS CONTEÚDO PROGRAMÁTICO 1. O MERCADO DE CAPITAIS INTERNACIONAIS, BALANÇO DE PAGAMENTOS E CÂMBIO 1.1. O SISTEMA DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA, A MOBILIDADE DE CAPITAIS E O COMÉRCIO INTERNACIONAL DE ATIVOS 1.3. O BALANÇO DE PAGAMENTOS E AS RESERVAS INTERNACIONAIS 1.2. O MERCADO DE CÂMBIO E OS REGIMES CAMBIAIS 2. A POLÍTICA MACROECONÔMICA EM UMA ECONOMIA ABERTA 3. A MACROECONOMIA INTERNACIONAL 3.1 O PADRÃO- OURO: GÊNESE, AUGE E CRISES 3.2. BRETTON WOODS E A NOVA ARQUITETURA MONETÁRIA E FINANCEIRA INTERNACIONAL 3.3. O MERCADO DE EUROMOEDAS E A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA 3.4. O FIM DAS TAXAS DE CÂMBIO FIXAS E A COORDENAÇÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA PÓS B.W. 3.5. O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E AS FINANÇAS GLOBAIS 3.6. AS CRISES FINANCEIRAS CONTEMPORÂNEAS: DETERMINANTES FINANCEIROS E MACROECONÔMICOS 3.7. O BRASIL E A MACROECONOMIA INTERNACIONAL METODOLOGIA AULAS EXPOSITIVAS, SEMINÁRIOS E TRABALHOS EM EQUIPE. RECURSOS DIDÁTICOS AS AULAS SERÃO MINISTRADAS COM AUXILIO DE DATASHOW E ALGUNS EXERCÍCIOS SERÃO DESENVOLVIDOS NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA. SERÁ UTILIZADA A PLATAFORMA CONEXÃO UFF PARA DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES. FORMA DE AVALIAÇÃO DUAS AVALIAÇÕES DISCURSIVAS CONTEMPLANDO AS UNIDADES DO CURSO ESTUDADAS, DOIS ESTUDOS DIRIGIDOS INTERCALADOS, ALÉM DE BONIFICAÇÕES POR PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS EM CLASSE E/OU EXTRA-CLASSE.

Bibliografia Básica

1. BÁSICAS: - GONÇALVES R. et al . A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de janeiro, Campus. - KRUGMAN P. e OBSTFELD M. Economia Internacional, Teoria e Política, Makron Books. 2. COMPLEMENTAR: - BAUMAN. Economia internacional: teoria e experiência. brasileira. Rio de janeiro, Ed. Campus. - BLANCHARD Olivier J. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro: Ed. Campus. - CARBAUGH, Robert J. Economia Internacional, Ed. Thomson, 2004 - CAVES, Richard; FRANKEL, Jeffrey A. e JONES, Ronald W. Economia Internacional: Comércio e Transações Globais, Ed. Saraiva - DORNBUSCH Rudiger e FISCHER Stanley. Macroeconomia. Sao Paulo : Makron, McGraw-Hill. - KENEN, P. B. Economia Internacional, Teoria e Política. Rio de Janeiro, Ed. Campus. - MANKIW N. Gregory. Macroeconomia. Rio de Janeiro. LTC. - ROSSETTI, José Paschoal (2003). Introdução à Economia, 20 ed., São Paulo: Atlas. - SACHS, Jeffrey e LARRAIN B. Felipe. Macroeconomia em uma economia global. Sao Paulo. Makron Books - WILLIAMSON, John. A Economia Aberta e a Economia Mundial, Ed. Campus. 3. REVISTAS E PERIÓDICOS: - BIS, Annual Report, Basle, Bank for International Settlements. - CEPAL, La Inversión Extranjera en América Latina y el Caribe, Informe, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. - CEPAL, Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. - Conjuntura Econômica (CE / FGV) - IMF, World Economic Outlook, Washington DC. - OECD, OECD Economic Outlook, Paris, Organization for Economic Cooperation and Development. - Pesquisa e Planejamento Econômico (PPE / IPEA) - Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE / FUNCEX). - Revista de Economia Política (REP) Revista Brasileira de Economia (RBE / FGV) - UNCTAD, World Investment Report, Geneva, United Nations Conference on Trade and Development. - World Bank, World Development Report, Washington DC, World Bank. - World Bank, World Development Indicators, The World Bank, Washington D.C. Sitios-web de interesse: www.ipeadata.gov.br www.bacen.gov.br www.ibge.gov.br www.imf.org www.globalinvest.com.br www.bis.org

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA I

Código SEN00197 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2016	**Semestre de Vigência**	2
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

PADRÃO DÓLAR-FLEXÍVEL, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL; POLÍTICAS NEOLIBERAIS, GLOBALIZAÇÃO E LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA; RELAÇÃO EUA- ECONOMIAS SOCIALISTAS; RELAÇÃO EUA-ÁSIA E NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; -GRANDE MODERAÇÃO- E-GRANDE RECESSÃO- NO SÉCULO XXI: CRISE, RESPOSTAS E ÚLTIMOS DESDOBRAMENTOS; CONTROVÉRSIA SOBRE A HEGEMONIA FINANCEIRA NORTE-AMERICANA (DECLÍNIO DO DÓLAR)

Conteúdo Programático

PROGRAMA: 1. REGIMES CAMBIAIS 2. BALANÇO DE PAGAMENTOS E MECANISMOS DE AJUSTE 3. OS ACORDOS DE BRETTON WOODS E AS INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS 4. ECONOMIA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA. CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO 4.1 COMÉRCIO E PRODUÇÃO 4.1.1 NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO 4.1.2 GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA E CADEIAS GLOBAIS DE VALOR 4.2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA 4.3 GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA E FINANCEIRA E OS PAÍSES PERIFÉRICOS 5. GRANDE MODERAÇÃO E GRANDE RECESSÃO NO SÉCULO XXI: CRISE, RESPOSTAS E ÚLTIMOS DESDOBRAMENTOS 6. HEGEMONIA E NOVA ORDEM MUNDIAL

Bibliografia Básica

CARVALHO, F. J. C.; ET AL. (2000) ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA: TEORIA E POLÍTICA. 2ª ED. RIO DE JANEIRO: CAMPUS. CHESNAIS, F. (1996). A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL. SÃO PAULO: XAMÃ. FILGUEIRAS, L. A. M. (2003). HISTÓRIA DO PLANO REAL FUNDAMENTOS, IMPACTOS E CONTRADIÇÕES. 2A EDIÇÃO, SÃO PAULO: BOITEMPO. FIORI, J.L (ORG.) (2000). ESTADOS E MOEDAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES. 3ª EDIÇÃO, VOZES: PETRÓPOLIS-RJ. FIORI, J.L. (ORG.) (2004). O PODER AMERICANO. VOZES: PETRÓPOLIS-RJ. FIORI, J.L. E TAVARES, M.C.(ORGS.) (1997). PODER E DINHEIRO: UMA ECONOMIA POLÍTICA DA GLOBALIZAÇÃO. VOZES: PETRÓPOLIS-RJ. KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. (2010). ECONOMIA INTERNACIONAL. 8. ED. SÃO PAULO: PEARSON EDUCATION DO BRASIL.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	ECONOMIA LATINO-AMERICANA		
Código	SEN00147 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS E SOCIEDADES LATINO-AMERICANAS: ASPECTOS SOCIAIS E DEMOGRÁFICOS; PROBLEMAS MACROECONÔMICOS E INSERÇÃO INTERNACIONAL DA AMÉRICA LATINA.

Conteúdo Programático

Programa: Estado, Acumulação e Inserção Internacional da América Latina. Unidade I: Conceitos Chave: acumulação de capital, Estado-Nação, Sistema Internacional, Desenvolvimento Econômico, Inserção Internacional, Colonialismo, Centro-Periferia; Periodização escolhida. Unidade II: A Formação de América Latina: Idade Moderna e Colonialismo. Unidade III: Formação sócio-econômica e política e inserção internacional na época colonial. Unidade IV: as experiências de formação e desenvolvimento do capitalismo industrial no século XX e o pensamento econômico latino-americano. Unidade V: mudanças sócio-econômicas e políticas a partir da década de 1970: crise da dívida e neoliberalismo. Unidade VI: O debate contemporâneo (década de 2000): nova divisão internacional do trabalho, industrialização, papel do Estado, as tentativas de integração regional. Unidade VII: apresentação e discussão de estudos de caso.

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	ECONOMIA MONETÁRIA		
Código	SEN00118 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

FORMAS E FUNÇÕES DO DINHEIRO. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO. SISTEMA MONETÁRIO CONTEMPORÂNEO: BASE MONETÁRIA; MEIOS DE PAGAMENTO; MULTIPLICADOR MONETÁRIO; FUNÇÕES DO BANCO CENTRAL E DOS BANCOS COMERCIAIS. POLÍTICA MONETÁRIA: OBJETIVOS E INSTRUMENTOS; VISÃO VERTICALISTA VERSUS HORIZONTALISTA; REGRAS VERSUS DISCRICIONARIEDADE; REGIME DE METAS E INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL. SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO.

Conteúdo Programático

1-OBJETIVOS NA PRIMEIRA PARTE SÃO APRESENTADOS OS PRINCIPAIS CONCEITOS RELATIVOS À MOEDA COMO A SUA DEFINIÇÃO, FUNÇÕES, MODELOS EXPLICATIVOS DA DEMANDA POR MOEDA, A OFERTA DE MOEDA E O PAPEL DESEMPENHADO PELO BANCO CENTRAL, COM ÊNFASE NA OPERACIONALIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA E EM COMO ELA AFETA A TRAJETÓRIA DE EQUILÍBRIO DA ECONOMIA. NA SEGUNDA PARTE ABORDA-SE A TEORIA DA POLÍTICA MONETÁRIA EM SUAS PRINCIPAIS VERTENTES TEÓRICAS. O OBJETIVO CENTRAL DESSA ETAPA É DISCUTIR A (IN)EFICÁCIA DE POLÍTICA MONETÁRIA E AS IMPLICAÇÕES SOBRE EMPREGO, CRESCIMENTO E INFLAÇÃO. 2- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO UNIDADE I - MOEDA, SISTEMA BANCÁRIO E POLÍTICA MONETÁRIA: CONCEITO DE MOEDA, FUNÇÕES E AGREGADOS MONETÁRIOS; BANCO CENTRAL, BANCOS COMERCIAIS E CRIAÇÃO DE MOEDA; OBJETIVOS, INSTRUMENTOS E OPERACIONALIDADE DA POLÍTICA MONETÁRIA; MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA. UNIDADE II - TEORIA DA POLÍTICA MONETÁRIA: TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA PRÉ-KEYNESIANA E A NEUTRALIDADE DA MOEDA; KEYNES E A ECONOMIA MONETÁRIA: DEMANDA POR MOEDA, PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ, TEORIA DOS PREÇOS E POLÍTICA MONETÁRIA; MACROECONOMIA NEOKEYNESIANA E EFICÁCIA DE POLÍTICA MONETÁRIA NO CURTO PRAZO; A NOVA TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA, MONETARISMO E INEFICÁCIA DE POLÍTICA MONETÁRIA; EXPECTATIVAS RACIONAIS E A CRÍTICA NOVO-CLÁSSICA À EFICÁCIA DE POLÍTICA MONETÁRIA

Bibliografia Básica

4- BIBLIOGRAFIA - Carvalho, Fernando J. Cardim et all. (2007) Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política. 2ª edição. Editora Campus. - Sachs, G. e Larrain, F. (1993) Macroeconomics in the Global Economy. 1a edição, Prentice Hall. - Blanchard, O. (2000) Macroeconomics. 2a edição, Prentice Hall. - Dornbusch, R. e Fischer, S. (2000) Macroeconomia. 5a edição, Makron Books OBS: as listas mínimas de leitura para a P1 e a P2 serão divulgadas oportunamente.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	ECONOMIA POLÍTICA II		
Código	SEN00086 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TÓPICO1: AS FORMAS FUNCIONAIS DO CAPITAL. CAPITAL MERCANTIL. CAPITAL PRODUTOR DE JUROS. RENDA FUNDIÁRIA. AS RENDAS E SUAS FONTES.TÓPICO 2: O CAPITAL FINANCEIRO. JUROS E TAXA DE JUROS. CRÉDITO. CAPITAL FICTÍCIO. ACUMULAÇÃO REAL E ACUMULAÇÃO FINANCEIRA. CAPITAL FINANCEIRO E CRISES. GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA.

Conteúdo Programático

1) Livro II de O Capital: O Processo de Circulação do Capital Seção Primeira Os ciclos do capital Capítulo 1 Capítulo 2 Capítulo 3 Capítulo 4 Capítulo 5 - O ciclo do capital-dinheiro - O ciclo do capital-produtivo - O ciclo do capital-mercadoria - As três figuras do processo cíclico - O tempo de circulação Seção Segunda A rotação do capital Capítulo 7 Capítulo 8 - O tempo de rotação e o número de rotações - Capital fixo e capital circulante Seção Terceira A reprodução do capital social Capítulo 18 Ribeiro (1979: texto 6) Carcanholo (1996: capítulo 3) - Introdução - Reprodução simples e ampliada - Os esquemas de reprodução 2) Livro III de O Capital: O Processo Global da Produção Capitalista Seção Primeira A transformação da mais-valia em lucro e da taxa de mais-valia em taxa de lucro Capítulo 1 Capítulo 2 Capítulo 3 - Preço de custo e lucro - A taxa de lucro - Relação da taxa de lucro com a taxa de mais-valia Seção Segunda A transformação do lucro em lucro médio Capítulo 8 Capítulo 9 Capítulo 10 - Composição diferente dos capitais em diversos ramos da produção e a diferença resultante disso nas taxas de lucro. - Formação de uma taxa geral de lucro (taxa média de lucro) e transformação dos valores das mercadorias em preços de produção. - Equalização da taxa geral de lucro pela concorrência; preços de mercado e valores de mercado. Seção Terceira Lei da queda tendencial da taxa de lucro Capítulo 23 (do livro I) Capítulo 13 Capítulo 14 Capítulo 15 - A lei geral da acumulação capitalista - A lei enquanto tal - Fatores contrariantes - As contradições internas da lei (aproximação à teoria das crises) Seção Quarta Transformação do capital-mercadoria e capital monetário em capital de comércio de mercadorias e capital de comércio de dinheiro (capital comercial) Capítulo 16 Capítulo 17 Capítulo 19 - O capital de comércio de mercadorias - O lucro comercial - O capital de comércio de dinheiro Seção Quinta Divisão do lucro médio em juro e lucro do empresário. O capital portador de juros. Capítulo 21 Capítulo 22 Capítulo 23 Capítulo 25 Capítulo 27 Capítulo 29 - O capital portador de juros - Repartição do lucro. Taxa de juros, taxa -natural- de juros. - Juro e ganho empresarial - Crédito e capital fictício - O papel do crédito na produção capitalista - Partes constitutivas do
capital bancário Seção Sexta Metamorfose do sobrelucro em renda fundiária González (1977) Kautsky (1986: capítulo 5) - Conversão do lucro extraordinário em renda do solo - O caráter capitalista da agricultura moderna Seção Sétima Os rendimentos e suas fontes Capítulo 48 Capítulo 49 Capítulo 50 Capítulo 51 Capítulo 52 - A fórmula trinitária - Complementação à análise do processo de produção - A ilusão da concorrência - Relações de distribuição e relações de produção - As classes.

Bibliografia Básica

Marx, K. (s/d/) Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. Editora Moraes, SP. Marx, K. (1972) Los Fundamentos de la Crítica de la Economía Política (Grundrisse der Kritik der Politischen Okonomie). 2 tomos, Alberto Corazón Editor, Madrid. Marx, K. (1982) Salário, Preço e Lucro - O Rendimento e suas Fontes. Abril Cultural, SP. Marx, K. (1987) Teorias sobre La Plusvalía. Anexos ao volume I. Fondo de Cultura Económica, México. Marx, K. (1988) O Capital: crítica da economia política. 5 volumes, Nova Cultural, São Paulo. Marx, K. (2010) Para a Crítica da Economia Política - Manuscrito de 1861-1863 (cadernos I a V) - Terceiro capítulo - o capital em geral. Belo Horizonte: Autêntica. K. Marx e Engels, F. (2007). A Ideologia-Alemã. crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas.

Boitempo Editorial, São Paulo.

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO Carcanholo, M. (1996) Causa e Formas de Manifestação da Crise: uma interpretação do debate marxista.Dissertação de Mestrado, UFF, RJ. González, H.P. (1977) Economia Política do Capitalismo: breve exposição da doutrina econômica de Marx. Seara Nova. Ribeiro, N.R. (Org.) (1979) A Circulação e a Reprodução do Capital. Instituto Superior de Economia, Lisboa.

Nome	ECONOMIA REGIONAL E URBANA
Código	SEN00131 **Característica** Comum
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1
Status	Ativa **Data** **Motivo Desativação** -
Desativação	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TEORIA GERAL DA LOCALIZAÇÃO. CUSTOS DE TRANSPORTE E LOCALIZAÇÃO. ESTRUTURA ESPACIAL URBANA E CRESCIMENTO URBANO. ESTRUTURA REGIONAL, TEORIA DA RENDA INTER REGIONAL E CRESCIMENTO REGIONAL, CONVERGÊNCIA. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL. OS PROBLEMAS URBANOS E O MEIO AMBIENTE. POLÍTICA URBANA E REGIONAL. A POLÍTICA ECONÔMICA REGIONAL.

Conteúdo Programático

1. Teorias da Localização 1.1. Localização orientada pelo custo de transporte 1.2. Retornos crescentes, economias e deseconomias de aglomeração 2. Teorias do Desenvolvimento Regional (a literatura clássica) 2.1. Teoria da Base de Exportação 2.2. Teoria do Desenvolvimento Desigual (os estruturalistas dos anos 1950-1960) 3. A Teoria Neoclássica do Desenvolvimento Regional 3.1. A Nova Geografia Econômica 4. A Abordagem Institucionalista do Desenvolvimento Regional 4.1. A necessidade de incorporar fatores institucionais nas teorias do desenvolvimento 4.2. A contribuição do conceito de capital social no debate sobre o desenvolvimento econômico local 5. Os Arranjos Produtivos Locais no Brasil 5.1. Metodologia de pesquisa para Arranjos Produtivos Locais 6. Economia Urbana 6.1. A cidade e o modo de produção capitalista 6.2. Padrão de urbanização e uso do solo urbano 6.3. Renda fundiária, preço da terra e estruturação urbana 6.4. Agentes de produção do espaço urbano 6.5. Cooperação urbana, equipamentos coletivos a as novas relações público-privado 6.6. Reestruturação econômica e economia urbana: o mercado informal urbano

Bibliografia Básica

CLEMENTE, Ademir & HIGACHI, Hermes Y. (2000): Economia e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Atlas. [Capítulos 1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11] FERREIRA, Carlos Maurício de C. (1989): -Espaço, regiões e economia regional-, In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.): Economia Regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, BNB-ETENE. Estudos Econômicos e Sociais, 36. [Capítulos 1e 2] NORTH, Douglas. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. (org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar-MINTER, 1977 (pp. 291-313). TIEBOUT, Charles M. As Exportações e o Crescimento Econômico Regional. In: Schwartzman, J. (org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar-MINTER, 1977, pp. 315-323. PERROUX, François. O Conceito de Pólos de Crescimento. In: Schwartzman, J. (org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar-MINTER, 1977 (pp. 145-156). HIRSCHMAN, Albert. The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University, 1958. Tradução em português: Estratégia do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. HIRSCHMAN, Albert. Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico. In: Schwartzman, J. (org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar-MINTER, 1977 (pp. 35-52). FUJITA, M.; KRUGMAN, P. e VENABLES, A. Economia Espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. Cambridge University Press, 1999. Tradução brasileira: São Paulo, Editora Futura, 2002. [Capítulo 1: pp. 15-27] MULS, L M. (2004): -O Desenvolvimento Econômico Local do Município de Itaguaí: o capital social e o papel das micro, pequenas e médias empresas-. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, Tese de

Doutoramento (capítulos 1, 2). PORTER, M. E. (1999): -Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições-. In: Competição: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Campus. PUTNAM, R. (1993): Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

CASSIOLATO, L. E. e LASTRES, H. M. (2001). Arranjos e sistemas produtivos locais na economia brasileira-, Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, no 5 (especial). Ou versão atualizada: -Arranjos e Sistemas Produtivos Locais na Indústria Brasileira- (mimeo). CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. (2003): -O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas-. In: CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. e MACIEL, M. (2003) (orgs): Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume-Dumará (capítulo 1). FAURE, Y. A. e HASENCLEVER, L. (2003): O Desenvolvimento Econômico Local no Estado do Rio de Janeiro -Quatro Estudos Exploratórios: Campos, Itaguaí, Macaé e Nova Friburgo. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais. SIEBERT, C. (org.) (2001): Desenvolvimento regional em Santa Catarina. Blumenau: Edifurb. CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo. Paz e Terra, 1983. (Prólogo). HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Revista Espaço e Debates, nº 6. LOJKINE, Jean. -O papel do Estado na Urbanização Capitalista-. In: Reginaldo (Org.): Marxismo e Urbanismo Capitalista. Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, 1979. TOPALOV, Cristian. Análises do Ciclo do Capital Investido na Produção da Indústria da Construção Civil. In: Reginaldo (Org.): Marxismo e Urbanismo Capitalista. Livraria Editora

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome ECONOMIA SOCIAL II

Código SEN00126 **Característica** Comum

Ano de Vigência 2007 **Semestre de Vigência** 1

Status Ativa **Data Desativação** -
Motivo Desativação -

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CAPITAL HUMANO E CRESCIMENTO. EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. MERCADO DE TRABALHO: FORMAL E INFORMAL. ACESSO A ATIVOS PRODUTIVOS: CAPITAL FÍSICO, FINANCEIRO, TERRA.

Conteúdo Programático

Parte I: CONCEITOS BÁSICOS 1. Introdução geral e razões para a intervenção estatal 2. Mensuração de desigualdade e pobreza Parte II: POLÍTICAS DO MERCADO DE TRABALHO 3. Mercado de trabalho (ênfase em políticas) Parte III: BENEFÍCIOS NA FORMA DE SERVIÇOS 4. Educação básica 5.Educação superior 6. Saúde Parte IV: BENEFÍCIOS MONETÁRIOS 7. Transferências de renda 8. Previdência social / Seguridade social

Bibliografia Básica

2004) Economics of the welfare state, 4a edição, Oxford: Oxford Univ. Press. de Castro, J.A. e J.A.C. Ribeiro (2009) -As políticas sociais e a constituição de 1988: conquistas e desafios-, Políticas sociais: acompanhamento e análise - Vinte anos da Constituição Federal, IPEA - seções 7 a 9. Rocha, R.; A.Urani. (2007), -Posicionamento social e a hipótese da distribuição de renda desconhecida no Brasil: quão pobres, quão ricos e quão desiguais nos percebemos?- Revista de Economia Política, 27 (4). Hofffman, Rodolfo (1998) Distribuição de Renda e Pobreza, Edusp IPEA. Brasil estado uma nação: Cap. 7 -Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil.- Ramos, C.A. e Freitas, P. S. Sistema Público de Emprego: objetivos, eficiência e eficácia (Texto para discussão n. 568 IPEA) Acesso em http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_568.pdf) CARDOSO Jr., J. C. et al (2006) Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Texto para Discussão n. 1237. Brasília: IPEA. Waltenberg, F.D. (2006), -Teorias econômicas de oferta de educação: evolução histórica, estado atual e perspectivas.- Educação e Pesquisa, Universidade de São Paulo, 32 (1). Veloso, F. (2009), -Quinze anos de avanços na educação no Brasil: onde estamos?-, In: F. Veloso et al. (orgs.) Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, cap. 1 Soares, J.F.; L.Marotta (2009), -Desigualdades no sistema de ensino fundamental brasileiro-, In: Veloso et al. op. cit. Cap. 4. Schwartzman J and Schwartzman S. 2002. O ensino superior privado como setor econômico. Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação v.10, n.37, out-dez, p. 411-440. Acesso em http://www.schwartzman.org.br/simon/suppriv.pdf Andrade, Mônica Viegas; Lisboa, Marcos B. Economia da Saúde no Brasil. In: Lisboa, Marcos; Menezes Filho, Naércio A. (orgs) Microeconomia e Sociedade no Brasil. Editora Contracapa, Rio de Janeiro, 2001. Bahia, Ligia; Mercado de Planos de Saúde e Seguros de Saúde no Brasil: tendências pós - regulamentação; In: Di Giovanni, Geraldo;Negri, Barjas; Brasil: Radiografia da Saúde, UNICAMP, Campinas, 2001. Jaccoud, L.; P.D.El-Moor Hadjab, J.R.Chaibub (2009),-Assistência social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008), Políticas sociais: acompanhamento e análise (Edição comemorativa dos vinte anos da Constituição Federal) Vol. 17 (1), pp. 175-250 - somente seções 1, 4, 5 e 8 (pp. 175-177; 201-231; 243- 250). Kerstenetzky, C. (2006), "Políticas sociais: focalização ou universalização?", Revista de Economia Política 26 (4). Medeiros, M; T. Britto; S. Soares (2007), -Programas focalizados de transferência de renda: contribuições para o debate-, Texto para discussão do IPEA n° 1283 (http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1283.pdf). Rangel, L.A.; M.T.Pasinato; F.G. Silveira, F.G. Lopez; J.L. Mendonça (2009), -Conquistas, desafios e perspectivas da Previdência Social no Brasil vinte anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988, Políticas sociais: acompanhamento e análise (Edição comemorativa dos vinte anos da Constituição Federal, v. 17 (1). CORECON RJ. A previdência em questão-, Jornal do Economista n° 252, Julho de 2010, pp. 1-9 (http://www.corecon-rj.org.br/pdf/JE_Julho_2010.pdf).

Bibliografia Complementar

Sen, A.K. (1999, , reimpressão em 2009) Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras - cap. 3, somente pp. 72-96 (demais páginas, 97-108 Van Parijs, Ph.: Y. Vanderborght (2006), Renda básica de cidadania: argumentos éticos e econômicos, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira - cap. 3 Atkinson, A.B. (1995), -Social insurance-, In: Atkinson, A.B. (ed.) Incomes and the welfare state, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 205-219. Kerstenetzky, C. -Redistribuição e desenvolvimento? A economia política do programa bolsa família- Dados, vol.52, no.1, pp.53-83, Mar. HENRIQUES, R. (Org).(2000) Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA

Nome ELABORACAO E ANALISE DE PROJETOS

Código SEN00156 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Data Desativação**	-
		Motivo Desativação	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CONCEITOS BÁSICOS: PLANEJAMENTO E PROJETOS DE INVESTIMENTO, A ELABORAÇÃO DO PROJETO: CONTEÚDO E FASES; PRINCÍPIOS E INDICADORES PARA ANÁLISE; O FINANCIAMENTO DO PROJETO: RECURSOS PRÓPRIOS E DE TERCEIROS; ESTRUTURA DE CAPITAL E CUSTO DE CAPITAL; ALAVANCAGEM FINANCEIRA; RETORNO DO PROJETO E RETORNO DO ACIONISTA; AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS; AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE IMPACTOS AMBIENTAIS.

Conteúdo Programático

I PLANEJAMENTO E PROJETOS 1.NÍVEIS DE DECISÕES ASSOCIADOS A UM PROJETO. 2.A ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE UM PROJETO. 3.CATEGORIAS DE PROJETOS. 4.TIPOS E ETAPAS. 5.ELEMENTOS COMPONENTES. 6.O PROJETO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO TEORIA DA PLANIFICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO II - OS PROJETOS E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO 1. PRODUÇÃO E O ESTUDO DO PROJETO COMO PROCESSO 2. SEGMENTAÇÃO E MIX DE PRODUTO E/OU SERVIÇOS 3. O ESTUDO TÉCNICO DO PROJETO 4. PROJETOS ESTRATÉGICOS III - ESTUDO DE MERCADO. 1.ESTRUTURA ECONÔMICA DO ESTUDO DE MERCADO. 2. A IMPORTÂNCIA DO MERCADO DO PROJETO 3.INFORMAÇÕES PARA UM ESTUDO DE MERCADO. 4. PROCEDIMENTOS PRÁTICOS PARA ESTUDO DE MERCADO. 5.MERCADO DE BENS E SERVIÇOS NO ÂMBITO DO PROJETO. 6.CICLO DE VIDA DOS PRODUTOS. 7. TÉCNICAS DE ANÁLISE E PREVISÃO DE MERCADO. IV. LOCALIZAÇÃO DE PROJETOS. 1. FATORES DA LOCALIZAÇÃO DO PROJETO. 2.MÉTODOS DE AVALIAÇÃO POR FATORES QUANTIFICÁVEIS. 3. ANALISE DIMENSIONAL. 4. MÉTODOS PELO CENTRO DE CUSTOS. 5. O MÉTODO DE BROWN E GIBSON. 6. MÉTODOS EMPÍRICOS DE LOCALIZAÇÃO DE PROJETOS. 7. SELEÇÃO E ALTERNATIVAS DE LOCALIZAÇÃO. V - ENGENHARIA DO PROJETO. 1. EFEITOS ECONÔMICOS DA ENGENHARIA DO PROJETO. 2. SELEÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO E ALTERNATIVA TECNOLÓGICA. 3. A DETERMINAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA. 4. VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DAS VARIÁVEIS TÉCNICAS DO PROJETO 4.1-INVESTIMENTOS FÍSICOS. 4.2- INVESTIMENTOS EM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS. 4.3-CUSTOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS. 5. PROJETO BÁSICO. VI - ESTUDO DE TAMANHO E ESCALA DO PROJETO. 1.A ANALISE DO TAMANHO DO PROJETO. 2. VARIÁVEIS DETERMINANTES DO TAMANHO DO PROJETO. 4. A OTIMIZAÇÃO DO TAMANHO. 5. INTERAÇÕES E INTER-RELAÇÕES DO TAMANHO NO ÂMBITO DO PROJETO. 3. ECONOMIAS DE ESCALA E DE ESCOPO E A OTIMIZAÇÃO DO TAMANHO. VII. ORGANIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ASPECTOS TRIBUTÁRIOS DOS PROJETOS 1.ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE UMA EMPRESA. 2. ANALISE DE PROCEDIMENTOS E SISTEMAS ADMINISTRATIVOS. 3. ASPECTOS JURÍDICOS DO PROJETO. 4.TRIBUTOS, ALÍQUOTAS E BASES DE CÁLCULOS. 5. GERÊNCIA E EXECUÇÃO DE PROJETOS VIII- ESTUDO DE EFEITOS AMBIENTAIS 1.INSTRUMENTOS LEGAIS, ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS RESTRITIVOS OU INCENTIVADORES A TOMADA DE DECISÃO DO PROJETO. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO (EIA). 2.RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DO PROJETO(RIMA) IX- AS INVERSÕES DO PROJETO. 1. INVERSÕES PREVIAS PARA FUNCIONAMENTO DO PROJETO. 2. CAPITAL DE TRABALHO BRUTO E LIQUIDO. 3. A ESTACIONALIDADE N INVERSÃO DO CAPITAL DE TRABALHO. 4. AS INVERSÕES DURANTE A OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO X- FINANCIAMENTO PARA O PROJETO. 1. A CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA. 2. ALTERNATIVAS DE FONTES E RECURSOS DESTINADOS AO PROJETO. 2. IMPORTÂNCIA E CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES E RECURSOS. 3.O CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO E EMPRÉSTIMO. 4.CONSIDERAÇÕES PARA DETERMINAÇÃO DE UM FINANCIAMENTO OTIMO 5. CRONOGRAMA DE

INVESTIMENTO E DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO XI- ESTUDO DE RECEITAS E CUSTOS. 1. IMPORTÂNCIA E CLASSIFICAÇÃO 2.DETERMINAÇÃO DE VALORES. FLUXO DE CAIXA E PROJEÇÃO DE RESULTADOS 5.PONTO DE NIVELAMENTO. 6. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE. 7. MÉTODO DO PERÍODO DE RECUPERAÇÃO XII. CRITÉRIOS QUANTITATIVOS DE ANÁLISE ECONÔMICA DE PROJETOS. 1.DEFINIÇÃO E APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE. 2. ANÁLISE DE RISCO NOS PROJETOS DE INVESTIMENTOS. 3. ESTRUTURA DO BALANÇO PATRIMONIAL. 4. CONTAS COMPLEMENTARES 5. COEFICIENTES ECONÔMICOS E FINANCEIROS XIII. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO SOCIAL DE PROJETOS 1.PROJETOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS. 2. FORMATAÇÃO DE UM PROJETO SOCIAL 3. AVALIAÇÃO DE BENEFÍCIOS-CUSTOS. 4.INDICADORES DE RETORNO SOCIAL. 5. VALORIZAÇÃO SOCIAL DO PROJETO XIV. ESTUDOS COMPLEMENTARES. 1. CUSTOS PERTINENTES DE PRODUÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE INSTALAÇÕES. 2. ANALISE DE PROJETO EM FUNCIONAMENTO. 3. MONITORAMENTO E DECISÃO DE ABANDONO SOB O MÉTODO DA AVALIAÇÃO REAL. 4. ELEMENTOS BÁSICOS DE GESTÃO DE PROJETOS XV. PROJETOS PUBLICOS. 1. MODALIDADES. 2. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO. 3. ESTUDOS DE CASO.

Bibliografia Básica

1 BUARQUE, CRISTOVÃO - AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS, RIO DE JANEIRO, CAMPUS, 1988. 2.CARVALHO, O .- RENDANOR: UM EXEMPLO DE ESTUDO DE MERCADO, TEXTO PARA DISCUSSÃO N.1682/97, FORTALEZA, CE, CAEN, 1997. 3.CHAIN, NASSIR S& CHAIN, REINALDO. S.- PREPARACIÓN Y EVALUACIÓN DE PROYECTOS, 3.,ED., BOGOTÁ, COLÔMBIA, MCGRAW-HILL, 1996. 4. EPGE. SUMULA DE MANUAL DE PROJETOS DA ONU. RIO DE JANEIRO, FGV, 1970. 5. ILPES - GUIA PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS, SÃO PAULO, DIFEL/FORUM, 1972. 6. HIRSCHFELD, HENRIQUE - ENGENHARIA ECONÔMICA E ANÁLISE DE CUSTOS. 5ª EDIÇÃO, S. PAULO, ATLAS, 1992. 7. HIRSCHFELD, HENRIQUE. VIABILIDADE TÉCNICO-ECONÔMICA DE EMPREENDIMENTOS, SÃO PAULO, ATLAS,1987. 8. HOLANDA, NILSON - PLANEJAMENTO E PROJETOS 2ª EDIÇÃO, RIO DE JANEIRO. APEC, 1975. 9. KON, ANITA - ECONOMIA INDUSTRIAL, SÃO PAULO, NOBEL, 1994. 10.MELNICK. JÚLIO (COORDENADOR) - MANUAL DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, RIO DE JANEIRO, FORUM, 1972. 11. POMERANZ, LENINA. ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS, SÃO PAULO. HUCITEC, 1988. 12. SANSÃO, W. & MATHIAS, F. - PROJETOS: PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO E ANÁLISE, SÃO PAULO, ATLAS, 1986. 13. SIZO, RUI LT. ANÁLISE FINANCEIRA DE PROJETO, 1ª ED., BRASÍLIA{DF), THESAURUS, 1985. 14. UNIDO (ORGANIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DAS NAÇÕES UNIDOS) - MANUAL DE PREPARAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE INDUSTRIAL, S. PAULO. OBS:: TEXTOS ADICIONAIS PODERÃO, EVENTUALMENTE, SER ACRESCIDOS DURANTE O CURSO 15. CLEMENTE, A . PROJETOS EMPRESARIAIS E PÚBLICOS, SÃO PAULO : ATLAS, 2002.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	ESTATISTICA ECONOMICA		
Código	SEN00134 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MEDIDAS DE DESIGUALDADE, MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO, MEDIDAS DE POBREZA, TESTES NÃO-PARAMÉTRICOS, ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS (FLUTUAÇÕES E TENDÊNCIA, ALISAMENTOS, AJUSTAMENTO SAZONAL, PADRÃO DE VARIAÇÃO ESTACIONAL, X-12, INTRODUÇÃO À ECONOMETRIA DE SÉRIES TEMPORAIS: PROCEDIMENTOS DE BOX-JENKINS, PROCESSOS ARIMA E PREVISÃO)

Conteúdo Programático

1. BREVE INTRODUÇÃO AO PACOTE R. OBJETOS, CLASSES E ESTRUTURA DE OBJETOS EM R. APLICAÇÕES SIMPLES. 2. TESTE DO SINAL, TESTE DE ORDEM CASUAL, DISTRIBUIÇÃO DAS CARREIRAS. TESTE DE ORDEM CASUAL COM POSTOS, DISTRIBUIÇÃO DE POSTOS DE VON NEUMAN. DISTRIBUIÇÃO DE WILCOXON E TESTE PARA MEDIANA DE UMA AMOSTRA. DISTRIBUIÇÃO DE WILCOXON¿MANN--WHITNEY E TESTE PARA DUAS AMOSTRAS. COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO ORDINAL DE SPEARMANN E DISTRIBUIÇÃO TEÓRICA RESPECTIVA. IMPLEMENTAÇÕES NO PACOTE R BASE. 3. MEDIDAS DE DESIGUALDADE. DEFINIÇÕES E PROPRIEDADES DOS ÍNDICES DE DESIGUALDADE. PRINCÍPIO DE TRANSFERÊNCIA DE PIGUO-DALTON. CURVA GENERALIZADA DE LORENZ, CURVA DE LORENZ. CURVA DE IGUALDADE PERFEITA, ÁREA DE DESIGUALDADE. - ÍNDICE DE GINI. PROPRIEDADES, ÍNDICE DE GINI PARA DADOS AGRUPADOS. ÍNDICE T E L DE THEIL. PROPRIEDADES, ÍNDICE DE THEIL PARA DADOS AGRUPADOS. IMPLEMENTAÇÕES NO PACOTE R BASE.

Bibliografia Básica

1. HOFFMANN, R., 2006, ESTATÍSTICA PARA ECONOMISTAS, PIONEIRA THOMPSON LEARNING. 2. WONNACOTT, T.H; WONNACOTT, R.J. 1981 INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA, LTC.

Bibliografia Complementar

1. GUJARATI, D. N.,L 2006, ECONOMETRIA BÁSICA. CAMPUS 2. CORE TEAM ,2017. R: A LANGUAGE AND ENVIRONMENT FOR STATISTICAL COMPUTING. R FOUNDATION FOR STATISTICAL COMPUTING,. VIENNA, AUSTRIA. URL HTTPS://WWW.R-PROJECT.ORG/.

Nome	ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS		
Código	SEN00221 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2016 **Semestre de Vigência** 2		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

CONCEITO. MATRIZES DE DECISÃO ESTRATÉGICA. ESTRATÉGIAS GENÉRICAS DE COMPETIÇÃO. DINÂMICA DOS NEGÓCIOS. CRESCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE NEGÓCIOS. AÇÕES ESTRATÉGICAS: AQUISIÇÕES E FUSÕES, INTERNACIONALIZAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS. MODELO PORTER. MODELO SWOT. PRINCÍPIOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

Conteúdo Programático

REVISÃO DOS MODELOS CLÁSSICOS DE OLIGOPÓLIO REVISÃO DE ECONOMIA INDUSTRIAL. MODELO ESTRUTURA CONDUTA DESEMPENHO. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS. ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO. ANÁLISE DAS BARREIRAS À ENTRADA. CONDUTAS OLIPOLISTAS. ACORDOS TÁCITOS E EXPLÍCITOS. PARADIGMA CDP. LIDERANÇA DE PREÇOS. MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS. MATRIZ BCG. MATRIZ MCKINSEY. MODELO PORTER. AS CINCO FORÇAS COMPETITIVAS. RIVALIDADE. PODER DE NEGOCIAÇÃO. MATRIZ DE RISCO E RETORNO. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. MODELO SWOT TEORIA DOS JOGOS E ESTRATÉGIA.

Bibliografia Básica

1. ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA, CONCEITOS - DE PETER WRIGHT, MARK J. KROLL E JOHN PARNELL, ED. ATLAS (SIMPLES E EFICIENTE) 2. DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO A ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA - DE H. IGOR ANSOFF, ROGER P. DECLERCK E ROBERT HAYES, ED. ATLAS (MÉDIO E EFICAZ).

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome EVOL HIST DA POLIT MONETARIA BRASILEIRA

Código SEN00172 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

A FORMAÇÃO DA ECONOMIA MONETÁRIA NO SÉCULO XIX E SUAS CRISES DE LIQUIDEZ. AS REFORMAS BANCÁRIAS DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA E O ENCILHAMENTO. A ESTABILIZAÇÃO DE JOAQUIM MURTINHO E A CAIXA DE CONVERSÃO. A CRISE DE 30 E AS CRIAÇÃO DE CARTEIRAS DE CRÉDITO. CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA SUMOC E AS PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE UM BANCO CENTRAL. A CRIAÇÃO DO BANCO CENTRAL E AS REFORMAS BULHÕES-CAMPOS. A CRISE DOS ANOS 70 E A MOEDA INDEXADA. A LIBERALIZAÇÃO DA CONTA DE CAPITAIS E A ESTABILIZAÇÃO DOS ANOS 90.

Conteúdo Programático

1. A POLÍTICA MONETÁRIA DA REPÚBLICA VELHA A. DEBATE ENTRE PAPELISTAS E METALISTAS B. O INFLACIONISMO DO INÍCIO DA REPÚBLICA; RUI BARBOSA E O ENCILHAMENTO C. A POLÍTICA DEFLACIONISTA E A RECESSÃO DE 1899 - 1902 D. A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE 1903 - 13 E. A POLÍTICA MONERÁRIA NA I GUERRA F. O RETORNO AO PADRÃO - OURO: 1927 - 29 2. A POLÍTICA MONETÁRIA NO PERÍODO DO DESENVOLVIMENTISTA A. GOVERNO VARGAS I: CAIXA DE MOBILIZAÇÃO BANCÁRIA, CARTEIRAS DO BB, SUMOC B. GOVERNO DUTRA: POLÍTICA DEFLACIONISTA; CRISE DE LIQUIDEZ E MUDANÇA DE RUMO C. GOVERNO VAGAS II: DA ORTODOXIA MONERTÁRIA AO DESENVOLVIMENTISMO D. GOVERNO JK: EXCESSO DE DEMISSÃO? E. GOVERNO JANGO: POPULISMO? F. GOVERNO CASTELLO BRANCO E O PAEG: ORTODOXIA MONETÁRIA E ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA G. GOVERNO COSTA E SILVA E MÉDICI: O MILAGRE ECONÔMICO H. GOVERNO GEISEL E O II PND 3. A POLÍTICA MONETÁRIA NA DÉCADA PERDIDA A. GOVERNO SARNEY E OS PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO B.GOVERNO COLLOR E O CONFISCO DE LIQUIDEZ 4. A POLÍTICA MONETÁRIA DO REAL A. GOVERNO ITAMAR B. GOVERNOS FHC I E II C. GOVERNO LULA

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	FINANCAS INTERNACIONAIS		
Código	SEN00103 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data Desativação** -	**Motivo Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

OS MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS: MOEDAS, FUTUROS, OPÇÕES; CONDIÇÕES DE PARIDADE INTERNACIONAL DE PREÇOS E TAXAS DE JUROS; GERENCIAMENTO ECONÔMICO E CONTÁBIL DO RISCO CAMBIAL; O CAPITAL DE GIRO MULTINACIONAL; ANÁLISE DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO; PORTFÓLIOS DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS; ORÇAMENTO DE CAPITAL MULTINACIONAL; MEDIDAS E GERENCIAMENTO DE RISCO POLÍTICO E BANCÁRIO; GERENCIAMENTO FISCAL INTERNACIONAL.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: 1. MERCADOS CAMBIAIS 1.1 MERCADO DE CÂMBIO À VISTA 1.2 MERCADO DE CÂMBIO FUTURO 2. PARIDADE DA TAXA DE JUROS. CONDIÇÃO DA PARIDADE DOS JUROS COBERTOS 2.2 CONDIÇÃO DA PARIDADE DOS JUROS A DESCOBERTO 3. TEORIAS DE DETERMINAÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO 3.1 ENFOQUE TRADICIONAL 3.1.1 MODELO DE .FLUXO DE COMÉRCIO EXTERIOR AMPLIADO 3.1.2 PARIDADE DO PODER DE COMPRA 3.2 ABORDAGEM MONETÁRIA 3.3 MODELO DA ULTRAPASSAGEM (OVERSHOOTING) 3.4 ABORDAGEM DE PORTFOLIO/CONTA CORRENTE 4. SISTEMAS CAMBIAIS 4.1 CÂMBIO FIXO 4.2 CÂMBIO FLUTUANTE 5. SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA 5.1 MODELOS INTERTEMPORAIS DA CONTA CORRENTE 6. DESENVOLVIMENTOS RECENTES 6.1 O -VIÉS- DO PRÊMIO FUTURO 6.2 ÂNCORAS PSICOLÓGICAS NO MERCADO DE CÂMBIO 7. CRISES FINANCEIRAS 7.1 CRISES CAMBIAIS 7.2 CRISES BANCÁRIAS

Bibliografia Básica

1. Botelho de Almeida, S. (1991) "Fixação vs. Flutuação Cambial: A Retomada de um Antigo Debate", (mimeo), FEA/USP. 2. Krugman, P. & Obstfeld, M. Economia Internacional - Teoria e Política. Ed. Makron Books, 1999. 3. Ponta, A. F. (1996) "A Sustentabilidade do Endividamento Externo no Brasil: uma Análise de Co-integração", Pesquisa e Planejamento Econômico, 26(3), p. 399-416. 4. Rivera-Batiz, F. & Rivera-Batiz, L. International Finance and Open Economy Macroeconomics. New York: Macmillan, 1985. 5. Simonsen, M. H. & Cysne, R. Macroeconomia. Ed. Atlas, 1995. 6. Zini Jr., A. A Taxa de Câmbio e a Política Cambial no Brasil. Ed. USP, 1993. 7. Zini Jr., A. (1986) "Teoria da Determinação da Taxa de Câmbio", Revista Brasileira de Economia, 40(3), p. 257-83. 8. Zini Jr., A. (1988) "As Minidesvalorizações Brasileiras: Política Cambial Adequada Anti Choques de Oferta?", Estudos Econômicos, 18(1), p. 53- 61.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL

Código SEN00200 **Característica** Comum

Ano de Vigência 2016 **Semestre de Vigência** 2

Status Ativa **Data Desativação** -
Motivo -
Desativação

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

ENDIVIDAMENTO INTERNO E EXTERNO NO PERÍODO DA ALTA INFLAÇÃO MUDANÇAS NO QUADRO NORMATIVO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NA SEGUNDA METADE DOS ANOS OITENTA ENDIVIDAMENTO INTERNO E EXTERNO NO PERÍODO DA BAIXA INFLAÇÃO ESTRUTURA TRIBUTÁRIA E POLÍTICA FISCAL NO PERÍODO DE BAIXA INFLAÇÃO DÍVIDA PÚBLICA E POLÍTICAS MACROECONÔMICAS APÓS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Conteúdo Programático

UNIDADE I - ANTECEDENTES TEÓRICOS: ESTADO E ECONOMIA, TEORIAS DA POLÍTICA FISCAL 1.1.ESTADO E ECONOMIA - SANTOS (1998), ANDERSON (1998), CAP. 1 1.2. TEORIAS DA POLÍTICA FISCAL 1.2.1. A ABORDAGEM ORTODOXA - LOPES & VASCONCELLOS (2000), CAP. 3;GOBETTI (2008), CAP. 1; 1.2.2. A ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA - GOBETTI (2008), CAP. 1; CARVALHO (1999, 2008) 1.2.3. A ABORDAGEM DAS FINANÇAS FUNCIONAIS - WRAY (2003, CAP. 4); MARTINS (2016), CAP.2 , SEÇÃO 2.1.; SERRANO (2001) 1.3. PRINCÍPIOS BÁSICOS DA TRIBUTAÇÃO: GIAMBIAGI & ALÉM (2016), CAP. 1 ATÉ A PÁGINA 34; REZENDE (1983), CAP. 8; NASCIMENTO (2016), CAP. 1. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HOBSBAWN (1994), CAP. 14; CARVALHO ET AL. (2001), CAPS. 9, 11 E 12.
UNIDADE II - ANTECEDENTES HISTÓRICOS 2.1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO - VARSANO (1997), OLIVEIRA (2013) 2.2. DÍVIDA PÚBLICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA - PEDRAS (2009) AS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL ANTES DO PLANO REAL - GIAMBIAGI & ALÉM (2016), CAPS. 4 E 5; PEDRAS (2009); LOPREATO (2002), CAPS. 2 E 8.
UNIDADE III - CONCEITOS BÁSICOS 3.1. INDICADORES FISCAIS - BRASIL (2012), GARSON (2016), SILVA & MEDEIROS (2009) UNIDADE IV - POLÍTICA FISCAL NO BRASIL APÓS O PLANO REAL: RECEITAS, DESPESAS E DÍVIDA PÚBLICA 4.1. AS RECEITAS - RIBEIRO (2010); SANTANA (2015); ORAIR ET AL. (2014). 4.2. AS DESPESAS - GENTIL (2006), CAP. 1; GOBETTI & ALMEIDA (2016), GOBETTI &ORAIR (2015) 4.3. DÍVIDA PÚBLICA - GENTIL & ARAUJO (2014) 4.4. A POLÍTICA FISCAL NO CONTEXTO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA NO PERÍODO RECENTE - GENTIL & HERMANN (2015); PRATES ET AL (2014); SERRANO & SUMMA (2015), BASTOS, RODRIGUES & LARA (2015) 4.5. A SEGURIDADE SOCIAL - EATWELL (2002); GENTIL (2006, CAP. 1) BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: IPEA (2009), BRASIL (2015)

Bibliografia Básica

ANDERSON, P. (1998). BALANÇO DO NEOLIBERALISMO. IN: SADER, E. & GENTILI, P. PÓS-NEOLIBERALISMO: AS

POLÍTICAS SOCIAIS E O ESTADO DEMOCRÁTICO. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA BASTOS, C. P.; RODRIGUES, R.; LARA, F. M. (2015) AS FINANÇAS PÚBLICAS E O IMPACTO FISCAL ENTRE 2003 E 2012: 10 ANOS DE GOVERNO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. ENSAIOS FEE, VOL. 36, N. 3, PP. 675-706. BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL (2012) INDICADORES FISCAIS. SÉRIE PERGUNTAS MAIS FREQUENTES. CARNEIRO, R. (2002), DESENVOLVIMENTO EM CRISE - A ECONOMIA BRASILEIRA NO ÚLTIMO QUARTO DO SÉCULO XX, SÃO PAULO, EDITORA UNESP, IE ¿ UNICAMP. CARVALHO, L. F. C. (1999) POLÍTICAS ECONÔMICAS PARA ECONOMIAS MONETÁRIAS. IN: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. MACROECONOMIA MODERNA: KEYNES E A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA. RIO DE JANEIRO: CAMPUS. (2008) EQUILÍBRIO FISCAL E POLÍTICA ECONÔMICA KEYNESIANA. REVISTA ANÁLISE ECONÔMICA, VOL. 26, N. 50, PP. 7-25. EATWELL , J. (2002) A ANATOMIA DA ¿CRISE¿ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. ECONÔMICA, V. 4, N. 2, PP. 177-191. GARSON, S. (2016) O ORÇAMENTO PÚBLICO. IN: GIAMBIAGI, F. ALÉM, A. C. FINANÇAS PÚBLICAS: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER. GENTIL, D. L. (2006) A POLÍTICA FISCAL E A FALSA CRISE DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA: ANÁLISE DO PERÍODO 1990-2005. RIO DE JANEIRO: INSTITUTO DE ECONOMIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, TESE DE DOUTORADO. GENTIL, D.; HERMANN, J. (2015) A POLÍTICA FISCAL DO PRIMEIRO GOVERNO DILMA ROUSSEFF: ORTODOXIA E RETROCESSO. HTTP://WWW.IE.UFRJ.BR/IMAGES/PESQUISA/PESQUISA/TEXTOS_SEM_PEQ/TEXTO1711.PDF GENTIL, D. L.; ARAUJO, V. L. (2014) DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVO EXTERNO: ONDE ESTÁ A AMEAÇA? IN: EARP, F.; BASTIAN, E; MODENESI,A. (ORG.). COMO VAI O BRASIL? RIO DE JANEIRO, IMÃ EDITORIAL:FOLIODIGITAL:LETRA E IMAGEM. GIAMBIAGI, F; ALÉM, A. C. (2016) FINANÇAS PÚBLICAS: TEORIA E PRÁTICA NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER. GOBETTI, S. (2008) TÓPICOS SOBRE A POLÍTICA FISCAL E O AJUSTE FISCAL NO BRASIL. BRASÍLIA: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, TESE DE DOUTORADO EM ECONOMIA. (2015) AJUSTE FISCAL NO BRASIL: OS LIMITES DO POSSÍVEL. BRASÍLIA: IPEA, TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 2037. GOBETTI, S.; ALMEIDA, V. (2016) UMA RADIOGRAFIA DO GASTO PÚBLICO ENTRE 2001 E 2015. BRASÍLIA: IPEA, TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 2191. GOBETTI, W.; ORAIR, R. (2015) POLÍTICA FISCAL EM PERSPECTIVA: O CICLO DE 16 ANOS (1999-2014).
REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA, V. 19, N. 3, PP. 417-447, SET/DEZ 2015. LOPREATO, F. L. C. (2002) O COLAPSO DAS FINANÇAS ESTADUAIS E A CRISE DA FEDERAÇÃO. SÃO PAULO: EDITORA UNESP. LOPES, L. M.; VASCONCELLOS, M. A. S. (2000) MANUAL DE MACROECONOMIA: NÍVEL BÁSICO E INTERMEDIÁRIO. SÃO PAULO: ATLAS. MARTINS, I. P. G. (2016) DESALAVANCAGEM E POLÍTICA FISCAL EM UM MODELO DE CONSISTÊNCIA ENTRE FLUXOS E ESTOQUES (SFC). RIO DE JANEIRO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. NASCIMENTO, N. (2016) A INEXISTENTE TRIBUTAÇÃO DA RIQUEZA NO BRASIL E O IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS. NITERÓI: FACULDADE DE ECONOMIA/UFF, DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ECONOMIA. OLIVEIRA, F. A. (2013) TRIBUTAÇÃO E FISCO NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS ENTRE 1964 E 2010. IN: CARDOS JR., J. C.; BERCOVICI, G. (ORGS) REPÚBLICA, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES AO ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO. BRASÍLIA: IPEA. ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W.; LEAL, E. M.; SILVA, W. J. (2014) CARGA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA: ESTIMAÇÃO E ANÁLISE DOS DETERMINANTES DA EVOLUÇÃO RECENTE: 2002-2012. IN: SANTOS, C. H.; GOUVÊA, R. R. (ORGS) FINANÇAS PÚBLICAS E MACROECONOMIA NO BRASIL: UM REGISTRO DA REFLEXÃO DO IPEA (2008- 2014). BRASÍLIA: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. PEDRAS, G. B. V. (2009) HISTÓRIA DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL: DE 1964 ATÉ OS DIAS ATUAIS. IN: SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. DÍVIDA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. BRASÍLIA: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL: BANCO MUNDIAL. PRATES, D. M.; CAGNIN, R. F.; FREITAS, M. C. P.; NOVAIS, L. F. (2014) BALANÇO DO REGIME DE POLÍTICA MACROECONÔMICA NO PRIMEIRO BIÊNIO DO GOVERNO DILMA. IN: NOVAIS, L. F.; CAGNIN, R. F.; BIASOTO JR, G. A ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE GLOBAL. SÃO PAULO: FUNDAP. REZENDE, F. (1983) FINANÇAS PÚBLICAS. SÃO PAULO: ATLAS. RIBEIRO,
M. C. (2010) UMA ANÁLISE DA CARGA TRIBUTÁRIA BRUTA E DAS TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA NO BRASIL, NO PERÍODO 1995-2009: EVOLUÇÃO, COMPOSIÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A REGRESSIVIDADE E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. BRASÍLIA: IPEA, TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 1464. SANTANA, I. C. (COORD) (2015) CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL ¿ 2014 (ANÁLISE POR TRIBUTOS E BASE DE

INCIDÊNCIA). BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA FAZENDA. SANTOS, T. (1998) O PAPEL DO ESTADO NUM MUNDO EM GLOBALIZAÇÃO. REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, N. 2, PP. 47-71. SERRANO F. (2001) CINCO DÚVIDAS SOBRE O AJUSTE FISCAL. INDICADORES ECONÔMICOS FEE, V. 28, Nº 4, PP. 153-160. SERRANO, F. ; SUMMA, R. (2015). DEMANDA AGREGADA E DESACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO DE 2011 A 2014. CENTER FOR ECONOMICANDPOLICYRESEARCH, AGOSTO. SILVA, A. D. B. M.; MEDEIROS, O. L. (2009) CONCEITOS E ESTATÍSTICAS DA DÍVIDA PÚBLICA. IN: SILVA, A. C.; CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. DÍVIDA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. BRASÍLIA: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL: BANCO MUNDIAL. VARSANO, R. (1997) A EVOLUÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO AO LONGO DO SÉCULO: ANOTAÇÕES E REFLEXÕES PARA FUTURAS REFORMAS. PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO, RIO DE JANEIRO, V. 27, N. 1, PP. 1-40. WRAY, R. (2003) TRABALHO E MOEDA HOJE: A CHAVE PARA O PLENO EMPREGO E ESTABILIDADE DE PREÇOS. RIO DE JANEIRO: CONTRAPONTO.

Bibliografia Complementar

HOBSBAWN, E. (1994) ERA DOS EXTREMOS: O BREVE SÉCULO XX, 1914-1991. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS. CARVALHO, L. F. C. ET AL. (2001) ECONOMIA MONETÁRIA E FINANCEIRA: TEORIA E POLÍTICA. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA) (2009). EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS FUTURAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: O COMPORTAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO EM CONTEXTO DE CRISE, EM INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). BRASIL EM DESENVOLVIMENTO: ESTADO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS. BRASÍLIA: IPEA. BRASIL (2015) RELATÓRIO ANUAL DO TESOURO NACIONAL: 2015. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA FAZENDA

Nome	FORMACAO ECONOMICA DO BRASIL		
Código	SEN00083 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1	**Motivo Desativação**	-
Status	Ativa **Data Desativação** -		
Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

A MONTAGEM DO SISTEMA COLONIAL; ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO BRASIL COLONIAL (PLANTATION); RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL COLONIAL (ESCRAVIDÃO E TRABALHO LIVRE); REGIMES DE TERRA; ECONOMIAS DE EXPORTAÇÃO (AÇUCAREIRA, MINERADORA E OUTRAS ECONOMIAS REGIONAIS); FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO INTERNO COLONIAL; CRISE DO ANTIGO SISTEMA COLONIAL, INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL; PRÉ E PROTO INDÚSTRIA; RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL IMPERIAL (ESCRAVIDÃO E TRABALHO LIVRE); MONTAGEM E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEEIRA; COMPLEXOS AGROEXPORTADORES REGIONAIS; LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NO MEADO DO SÉCULO XIX (LEI DE TERRAS, LEI EUZÉBIO DE QUEIROZ E CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO); TEORIAS SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO; AS TRANSIÇÕES PARA O REGIME DE TRABALHO LIVRE E REMUNERADO; POLÍTICAS ECONÔMICAS DO FINAL DO SÉCULO XIX; ECONOMIA BRASILEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA; POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ E A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1920; CRISE DA ECONOMIA CAFEEIRA.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: UNIDADE 1: ECONOMIA BRASILEIRA. ORIGENS, ORGANIZAÇÃO, DESIGUALDADES UNIDADE 2: ECONOMIA MERCANTIL ESCRAVISTA NACIONAL. AS ECONOMIAS AGROEXPORTADORAS REGIONAIS, MÃO DE OBRA E CONJUNTURAS ECONÔMICAS DO SÉCULO XIX UNIDADE 3: TRANSIÇÕES DO TRABALHO ESCRAVO PARA O TRABALHO LIVRE REMUNERADO. O LONGO PROCESSO DE ABOLIÇÃO E AS FORMAS DE TRABALHO REMUNERADO UNIDADE 4: PROCESSOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO E ECONOMIA AGROEXPORTADORA. A MODERNIZAÇÃO CAPITALISTA DE BASE ESCRAVISTA UNIDADE 5: MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E A ECONOMIA NACIONAL DOS ANOS 1930/40. AS MUDANÇAS E CONTINUIDADES DA METADE DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Bibliografia Básica

FURTADO, CELSO. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. SÃO PAULO: NACIONAL, 1986. PAULA, JOÃO A. O MERCADO E O MERCADO INTERNO NO BRASIL: CONCEITO E HISTÓRIA. IN: HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS. V.1 (2002), JAN/JUN. MELLO, J. M. O CAPITALISMO TARDIO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1986. SUZIGAN, W. INDÚSTRIA BRASILEIRA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO. SÃO PAULO: HUCITEC, 2021. TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO. AUGE E DECLÍNIO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL. IN: 50 ANOS DE PENSAMENTO DA CEPAL. VOL. 1, TEXTO 4, P. 217. MANTEGA, GUIDO. A ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA. PETRÓPOLIS: ED. VOZES, 1985. PP. 23-76 E PP. 77-133.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FURTADO, CELSO. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. SÃO PAULO: NACIONAL, 1986. (1ª, 2ª E 3ª PARTES). LAPA, AMARAL. O ANTIGO SISTEMA COLONIAL (O MERCADO INTERNO COLONIAL). SÃO PAULO: BRASILIENSE. PAULA, JOÃO A. O MERCADO E O MERCADO INTERNO NO BRASIL: CONCEITO E HISTÓRIA. IN: HISTÓRIA ECONÔMICA & HISTÓRIA DE EMPRESAS. V.1 (2002), JAN/JUN. WWW.ABPHE.ORG.BR MARQUESE, R. E TOMICH, D. A FORMAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL DE CAFÉ. RIO DE JANEIRO, 2017. MELLO, J. M. O CAPITALISMO TARDIO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1986. (INTRODUÇÃO E CAPÍTULO 1). ABREU, MARCELO PAIVA (ORG). A ORDEM DO PROGRESSO. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 1989. (CAPÍTULO 01, GUSTAVO FRANCO). SUZIGAN, W. INDÚSTRIA BRASILEIRA: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO. SÃO PAULO: BRASILIENSE, 1986. (INTRODUÇÃO E CAPÍTULO 1) ALMICO, RITA. ECONOMIA AGROEXPORTADORA: CARACTERÍSTICAS GERAIS (SELEÇÃO DE TEXTOS). FURTADO, CELSO. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. SÃO PAULO: NACIONAL, 1986. (5ª PARTE) TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO. AUGE E DECLÍNIO DO PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO BRASIL. IN: 50 ANOS DE PENSAMENTO DA CEPAL. VOL. 1, TEXTO 4, P. 217. FONSECA, PEDRO. C. D. SOBRE A INTENCIONALIDADE DA POLÍTICA INDUSTRIALIZANTE DO BRASIL NA DÉCADA DE 1930. IN: REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, V.23, N.1(89), JAN-MAR/2003, P.133-48 BIELSCHOWSKY, PABLO, A PREMATURA ALVORADA DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO: FRAÇÕES DA GRANDE BURGUESIA E SUA EXPRESSÃO IDEOLÓGICA NO PERÍODO 1945-1955. TESE DE DOUTORADO: PPGE/UFF, 2015. PARTE 1, PENSAMENTO ECONÔMICO DURANTE O GOVERNO DUTRA - CAPÍTULO 1, REAPARELHAMENTO E PLANEJAMENTO. PP. 12-44. MANTEGA, GUIDO. A ECONOMIA POLÍTICA BRASILEIRA. PETRÓPOLIS: ED. VOZES, 1985.
PP. 23-76 E PP. 77-133. CAPUTO, ANA C.; MELLO, HILDETE. A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA NOS ANOS DE 1950: UMA ANÁLISE DA INSTRUÇÃO 113 DA SUMOC. ESTUDOS ECONÔMICOS, SÃO PAULO, V. 39, N. 3, P. 513-538, JUL-SET 2009.

Nome	GESTÃO FINANCEIRA		
Código	SEN00189 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2016 **Semestre de Vigência** 2		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

1 RETORNO, RISCO E CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO 2 ALAVANCAGEM, BETA ASCENDENTE E CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL. 3 DECISÕES DE FINANCIAMENTO E MERCADOS EFICIENTES 4 ESTRUTURA DE CAPITAL, OS TEOREMAS MODIGLIANI MILLER, ESTRUTURA ÓTIMA E HIERARQUIA DE FINANCIAMENTO 5 ORÇAMENTO DE CAPITAL COM CAPÍTAL COM CAPITAL DE TERCEIROS POLÍTICA DE DVIDENDOS 6 AÇÕES E OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS COMO OPÇÕES 7 DERIVATIVOS E COBERTURA DE RISCOS

Conteúdo Programático

1RETORNO, RISCO E CUSTO DE CAPITAL PRÓPRIO 2 ALAVANCAGEM, BETA ASCENDENTE E CUSTO MÉDIO PONDERADO DE CAPITAL. 3 MERCADOS EFICIENTES 4DECISÕES DE FINANCIAMENTO E ESTRUTURA DE CAPITAL, OS TEOREMAS MODIGLIANI MILLER 5 ESTRUTURA ÓTIMA E HIERARQUIA DE FINANCIAMENTO6 ORÇAMENTO DE CAPITAL COM CAPÍTAL COM CAPITAL DE TERCEIROS 7POLÍTICA DE DIVIDENDOS 8 AÇÕES E OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS COMO OPÇÕES 9 DERIVATIVOS E COBERTURA DE RISCOS PROGRAMA: MÓDULO 1: RETORNO E RISCO: RETORNO E RISCO DE 1 ATIVO; RETORNO E RISCO DE CARTEIRA COM 2 ATIVOS; EFEITO DA CORRELAÇÃO; CARTEIRA DE RISCO MÍNIMO; GENERALIZAÇÃO; DIVERSIFICAÇÃO; FRONTEIRA EFICIENTE DE MARKOWITZ; CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO COM RISKFREE; MODELO DE 1 ÍNDICE E CAPM MÓDULO 2: ORÇAMENTO DE CAPITAL E WACC: ORÇAMENTO DE CAPITAL; FATORES DETERMINANTES DE BETA; BETA ASCENDENTE, CAPM AJUSTADO; COUNTRY RISK PREMIUM. MÓDULO 3: ESTRUTURA DE CAPITAL: ESTRUTURA DE CAPITAL (SEM IR) E OS TEOREMAS E MODIGLIANI MILLER SEM IR; ESTRUTURA DE CAPITAL (COM IR)E OS TEOREMAS E MODIGLIANI MILLER COM IR; CUSTOS DE FALÊNCIA; PECKINGORDER; ESTRUTURA ÓTIMA DE CAPITAL ; AVALIAÇÃO X ESTRUTURA: 3 ENFOQUES; POLÍTICA E DIVIDENDOS; MERCADOS EFICIENTES. MÓDULO 4: DERIVATIVOS E COBERTURAS: OPÇÕES CONCEITO E APREÇAMENTO; AÇÕES E OBRIGAÇÕES COMO OPÇÕES ; COBERTURA DE RISCOS

Bibliografia Básica

ROSS, STEPHEN A.WESTERFIELD, RANDOLPH W. E JAFFE, JEFFREY F. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA. SÃO PAULO: ATLAS , 2002. BODIE, ZVI, KANE, ALEX E MARCUS ALAN J. FUNDAMENTOS DE INVESTIMENTOS. PORTO ALEGRE: BOOKMAN, 2000.

Bibliografia Complementar

DAMODARAN, ASWATH. FINANÇAS CORPORATIVA APLICADAS. PORTO ALEGRE: BOOKMAN, 2002 HULL, JOHN. INTRODUÇÃO AOS MERCADOS DE FUTUROS E OPÇÕES. BM&F: 1996.

Nome HISTÓRIA ECONOMICA DO BRASIL I

Código SEN00183 **Característica** Comum

Ano de Vigência 2016 **Semestre de Vigência** 2

Status Ativa **Data Desativação** -
Motivo -
Desativação

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

ASPECTOS INSTITUCIONAIS E A PRÁTICA DAS POLÍTICAS MONETÁRIA E CAMBIAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA. POLÍTICAS DE DEFESA DO CAFÉ SEGUNDO DIFERENTES PERSPECTIVAS MANIFESTAÇÕES DE ROMPIMENTO COM A ORTODOXIA PÓS-CRISE DE 1929 .A QUESTÃO DA INTENCIONALIDADE INDUSTRIALIZANTE DA POLÍTICA ECONÔMICA PÓS-1930. PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES. A ORDEM INTERNACIONAL DO PÓS-SEGUNDA GUERRA E IMPACTOS SOBRE A POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL PAPEL DAS POLÍTICAS CAMBIAIS DOS ANOS 50 SEGUNDO DIFERENTES PONTOS DE VISTA.CONTEÚDO COMPARADO ENTRE PLANO TRIENAL E PAEG, E DESAFIOS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO NOS ANOS 1960.

Conteúdo Programático

O MODELO PRIMÁRIO EXPORTADOR: CARACTERÍSTICAS GERAIS E AS PECULIARIDADES DO CASO BRASILEIRO. A TENDÊNCIA AO DESEQUILÍBRIO EXTERNO E A INDUSTRIALIZAÇÃO PRÉ-1930. A CRISE DOS ANOS 1930 E O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES. O PÓS GUERRA: INTERREGNO LIBERAL, CRISE CAMBIAL DE 1947 E OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DE INDUSTRIALIZAÇÃO ACELERADA SOB O COMANDO DO ESTADO (II VARGAS). PLANO DE METAS. ORIGENS E RESULTADOS DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES. A CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 1960: ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS. O PLANO TRIENAL E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO GOVERNO GOULART. O OBJETIVO DA EMENTA É ESTUDAR TEMAS RELACIONADOS AO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA, DESDE O FINAL DO IMPÉRIO ATÉ A CRISE DE ACUMULAÇÃO DO INÍCIO DOS ANOS 1960. SUPÕE-SE QUE OS ALUNOS MATRICULADOS TENHAM CURSADO FEB E ECONOMIA BRASILEIRA. OBS.: SOMENTE A BIBLIOGRAFIA BÁSICA SERÁ COBRADA NAS PROVAS; A BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR É PARA INDICAR MATERIAL PARA OS ALUNOS QUE QUISEREM SE APROFUNDAR EM CADA TEMA. PROGRAMA:MÓDULO I O DEBATE SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL CAFEEIRO EM CAPITAL INDUSTRIAL I.A OS SETORES INDUSTRIAIS JÁ INSTALADOS DESDE A VIRADA DO SÉCULO I.B A TRANSIÇÃO DO REGIME ESCRAVISTA PARA O REGIME DE TRABALHO BASEADO NO ASSALARIAMENTO I.C A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E AS MUDANÇAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS I.D PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DO CAFÉ E SEUS EFEITOS SOBRE A ATIVIDADE ECONÔMICA BIBILIOGRAFIA BÁSICA PARA AS AULAS DO MÓDULO: ABREU (1990A), CAP. 1 E 2; FURTADO (1961), CAP. 28, 29 E 30; BASTOS (2008); FRANCO (1990); PRADO(2003). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AURELIANO (1981), INTRODUÇÃO E CAPÍTULOS I E II; DELFIM NETTO (2009), CAPÍTULOS 1, 2, 3 E 11; FRANCO E LAGO (2012);CARDOSO DE MELLO (1982), CAP. I (E, DENTRO DELE, ESPECIALMENTE A PARTE II); SAES (1989); FRITSCH (1990). MÓDULO II A POLÍTICA ECONÔMICA DIANTE DA CRISE DE 1929: O

ROMPIMENTO COM A ORTODOXIA II.AA TRANSIÇÃO DA ECONOMIA PRIMÁRIO-EXPORTADORA PARA A ECONOMIA INDUSTRIAL (O DESLOCAMENTO DO CENTRO DINÂMICO) II.B A TEORIA DOS CHOQUES ADVERSOS II.CSOBRE A INTENCIONALIDADE INDUSTRIALIZANTE DA POLÍTICA ECONÔMICA PÓS-1930 BIBILIOGRAFIA BÁSICA: ABREU (1990A), CAP. 3; FURTADO (1961), CAP. 31 E 32; ABREU (1990B); ALVARENGA JR.E MATTOS (2015); BASTOS (2010A); SUZIGAN (1984); SUZIGAN (2000),CAP. 1. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR FONSECA (1986); FONSECA (2003); DRAIBE (2004). MÓDULO III ANOS 40 E PERÍODO DO IMEDIATO PÓS-GUERRA III.A AS DIFICULDADES E AS OPORTUNIDADES GERADAS PELA II GUERRA III.B RESERVAS CAMBIAIS E PERSPECTIVAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO III.C O CENÁRIO EXTERNO NOS ANOS 40 BIBILIOGRAFIA BÁSICA: ABREU (1990A), CAP. 4; BASTOS (2004); MALAN (1984), INTRODUÇÃO E PARTES 1, 2 E 3; VIANNA (1990A). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BIELSCHOWSKY (2000), PARTE II; CAPÍTULOS 4 (PARA GUDIN); CAP. 5 PARTES 5.1 E 5.2 (PARA SIMONSEN) E CAPÍTULOS 599/1013 E811(TODO O PERÍODO). SARE SIMONSEN E GUDIN (2010) (TERCEIRA EDIÇÃO), PARTE I. MÓDULO IV O SEGUNDO GOVERNO VARGAS, AS BASES PARA A INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA SOB JUSCELINO KUBITSCHEK E A CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 1960 IV.A A QUESTÃO CAMBIAL E AS INSTRUÇÕES DA SUMOC IV.B AS MUDANÇAS ESTRUTURAIS IV.C PLANO TRIENAL E A CRISE DO INÍCIO DOS ANOS 60 BIBILIOGRAFIA BÁSICA: BASTOS (2012); BASTOS (2013); FONSECA (2010); MALAN (1984), INTRODUÇÃO E PARTES 4, 5, 6 E 7; BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BASTOS (2010B); BALTARE DEDECCA (1992 A) E (1992 B); FONSECA (2002); SALM (2010); MELO, BASTOS E ARAÚJO (2006); SIMONSEN E CAMPOS (1974), CAPÍTULO I E IV; OLIVEIRA (1981), CAP. 1.

Bibliografia Básica

ABREU, M.P. (org.) (1990a). A Ordem do Progresso - cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Ed.Campus. ABREU, M.P.(1990b). Crise, crescimento e modernização autoritária:1930-1945. Cap. 3 de ABREU, M.P. (org.) (1990 a). ABREU, M.P. (1990 c). Inflação, estagnação e ruptura: 1961- 1964.Capítulo 8 de ABREU, M.P. (org.) (1990 a). ALVARENGA Jr., M. e MATTOS, F.A.M. (2015). A política econômica nos anos 1930: evidências de uma heterodoxia consciente. Revista Análise Econômica (UFRGS); ano 33; vol. 64; setembro de 2015. BASTOS, P.P.Z. (2004). O presidente desiludido: a campanha liberal e o pêndulo de política econômica no Governo Dutra (1942-1948). História Econômica e História de Empresas, VII, 1 (2004). (disponível em pdf) BASTOS, P.P.Z. (2008). Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? Texto para Discussão 138. Instituto de Economia da UNICAMP, janeiro de 2008. (disponível em pdf) BASTOS, P.P.Z. (2010a). Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930. Texto para Discussão 179. Instituto de Economia da UNICAMP, junho de 2010. (disponível em pdf) BASTOS, P.P.Z. (2010b). Qual era o projeto econômico varguista? Texto para Discussão 161. Instituto de Economia da UNICAMP, maio de 2010. (disponível em pdf) BASTOS, P.P.Z. (2012). Restrição externa e desenvolvimentismo no Brasil: sobre o segundo governo Vargas (1951-1954). Texto para Discussão n.202. Instituto de Economia da UNICAMP. Abril de 2012. (disponível em pdf) FONSECA, P. C. D. (2003). Sobre a intencionalidade da política industrializante no Brasil na década de 1930. Revista de Economia Política, São Paulo, n. 89, p.133-148. (disponível em pdf) FONSECA, P.C.D.(2010). Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. Revista TEMPO. (disponível em pdf) FURTADO, C. (1961). Formação Econômica do Brasil. (ou outras edições). MALAN, P.S. (1984). Relações Econômicas Internacionais do Brasil, 1945-1964. In: FAUSTO, B. (org.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol. II. São Paulo: Ed. Difel. PRADO, L.C.D. (2003). A Economia Política das Reformas Econômicas da Primeira Década Republicana. Revista Análise Econômica. Ano 21, n.39. março 2003. (disponível em pdf) SUZIGAN, W. (1984). Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30. Revista de Economia Política, vol. 4(1), jan- mar/1984. (disponível em pdf) SUZIGAN, W. (2000). Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. Ed. Hucitec. VIANNA, S.B. (1990a). Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. Cap. 4 de ABREU, M.P. (org.) (1990 a). VIANNA, S.B. (1990b). Duas Tentativas de Estabilização: 1951-1954. Cap. 5 de ABREU, M.P. (org.) (1990 a).

Bibliografia Complementar

AURELIANO, L. (1981). No limiar da industrialização. São Paulo: Ed. Brasiliense. Introdução e capítulos I e II. BALTAR, P.E.A. e DEDECCA, C. (1992 a). Notas sobre o mercado de trabalho no Brasil durante a industrialização restringida. Cadernos do CESIT (texto para discussão n.12). IE/UNICAMP (Campinas). BALTAR, P.E.A.e DEDECCA, C. (1992 b). Emprego e salários nos anos 60 e 70. Cadernos do CESIT. Volume 3, n. 4. IE/UNICAMP (Campinas). BASTOS, P.P. (2013). O Plano Trienal e sua economia política. In: FURTADO, R.F. A. Plano Trienal. Centro Celso Furtado. (e também disponível em pdf) BIELSCHOWSKY, R. (2000). Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Contraponto. CARDOSO de MELLO, J.M. (1982). O Capitalismo Tardio. Ed. Brasiliense. DELFIM NETTO, A. (2009). O problema do café no Brasil. Ed. UNESP (terceira edição).
DRAIBE, S. (2004). Rumos e Metamorfoses - Estado e Industrialização no Brasil 1930-1960. Ed. Paz e Terra. FONSECA, P.C.D. (1986). Aortodoxia posta em questão: a política econômica e a percepção governamental da crise dos anos 30 no Brasil. Ensaios FEE, 7 (1); Porto Alegre, 1986. (disponível em pdf) FONSECA, P.C. D. (2002). Nacionalismo e Economia: o Segundo Governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.). História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: HUCITEC/Ed. USP. (e também disponível em pdf) FRANCO, G.H.B. (1990). Primeira Década Republicana. Capítulo 1 de ABREU, M.P. (org.) (1990 a). FRANCO, G.H.B. e LAGO, L.A.C. O processo econômico (parte 4). In: SCHWARCZ, L.M. (org.). A Abertura para o Mundo: 1889-1930 (volume 3). Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. RJ: Ed. Objetiva e Mapfre (coedição). 2012. FRITSCH, W. (1990). Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930. Capítulo 2 de ABREU, M.P. (org.). (1990 a). MELO, H. P.; BASTOS, C. P. & ARAUJO, V. L. (2006). A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado. In: FERREIRA, M. M. (Org) João Goulart: entre a memória e a história, Rio de Janeiro: FGV. OLIVEIRA, F.A. (1981). A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil.Ed. Brasil debates: São Paulo. PINHO NETO, D.M. (1990). O Interregno Café Filho: 1954-1955. Cap. 6 de ABREU, M.P. (org.) (1990 a). SAES, F.A.M. (1989). A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. Estudos Avançados (USP), vol. 3, n.7. (disponível em pdf) SARETTA, F. (2002). O Governo Dutra na transição capitalista no Brasil.In: SZMRECSÁNYI, T. e SUZIGAN, W. (org.).História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: HUCITEC/Ed. USP. SALM, C. (2010). O debate sobre a tendência à estagnação. In: MALTA, M.M. (org.). Ecos do Desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro. Rio de Janeiro: IPEA/UFRJ. SIMONSEN, M. H. e CAMPOS, R.O. (1974). A nova economia brasileira. RJ: Livraria José Olympio Editora. SIMONSEN, R. e GUDIN, E. (2010).
Desenvolvimento: o debate pioneiro de 1944-1945. Brasília (DF): IPEA (3ª edição).

Nome INDUSTRIA E POLÍTICA INDUSTRIAL

Código SEN00157 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

ATIVIDADE INDUSTRIAL; INDICADORES E FONTES ESTATÍSTICAS; INDÚSTRIA E TERRITÓRIO; INDÚSTRIA E COMÉRCIO; POLÍTICA INDUSTRIAL.

Conteúdo Programático

1. A importância da indústria no processo de desenvolvimento 2. Indústria e estrutura econômica 3. O debate sobre a desindustrialização 4. Indústria e comércio exterior 5. Política industrial: passado e futuro

Bibliografia Básica

1. David Kupfer / Lia Hasenclever (orgs) - A Economia Industrial: Fundamentos teóricos e práticas no Brasil, Ed. Campus, 2002 2. Bacha, Edmar e Monica de Bolle (orgs) - O Futuro da Indústria Brasileira - desindustrialização em debate, Editora Civilização Brasileira, 2011 3. CNI - O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo - os desafios do século XXI, Editora Campus, 1999 4. Bonelli, Regis (org) - a Agenda de Competitividade do Brasil, FGV Editora, 2012

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO

Nome	INTERPRETACOES DO BRASIL		
Código	SEN00177 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA: OLIVEIRA VIANNA, GILBERTO FREIRE, CAIO PRADO JR., SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, CELSO FURTADO, FLORESTAN FERNANDES E MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES.

Conteúdo Programático

MÓDULO I: OLIVEIRA VIANNA E AS BASES DO PENSAMENTO AUTORITÁRIO BRASILEIRO MÓDULO II: GILBERTO FREIRE E A SOCIEDADE
BRASILEIRA. Módulo III: Sérgio Buarque de Holanda: o homem cordial Módulo IV: Nunes Vítor Leal : o coronelismo como sistema político Módulo V: Florestan Fernandes: a modernização conservadora Módulo VI: José Murilo de Carvalho: a cidadania no Brasil

Bibliografia Básica

VIANNA, Oliveira. Instituições políticas brasileiras. Belo Horizonte; Itatiaia; São Paulo, USP; Niterói, RJ, UFF.,1987. FREYRE, Gilberto. Casa-grande e senzala. Brasília, Editora da UnB, 1963. FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. RJ, Record. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1936 LEAL, Nunes Victor. Coronelismo, enxada e voto. RJ, Nova Fronteira, 1997. FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1976. CARVALHO, José Murilo. A construção da cidadania no Brasil. Fondo de Cultura Econômica, México, 1993.

Bibliografia Complementar

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. LAMOUNIER, Bolívar. -Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. Uma Interpretação- in FAUSTO, Bóris (org.). História geral da civilização brasileira. t. iii, v. ii. Rio de Janeiro, Editora Bertrand do Brasil, 1990. MEDEIROS, Jarbas. Ideologia autoritária no Brasil. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1978. MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933 - 1974). São Paulo, Editora Ática, 1977. MOTA, Lourenço Dantas (Organizador). Introdução ao Brasil; um banquete nos trópicos. São Paulo, Senac São Paulo, 2004. PÉCAUT, Daniel. Intelectuais e política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo, Ática, 1990. VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Revan, 1997.

Nome	INTRODUÇÃO A ECONOMIA II		
Código	SEN00181 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2014 **Semestre de Vigência** 2		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	51	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	51
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

O SISTEMA ECONÔMICO; A CIRCULAÇÃO NO SISTEMA ECONÔMICO; RELAÇÕES COM O EXTERIOR; O SETOR PÚBLICO; O SISTEMA MONETÁRIO-FINANCEIRO; A UNIDADE PRODUTORA NO SISTEMA ECONÔMICO; A REPARTIÇÃO DO PRODUTO NO SISTEMA ECONÔMICO.

Conteúdo Programático

OBJETIVOS DA DISCIPLINA/ATIVIDADE:CAPACITAR O ESTUDANTE DE NUTRIÇÃO PARA O ENTENDIMENTO DO FUNCIONAMENTO DE UM SISTEMA ECONÔMICO, ESTIMULAR O ESTUDANTE À PERCEPÇÃO E O INTERESSE PELOS PROBLEMAS ECONÔMICOS, FAMILIARIZÁ-LO COM AS TEORIAS QUE SE PROPÕEM ANALISAR A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA, A ECONOMIA DE MERCADO, A ESTRUTURA DE CUSTOS E RECEITAS. ESTUDAR A ECONOMIA DE UMA SOCIEDADE A PARTIR DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS APONTANDO AS PERCEPÇÕES DE FUNCIONAMENTO DA MACROECONOMIA ENQUANTO BASE PARA ENTENDER UMA PROPOSTA DE POLITICA ECONÔMICA. DESCRIÇÃO DA EMENTA:O PROBLEMA DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA, O FUNCIONAMENTO DE UM SISTEMA ECONÔMICO, MECANISMOS DE ANÁLISE DA TEORIA DA OFERTA E DA PROCURA NAS DIFERENTES ESTRUTURAS DE MERCADO. DETERMINAÇÃO DE RECEITAS E CUSTOS DE PRODUÇÃO EM SISTEMAS PRODUTIVOS. NOÇÕES DE MACROECONOMIA PARA ENTENDER O FLUXO DA RENDA E DO PRODUTO. MOEDAS E BANCOS. INFLAÇÃO E DESEMPREGO. O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO.

Bibliografia Básica

1. PINHO, D. B. & VASCONCELLOS, M. A. S. de (Org.) - Manual de Macroeconomia, São Paulo, Editora Saraiva, 1999. 2. ROSSETTI, J. P. Introdução à Economia, São Paulo, Atlas, 2006. 3. MANKIW, N. G. Introdução à Economia, São Paulo, Editora Campus, 2001.

Bibliografia Complementar

1. SAMUELSON, P. A. & NORDHAUS, W. D. - Economia, Lisboa, Macgraw-Hill, 1996)

Nome	INTRODUÇÃO À ECONOMIA I		
Código	SEN00063 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2005 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

O OBJETO DA ECONOMIA. A NATUREZA DO PROCESSO DA PRODUÇÃO. A DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO. VALOR E PREÇOS. A MOEDA. OS ESQUEMAS DA REPRODUÇÃO. O PAPEL DO ESTADO NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS. AS RELAÇÕES EXTERNAS E OS SISTEMAS FINANCEIROS. ECONOMIA.

Conteúdo Programático

PARTE I ¿ CONCEITOS BÁSICOS DA TEORIA ECONÔMICA 1 . OS PROBLEMAS BÁSICOS DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA (CAP 2) OS TRÊS PROBLEMAS DA ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA: O QUE, COMO E QUANTO PRODUZIR POSSIBILIDADES TECNOLÓGICAS DA SOCIEDADE: CURVA DE POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO COMÉRCIO, MOEDA E CAPITAL 2 . MERCADOS E GOVERNO NUMA ECONOMIA CAPITALISTA (CAP 3) COMO OS MERCADOS RESOLVEM OS PROBLEMAS ECONÔMICOS BÁSICOS O PAPEL ECONÔMICO DO GOVERNO 3 . OS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DA OFERTA E DA DEMANDA (CAP 4) EQUILÍBRIO DA OFERTA E DA DEMANDA PARTE II ¿ MICROECONOMIA 4 . OFERTA E DEMANDA (CAP 5) ELASTICIDADE-PREÇO DA DEMANDA E DA OFERTA APLICAÇÕES DA OFERTA E DA PROCURA 5 . DEMANDA E O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR (CAP 6) ESCOLHA E UTILIDADE 6 . PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL (CAP 7) A ORGANIZAÇÃO EMPRESARIAL TEORIA DA PRODUÇÃO E PRODUTOS MARGINAIS 7 . ANÁLISE DE CUSTOS (CAP 8) ANÁLISE ECONÔMICA DOS CUSTOS 8 . CONCORRÊNCIA PERFEITA (CAP 9) O COMPORTAMENTO DA OFERTA EFICIÊNCIA E EQÜIDADE 9 . MONOPÓLIO (CAP 10) PADRÕES DE CONCORRÊNCIA IMPERFEITA RECEITA MARGINAL E MONOPÓLIO PARTE III. MACROECONOMIA 10 . VISÃO GERAL (CAP 23) CONCEITOS E OBJETIVOS OFERTA E DEMANDA AGREGADA 11 . CONTAS NACIONAIS (CAP 24) PIB, PNB, EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS 12 . CONSUMO E INVESTIMENTO (CAP 25) CONSUMO E POUPANÇA OS DETERMINANTES DO INVESTIMENTO 13 . FUNDAMENTOS DA OFERTA E DEMANDA AGREGADA (CAP 26) CURTO E LONGO PRAZO CASO CLÁSSICO VERSUS CASO KEYNESIANO 14 . MOEDA E BANCOS COMERCIAIS (CAP 28) MOEDA E TAXA DE JUROS BANCOS COMERCIAIS E OFERTA MONETÁRIA 15 . BANCO CENTRAL E POLÍTICA MONETÁRIA (CAP 29) FUNÇÕES DO BANCO CENTRAL OS EFEITOS DA MOEDA SOBRE O PRODUTO E OS PREÇOS 16 . INFLAÇÃO E DESEMPREGO (CAP 33) FONTES DA INFLAÇÃO: CUSTOS VERSUS DEMANDA TEORIA DA INFLAÇÃO: CURVA DE PHILLIPS DILEMAS DA POLÍTICA ANTI-INFLACIONÁRIA.

Bibliografia Básica

SAMUELSON, P. A. E NORDHAUS, W. D. (1993), ECONOMIA. LISBOA. MACGRAW-HILL.

Bibliografia Complementar

DORNBUSH, R. E FISCHER, S. (1991), MACROECONOMIA. SÃO PAULO: MCGRAW-HILL. VARIAN, H. R. (1994), MICROECONOMIA. RIO DE JANEIRO: CAMPUS.

Nome INTRODUÇÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Código SEN00245 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2023	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	30	**Carga Horária Prática**	30
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	60		

Ementas

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO UM PROCESSO INTERDISCIPLINAR, EDUCATIVO, CULTURAL, CIENTÍFICO E POLÍTICO QUE PROMOVE A INTERAÇÃO TRANSFORMADORA ENTRE UNIVERSIDADE E OUTROS SETORES DA SOCIEDADE. SABER POPULAR E CONHECIMENTO CIENTÍFICO. A INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO. AS DIRETRIZES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. AS AÇÕES DE EXTENSÃO. AS ÁREAS TEMÁTICAS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. OS CAMPOS DE APLICAÇÃO DA AÇÃO EXTENSIONISTA: POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS, SETORES PRODUTIVOS E EDUCAÇÃO. A INVERSÃO NA METODOLOGIA DE ENSINO: O ALUNO COMO ATUANTE E PROTAGONISTA DE SEU PROCESSO FORMATIVO. A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA AÇÃO EXTENSIONISTA. OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.

Conteúdo Programático

1. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONCEITOS E DIRETRIZES. 2. A INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO. 3. O PAPEL DA UNIVERSIDADE: HISTÓRICO, CRISE E TRANSFORMAÇÃO. 3.1. PARA QUE SERVE O CONHECIMENTO ? 3.2. PARA QUEM SERVE O CONHECIMENTO?. 3.3. O QUE É AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA ?. 4. A INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE 5. OS CAMPOS DE APLICAÇÃO PARA O FAZER EXTENSIONISTA: 5.1. A ARTICULAÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS; 5.2. A ARTICULAÇÃO DA EXTENSÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS; 5.3. A ARTICULAÇÃO DA EXTENSÃO COM OS SETORES PRODUTIVOS DA SOCIEDADE; 5.4. O APOIO ÀS INICIATIVAS DE AMPLIAÇÃO DO ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR. 6. O QUE SÃO DEMANDAS DA SOCIEDADE EM TERMOS DA GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TROCA DE SABERES ?. 7. COMO AVALIAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO. 8. O FAZER EXTENSIONISTA NA PRÁTICA: NA SEGUNDA PARTE DO CURSO ESTÁ PREVISTA UMA INCURSÃO DO ALUNO EM CAMPO PARA QUE ESTE FORMULE UM PLANO DE AÇÃO EXTENSIONISTA.

Bibliografia Básica

CHAUÍ, M. A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB NOVA PERSPECTIVA; REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO 24:5-15, 2003. DEMO, PEDRO. FORPROEX

- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (2007): EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO. ORGANIZAÇÃO: EDISON JOSÉ CORRÊA. BELO HORIZONTE: COOPMED ¿ COOPERATIVA MÉDICA. 112 PGS. FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (2012): POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. MANAUS, 2012. SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI: PARA UMA REFORMA DEMOCRÁTICA E EMANCIPATÓRIA DA UNIVERSIDADE. SÃO PAULO:

CORTEZ, 2004. TRINDADE, HÉLGIO (ORG.) UNIVERSIDADE EM RUÍNAS: NA REPÚBLICA DOS PROFESSORES. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES / RIO GRANDE DO SUL: CIPEDES, 1999.

Bibliografia Complementar

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (2006). INDISSOCIABILIDADE ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: UMA VISÃO DA EXTENSÃO. PORTO ALEGRE: UFRGS / BRASÍLIA: MEC/SESU. 100 PÁGS. (COLEÇÃO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA) IMPERATORE, SIMONE LOUREIRO BRUM. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: EXPERIÊNCIA DA ARTICULAÇÃO PESQUISA-ENSINO-EXTENSÃOCOMO POTENCIALIZADORA DA PRODUÇÃO E APLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS EM CONTEXTOS REAIS. RIO DE JANEIRO: GRAMMA, 2019. SANTOS, BOAVENTURA DE SOUSA. PELA MÃO DE ALICE: O SOCIAL E O POLÍTICO NA PÓS-MODERNIDADE. 9ª EDIÇÃO. SÃO PAULO: CORTEZ, 2003.

Nome INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA

Código SEN00182 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2016	**Semestre de Vigência**	2
Status	Ativa	**Data Desativação**	-
		Motivo Desativação	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E PLANEJAMENTO FINANCEIRO. TÍTULOS DE RENDA FIXA: TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS. MERCADO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO. MERCADOS DE BALCÃO E DE PREGÃO. SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA: SELIC E CETIP. PRODUTOS BANCÁRIOS E FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. TRIBUTAÇÃO EM RENDA FIXA. PRINCIPAIS TÍTULOS PÚBLICOS: LTN, LFT E NTN. PRECIFICAÇÃO DE TÍTULOS DE RENDA FIXA. TAXAS DE JUROS A VISTA E A TERMO. TEORIAS DA ESTRUTURA A TERMO DA TAXA DE JUROS. ESTIMAÇÃO DA ESTRUTURA DA TAXA DE JUROS. INTRODUÇÃO AOS DERIVATIVOS DE TAXAS DE JUROS. DURAÇÃO E CONVEXIDADE. IMUNIZAÇÃO.

Conteúdo Programático

INSTRUMENTOS FINANCEIROS E PLANEJAMENTO FINANCEIRO. TÍTULOS DE RENDA FIXA: TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS. MERCADO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO. MERCADOS DE BALCÃO E DE PREGÃO. SISTEMAS DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA: SELIC E CETIP. PRODUTOS BANCÁRIOS E FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO. TRIBUTAÇÃO EM RENDA FIXA. PRINCIPAIS TÍTULOS PÚBLICOS: LTN, LFT E NTN. PRECIFICAÇÃO DE TÍTULOS DE RENDA FIXA. TAXAS DE JUROS A VISTA E A TERMO. TEORIAS DA ESTRUTURA A TERMO DA TAXA DE JUROS. ESTIMAÇÃO DA ESTRUTURA DA TAXA DE JUROS. INTRODUÇÃO AOS DERIVATIVOS DE TAXAS DE JUROS. DURAÇÃO E CONVEXIDADE. IMUNIZAÇÃO.

Bibliografia Básica

SANTOS, J. C. DE S.; SILVA, M. E. DERIVATIVOS E RENDA FIXA: TEORIA E APLICAÇÕES AO MERCADO BRASILEIRO. ATLAS, 2015 SECURATO, J. R. CÁLCULO FINANCEIRO DAS TESOURARIAS: BANCOS E EMPRESAS. SAINT PAUL, 2015

Bibliografia Complementar

BERGER, P. L. MERCADOS DE RENDA FIXA NO BRASIL: ÊNFASE EM TÍTULOS PÚBLICOS. INTERCIÊNCIA. 2015.

Nome	MACROECONOMIA DE KEYNES		
Código	SEN00104 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

KEYNES E A MACROECONOMIA; O MÉTODO DA TEORIA GERAL, O MODELO ESTÁTICO: A TEORIA DO EMPREGO E DA RENDA; O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA; POUPANÇA, INVESTIMENTO, JUROS E FINANCIAMENTO; A PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ; A DETERMINAÇÃO DA TAXA DE JUROS; O MULTIPLICADOR; PREÇOS E PRODUTO, FLUTUAÇÕES CÍCLICAS; IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA: TEORIA MONETÁRIA E FISCAL.

Conteúdo Programático

OBJETIVO: APRESENTAR OS PRINCIPAIS FUNDAMENTOS DA TEORIA KEYNESIANA, CONFRONTANDO-OS COM OS DA TEORIA NEOCLÁSSICA, DESTACANDO SUA IMPORTÂNCIA PARA A DIFERENÇA DE ANÁLISE E DE PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO VIA POLÍTICA MACROECONÔMICA ENTRE AS DUAS CORRENTES DE PENSAMENTO ECONÔMICO. COMO APLICAÇÃO, SERÁ ANALISADA A CRISE ECONÔMICA POR QUE PASSAM AS PRINCIPAIS ECONOMIAS NA ATUALIDADE, CONSEQÜÊNCIA DA CRISE FINANCEIRA NORTE-AMERICANA, AGRAVADA EM FINS DE 2008.
PROGRAMA 1 EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO PRÉ-KEYNES 1.1 OS CLÁSSICOS: A. SMITH, D. RICARDO, K. MARX 1.2 PRIMÓRDIOS DA TEORIA NEOCLÁSSICA: TEORIA MARGINALISTA 1.2 TEORIA NEOCLÁSSICA 2 ESTRUTURA TEÓRICA NEOCLÁSSICA 2.1 TEORIA DO CONSUMIDOR 2.2 TEORIA DA PRODUÇÃO (FUNÇÃO DE PRODUÇÃO): DETERMINAÇÃO DO PRODUTO 2.3 INVESTIMENTO VERSUS POUPANÇA: DETERMINAÇÃO DA TAXA DE JUROS 2.5 LEI DE SAY E TQM 3 CRÍTICA DE KEYNES 3.1 PRINCÍPIO DE DEMANDA EFETIVA 3.2 PAPEL DA MOEDA 3.3 MERCADO DE TRABALHO 3.4 DETERMINAÇÃO DOS GASTOS: CONSUMO E INVESTIMENTO 3.5 INCERTEZA 3.6 INVESTIMENTO VERSUS POUPANÇA 3.7 DETERMINAÇÃO DA TAXA DE JUROS 4 A MODERNIDADE DO PENSAMENTO DE KEYNES 4.1 CRISES FINANCEIRAS 4.2 POLÍTICA MONETÁRIA: METAS DE INFLAÇÃO 4.3 DESREGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS FINANCEIROS: CONSENSO DE WASHINGTON 4.4 DESREGULAMENTAÇÃO DOS MERCADOS DE TRABALHO E LIBERALIZAÇÃO DOS MERCADOS VERSUS FECHAMENTO DE FRONTEIRAS (IMIGRANTES, PRODUTOS) 4.5 NÍVEIS DE GASTOS DE INVESTIMENTO VERSUS INCERTEZA 4.6 POLÍTICAS MACROECONÔMICAS COMPENSATÓRIAS VERSUS CRISE

Bibliografia Básica

KEYNES, J. M. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, 1936. BRESSER-PEREIRA, L. C. Da macroeconomia clássica à keynesiana, 1974, mimeo. OCIO, Domingo Z. A economia como ciência. Dos clássicos a Keynes. Relatório de

Pesquisa, No. 8, EASEP/FGV/NPP - Núcleo de Pesquisa e Publicações, 2000, mimeo. ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA. Dossiê da crise. Disponível em: http://www.ppge.ufrgs.br/akb

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome MACROECONOMIA PARA CONTADORES

Código SEN00240 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2018	**Semestre de Vigência**	2
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

NOÇÕES DE MACROECONOMIA; CONCEITOS BÁSICOS. O LADO REAL E O LADO MONETÁRIO DA ECONOMIA. METAS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA; INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MACROECONÔMICA; AGREGADOS MACROECONÔMICOS. NOÇÕES DE ECONOMIA BRASILEIRA; DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO. PLANOS DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA. SISTEMA FINANCEIRO E INSTITUIÇÕES DE CONTROLE MONETÁRIO; INFLAÇÃO. NOÇÕES SOBRE O SETOR EXTERNO DA ECONOMIA E PRINCIPAIS ORGANISMOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS.

Conteúdo Programático

AS VARIÁVEIS ECONÔMICAS E OUTROS CONCEITOS FUNDAMENTAIS: CONSUMO, INVESTIMENTO E GASTOS GOVERNAMENTAIS; DEMANDA AGREGADA; MULTIPLICADOR KEYNESIANO; EQUILÍBRIO DE MERCADO. POLÍTICAS ECONÔMICAS: POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA; IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS SOBRE A DEMANDA AGREGADA (ECONOMIA FECHADA E ECONOMIA ABERTA). PROGRAMA: I. MODELO IS-LM (ECONOMIA FECHADA) 1.1 DEMANDA AGREGADA E O MULTIPLICADOR KEYNESIANO 1.2 CURVA IS ¿ EQUILÍBRIO NO MERCADO DE BENS 1.3 CURVA LM ¿ EQUILÍBRIO NO MERCADO MONETÁRIO 1.4 EQUILÍBRIO SIMULTÂNEO NOS MERCADOS DE BENS E DE ATIVOS 1.5 EFEITOS DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS SOBRE A DEMANDA AGREGADA II. MODELO MUNDELL-FLEMING (ECONOMIA ABERTA) 2.1 DETERMINAÇÃO DA DEMANDA AGREGADA 2.2 MOVIMENTO DE CAPITAIS 2.3 IS-LM PARA UMA ECONOMIA ABERTA 2.4 CURVA BP E EQUILÍBRIO EXTERNO 2.5 IMPACTO DAS POLÍTICAS MACROECONÔMICAS EM UMA ECONOMIA ABERTA.

Bibliografia Básica

NOTAS DE AULA. SACHS, J. & LARRAIN, F. MACROECONOMIA. SÃO PAULO: MAKRON BOOKS.

Bibliografia Complementar

LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M. A. (ORG.) MANUAL DE MACROECONOMIA. SÃO PAULO, ATLAS.

Nome	MERCADOS DE CAPITAIS		
Código	SEN00188 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2016 **Semestre de Vigência** 2		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MERCADO DE CAPITAIS . MERCADO DE AÇÕES : ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO. TIPOS DE AÇÕES . DIREITOS DOS ACIONISTAS . ÍNDICES BURSÁTEIS . GOVERNANÇA CORPORATIVA E NOVO MERCADO. ANÁLISE FUNDAMENTALISTA E ANÁLISE TÉCNICA . TEORIA DE DOW. OUTROS MERCADOS DE RENDA VARIÁVEL . TEORIA DE CARTEIRAS. FUTURO DE ÍNDICE. GESTÃO DO RISCO ESPECÍFICO E SISTÊMICO

Conteúdo Programático

SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL E DO BRASIL ¿ BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 2. MERCADOS FINANCEIROS - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 3. MERCADO DE CAPITAIS - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAP. 5. VALORES MOBILIÁRIOS ¿ BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAP. 6 MERCADO DE CAPITAIS E AS EMPRESAS. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAP. 7 BOLSAS DE VALORES NO MUNDO - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL. CAPÍTULO 8 BOLSAS DE VALORES NO BRASIL - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 9 ANÁLISE FUNDAMENTALISTA DAS AÇÕES - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 12. ANÁLISE MACROECONÔMICA E SETORIAL - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 13 ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DAS EMPRESAS - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 14 VALORIZAÇÃO DAS AÇÕES - BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 15 ANÁLISE TÉCNICA DAS AÇÕES. BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL CAPÍTULO 16

Bibliografia Básica

PINHEIRO, JULIANO LIMA, MERCADOS DE CAPITAIS. FUNDAMENTOS E TÉCNICAS, 7ª EDIÇÃO, SÃO PAULO, ATLAS, 2014.

Bibliografia Complementar

FORTUNA, EDUARDO, MERCADO FINANCEIRO: PRODUTOS E SERVIÇOS, 22ª EDIÇÃO, QUALITYMARK, RIO DE JANEIRO, 2020.

Nome METODOL E TEC DE PESQUISA EM ECONOMIA

Código SEN00084 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	90	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	90
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

A PESQUISA EM ECONOMIA: O QUE É, POR QUE E PARA QUE SERVE; METODOLOGIA DE PESQUISA; PLANEJAMENTO DA PESQUISA; TÉCNICAS E NORMAS PARA UTILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS E DE INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS; ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA DE FIM DE CURSO.

Conteúdo Programático

1. O que é pesquisa, por que e para que serve. 2. Planejamento da pesquisa. 3. Utilização de informações bibliográficas. 4. Utilização de informações quantitativas. 5. Metodologia de pesquisa. 6. Elaboração do projeto de pesquisa (projeto de monografia de fim de curso).

Bibliografia Básica

BÊRNI, Duilio de Avila (coord.) Técnicas de Pesquisa em Economia: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002. ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1996. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1986. MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: Editora UnB, 1989.

UNIV

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO

Nome METODOLOGIA DA ANALISE ECONOMICA

Código SEN00091 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TEORIAS DA CIÊNCIA E DA EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA. A TRADIÇÃO POSITIVISTA E O PROBLEMA DA DEMARCAÇÃO ENTRE O CIENTÍFICO E O NÃO-CIENTÍFICO; POSITIVISMO-LÓGICO. O FALSEACIONISMO POPPERIANO. A TRADIÇÃO DO CRESCIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO: AS CONTRIBUIÇÕES DE KUHN, LAKATOS E FEYERABEND. CIÊNCIA E CRÍTICA ONTOLÓGICA: CIÊNCIA, VERDADE E UTILIDADE: RELATIVISMO VERSUS REALISMO ONTOLÓGICO.

Conteúdo Programático

UNIDADE I. Ética, Moral, Ciência e Justiça: introdução ao tema 1. Valores e comportamento humano 2. Ética e ciência 3. Bem-estar e justiça 4. Ética,
moral, justiça e prática social UNIDADE II. Sobre Ética e Economia I: a tradição utilitarista 1. Valor-trabalho: fundamento ético inconciliável com a Economia Política 2. O utilitarismo clássico: noções utilitaristas de bem-estar, igualdade e moral 3. A revisão marginalista: a Economia como moral científica 4. De Pareto a Arrow: o rápido esgotamento da perspectiva utilitarista UNIDADE III. Sobre Ética e Economia II: a abordagem das capacidades 1. Fundamentos da abordagem das capacidades: o libertarismo rawlsiano e a justiça como eqüidade 2. Sen e a abordagem das capacidades 3. A noção de capacidade como substituto da utilidade na teoria econômica 4. Ética, moral, justiça e prática social: convergências entre o senianismo e o utilitarismo UNIDADE IV:
Sobre a Ética da Economia I: o contraponto marxista 1. Marx tem Ética? 2. Duas tentativas de fundar uma ética marxista 2.1. Bhaskar: ontol

Bibliografia Básica

ACKERMAN, F. et alii (eds.). (1997). Human Well-Being and Economic Goals. Washington: Island Press. BENTHAM, J. (1979). Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. São Paulo: Abril Cultural. BHASKAR, R. (1986). Scientific Realism and Human Emancipation. London: Verso. BHASKAR, R. (1998). The Possibility of Naturalism. Brighton: Harvest. DUAYER, M. & MEDEIROS, J.L. (2006). --Under-Labouring- for Ethics: Lukács- Critical Ontology- in LAWSON, C., LATSIS, J., and MARTINS, N., (eds) Contributions to Social Ontology. Londres: Routledge. LUKÁCS, G. (1984). Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins - I Halbband. Darmstadt: Luchterhand. MARX, K. & ENGELS, F. (1980). Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas - Volume II. Lisboa: Editora Presença; Livraria Martins Fontes. MARX, K. (1961). -Crítica ao Programa de Gotha- in MARX, K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas - Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Vitória. MARX, K. (1994). -Critical Notes on the Article: -The King of Prussia and Social Reform. By a Prussian--, in MARX, K. Early Political Writings (Edited by O-Malley, J. & Davis, R.). Cambridge (UK): Cambridge

University Press. MILL, J.S. (2000). A Liberdade / Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes. MILLER, R.L. (1981). Microeconomia: teoria, questões e aplicações. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. RAWLS, J. (2000). O Liberalismo Político. São Paulo: Ática. SEN, A. (1999). Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras. SEN, A. (2001). Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Record. VARIAN, H.R. (2000). Microeconomia: princípios básicos, 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus. WALRAS, L. (1983). Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Abril Cultural.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome MICROECONOMIA PARA CONTADORES

Código SEN00239 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2018	**Semestre de Vigência**	2
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

NOÇÕES DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA: CONCEITOS BÁSICOS; EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO. DIVISÃO DA ECONOMIA PARA FINS DIDÁTICOS E METODOLÓGICOS; A ECONOMIA E DEMAIS CIÊNCIAS (CONTABILIDADE, DIREITO, GEOGRAFIA, HISTÓRIA, SOCIOLOGIA E MÉTODOS QUANTITATIVOS). ANÁLISE NORMATIVA E ANALISE POSITIVA; CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS; SISTEMAS ECONÔMICOS; NECESSIDADES ECONÔMICAS. FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO: VISÃO GERAL DE UMA ECONOMIA DE MERCADO. O PROBLEMA ECONÔMICO; ESCASSEZ; ESCOLHA; CONCEITO DE CUSTO DE OPORTUNIDADE. CONCEITO DE CURVA DE POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO. NOÇÕES DE MICROECONOMIA: MERCADO CONSUMIDOR E PRODUTOR; DEMANDA; OFERTA; EQUILÍBRIO DE MERCADO; ELASTICIDADE; ESTRUTURAS DE MERCADO. TEORIA DA PRODUÇÃO; OS CUSTOS DA PRODUÇÃO; PONTO DE NIVELAMENTO; NOÇÃO DE FORMAÇÃO DE PREÇOS.

Conteúdo Programático

A DISCIPLINA TEM COMO FOCO O FUNCIONAMENTO GERAL DA ECONOMIA E APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE RELACIONADOS À TEMÁTICA ECONÔMICA. SERÃO TRATADOS OS INCENTIVOS DOS DIFERENTES AGENTES ECONÔMICOS, SUAS INTERAÇÕES, BEM COMO O MECANISMO DE FUNCIONAMENTO DOS MERCADOS. AO FINAL DO CURSO, O(A) ALUNO(A) DEVERÁ ESTAR APTO(A) A: - COMPREENDER OS MECANISMOS BÁSICOS DE FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO; - COMPREENDER A IMPORTÂNCIA DE CONCEITOS TAIS COMO ELASTICIDADE E CUSTO DE OPORTUNIDADE; - COMPREENDER O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PREÇOS; - COMPREENDER AS RESTRIÇÕES INTERNAS À FIRMA QUE IMPÕEM OBSTÁCULOS AO LUCRO; - COMPREENDER O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO POR MEIO DA ÓTICA MARGINAL; - COMPREENDER OS VÁRIOS AMBIENTES DE MERCADO, DE CONCORRÊNCIA, MONOPÓLIO E OLIGOPÓLIO; E AS IMPLICAÇÕES DE CADA UM DESSES AMBIENTES NA FORMULAÇÃO DE ESTRATÉGIAS, BEM COMO A IMPORTÂNCIA DA REGULAÇÃO; - ENTENDER AS PRINCIPAIS FALHAS DE MERCADO E OBSTÁCULOS À EFICIÊNCIA DE MERCADO. PROGRAMA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA PARTE 1: OFERTA E DEMANDA: COMO FUNCIONAM OS MERCADOS AS FORÇAS DE MERCADO DA OFERTA E DA DEMANDA ELASTICIDADE E SUA APLICAÇÃO CONSUMIDORES, PRODUTORES E EFICIÊNCIA DOS MERCADOS PARTE 2: A ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO EXTERNALIDADES BENS PÚBLICOS E RECURSOS COMUNS PARTE 3: COMPORTAMENTO DA EMPRESA E ORGANIZAÇÃO DA INDÚSTRIA OS CUSTOS DE PRODUÇÃO EMPRESAS EM MERCADOS COMPETITIVOS MONOPÓLIO OLIGOPÓLIO PARTE 4: TEORIA DO CONSUMIDOR A TEORIA DA ESCOLHA DO CONSUMIDOR

Bibliografia Básica

INTRODUÇÃO À ECONOMIA, MANKIW, N. GREGORY. EDITORA: ¿ CENGAGE LEARNING; TRADUÇÃO DA 8ª EDIÇÃO

NORTE-AMERICANA. 720 P.

Bibliografia Complementar

PINDYCK R.S. E RUBINFELD S.L. (2002) . MICROECONOMIA. PRENTICE HALL. QUINTA EDIÇÃO. SÃO PAULO.

Nome MODELOS DE PREVISÃO MACROECONÔMICA

Código SEN00209 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2016	**Semestre de Vigência**	2
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-	**Data**	

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MODELOS DE SÉRIES TEMPORAIS (ARMA, VAR, BAYESIAN VAR): TEORIA, APLICAÇÕES PRÁTICAS E ESTUDOS DE CASO (PROJEÇÕES DE INFLAÇÃO E DE JUROS). MODELOS ESTRUTURAIS: O MODELO DE METAS DE INFLAÇÃO DO BCB; TEORIA, IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA E APLICAÇÃO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.

Conteúdo Programático

O OBJETIVO DO CURSO É APRESENTAR MODELOS CAPAZES DE PROJETAR O COMPORTAMENTO DE VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS E FINANCEIRAS IMPORTANTES (COMO AS TAXAS DE INFLAÇÃO E DE CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL) UTILIZANDO O EVIEWS, QUE É UM DOS SOFTWARES ESTATÍSTICOS E ECONOMÉTRICOS MAIS ADOTADOS NO MERCADO. O SOFTWAREEVIEWSSERÁ UTILIZADO NA MANIPULAÇÃO DE SÉRIES TEMPORAIS, NA ESTIMAÇÃO DE REGRESSÕES MÚLTIPLAS UTILIZANDO OLS, 2SLS E GMM, NA ESTIMAÇÃO DE MODELOS VAR E NO DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MODELOS MACROECONÔMICOS FUNDAMENTADOS NA TEORIA. VAMOS TAMBÉM UTILIZAR ESSES OBJETOS PARA GERAR PROJEÇÕES SOB DIVERSAS ÓTICAS (ESTÁTICA E DINÂMICA; DENTRO DA AMOSTRA, FORA DA AMOSTRA E ¿PSEUDO¿ FORA DA AMOSTRA), PARA AVALIÁ-LAS E PARA CALCULAR PROJEÇÕES ¿REPRESENTATIVAS¿, QUE COMBINAM DE FORMA ÓTIMA PROJEÇÕES ORIUNDAS DE MODELOS DIFERENTES. O CURSO É BASTANTE PRÁTICO, OU SEJA, ELE SE BASEIA EM SIMULAR AS TAREFAS QUE ECONOMISTAS ¿DE MERCADO¿ ENCONTRARIAM EM DEPARTAMENTOS DE PESQUISA DE BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CONSULTORIAS E BANCOS CENTRAIS. PROGRAMA:(I) MANIPULAÇÃO DE SÉRIES TEMPORAIS; (II) ESTIMAÇÃO DE REGRESSÕES MÚLTIPLAS UTILIZANDO OLS, 2SLS E GMM; (III) DIAGNÓSTICOS ENVOLVENDO INSTRUMENTOS; (IV) DETECÇÃO DE HETEROCEDASTICIDADE E/OU AUTOCORRELAÇÃO SERIAL DOS RESÍDUOS; (V) DISPOSITIVOS PARA CORRIGIR AS SUAS CONSEQUÊNCIAS EM EXERCÍCIOS DE INFERÊNCIA E NA ELABORAÇÃO DE MODELOS DE PROJEÇÃO; (VI) ESTIMAÇÃO DE MODELOS VAR; (VII) DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MODELOS MACROECONÔMICOS FUNDAMENTADOS NA TEORIA; E (VIII) OBTENÇÃO, MANIPULAÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROJEÇÕES.

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA ¿EVIEWS ILLUSTRATED FOR VERSION 9¿, CAPÍTULOS 1, 2, 3, 7, 8, 13, 14 E 15. ¿ECONOMETRIA APLICADA NO EVIEWS¿, DE IGOR MORAIS, FILIPE STONA E GUSTAVO SCHUCK, PORTO ALEGRE: FEE, 2016. ¿ECONOMETRICS: THEORY AND APPLICATIONS WITH EVIEWS¿, DE BEN VOGELVANG, PRENTICE HALL/FINANCIAL TIMES, 2005.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	PENSAMENTO ECONOMICO I		
Código	SEN00067 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2006 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		
Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

AS ORIGENS DA ECONOMIA POLÍTICA. MERCANTILISMO E FISIOCRACIA. ADAM SMITH: INTERESSE E SIMPATIA; DIVISÃO DO TRABALHO E TROCA; VALOR, DISTRIBUIÇÃO E ACUMULAÇÃO. RICARDO: VALOR E MOEDA; TEORIA DA DISTRIBUIÇÃO; COMÉRCIO EXTERIOR; ACUMULAÇÃO. A POLÊMICA DA LEI DOS MERCADOS DE SAY NA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA.

Conteúdo Programático

Unidade I: As origens filosóficas do moderno liberalismo: Hobbes, Locke e Montesquieu 1. O estado da natureza, o indivíduo hobbesiano e o Estado como guardião da sociedade e dos direitos. 2. Locke: a propriedade como direito natural. O trabalho como fonte da propriedade. 3. Montesquieu: a teoria do doux commerce. O Estado de direito, a separação dos poderes e a idéia de liberdade. Unidade II: A Economia Política Clássica 1. Adam Smith - Teoria dos sentimentos morais. - O mercado como fundamento da ordem social Interesse individual e bem-estar coletivo. - A divisão do trabalho como fonte da riqueza e a teoria do valor-trabalho. - O Estado diante da mão-invisível. 2. David Ricardo - Teoria da renda fundiária. A Economia rumo ao -estado estacionário-. - Economia nacional e comércio mundial: a teoria das vantagens comparativas relativas. . 3. Thomas Malthus - A teoria do crescimento populacional. -A falta de demanda efetiva. 4. Bentham /Stuart Mill - O utilitarismo como fundamento do liberalismo. Unidade III: Marx e a crítica da economia política (a confirmar) - Acumulação primitiva de capital. - Modo de produção capitalista. - As lutas de classes: burguesia e operariado.

Bibliografia Básica

HOBBES, Thomas. Leviatã. São Paulo, Abril Cultural, 1983. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo; São Paulo, Abril Cultural, 1978 MONTESQUIEU. Do espírito das leis. São Paulo, Abril Cultural, 1979 SMITH, A. A Riqueza das Nações: Investigação Sobre suas Natureza e suas Causas. São Paulo: Nova Cultural, 1985. SMITH, A. Teoria dos Sentimentos Morais. São Paulo, Martins Fontes, 2002. RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Abril Cultural, 1982. MALTHUS, T. Ensaio Sobre a População. São Paulo: Abril Cultural, 1983. BENTHAM, J. Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. São Paulo: Abril Cultural, 1979. MILL, J.S. O Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes, 2000. MILL, John Stuart. Sobre a liberdade. Petrópolis, Vozes, 1991. MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo, Martins Fontes, 1977. MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. In MARX, Karl e Engels, Friedrich, Textos Vol. III. São Paulo, Edições Sociais, 1977.

Bibliografia Complementar

HOBSBAWM, E. A Era das Revoluções - 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. [Capítulos 2 e 13.] POLANYI, Karl. A Grande Transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 1980. CHANG, Há-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. UNESP, 2004. ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Contraponto; UNESP, 1996.

Nome PENSAMENTO ECONOMICO II

Código SEN00068 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2006	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MERCADORIA, DINHEIRO E CAPITAL. MAIS-VALIA ABSOLUTA E RELATIVA. REPRODUÇÃO SIMPLES E AMPLIADA. LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO. ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO. PREÇOS DE PRODUÇÃO. LEI DE TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO. O DEBATE ENTRE HILFERDING E BOHM-BAWERK. ABORDAGENS MARXISTAS CONTEMPORÂNEAS.

Conteúdo Programático

MERCADORIA, DINHEIRO E CAPITAL: VALOR, VALOR DE USO, DINHEIRO, TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL MAIS VALIA ABSOLUTA E MAIS VALIA RELATIVA: PROCESSO DE TRABALHO E PROCESSO DE VALORIZAÇÃO, MAIS-VALIA ABSOLUTA, JORNADA DE TRABALHO MAIS VALIA RELATIVA , COOPERAÇÃO, MANUFATURA E GRANDE INDUSTRIA. ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: REPRODUÇÃO SIMPLES, REPRODUÇÃO AMPLIADA, LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO.

Bibliografia Básica

Marx, K. -O capital. Critica da economia política. Livro I.O processo de produção do capital, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	PENSAMENTO ECONOMICO IV		
Código	SEN00081 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

A TEORIA GERAL DE KEYNES. KALECKI E O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA. FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO DE SCHUMPETER. FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO ECONÔMICO LATINO-AMERICANO: O ESTRUTURALISMO DA CEPAL; O DEBATE DA DEPENDÊNCIA.

Conteúdo Programático

A discussão a ser desenvolvida no presente curso visa apresentar as diversas concepções teóricas sobre macroeconomia. Em específico, pretende-se analisar a determinação das principais variáveis agregadas. Serão estudadas: (i) a crítica de Keynes ao modelo macroeconômico clássico e sua determinação do nível de atividade; (ii) a complementação de Minsky à teoria de Keynes, em especial no que se refere ao comportamento cíclico da economia; (iii) a teoria dinâmica e os ciclos em Kalecki; (iv) a interpretação da síntese neoclássica para o modelo keynesiano; (v) as críticas monetaristas e novo-clássicas às concepções keynesianas; e, (vi) a aceitação pelos novos keynesianos das hipóteses de expectativas racionais e da necessidade de microfundamentos na teoria macroeconômica. Os objetivos principais da disciplina são dois: (i) entendimento de cada interpretação teórica, suas diferenças com as outras e o debate entre elas; e, (ii) o papel da política econômica (monetária e fiscal) na alteração dessas variáveis macroeconômicas para cada uma das interpretações estudadas. 1- Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda em Keynes a) Crítica ao modelo macroeconômico clássico; b) Princípio da Demanda Efetiva e Papel do Investimento; c) Teoria dos Preços; d) Flutuações Cíclicas. Referências: Froyen (1999, cap. 3 e 4) e Keynes (1985, caps. 2, 3, 11, 17, 18, 19, 21 e 22). 2- Financiamento do Investimento e Ciclo: a complementação de Minsky à teoria keynesiana a) Financiamento do Investimento e Posturas Financeiras; b) Fragilidade e Instabilidade Financeiras; c) Ciclo econômico, papel dos bancos e da política econômica. Referências: Carcanholo (2003a), Minsky (1982, cap. 2) e Chick (1993, cap. 16). 3- A Teoria Dinâmica de Kalecki a) Determinação da Renda/Produto e Distribuição de renda; b) Determinantes do Investimento e Teoria Dinâmica; c) Ciclo econômico. Referências: Kalecki (1985, caps. 3, 4, 5, 9, 11 e 14). 4- A Síntese Neoclássica da Macroeconomia Neokeynesiana a) Síntese das Macroeconomias Clássica e Keynesiana: o modelo IS-LM; b) A Formulação da Curva de Phillips e a Oferta Agregada; c) Demanda Agregada, Oferta Agregada e a Determinação da Renda, Produto e Emprego; d) Política Monetária: a discussão sobre a armadilha da liquidez; e) Política Fiscal: ineficácia de política monetária e fiscalismo. Referências: Carcanholo (2003b). 5- Monetarismo e o Resgate da Teoria Quantitativa da Moeda a) Crítica à Curva de Phillips e Expectativas Adaptativas; b) Curva de Phillips na versão aceleracionista e pleno emprego de longo prazo; c) Neutralidade da Moeda e Ineficácia de política econômica. Referências: Barbosa, F. H. (1992) e Carcanholo (2003b). 6- Macroeconomia Novo-Clássica a) Críticas econométrica e teórica ao consenso keynesiano; b) A hipótese de expectativas racionais e o market clearing; c) Implicações para política econômica: ineficácia de política monetária e equivalência ricardiana; d) Teoria dos Ciclos

Barbosa, E.S. Uma Exposição Introdutória na Macroeconomia Novo-clássica. In: Silva, M. L. F. Moeda e Produção: teorias comparadas/ Editora-UNB. Barbosa, E. S. (1992), Carcanholo (2003b) e Froyen (1999, cap. 11). 7- Macroeconomia Novo-Keynesiana a) Aceitação da necessidade de microfundamentos e rejeição do market clearing; b) Expectativas racionais, ineficiências de mercado e assimetria de informações; c) Situações de rigidez (nominal e real) e efeitos de histerese; d) Implicações para política econômica. Referências: Froyen (1999, cap. 12)

Bibliografia Básica

Brasília, 1992. Barbosa, F. H. A Controvérsia Monetarista no Hemisfério Norte. In: Silva, M.L.F. (Org.) Moeda e Produção: teorias comparadas. Editora UNB, Brasília, 1992. Carcanholo, M. D. Papel e Especificidade dos Bancos na obra de Minsky: uma iniciativa de resposta à crítica de Dymski. Pesquisa e Debate, vol. 14, n. 1 (23), 2003a. Carcanholo, M.D. Trade-off entre Inflação e Desemprego e Expectativas: o debate sobre ineficácia de política monetária. Economia-Textos, n.29, Textos Didáticos e para Discussão, IE-UFU, Uberlândia, 2003b. Chick, V. Macroeconomia Após Keynes: um reexame da Teoria Geral. Forense Universitária, 1993. Froyen, R. Macroeconomia. Editora Saraiva, 5ª Edição, 1999. Kalecki, M. Teoria da Dinâmica Econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. Nova Cultural, São Paulo, 1985. Keynes, J.M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	PENSAMENTO ECONÔMICO III		
Código	SEN00080 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		
Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

UTILITARISMO. A REVOLUÇÃO MARGINALISTA. TEORIA DO VALOR UTILIDADE: JEVONS E MENGER. TEORIAS DO EQUILÍBRIO: WALRAS E MARSHALL. ECONOMIA DO BEM-ESTAR. AS QUESTÕES DO MÉTODO NA ESCOLA NEOCLÁSSICA. METODOLOGIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA ECONÔMICA: POSITIVISMO, REALISMO E RELATIVISMO.

Conteúdo Programático

PARTE I: PROBLEMAS METODOLÓGICOS 1) COMO EVOLUI O PENSAMENTO ECONÔMICO? 1.1) COMO SABER SE O CONHECIMENTO É CIENTÍFICO? O PAPEL DOS FATOS E DA LÓGICA: POSITIVISMO LÓGICO, CRÍTICA AO POSITIVISMO LÓGICO, INSTRUMENTALISMO, FALSEACIONISMO, REALISMO CRÍTICO. BIB. OBRIGATÓRIA: POPPER; BLAUG (CAP. 1); CAVALCANTE. 1.2) COMO SABER SE O CONHECIMENTO PROGREDIU? PARADIGMAS, PROGRAMAS DE PESQUISA E PLURALISMO METODOLÓGICO. BIB. OBRIGATÓRIA: BLAUG (CAP.2) 2) EVOLUÇÃO OU HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO? HPE COMO TEORIA OU RETÓRICA. A IMPORTÂNCIA DE SE ESTUDAR A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO. BIB. OBRIGATÓRIA: ARIDA. BIB. COMPLEMENTAR (PARTE 1): HAUSMAN, KUHN, LAKATOS, POPPER, FEYERABEND, BACKHOUSE (1994), MCCLOSKEY, PHEBY, CALDWELL (1984). PARTE II: NASCIMENTO DA ESCOLA NEOCLÁSSICA - OS GRANDES DEBATES METODOLÓGICOS DO SÉCULO XIX 1) ECONOMIA: TEORIA OU HISTÓRIA? A -BATALHA- DOS MÉTODOS. BIB. OBRIGATÓRIA: SCHUMPETER (CAP.4) 2) ECONOMIA: POSITIVA OU NORMATIVA? NEVILLE KEYNES E WALRAS. BIB. OBRIGATÓRIA: DEANE (CAP.7); WALRAS (SEÇÃO I: LIÇÕES 1, 2, 3 E 4). BIB. COMPLEMENTAR: CALDWELL (2002), NEVILLE KEYNES, BACKHOUSE (2002). PARTE III: O NASCIMENTO DA ESCOLA NEOCLÁSSICA - O SISTEMA TEÓRICO NEOCLÁSSICO 1) A REVOLUÇÃO MARGINALISTA: ANTECEDENTES; O SISTEMA TEÓRICO NEOCLÁSSICO; FOI ELE UMA REVOLUÇÃO?; RAZÕES PARA O SUCESSO. BIB. OBRIGATÓRIA: DEANE (CAP.8), KERSTENETZKY (MIMEO). 2) OS AUTORES PRINCIPAIS: JEVONS, MENGER, WALRAS E MARSHALL. BIB. OBRIGATÓRIA: SCHUMPETER (CAP. 5.1 E 5.2), BACKHOUSE (1985) (CAPS. 7, 8, 9, 10) BIB. COMPLEMENTAR: JEVONS, MENGER, WALRAS, MARSHALL, SCREPANTI & ZAMAGNI, BACKHOUSE (2002). PARTE IV: EQUILÍBRIO ECONÔMICO (1): EQUILÍBRIO PARCIAL MARSHALLIANO E ECONOMIA DO BEM-ESTAR 1) DESENVOLVIMENTOS NA ANÁLISE DO EQUILÍBRIO PARCIAL: TEORIA DO CONSUMIDOR, TEORIA DAS ESTRUTURAS DE MERCADO, TEORIA DA PRODUÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO, TEORIA DO CAPITAL E DA TAXA DE JUROS. BIB. OBRIGATÓRIA: DEANE (CAP. 10), BACKHOUSE (1985) (CAP. 14), SCREPANTI & ZAMAGNI. 2) O SURGIMENTO DA ECONOMIA DO BEM-ESTAR: ECONOMIA DO BEM-ESTAR UTILITARISTA E NÃO-UTILITARISTA. BIB. OBRIGATÓRIA: BACKHOUSE (1985) (CAP. 15). BIB. COMPLEMENTAR: SCREPANTI & ZAMAGNI. PARTE V: EQUILÍBRIO ECONÔMICO (2): EQUILÍBRIO GERAL, A NOVA ECONOMIA DO BEM- ESTAR E DESENVOLVIMENTOS POSTERIORES 1) A CONTRIBUIÇÃO DE LIONEL ROBBINS NA DEFINIÇÃO DO CAMPO E DO ESCOPO DA TEORIA ECONÔMICA: CIÊNCIA DA ESCOLHA RACIONAL; 2) DESENVOLVIMENTOS FORMAIS NA ANÁLISE DO EQUILÍBRIO GERAL 3) A NOVA ECONOMIA DO BEM-ESTAR E OS DOIS TEOREMAS DO BEM-ESTAR 4) A ESCOLHA SOCIAL 5) OUTROS DESENVOLVIMENTOS

MODERNOS: TEORIA DOS JOGOS, ECONOMIA DA INFORMAÇÃO, ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO E ESCOLHA SOB INCERTEZA. BIB. OBRIGATÓRIA: BACKHOUSE (1985) (CAP.S 23 E 24). BIB. COMPLEMENTAR: SCREPANTI & ZAMAGNI, BACKHOUSE (2002). PARTE VI: ABORDAGENS MICROECONÔMICAS ALTERNATIVAS: MÉTODO E TEMAS TEÓRICOS 1) A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA: AS ESCOLAS HISTÓRICAS ALEMÃS E O RETORNO À HISTÓRIA; 2) O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES: O VELHO INSTITUCIONALISMO AMERICANO (VEBLEN, MITCHELL, COMMONS) E A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL (WILLIAMSON E NORTH) 3) O PAPEL DA INCERTEZA: A ESCOLA AUSTRÍACA (HAYEKI E SHACKLE) A IMPORTÂNCIA DA RACIONALIDADE LIMITADA: TEORIAS DO COMPORTAMENTO DA FIRMA (SIMON, PENROSE, BAUMOL, MARRIS, CYERT AND MARCH). BIB. OBRIGATÓRIA: BACKHOUSE (1985) CAPS.18, 23 E 28. BIB. COMPLEMENTAR: SCREPANTI & ZAMAGNI.

Bibliografia Básica

Arida, P., -A história do pensamento econômico como teoria e retórica-. IN: J.M. Rego (org.), Retórica na Economia. São Paulo: Editora 34, 1996. Backhouse, R., A History of Modern Economic Analysis, Oxford: Blackwell, 1985. Backhouse, R., The Penguin History of Economics, London: Penguin Books, 2002. Backhouse, Roger E. New directions in economic methodology. London: Routledge, 1994. -Introduction.- Blaug, M., Metodologia da Economia, São Paulo: Edusp, 1993. Caldwell, B., (2002), Hayek´s Challenge - an intellectual biography of F.A. Hayek, Chicago: The University of Chicago Press. Caldwell, Bruce Beyond Positivism. Economic Methodology in the twentieth century. London: Allen & Uwin, 1984. Cavalcante, C., -Filosofia da ciência e metodologia da economia-. Análise metodológica da Economia Institucional. Dissertação de mestrado, UFF, mimeo, 2006. Deane, P., A Evolução das Idéias Econômicas, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980. Feyerabend, P.K., -Consolando o especialista-, IN: I. Lakatos e A. Musgrave (orgs.), A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento, São Paulo: Cultrix: editora da Universidade de São Paulo, 1979. Hausman, D., -Kuhn, Lakatos and the character of economics-, IN: Backhouse, Roger E. New directions in economic methodology. London: Routledge, 1994. Jevons, S., A Teoria da Economia Política, Série -Os Economistas-, São Paulo: editor Victor Civita, 1983. Kerstenetzky, J., A escola neoclássica como visão de funcionamento do sistema econômico. Mimeo. Niterói, 1996. Kuhn, T., -Lógica da Descoberta ou Psicologia da Pesquisa?-, IN: I. Lakatos e A. Musgrave (orgs.), A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento, São Paulo: Cultrix: editora da Universidade de São Paulo, 1979. Lakatos, I., -O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica-, IN: I. Lakatos e A. Musgrave (orgs.), A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento, São Paulo: Cultrix: editora da Universidade de São Paulo, 1979. Marshall, A., Princípios de Economia, Série -Os Economistas-, São Paulo: editor Victor Civita, 1983 McCloskey, D.N. -A retórica da economia-. In: REGO, José Márcio (org.) Retórica na economia. São Paulo: Editora 34, 1996. Menger, C., Princípios de Economia Política, Série -Os Economistas-, São Paulo: editor Victor Civita, 1983. Neville Keynes, J., The scope and method of political economy, New York: Kelley & Millman, Inc., 1955. Pheby, J., Methodology of Economics, London: Macmillan Press, 1988. Popper, K, -As origens do conhecimento e da ignorância-, IN: K. Popper, Conjecturas e refutações. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1972. Popper, K., -A Ciência Normal e seus Perigos-, IN: I. Lakatos e A. Musgrave (orgs.), A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento, São Paulo: Cultrix: editora da Universidade de São Paulo, 1979. Schumpeter, J., História da Análise Econômica, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1954. Screpanti, E. & S.,Zamagni, Outline of the history of economic thought, Oxford: Oxford University Press, 2005.

Walras, L., Compêndio dos elementos de economia política pura. Série -Os Economistas-, São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome POLÍTICA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Código SEN00263 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2023	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-	**Data**	

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

1. INTRODUÇÃO À POLÍTICA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA; 1.1 DEFINIÇÃO E OS OBJETIVOS DA POLÍTICA; 1.2 AS ESFERAS REPRESSIVA E PREVENTIVA DA POLÍTICA; 2. HISTÓRICO NAS PRINCIPAIS JURISDIÇÕES INTERNACIONAIS; 2.1 DEFESA DA CONCORRÊNCIA NOS EUA: PRIMEIROS PASSOS; 2.2 AS ESCOLAS DE HARVARD, CHICAGO E PÓS-CHICAGO; 2.3 DEFESA DA CONCORRÊNCIA NA EUROPA; 3. A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA; 3.1 HISTÓRICO E A LEI 8.884/1994; 3.2 ESTÁGIO ATUAL E A NOVA LEI 12.529/2011; 4. FUNDAMENTOS E CONCEITOS BÁSICOS; 4.1 PODER DE MERCADO E BEM-ESTAR; 4.2 MERCADO RELEVANTE; 4.3 AVALIAÇÃO DE PODER DE MERCADO; 5. FUNDAMENTOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS DA ANÁLISE ANTITRUSTE; 6. CONDUTAS ANTICOMPETITIVAS HORIZONTAIS; 6.1. COLUSÃO TÁCITA E CARTÉIS; 6.2. PREDAÇÃO, MONOPOLIZAÇÃO E OUTRAS PRÁTICAS ABUSIVAS; 7. CONDUTAS ANTICOMPETITIVAS VERTICAIS; 7.1 RESTRIÇÕES À CONCORRÊNCIA INTRAMARCA; 7.2 RESTRIÇÕES À CONCORRÊNCIA INTERMARCAS; 8. FUSÕES E AQUISIÇÕES; 8.1. DEFINIÇÃO DE MERCADO RELEVANTE, AVALIAÇÃO DE PODER DE MERCADO E BARREIRAS À ENTRADA; 8.2 FUSÕES E AQUISIÇÕES HORIZONTAIS: EFEITOS UNILATERAIS; 8.3 FUSÕES E AQUISIÇÕES HORIZONTAIS: EFEITOS COORDENADOS; 8.4 EFICIÊNCIAS, SINERGIAS E REMÉDIOS; 8.5 INTEGRAÇÃO VERTICAL E CONGLOMERADOS; 9. CONCORRÊNCIA EM INOVAÇÃO; 9.1 INADEQUAÇÃO DA ANÁLISE TRADICIONAL; 9.2 EFEITOS EM INOVAÇÃO; 9.3 SINERGIAS; 10. MERCADOS DIGITAIS; 10.1 AS PLATAFORMAS DIGITAIS; 10.2 AQUISIÇÕES E CONDUTAS.

Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO À POLÍTICA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA; 1.1 DEFINIÇÃO E OS OBJETIVOS DA POLÍTICA; 1.2AS ESFERAS REPRESSIVA E PREVENTIVA DA POLÍTICA; 2. HISTÓRICO NAS PRINCIPAIS JURISDIÇÕESINTERNACIONAIS; 2.1 DEFESA DA CONCORRÊNCIA NOS EUA: PRIMEIROS PASSOS; 2.2 AS ESCOLAS DEHARVARD, CHICAGO E PÓS-CHICAGO; 2.3 DEFESA DA CONCORRÊNCIA NA EUROPA; 3. A EXPERIÊNCIABRASILEIRA; 3.1 HISTÓRICO E A LEI 8.884/1994; 3.2 ESTÁGIO ATUAL E A NOVA LEI 12.529/2011; 4.FUNDAMENTOS E CONCEITOS BÁSICOS; 4.1 PODER DE MERCADO E BEM-ESTAR; 4.2 MERCADO RELEVANTE; 4.3 AVALIAÇÃO DE PODER DE MERCADO; 5. FUNDAMENTOS JURÍDICO-INSTITUCIONAIS DA ANÁLISEANTITRUSTE; 6. CONDUTAS ANTICOMPETITIVAS HORIZONTAIS; 6.1. COLUSÃO TÁCITA E CARTÉIS; 6.2.PREDAÇÃO, MONOPOLIZAÇÃO E OUTRAS PRÁTICAS ABUSIVAS; 7. CONDUTAS ANTICOMPETITIVAS VERTICAIS; 7.1 RESTRIÇÕES À CONCORRÊNCIA INTRAMARCA; 7.2 RESTRIÇÕES À CONCORRÊNCIA INTERMARCAS; 8. FUSÕESE AQUISIÇÕES; 8.1. DEFINIÇÃO DE MERCADO RELEVANTE, AVALIAÇÃO DE PODER DE MERCADO E BARREIRASÀ ENTRADA; 8.2 FUSÕES E AQUISIÇÕES HORIZONTAIS: EFEITOS UNILATERAIS; 8.3 FUSÕES E AQUISIÇÕESHORIZONTAIS: EFEITOS COORDENADOS; 8.4 EFICIÊNCIAS, SINERGIAS E REMÉDIOS; 8.5 INTEGRAÇÃO VERTICALE CONGLOMERADOS; 9. CONCORRÊNCIA EM INOVAÇÃO; 9.1 INADEQUAÇÃO DA ANÁLISE TRADICIONAL; 9.2EFEITOS EM INOVAÇÃO; 9.3 SINERGIAS; 10. MERCADOS DIGITAIS; 10.1 AS PLATAFORMAS DIGITAIS; 10.2AQUISIÇÕES E CONDUTAS.

Bibliografia Básica

CADE. GUIA DE REMÉDIOS ANTITRUSTE, 2018. CADE. GUIA PARA ANÁLISE DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO HORIZONTAL, 2016. CADE. MERCADOS DE PLATAFORMAS DIGITAIS, 2021 CORDOVIL, L.; CARVALHO, V. M.; BAGNOLI, V.; ANDERS, E. C. NOVA LEI DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COMENTADA. SÃO PAULO: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS KUP / FERDHI SENCLEVERL. :ECONOMIA INDUSTRIAL. FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS NO BRASIL. 3. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2020. 464 P. MOTTA, M.; SALGADO, L. H. POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA: TEORIA E PRÁTICA E SUA APLICAÇÃO NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2015. POSSAS, M. L. ENSAIOS SOBRE ECONOMIA E DIREITO DA CONCORRÊNCIA. SÃO PAULO: SINGULAR, 2002. PRADO, L. C. D. DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: NOTAS SOBRE O DEBATE E SUA APLICAÇÃO NO CASO BRASILEIRO. IN: PRADO, L. C. D.; LASTRES, H. M. M. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO, POLÍTICA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO: ENSAIOS EM MEMÓRIA DE FABIO ERBER. RIO DE JANEIRO: BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2014.

Bibliografia Complementar

BUDZINSKI, O. MONOCULTURE VERSUS DIVERSITY IN COMPETITION ECONOMICS. CAMBRIDGE JOURNAL OF ECONOMICS, 32, N. 2, 2008. 295-

324. COMISSÃO EUROPEIA. ORIENTAÇÕES PARA A APRECIAÇÃO DAS CONCENTRAÇÕES HORIZONTAIS NOS TERMOS DO REGULAMENTO DO CONSELHO RELATIVO AO CONTROLO DAS CONCENTRAÇÕES DE EMPRESAS, 2004. COMISSÃO EUROPEIA. ORIENTAÇÕES RELATIVAS ÀS RESTRIÇÕES VERTICAIS, 2010. DEPARTMENT OF JUSTICE & FEDERAL TRADE COMMISSION. HORIZONTAL MERGER GUIDEINES, 2010. HOVENKAMP, H. FEDERAL ANTITRUST POLICY. SAINT PAUL: WEST PUBLISHING CO., 1994. LYRA, M. P. O. THREE ESSAYS ON INNOVATION COMPETITION AND HORIZONTAL MERGERS. 2022. TESE (DOUTORADO EM ECONOMIA) - INSTITUTO DE ECONOMIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO. 2022. PRADO, L. C. D. POLÍTICA DE CONCORRÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES SOBRE A DEFESA DA CONCORRÊNCIA EM UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO, CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO, V. 6, N. 9, P. 321-342, 2011. SHAPIRO, C. COMPETITION AND INNOVATION: DID ARROW HIT THE BULL'S EYE? IN: THE RATE AND DIRECTION OF INVENTIVE ACTIVITY REVISITED. CHICAGO: UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS. P. 361-404. 2011. VISCUSI, W.; VERNON, J.; HARRINGTON, J. ECONOMICS OF REGULATION AND ANTITRUST. CAMBRIDGE: MIT PRESS, 2000.

Nome POLÍTICA E PLANEJAMENTO ECONOMICO

Código SEN00105 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

FUNDAMENTOS DA POLÍTICA ECONÔMICA; A NATUREZA DA REGULAMENTAÇÃO ESTATAL DOS PROCESSOS SOCIAIS: SUJEITOS, MEIOS E FINS DA POLÍTICA ECONÔMICA; INSTRUMENTAL DA POLÍTICA ECONÔMICA; MECANISMO DE AÇÃO REGULADORA DO PROCESSO ECONÔMICO; AS TÉCNICAS DA POLÍTICA ECONÔMICA; A PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA; LIMITES DA INTERVENÇÃO DO ESTADO.

Conteúdo Programático

UNID. I INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA POLITICA ECONÔMICA 1.1- O CONCEITO DE POLÍTICA ECONÔMICA 1.2- OS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA 1.3- CLASSIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS 1.4- A POLÍTICA ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA UNID. II OS INSTRUMENTOS DE POLITICA ECONÔMICA 2.1-OS INSTRUMENTOS FISCAIS 2.2-OS INSTRUMENTOS MONETÁRIOS 2.3-OS INSTRUMENTOS CAMBIAIS 2.4-OS INSTRUMENTOS DE INTERVENÇÃO DIRETA UNID. III A PERSPECTIVA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA 3.1-INFLEXÕES E CRISE DA POLÍTICA ECONÔMICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA 3.2-ESTADO E PROGRAMAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL 3.3-POLÍTICAS RECENTES DE ESTABILIZAÇÃO UNID. IV - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO 4.1- CONCEITOS, OBJETIVOS E BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO 4.2- TIPOS DE PLANEJAMENTO 4.3- MÉTODO E TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO 4.4- MODELOS QUANTITATIVOS DE PLANEJAMENTO 4.4- O PLANEJAMENTO COMO PROCESSO E COMO SISTEMA UNID. V PLANEJAMENTO E POLITICA ECONOMICA: UMA VISÃO HISTÓRICA INSTITUCIONAL NO MUNDO E NA AMÉRICA LATINA 5.1- O AMBIENTE INSTITUCIONAL: ONU, FMI E BANCO MUNDIAL 5.2- O PAPEL DA CEPAL ECLAC NA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL UNID. VI A EXPERIENCIA BRASILEIRA DE PLANEJAMENTO 6.1- AUGE E DECLÍNIO DO PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL 6.1- DO PLANEJAMENTO NACIONAL AO REGIONAL: ÊNFASE NO DESENVOLVIMENTO 6.3- O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL: PLANO PLURIANUAL (PPA) 6.4- ORDENAMENTO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO: PPA, LDO, LRF, LOA.

Bibliografia Básica

CAMARGO, José F. Política Econômica. Atlas, São Paulo, 1967..... KIRSCHEN, E. S. Política Econômica Contemporânea, vol. 1, Atlas, São Paulo, 1975..... MIGLIOLI, J. Introdução ao planejamento econômico, 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1983. P. 07- 79. Técnicas Quantitativas de Planejamento, Vozes, São Paulo, 1987. CARVALHO, H. Introdução a teoria do planejamento econômico, 2ed., São Paulo, Brasiliense, 1978, cap. 1 e 2. HILUORST, J. G. M. Planejamento regional: enfoque sobre sistemas. Rio de Janeiro, 1973, cap. 5. ROSSETTI, J. P. Política e programação econômica, 7 ed. São Paulo: Atlas, 1987. Cap: 4, 5, 6, 7. SERRA, A. M, de A. Noções básicas de metodologia da política econômica. In: Políticas econômicas e desenvolvimento, Lisboa, ISEG- UTL, 2008. REZENDE, F. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para reconstrução. In: A reconstrução do planejamento no Brasil (org. CARDOSO, J. C. Jr.) Brasília: IPEA, 2011. P. 177 - 237. LIMA, A. C. da Cruz & SIMÕES, R. F. Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil. Texto para

Discussão, N. 358, Brasília, IPEA, 2009. PALUDO, A. V. & PROCOPIUCK, M. Planejamento Governamental: Referencial teórico, conceitual e pratico. Atlas, São Paulo, 2011. CEDEPLAR - Principais experiências mundiais de planejamento regional e urbano: lições para o Brasil. Texto Síntese das Interpretações, Belo Horizonte, UFMG, 2009. HAUDAD, P. R. O que fazer com o planejamento regional no Brasil da próxima década. In: Planejamento e Política Pública, Brasília, IPEA (1), jun. 1998. P. 967. BUARQUE, S. C. Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável. In: Projeto Áridas, GT -6, Brasília, IICA-MIN, 1992. CLEMENTINO, M. L.M. Ordenamento e planejamento territorial: a falta que faz o plano metropolitano. In: Colóquio Internacional de Geografia, Barcelona, Maio - 2008. SANTOS, E. A. V. dos, O confronto entre o planejamento governamental e o PPA. In: A reconstrução do planejamento no Brasil (org. CARDOO, J. C. Jr.) Brasília: IPEA, 2011. P. 307 - 336. CARDOSO Jr, J. C. & GIMENEZ, D. M. Crescimento econômico e planejamento no Brasil (2003 -2010): evidências e possibilidade do ciclo recente. In: A reconstrução do Planejamento no Brasil (Org. Cardoso Jr. J. C.) Brasília: IPEA, 2011, p 337 - 426. COUTINHO, L. G. Inflexões e Crise da Política Econômica 1974/1980, In Revista de Economia Política, vol 1, nº 1, Brasiliense, 1981. LESSA, C. 15 anos de política econômica. Brasiliense, São Paulo, 1982.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	POLÍTICA ENERGÉTICA		
Código	SEN00219 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2016 **Semestre de Vigência**	2	
Status	Ativa **Data Desativação**	- **Motivo Desativação**	-
Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

O CURSO APRESENTARÁ AS FALHAS DE MERCADO E DE COORDENAÇÃO DOS AGENTES QUE JUSTIFICAM A INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL NA INDÚSTRIA DE ENERGIA. EM ESPECIAL DESTACA-SE AS POLÍTICAS ENERGÉTICAS UNIVERSALIZAÇÃO, SEGURIDADE DE SUPRIMENTO, MODICIDADE TARIFÁRIA, COMPETITIVIDADE, DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. A DISCIPLINA IRÁ APRESENTAR OS PRINCIPAIS MECANISMOS DE APLICAÇÃO E POLÍTICA PARA CADA UM DOS OBJETIVOS ELENCADOS. SERÁ DESTACADO OS PRINCIPAIS DILEMAS ENFRENTADOS NAS ESCOLHAS DAS POLÍTICAS E SEUS MECANISMOS. COMO CONSEQUÊNCIA SE BUSCARÁ DEMONSTRAR AS INTERSEÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS ENERGÉTICAS (E SEUS MECANISMOS) COM AS POLÍTICAS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICAS. SERÃO UTILIZADOS ESTUDOS DE CASOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS PARA AC COMPREENSÃO DAS POLÍTICAS ENERGÉTICAS, SUA EVOLUÇÃO AO LONGO DO TEMPO E AS CONSEQUÊNCIAS ESPERADAS. ASSIM COMO UMA COMPARAÇÃO DAS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS COMO OS PRINCIPAIS MECANISMOS ADOTADOS NO BRASIL.

Conteúdo Programático

A DISCIPLINA TEM POR OBJETIVO DISCUTIR OS DETERMINANTES DA POLÍTICA ENERGÉTICA ASSIM COMO OS INSTRUMENTOS DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS ENERGÉTICAS TANTO NO BRASIL QUANTO NO CONTEXTO INTERNACIONAL. PROGRAMA: 1 FALHAS DE MERCADO E DE COORDENAÇÃO DOS AGENTES 2 PRINCIPAIS MECANISMOS DE APLICAÇÃO DE POLÍTICA 2.1 UNIVERSALIZAÇÃO 2.2 SEGURIDADE DE SUPRIMENTO 2.3 MODICIDADE TARIFÁRIA 2.4 COMPETITIVIDADE 2.5 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 2.6 MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS 3 ESTUDOS DE CASOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS 3.1 TENDÊNCIA INTERNACIONAL 3.2 MECANISMOS ADOTADOS NO BRASIL.

Bibliografia Básica

PINTO JUNIOR, H. Q. ; ALMEIDA, E.; BOMTEMPO, J. V. ; DIAS, M. BICALHO, R., (2007) ECONOMIA DA ENERGIA. 2. ED. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER/CAMPUS, V. 1. 343P. HANSEN, J. P., PERCEBOIS, J. (2014). ENERGÍA, ECONOMÍA Y POLÍTICAS. ASOCIACIÓNLATINOAMERICANA DE ECONOMÍA DE LAENERGÍA. BICALHO R. G. (ORGANIZADOR) ENSAIOS SOBRE POLÍTICA ENERGÉTICA. EDITORA INTERCIÊNCIA. RIO DE JANEIRO. 2007.

Bibliografia Complementar

IEA. WORLD ENERGY OUTLOOK. INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. HAMILTON, M. S., (2012). ENERGY POLICY ANALYSIS: A CONCEPTUAL FRAMEWORK. TAYLOR & FRANCIS. DAHL, C. A. (2004) INTERNATIONAL ENERGY MARKETS: UNDERSTANDING PRICING, POLICIES AND PROFITS.PENNWELL CORPORATION.

Nome PROGRAMAÇÃO EM ECONOMIA E FINANÇAS

Código SEN00210 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2016	**Semestre de Vigência**	2
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TÉCNICAS DE PROGRAMAÇÃO APLICADAS À ECONOMIA ESTUDOS DE CASO: INFLAÇÃO, PRODUTO POTENCIAL, TAXA NATURAL DE JUROS; PROJEÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

Conteúdo Programático

O OBJETIVO DO CURSO É ENSINAR A(O) ALUNA(O) A CONFECCIONAR CÓDIGOS OU PROGRAMAS.A METODOLOGIA DE ENSINO SE BASEIA EM ESTUDOS DE CASO, QUE FORAM SELECIONADOS COM BASE NA LITERATURA ACADÊMICA E EM APLICAÇÕES COMUNS NO MERCADO. ESTES ESTUDOS SÃO TRATADOS EM PROGRAMAS ESCRITOS NA ¿LINGUAGEM¿ DO SOFTWAREEVIEWS. ESTA ESCOLHA NÃO LIMITA A APRENDIZAGEM, POIS A LÓGICA DE PROGRAMAÇÃO VARIA POUCO EM FUNÇÃO DA PLATAFORMA ESPECÍFICA. PROGRAMA:(I)CRIANDO, SALVANDO E EXECUTANDO PROGRAMAS; (II) PROGRAMAS SIMPLES VS. ESTRUTURADOS (UTILIZAÇÃO DE CONTROLVARIABLESECONTROLSTATEMENTS);(IV) PROGRAMAS COM ARGUMENTOS; (V) ¿CONVERSANDO¿ COM O CÓDIGO; (VI) SIMULAÇÃO DA RENTABILIDADE DE UMA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS; (VII) SIMULAÇÃO DE SÉRIES DE PRODUTO E ESTIMAÇÃO DO PRODUTO POTENCIAL POR MEIO DOLOCAL LEVELMODEL (PROCEDIMENTOS RECURSIVOS, OTIMIZAÇÃO POR BUSCA EXAUSTIVA); (VIII)ESTIMAÇÃO DE MODELOS PARA A ETTJ (MÉTODOS TIME SERIES E CROSSSECTION); (IX) SUB-ROTINAS: DEFINIÇÃO, DECLARAÇÃO, CHAMADA, SUB-ROTINAS SEM E COM ARGUMENTOS, VARIÁVEIS/SUB-ROTINAS GLOBAIS E LOCAIS, USER-DEFINEDOPTIMIZATION; (X) IMPLEMENTAÇÃO DOS MODELOS VAR UTILIZADOS PELO BCB PARA PROJETAR A INFLAÇÃO DOS PREÇOS LIVRES; (XI) OPERAÇÕES ENVOLVENDO MATRIZES; (XII) APLICAÇÕES AVANÇADAS: ANÁLISE DO VIÉS E DA EFICIÊNCIA DAS PROJEÇÕES DE MERCADO DE INFLAÇÃO E CRESCIMENTO DO PRODUTO; MODELO DE WATSON PARA O PRODUTO POTENCIAL.

Bibliografia Básica

EVIEWS ILLUSTRATED FOR VERSION 9, CAPÍTULO 16 (GET WITH THE PROGRAM). EVIEWS 9 COMMAND AND PROGRAMMING REFERENCE, CAPÍTULO 6 (EVIEWS PROGRAMMING).

Bibliografia Complementar

ECONOMETRICS: THEORY AND APPLICATIONS WITH EVIEWS, DE BEN VOGELVANG, PRENTICE HALL/FINANCIAL TIMES, 2005.

Nome	SOCIOECONOMIA		
Código	SEN00092 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

COMPREENSÃO TEÓRICA E HISTÓRICO-COMPARATIVA DOS ASPECTOS SOCIOLÓGICOS DE PROCESSOS E INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS; AUTORES CLÁSSICOS (WEBER, VEBLEN, MYRDAL), CONTEMPORÂNEOS (POLANYI) E A NOVA SOCIOLOGIA ECONÔMICA (SWEDBERG, GRANOVETER); RACIONALIDADE ECONÔMICA E INSTITUIÇÕES FORMAIS E INFORMAIS: MERCADO, ESTADO E CAPITAL SOCIAL (ORGANIZAÇÕES; REDES SOCIAIS E CORPORATIVAS; DESENVOLVIMENTO LOCAL; CONFIANÇA); POBREZA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL; GLOBALIZAÇÃO.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: O CURSO É DIVIDIDO EM TRÊS PARTES: 1. BUSCA-SE COMPREENDER HISTORICAMENTE COMO OS ESTUDOS ECONÔMICOS SE SEPARARAM DOS SOCIOLÓGICOS EM UM PRIMEIRO MOMENTO NO FIM DO SÉCULO XIX (NA EUROPA OCIDENTAL) E DE MODO MAIS COMPLETO NOS EUA (NO PÓS-GUERRA). ESTUDA-SE AINDA O RENASCIMENTO DOS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS A PARTIR DE 1980 NOS EUA E EUROPA E A ESPECIFICIDADE DOS PRESSUPOSTOS DOS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS VIS-A-VIS AQUELES DA ECONOMIA TRADICIONAL. 2. ESTUDA-SE COMO A VISÃO SOCIOECONÔMICA TEM SIDO INCORPORADA NOS ÚLTIMOS ANOS AO ESTUDO DA MICROECONOMIA, ATRAVÉS DO ESTUDO DOS MECANISMOS DE COORDENAÇÃO E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE CONFLITO SOCIAL VIA INSTITUIÇÕES (MODELADAS COMO JOGOS) E DA FORMAÇÃO DE PREFERÊNCIAS ENDÓGENAS AOS VALORES E MEIO SOCIAL EM QUE OS AGENTES AGEM. 3. APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS COM BASE NOS PONTOS 1 E 2 E ENVOLVENDO TEMAS RELATIVOS À RELAÇÃO ENTRE MERCADO, ESTADO E CAPITAL SOCIAL (ORGANIZAÇÕES; REDES SOCIAIS E CORPORATIVAS; DESENVOLVIMENTO LOCAL; CONFIANÇA); POBREZA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E GLOBALIZAÇÃO. OS ALUNOS ESCOLHEM OS TEMAS SEGUNDO TEMAS DE SEU INTERESSE E/OU PESQUISA.

Bibliografia Básica

BOWLES, S; FOLEY, D; HALLIDAY, S. MICROECONOMICS: COMPETITION, CONFLICT AND COORDINATION, DRAFT FOR TEACHERS, 2018. - DEANE, P. A EVOLUÇÃO DAS IDEIAS ECONÔMICAS. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1980. - SMELSER, N.; SWEDBERG, R. THE HANDBOOK OF ECONOMIC SOCIOLOGY. 2A EDITION. PRINCETON: PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 2005.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TEORIA DA FIRMA

Código SEN00136 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-	**Data**	

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EXTENSÕES DA FIRMA NEOCLÁSSICA (CONTRATOS, DIREITOS DE PROPRIEDADE, PRINCIPAL AGENTE); CUSTOS DE TRANSAÇÃO (WILLIAMSON E COASE); MODELOS GERENCIALISTAS (BAUMOL); FIRMA COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO (PENROSE); ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS.

Conteúdo Programático

1. TEORIAS DA FIRMA: UMA VISÃO GERAL TIGRE, PAULO BASTOS. (1998) INOVAÇÃO E TEORIA DA FIRMA EM TRÊS PARADIGMAS. REVISTA DE ECONOMIA CONTEMPORÂNEA. N.3,JAN/JUN.,P.67-111. IE/UFRJ. KERSTENETZKY, JAQUES. (2007) A NATUREZA DA FIRMA CONTEMPORÂNEA: O PROBLEMA DA GOVERNANÇA CORPORATIVA À LUZ DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO. ECONÔMICA, RIO DE JANEIRO, V. 9, N. 2, P. 209-238, DEZEMBRO 2007. 2. A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA TRADICIONAL: A FIRMA NA ÓTICA DE ALOCAÇÃO ÓTIMA DE RECURSOS VARIAN,
H.R (1996). MICROECONOMIA. PRINCÍPIOS BÁSICOS. UMA ABORDAGEM MODERNA. ED CAMPUS. TRADUÇÃO DA 4ª EDIÇÃO AMERICANA, 1999.
A. DESDOBRAMENTOS DA TEORIA NEOCLÁSSICA DA FIRMA: ENFOQUE INSTITUCIONALISTA E NEO-INSTITUCIONALISTA, TEORIA DA AGÊNCIA E TEORIAS GERENCIALISTAS 3. PENROSE: A FIRMA COMO COLEÇÃO DE RECURSOS GERENCIAIS PENROSE, E., (1959). THE THEORY OF THE GROWTH OF THE FIRM-. OXFORD UNIVERSITY PRESS. OXFORD, 1995. CAPÍTULOS I E II. PENROSE, EDITH. A. ECONOMIA DA DIVERSIFICAÇÃO (SÍNTESE CAP 7 DO LIVRO -THE TEORY OF THE GROWTH OF FIRM-, EXTRAÍDO DA REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, VOL. 19, N.O.
4 4. STEINDL: FIRMA, ACUMULAÇÃO E INVESTIMENTO STEINDL, J. (1946) PEQUENO E GRANDE CAPITAL: PROBLEMAS ECONÔMICOS DO TAMANHO DAS EMPRESAS. SÃO PAULO: ED. HUCITEC/ED.UNICAMP, 1990, CAP. 1 E POST-SCRIPTUM. STEINDL,, J. (1952) MATURIDADE E ESTAGNAÇÃO NO CAPITALISMO AMERICANO. SÃO PAULO: ABRIL, 1983 (OS ECONOMISTAS). 5. CHANDLER: FIRMA MULTIDIVISIONAL CHANDLER JR., A.D. (1990) ESCALA, ESCOPO E CAPACIDADE ORGANIZACIONAL. MCGRAW, T.K. (1998) (ORG.) ALFRED CHANDLER: ENSAIOS PARA UMA TEORIA HISTÓRICA DA GRANDE EMPRESA. RIO DE JANEIRO: EDITORA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. 6. ABORDAGEM EVOLUCIONÁRIA: FIRMA COMO UNIDADE DE INFORMAÇÃO - : COMPETÊNCIAS APRENDIZADO E ROTINAS NELSON, R. E WINTER, S. (2005). UMA TEORIA EVOLUCIONÁRIA DA MUDANÇA ECONÔMICA. CAMPINAS, SP, EDITORA DA UNICAMP. CAPÍTULOS 1 E 2. (*) POSSAS, MARIO. (2008) ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA NEO-SCHUMPETERIANA: ELEMENTOS PARA UMA INTEGRAÇÃO MICRO-MACRODINÂMICA. TEXTO PARA DISCUSSÃO.
INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 7. DESDOBRAMENTOS DA FIRMA EVOLUCIONÁRIA: A. DIREÇÃO E RITMO DA MUDANÇA TECNOLÓGICA: PARADIGMAS E TRAJETÓRIAS TECNOLÓGICAS DOSI, GIOVANNI. SOURCES, PROCEDURES AND MICROECONOMIC EFFECTS OF INNOVATION. JOURNAL OF ECONOMIC LITERATURE, V. 26, N. 3, SEP. 1988. B. INOVAÇÃO E COOPERAÇÃO: REDES DE EMPRESAS E RELAÇÃO UNIVERSIDADE/EMPRESA BRITTO, J.N. DE P. COOPERAÇÃO INTERINDUSTRIAL E REDES DE EMPRESAS. IN. KUPFER, D. E HASENCLEVER L. ECONOMIA INDUSTRIAL:

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICAS NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 2002. (*) BRITTO, J.N. DE P. CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS E MODUS-OPERANDI DAS REDES DE FIRMAS EM CONDIÇÕES DE DIVERSIDADE TECNOLÓGICA. RIO DE JANEIRO (TESE DOUTORADO EM ECONOMIA) - INSTITUTO DE ECONOMIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 1999. C. INOVAÇÃO E FINANCIAMENTO: IMPACTOS NO SNI BRASILEIRO RAPINI, M. (2010). O FINANCIAMENTO AOS INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO NO BRASIL. TESE DE DOUTORADO, INSTITUTO DE ECONOMIA/UFRJ, RIO DE JANEIRO.CAPÍTULOS 4 E 5 (*) GUIMARÃES, E. A.

POLÍTICAS DE INOVAÇÃO: FINANCIAMENTO E INCENTIVOS. EM: DE NEGRI, J.; KUBO, T. L. C. (Org) POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO

TECNOLÓGICA NO BRASIL. IPEA: BRASÍLIA, 2008. CAPÍTULO 4, P-150-216. (*) 8. COMPETITIVIDADE E PADRÕES DE CONCORRÊNCIA: CONCEITOS, DETERMINANTES E FORMAS DE MENSURAÇÃO FERRAZ, J.C. E COUTINHO, L. (1993). ESTUDO DA COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA. CAMPINAS: PAPIRUS. (CAPÍTULO 1) FERRAZ, J.C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L.(1997) MADE IN BRAZIL. RIO DE JANEIRO: CAMPUS. (CAPÍTULO 1)

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Bibliografia Complementar

Alchian, A. e Demsetz, H. Production, Information Costs and Economic Organization. American Economic Review 72:777-95, 1972. Cassiolato, J.E.; Britto, J.; Vargas, M. (2005) Arranjos Cooperativos e Inovação na Indústria Brasileira. In: De Negri, João Alberto e Salerno, Mario Sérgio (org). Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firmas Industriais Brasileiras. IPEA Chandler, A. D. (1990) - Scale and Scope: The Dynamics of Industrial Capitalism. Cambridge. London: Havard University Dosi, Giovanni. Sources, procedures and microeconomic effects of innovation. Journal of Economic Literature, v. 26,
n. 3, Sep. 1988. Freeman, C e Louçã, F. Ciclos e crises no capitalismo global: das revoluções industriais à revolução da informação. Edições Afrontamento, 2004. Guimarães, E.A. -Acumulação e Crescimento da Firma-, Ed. Guanabara Kon. A. -Economia Industrial-, Ed. Nobel, 1994 Kupfer, D. E Hasenclever, L.(eds.) (2002). Economia industrial. Fundamentos teóricos e prácticos no Brasil. Editora Campus. Labini, P.S. (1956)-Oligopólio e progresso técnico-, (edição brasileira) editora forense Universitária Lastres, H.M.M.; Ferraz, J.C. (1999), Economia da informação, do conhecimento e do aprendizado. In LASTRES, H.M.M.; ALBAGLI, S.,(eds) Informação e Globalização na Era do Conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, p.27-57. Patel, P. e Pavitt, K. Technological Competencies in the World's Largest Firms: characteristics, constraints and Scope for Managerial Choice. SPRU, STEEP discussion paper n. 13, 1994. Possas, M.L. (1985) -Estruturas de Mercado em Oligopólio-, Ed. Hicitec Scherer, F. e Ross, D. Market Structure and Economic Performance. Houghon Mifflin, 1990. Steindl, J. Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. Nova Cultural, São Paulo, 1986. Tigre, Paulo Bastos, (2006) - Gestão da Inovação: A economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro, Campus-Elsevier. Capítulos.

Nome TEORIA DO COMERCIO INTERNACIONAL I

Código SEN00143 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MODELOS EXPLICATIVOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL (RICARDO, HECKSHER-OHLIN, MODELOS EM CONCORRÊNCIA IMPERFEITA); MOVIMENTO INTERNACIONAL DE FATORES (INVESTIMENTO DIRETO ESTRANGEIRO E FLUXOS DE MÃO-DE-OBRA); POLÍTICA COMERCIAL (TARIFAS DE IMPORTAÇÃO E SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES).

Conteúdo Programático

PARTE I: INTRODUÇÃO 1. ECONOMIA INTERNACIONAL: DEFINIÇÃO E CAMPO DE ATUAÇÃO 2. O QUE HÁ DE NOVO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL? PARTE II: TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 1. A TEORIA CLÁSSICA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E A PRODUTIVIDADE COMO DETERMINANTE DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO: VANTAGENS ABSOLUTAS VERSUS VANTAGENS COMPARATIVAS. 2. O MODELO RICARDIANO DE VANTAGEM COMPARATIVA: A ABORDAGEM NEOCLÁSSICA DO MODELO COM INTRODUÇÃO DOS SALÁRIOS RELATIVOS E CUSTOS DE TRANSPORTE 3. A TEORIA NEOCLÁSSICA DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E A DOTAÇÃO DE FATORES COMO DETERMINANTE DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO 3.1 O MODELO DE HECKSCHER-OHLIN (H-O) 3.2 O MODELO DE FATORES ESPECÍFICOS E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA 3.3 O MODELO HECKSCHER-OHLIN-SAMUELSON (H-O-S) E OS TEOREMAS NEOCLÁSSICOS FUNDAMENTAIS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 3.4 O MODELO GERAL DE COMÉRCIO 4. AS -NOVAS- TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL 4.1 ANTECEDENTES 4.2 ECONOMIAS DE ESCALA, CONCORRÊNCIA IMPERFEITA E COMÉRCIO INTERNACIONAL 4.3 ECONOMIAS DE ESCALA, DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTO E COMÉRCIO INTRA-INDUSTRIAL 5. COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARTE III: TEORIA DA POLÍTICA COMERCIAL 1. EFEITOS DE TARIFAS, COTAS E SUBSÍDIOS À PRODUÇÃO SOB CONCORRÊNCIA PERFEITA 2. EFEITOS DE TARIFAS E COTAS SOB MONOPÓLIO 3. EFEITOS DOS SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES 4. ARGUMENTOS PARA PROTEÇÃO (-VELHOS- E -NOVOS-) E O DEBATE SOBRE POLÍTICA INDUSTRIAL PARTE IV: O BRASIL APÓS A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA LIVRO-TEXTO OBRIGATÓRIO: Krugman, Paul e Obstfeld, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. 6ª edição. Ed Pearson.

Bibliografia Complementar

LIVROS-TEXTOS COMPLEMENTARES: Kenen, Peter. Economia Internacional. 3ª Ed. Ed. Campus, 1998. Salvatore, Dominick. Internacional Economics. Ninth Edition, Wiley, John and Sons, 2006. James Markusen, James Melvin, William Kaempfer e Keith Markus. International Trade: Theory and Evidence. Mc Graw Hill, 1995. ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS OBRIGATÓRIOS Linder, Staffan, An Essay on Trade and Transformation. New York, Wiley, 1961 (será distribuída a versão em português) Nassif, André. -A Articulação das Políticas Industrial e Comercial nas Economias em Desenvolvimento Contemporâneas: Uma Discussão Analítica-. Revista da Economia Política. 20(2), 2000 Nassif, André. -Os Impactos da Liberalização Comercial sobre o Padrão de Comércio Exterior Brasileiro-. Revista de Economia Política, 25 (1), 97, 2005 Nassif, André. -Uma Contribuição ao Debate sobre a Nova Política Industrial Brasileira-. Texto para Discussão nº 101. Rio de Janeiro: BNDES, 2003.

Nome TEORIA DO COMERCIO INTERNACIONAL II

Código SEN00144 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

INSTRUMENTOS DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E DE CONTROLE DE IMPORTAÇÕES (TARIFAS ADUANEIRAS E BARREIRAS NÃO- TARIFÁRIAS), MEDIDAS CONTRA A CONCORRÊNCIA DESLEAL (MEDIDAS ANTI-DUMPING, ANTI-SUBSÍDIOS E SALVAGUARDAS). NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS E BLOCOS REGIONAIS (OMC, MERCOSUL, UE).

Conteúdo Programático

LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL. MULTINACIONAIS. FRAGMENTAÇÃO GLOBAL DA PRODUÇÃO, OUTSOURCING E CADEIAS GLOBAIS DE VALOR. MULTILATERALISMO E PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). CONCORRÊNCIA DESLEAL E MECANISMOS DE DEFESA COMERCIAL. ACORDOS REGIONAIS. TÓPICOS ADICIONAIS. PROGRAMA: 1) A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL: INÍCIO EM 1988 E CONSOLIDAÇÃO NO PERÍODO 1990-1994 2) MULTINACIONAIS 3) FRAGMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO GLOBAL E OUTSOURCING 4) MULTILATERALISMO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL: OS ACORDOS NO ÂMBITO DA OMC (GATT, GATS, TRIPS) 5) CONCORRÊNCIA DESLEAL: SALVAGUARDAS COMERCIAIS, ACORDOS ANTI-DUMPING E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS 6) ACORDOS REGIONAIS: CONCEITUAÇÃO E EXPERIÊNCIAS NO PÓS-GUERRA (UNIÃO EUROPÉIA, MERCOSUL, NAFTA, ENTRE OUTROS) 7) TÓPICOS ADICIONAIS EM COMÉRCIO INTERNACIONAL APLICADO

Bibliografia Básica

KRUGMAN, PAUL, OBSTFELD, MAURICE E MELITZ, MARC. INTERNATIONAL ECONOMICS: THEORY AND POLICY. NINTH EDITION. NEW YORK: ADDISON-WESLEY, 2012.VERSÃOEMPORTUGUÊS: KRUGMAN, PAUL E OBSTFELD, MAURICE. ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA. 6ª EDIÇÃO. ED. PEARSON KENEN, PETER. ECONOMIA INTERNACIONAL. 3ª ED. RIO DE JANEIRO: ED. CAMPUS, 1998.

Bibliografia Complementar

HOEKMAN, BERNARD E KOSTECKI, MICHEL M. THE POLITICAL ECONOMY OF THE WORLD TRADING SYSTEM. THE WTO AND BEYOND. THIRD EDITION. OXFORD: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2009.

Nome	TEORIA DOS JOGOS		
Código	SEN00137 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

JOGOS E ECONOMIA; TIPOS DE JOGOS; APLICAÇÕES DA TEORIA DE JOGOS À ANÁLISE ECONÔMICA. JOGOS ESTATÍSTICOS E JOGOS DINÂMICOS. INFORMAÇÃO.

Conteúdo Programático

A TEORIA DOS JOGOS FORNECE CONCEITOS E FERRAMENTAS ÚTEIS PARA ANALISAR SITUAÇÕES EM QUE OS GANHOS DE UM AGENTE DEPENDEM DO COMPORTAMENTO DE OUTROS AGENTES, COMO EM SITUAÇÕES DE CONFLITO, COOPERAÇÃO, NEGOCIAÇÃO, COMPROMISSO... ORIGINADA NA MATEMÁTICA, É APLICADA EM DIVERAS ÁREAS, DA BIOLOGIA À CIÊNCIA POLÍTICA, DA FILOSOFIA À ESTRATÉGIA MILITAR, DA ADMINISTRAÇÃO À ANTROPOLOGIA. EM ECONOMIA, SEU USO VEM CRESCENDO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, SENDO UTILIZADA EM DIVERSAS SUB-ÁREAS. ESTE CURSO TEM POR OBJETIVO FAMILIARIZAR O ALUNOS COM A TEORIA DOS JOGOS, EXEMPLIFICANDO AS VANTAGENS E OS LIMITES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO DOS AGENTES PARA A COMPREENSÃO DE PROBLEMAS DE NATUREZA ECONÔMICA (E EXTRA-ECONÔMICA). COMPREENDERÁ: AULAS MAGISTRAIS, RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS PELO PROFESSOR E TRABALHOS EM GRUPOS EM SALA DE AULA. 1. INTRODUÇÃO À TEORIA DOS JOGOS 2. REPRESENTAÇÃO DE JOGOS : FORMAS ESTRATÉGICA E ESTENDIDA 3. JOGOS SIMULTÂNEOS E EQUILÍBRIO DE NASH 4. APLICAÇÕES DO EQUILÍBRIO DE NASH 5. JOGOS ESTRITAMENTE COMPETITIVOS E ESTRATÉGIAS MISTAS 6. JOGOS SEQUENCIAIS 7. JOGOS REPETIDOS 8. JOGOS E INFORMAÇÃO 9. LEILÕES TEORIA DOS JOGOS CLÁSSICA VERSUS COMPORTAMENTAL

Bibliografia Básica

Fiani, Ronaldo, Teoria dos jogos: com aplicações em economia, administração e ciências sociais, 3ª edição, Rio de Janeiro: Campus, 2009 Varian, Hal R. Princípios básicos: uma abordagem moderna, (Tradução da 8ª edição original), Rio de Janeiro: Campus/Elseveir, 2012 Haneke, Uwe; Vitória Saddi. -Prêmio Nobel de economia de 1994: contribuições de Nash, Harsanyi e Selten à teoria dos jogos-, Revista de Economia Política, vol. 15, n°1 (57), jan-mar, 1995 Kahneman, D. Rápido e devagar. Duas formas de pensar. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Bibliografia Complementar

Pindyck R.S. e Rubinfeld D., Microeconomia. Prentice Hall. 7ª edição. São Paulo: Pearson, 2010. Schmidt, Cristiane A.J., Microeconomia. Questões comentadas das provas de 2003 a 2012, Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2013. Bowles, S. (2004), Microeconomics: behavior, institutions and evolution, (The roundtable series in behavioral

economics), Princeton: Princeton University Press. Gintis, H. (2009), The Bounds of Reason: Game Theory and the Unification of the Behavioral Sciences, Princeton: Princeton University Press

Nome TEORIA ECONOMICA APLICADA I

Código SEN00070 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Data Desativação**	-
		Motivo Desativação	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

NOÇÕES DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA; CONCEITOS BÁSICOS: A QUESTÃO ALOCATIVA E O SISTEMA DE PREÇOS; FUNCIONAMENTO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO; NOÇÕES DE MICROECONOMIA: FORMAÇÃO DE PREÇOS.

Conteúdo Programático

Modelos Econômico;. Determinantes da Demanda; da Oferta; Leis da Demanda e da Oferta; Custos; Vários tipos de custos; Mercado competitivo; monopólios; oligopólios (Teoria dos Jogos)

Bibliografia Básica

Introdução à Economia - Tradução da 4ª Edição Norte- Americana N. Gregory Mankiw

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO Introdução à Economia - Paul Krugman Robin Wells

Nome	TEORIA ECONOMICA APLICADA II		
Código	SEN00071 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

INTRODUÇÃO E DEFINIÇÕES BÁSICAS. NOÇÕES DE MACROECONOMIA. PRODUÇÃO E O MERCADO. NOÇÕES DE ECONOMIA BRASILEIRA. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO. PLANOS ECONÔMICOS E MOEDAS DO BRASIL.

Conteúdo Programático

I INTRODUÇÃO; METODOLOGIA; O SISTEMA ECONÔMICO E SUAS FORMAS DE ATIVIDADE II CONSUMO E POUPANÇA III INVESTIMENTO MULTIPLICADOR E INVESTIMENTOS; O PRINCÍPIO DE ACELERAÇÃO IV A TEORIA DA DETERMINAÇÃO DA RENDA; A DETERMINAÇÃO DA RENDA E OS GASTOS DO GOVERNO; RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO GOVERNO; SISTEMA TRIBUTÁRIO; POLÍTICA ECONÔMICA V O COMPORTAMENTO MONETÁRIO; TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA; INFLAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO; INFLAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA VI O NÍVEL DE EMPREGO VII COMÉRCIO EXTERIOR, BALANÇA DE PAGAMENTOS VIII DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Bibliografia Básica

Kraemer, A - Noções de Macroeconomia - Ed. Sulina Bacha, E. - Introdução à Macroeconomia: uma perspectiva brasileira- Ed. Campos Macedo e Silva - Macroeconomia - Ed. Vozes Cosentino, Tereza Cristina e Maia, G.B. da Silva - 1001 exercícios de economia Troster, R. L. - Introdução à Economia - Ed. Makron Books, Ed. De 2002 - Texto

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TEORIA MACROECONOMICA I

Código SEN00076 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

OBJETIVOS DA MACROECONOMIA; EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL DA TEORIA MACROECONÔMICA; FUNDAMENTOS DA MACROECONOMIA; CONCEITOS BÁSICOS (PRODUTO, RENDA, POUPANÇA, INVESTIMENTO); DETERMINAÇÃO DA DEMANDA; A DINÂMICA DO MERCADO DE BENS; MODELO CLÁSSICO; DEMANDA AGREGADA CLÁSSICA; POUPANÇA, INVESTIMENTO E TAXA DE JUROS NO MODELO CLÁSSICO; O GOVERNO E A POLÍTICA FISCAL NO MODELO CLÁSSICO; MODELO KEYNESIANO SIMPLES DE DETERMINAÇÃO DA RENDA NO CURTO PRAZO (LADO REAL); PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA; MODELO KEY

Conteúdo Programático

1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DA ECONOMIA E INDICADORES MACROECONÔMICOS BÁSICOS: OBJETIVOS DA ECONOMIA; MICROECONOMIA E MACROECONOMIA; O CURTO E O LONGO PRAZOS: CICLOS ECONÔMICOS E CRESCIMENTO ECONÔMICO (CICLO E TENDÊNCIA); INDICADORES MACROECONÔMICOS BÁSICOS: PIB, PIB PER CAPITA, PRODUTIVIDADE, TAXA DE DESEMPREGO, TAXA DE INFLAÇÃO, PIB EFETIVO, PIB POTENCIAL E HIATO DO PRODUTO; METODOLOGIA: TEORIAS E MODELOS ECONÔMICOS. 2.CONTAS NACIONAIS E IDENTIDADES CONTÁBEIS BÁSICAS: MÉTODOS DE CONTABILIZAÇÃO DO PIB; PIB E RNB; FLUXOS E ESTOQUES; PIB A PREÇOS CORRENTES, PIB A PREÇOS CONSTANTES, DEFLATOR DO PIB E CÁLCULO DA TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB; IDENTIDADES CONTÁBEIS BÁSICAS: EQUAÇÃO DO PIB (RENDA) E DA DEMANDA AGREGADA; POUPANÇA E INVESTIMENTO EM ECONOMIAS FECHADAS. 3.O BALANÇO DE PAGAMENTOS: ESTRUTURA E CONTABILIZAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS; POUPANÇA E INVESTIMENTO EM ECONOMIAS ABERTAS E SUA RELAÇÃO COM O SALDO EM CONTA CORRENTE; POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO. 4.NÚMEROS-ÍNDICES. CONCEITO DE NÚMERO-ÍNDICE; RELATIVOS; ÍNDICES DE LASPEYRES E PAASCHE. MUDANÇA DE BASE. ALGUNS ÍNDICES ECONÔMICOS. 5.MOEDA E SISTEMA MONETÁRIO: MOEDA E FUNÇÕES DA MOEDA; OFERTA E DEMANDA DE MOEDA; BANCOS CENTRAIS, BANCOS COMERCIAIS E SISTEMA MONETÁRIO; BALANCETE CONSOLIDADO DO SISTEMA MONETÁRIO; CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE BASE MONETÁRIA E MEIOS DE PAGAMENTO; O MULTIPLICADOR DOS MEIOS DE PAGAMENTO; MERCADO DE RESERVAS BANCÁRIAS. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA. 6.O MODELO MACROECONÔMICO CLÁSSICO: PREMISSAS FUNDAMENTAIS: LEI DE SAY, TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA (TQM). OFERTA AGREGADA E EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO; RESULTADO DO MODELO CLÁSSICO: EQUILÍBRIO COM PLENO-EMPREGO; TEORIA CLÁSSICA DA TAXA DE JUROS; IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA NO MODELO CLÁSSICO. 7. O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA E A CRÍTICA DE KEYNES AO MODELO CLÁSSICO: EXPECTATIVAS, DEMANDA PLANEJADA E O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA; PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ

E A TEORIA KEYNESIANA DA TAXA DE JUROS: A CURVA DE JUROS. 8.PANORAMA TEÓRICO DA MACROECONOMIA: CORRENTES TEÓRICAS EM MACROECONOMIA. O QUE VOCÊ ESTUDARÁ EM MACROECONOMIA II, III E IV PROGRAMA DA DISCIPLINA 1. INTRODUÇÃO: OBJETIVOS DA ECONOMIA E INDICADORES MACROECONÔMICOS BÁSICOS 1.1 OBJETIVOS DA ECONOMIA; 1.2 MICROECONOMIA E MACROECONOMIA; 1.3 O CURTO E O LONGO PRAZOS: CICLOS ECONÔMICOS E CRESCIMENTO ECONÔMICO (CICLO E TENDÊNCIA); 1. 4. INDICADORES MACROECONÔMICOS BÁSICOS: PIB, PIB PER CAPITA, PRODUTIVIDADE, TAXA DE DESEMPREGO, TAXA DE INFLAÇÃO, PIB EFETIVO, PIB POTENCIAL E HIATO DO PRODUTO; 1.5. METODOLOGIA: TEORIAS E MODELOS ECONÔMICOS. 2. CONTAS NACIONAIS E IDENTIDADES MACROECONÔMICAS BÁSICAS. 2.1. MÉTODOS DE CONTABILIZAÇÃO DO PIB; PIB E RNB; PIB A PREÇOS CORRENTES, FLUXOS E ESTOQUES; PIB A PREÇOS CONSTANTES, DEFLATOR DO PIB E CÁLCULO DA TAXA DE VARIAÇÃO DO PIB. IDENTIDADES CONTÁBEIS

BÁSICAS: EQUAÇÃO DO PIB (RENDA) E DA DEMANDA AGREGADA; 2.3. POUPANÇA E INVESTIMENTO EM ECONOMIAS FECHADAS. 3. O BALANÇO DE PAGAMENTOS 3.1.ESTRUTURA E CONTABILIZAÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS; 3.2 POUPANÇA E INVESTIMENTO EM ECONOMIAS ABERTAS E SUA RELAÇÃO COM O SALDO EM CONTA CORRENTE; 3.3 POSIÇÃO INTERNACIONAL DE INVESTIMENTO. 4. NÚMEROS-ÍNDICES 4.1 CONCEITO DE NÚMERO-ÍNDICE; 4.2 RELATIVOS; 4.3 ÍNDICES DE LASPEYRES E PAASCHE; MUDANÇA DE BASE; 4.5 ALGUNS ÍNDICES ECONÔMICOS. 5. MOEDA E SISTEMA MONETÁRIO 5.1 MOEDA E FUNÇÕES DA MOEDA; 5.2 OFERTA E DEMANDA DE MOEDA; 5.3 BANCOS CENTRAIS, BANCOS COMERCIAIS E SISTEMA MONETÁRIO; 5.4 BALANCETE CONSOLIDADO DO SISTEMA MONETÁRIO;5.5 CRIAÇÃO E DESTRUIÇÃO DE BASE MONETÁRIA E MEIOS DE PAGAMENTO; 5.6 O MULTIPLICADOR DOS MEIOS DE PAGAMENTO; 5.7 MERCADO DE RESERVAS BANCÁRIAS. 5.8 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA 6.O MODELO MACROECONÔMICO CLÁSSICO 6.1 O MODELO MACROECONÔMICO CLÁSSICO: PREMISSAS FUNDAMENTAIS: LEI DE SAY, TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA (TQM). OFERTA AGREGADA E EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO; RESULTADO DO MODELO CLÁSSICO: EQUILÍBRIO COM PLENO-EMPREGO. 6.2 TEORIA CLÁSSICA DA TAXA DE JUROS; 6.3 IMPLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA NO MODELO MACROECONÔMICO CLÁSSICO. 7. O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA E A CRÍTICA DE KEYNES AO MODELO CLÁSSICO 7.1 EXPECTATIVAS, DEMANDA PLANEJADA E O PRINCÍPIO DA DEMANDA EFETIVA; 7.2 PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ E A TEORIA KEYNESIANA DA TAXA DE JUROS: A CURVA DE JUROS. 8. PANORAMA TEÓRICO DA MACROECONOMIA 8.1 CORRENTES TEÓRICAS EM MACROECONOMIA: CLÁSSICOS, KEYNES, SÍNTESE NEOCLÁSSICA KEYNESIANA, MONETARISTAS, NOVOS-CLÁSSICOS, NOVOS-KEYNESIANOS E PÓS-KEYNESIANOS. 8.2 O QUE VOCÊ ESTUDARÁ EM TEORIA MACROECONÔMICA II, III E IV

Bibliografia Básica

1. LOPES, L.M., ET. AL. (ORG.) MACROECONOMIA TEORIA E APLICAÇÕES DE POLÍTICA ECONÔMICA. SÃO PAULO, ATLAS, 2018. 2. FEIJÓ, C. A. E RAMOS, R.L.O. CONTABILIDADE SOCIAL, 5ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: ED. CAMPUS, 2017. 3. BLANCHARD, O. MACROECONOMIA: TEORIA E POLÍTICA ECONÔMICA. RIO DE JANEIRO, PEARSON, 2017. 4. MANKIW,N.G. MACROECONOMIA. RIO DE JANEIRO, LTC, 2014.

Bibliografia Complementar

1. KEYNES, J. M. A TEORIA DA TAXA DE JUROS IN: SZMERECSÁNYI, T. E FERNANDES, F. (ORG.). KEYNES (ARTIGOS SELECIONADOS). SÃO PAULO: ED. ÁTICA [1937]. 2. KEYNES, J. M. A TEORIA GERAL DO EMPREGO¿ IN: SZMERECSÁNYI, T. E FERNANDES, F. (ORG.). KEYNES (ARTIGOS SELECIONADOS). SÃO PAULO: ED. ÁTICA [1937]. 3. KEYNES, J. M. TEORIA GERAL DO EMPREGO, DO JURO E DA MOEDA. SÃO PAULO: ED. NOVA CULTURAL, 1996 [1936]. 4. KRUGMAN, P. E WELLS, R. MACROECONOMIA, 3A EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER EDITORA, 2015. 5. SICSÚ, J. (ORG.). ECONOMIA MONETÁRIA, 2ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: ED. CAMPUS. RIO DE JANEIRO: ED.CAMPUS, 2012. 6.SIMONSEN, M.H. E CYSNE, R. P. MACROECONOMIA, 4ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: EDITORA ATLAS, 2009.

Nome	TEORIA MACROECONOMICA II		
Código	SEN00077 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data Desativação** -	**Motivo Desativação**	-
Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

MODELO IS-LM; CURVA IS; CURVA LM; IMPACTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS NO MODELO IS-LM; DEDUÇÃO DA DEMANDA AGREGADA; EFEITO PIGOU E EFEITO FISCHER; O PAPEL DA OFERTA E DA DEMANDA AGREGADAS NOS MODELOS DE DETERMINAÇÃO DA RENDA; MACROECONOMIA ABERTA; CÂMBIO E BALANÇO DE PAGAMENTOS; TAXA DE CÂMBIO E REGIMES CAMBIAIS; DETERMINAÇÃO DA RENDA EM UMA ECONOMIA ABERTA; O SETOR EXTERNO NO MODELO CLÁSSICO; IS-LM PARA UMA ECONOMIA ABERTA; CURVA BP E O EQUILÍBRIO EXTERNO; DETERMINAÇÃO DOS EQUILÍBRIOS INTERNO E EX

Conteúdo Programático

PROGRAMA: 1. SISTEMA MONETÁRIO: OFERTA DE MOEDA (INTRODUÇÃO) 1.1. MOEDA: CONCEITO E FUNÇÕES 1.2. AGREGADOS MONETÁRIOS

1.3. PROCESSO DE CRIAÇÃO DE MOEDA: MULTIPLICADOR DOS MEIOS DE PAGAMENTOS 1.4. CONTAS DO SISTEMA MONETÁRIO, FUNÇÕES DO BANCO CENTRAL 2. MODELO IS-LM 2.1. CURVA IS ¿ EQUILÍBRIO NO MERCADO DE BENS 2.2. CURVA LM ¿ EQUILÍBRIO NO MERCADO MONETÁRIO 2.3. EQUILÍBRIO SIMULTÂNEO NO MERCADO DE BENS E DE ATIVOS 2.4. IMPACTO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS NO MODELO IS-LM 2.5. DEDUÇÃO DA DEMANDA AGREGADA 2.6. EFEITO PIGOU E EFEITO FISCHER 2.7. O PAPEL DA OFERTA E DA DEMANDA AGREGADAS NOS MODELOS DE DETERMINAÇÃO DA RENDA 3. MACROECONOMIA ABERTA 3.1. CÂMBIO E BALANÇO DE PAGAMENTOS 3.1.1. TAXA DE CÂMBIO E REGIMES CAMBIAIS 3.1.2. DETERMINAÇÃO DO SALDO DE CONTA CORRENTE DO BALANÇO DE PAGAMENTOS 3.1.3. MOVIMENTO DE CAPITAIS E PARIDADE DO PODER DE COMPRA 3.2. DETERMINAÇÃO DA RENDA EM UMA ECONOMIA ABERTA 3.2.1. O SETOR EXTERNO NO MODELO CLÁSSICO 3.2.2. IS-LM PARA UMA ECONOMIA ABERTA 3.2.3. CURVA BP E O EQUILÍBRIO EXTERNO 3.3. DETERMINAÇÃO DOS EQUILÍBRIOS INTERNO E EXTERNO E O IMPACTO DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS SOB DIFERENTES REGIMES CAMBIAIS 3.3.1. CASO DE UMA ECONOMIA SEM MOBILIDADE DE CAPITAIS 3.3.1.1. REGIME DE CÂMBIO FIXO 3.3.1.2. REGIME DE CÂMBIO FLUTUANTE 3.3.2. CASO DE UMA ECONOMIA PEQUENA COM PERFEITA MOBILIDADE DE CAPITAIS 3.3.2.1. REGIME DE CÂMBIO FIXO 3.3.2.2. REGIME DE CÂMBIO FLUTUANTE 3.3.3. CASO DE UMA ECONOMIA COM IMPERFEITA MOBILIDADE DE CAPITAIS (GRANDE ECONOMIA) 3.3.3.1. REGIME DE CÂMBIO FIXO 3.3.3.2. REGIME DE CÂMBIO FLUTUANTE

Bibliografia Básica

BLANCHARD, O. MACROECONOMIA: TEORIA E POLÍTICA ECONÔMICA. RIO DE JANEIRO: CAMPUS,1999. LOPES, L.M.; VASCONCELLOS, M.A.S. (COORD.). MANUAL DE MACROECONOMIA. 2. ED. SÃO PAULO: ATLAS, 2000. 388 P MANKIW, N. G. MACROECONOMIA. 3ª ED. RIO DE JANEIRO: LTC, 1998. FROYEN, R. MACROECONOMIA. SÃO PAULO: SARAIVA, 2012.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	TEORIA MACROECONOMICA III		
Código	SEN00078 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

OFERTA AGREGADA; CURVA DE OFERTA AGREGADA (PREÇOS PASSADOS E A DE LUCAS); CURVA DE PHILLIPS E A ANÁLISE SOBRE AS EXPECTATIVAS; CHOQUES DE OFERTA; DETERMINAÇÃO DO PRODUTO E DA INFLAÇÃO; INTRODUÇÃO AOS CICLOS ECONÔMICOS; A VISÃO KEYNESIANA; NOVAS TEORIAS CLÁSSICAS E O CICLO REAL DE NEGÓCIOS; OS NOVOS-KEYNESIANOS E A RIGIDEZ DE PREÇOS; POLÍTICA ECONÔMICA; CONSUMO E ESCOLHA INTERTEMPORAL; FUNÇÃO CONSUMO KEYNESIANA; CONSUMO E RENDA PERMANENTE; MODELO DO CICLO DE VIDA; INVESTIMENTO; DECISÃO DE INV

Conteúdo Programático

PROGRAMA: 1. OFERTA AGREGADA 1.1. CURVA DE OFERTA AGREGADA (PREÇOS PASSADOS E A DE LUCAS) 1.2.CURVA DE PHILLIPS E A ANÁLISE SOBRE AS EXPECTATIVAS 1.3 CHOQUES DE OFERTA 1.4 DETERMINAÇÃO DO PRODUTO E DA INFLAÇÃO 2. INTRODUÇÃO AOS CICLOS ECONÔMICOS 2.1. A VISÃO KEYNESIANA 2.2. NOVAS TEORIAS CLÁSSICAS E O CICLO REAL DE NEGÓCIOS 2.3. OS NOVOS-KEYNESIANOS E A RIGIDEZ DE PREÇOS 2.4. POLÍTICA ECONÔMICA 3. CONSUMO E ESCOLHA INTERTEMPORAL 3.1. FUNÇÃO CONSUMO KEYNESIANA 3.2. CONSUMO E ESCOLHA INTERTEMPORAL 3.3. CONSUMO E RENDA PERMANENTE 3.4. MODELO DO CICLO DE VIDA 4.INVESTIMENTO 4.1. CONCEITOS BÁSICOS 4.2 DECISÃO DE INVESTIR 4.3. TEORIA Q 4.4. INVESTIMENTO E EXPECTATIVAS DE LUCROS 5. O GOVERNO (OPCIONAL) 5.1. CONCEITOS DE DÉFICIT E DÍVIDA PÚBLICA 5.2. FONTES DE RECEITA ELABORADO POR HELDER FERREIRA DE MENDONÇA PROF. TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UFF

Bibliografia Básica

LOPES, L.M. e VASCONCELLOS, M. A. (org.) Manual de Macroeconomia. São Paulo, Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

BLANCHARD, O. Macroeconomia: teoria e política econômica. Rio de Janeiro, Campus, 2007. DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; e STARTZ, R. Macroeconomia. Rio de Janeiro, McGraw-Hill, 8a. edição, 2003. MANKIW,N.G. Macroeconomia. Rio de Janeiro, LTC, 1998

Nome	TEORIA MACROECONOMICA IV		
Código	SEN00079 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

O MODELO DE SOLOW; TECNOLOGIA E O MODELO DE SOLOW; AVALIAÇÃO DO MODELO DE SOLOW; DECOMPOSIÇÃO DO CRESCIMENTO E REDUÇÃO DA PRODUTIVIDADE; O MOTOR DO CRESCIMENTO; CRESCIMENTO NO MODELO DE ROMER; EFEITOS DE CRESCIMENTO VERSUS EFEITOS DE NÍVEL; ESTÁTICA COMPARATIVA: UM AUMENTO PERMANENTE NA PARTICIPAÇÃO DE P&D; O SETOR DE BENS FINAIS; O SETOR DE BENS INTERMEDIÁRIOS; O SETOR DE PESQUISAS; SOLUÇÃO DO MODELO; MODELO SIMPLES DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO; ANÁLISE DO ESTADO ESTACIONÁRIO; TRANSFERÊNCIA

Conteúdo Programático

1. O modelo de Solow 1.1. O modelo básico de Solow 1.2. Tecnologia e o modelo de Solow 1.3. Avaliação do modelo de Solow 1.4. Decomposição do crescimento e redução da produtividade 2. O motor do crescimento 2.1. Crescimento no modelo de Romer 2.2. Efeitos de crescimento versus efeitos de nível 2.3. Estática comparativa: um aumento permanente na participação de P&D 2.4. O setor de bens finais 2.5. O setor de bens intermediários 2.6. O setor de pesquisas 2.7. Solução do modelo 3. Modelo simples do crescimento e desenvolvimento 3.1. Modelo básico 3.2. Análise do estado estacionário 3.3. Transferência de tecnologia 3.4. Diferenças nas taxas de crescimento 4. Teorias alternativas de crescimento endógeno 4.1. Modelos simples de crescimento endógeno (modelo AK) 4.2. Externalidades e modelos AK 4.3. Avaliação dos modelos de crescimento endógeno

Bibliografia Básica

JONES, C. I. Introdução à Teoria do Crescimento Econômico. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	TEORIA MICROECONOMICA II		
Código	SEN00073 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data Desativação** -	**Motivo Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

(1) TECNOLOGIA E PRODUÇÃO. 1.1 RESTRIÇÃO TECNOLÓGICA.1.2. FUNÇÃO DE PRODUÇÃO E PRODUTO MÉDIO. 1.3. PRODUTO MARGINAL E TAXA MARGINAL OU TÉCNICA DE SUBSTITUIÇÃO. 1.4. RENDIMENTOS DE ESCALA. (2) MAXIMIZAÇÃO DE LUCRO. 2.1. MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS NO CURTO PRAZO. 2.2. MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS NO LONGO PRAZO. (3) CUSTOS. 3.1. MINIMIZAÇÃO DE CUSTOS. 3.2. FUNÇÃO DE CUSTO E RENDIMENTOS A ESCALA. 3.3 FUNÇÃO DE CUSTOS E TIPOS: TOTAL, FIXO, VARIÁVEL E IRRECUPERÁVEIS. 3.4 CUSTOS MÉDIOS E MARGINAIS NO CURTO PRAZO. 3.5 AS FUNÇÕES DE CUSTOS NO LONGO PRAZO. (4) A OFERTA E O EQUILÍBRIO DA FIRMA. 4.1. OFERTA E EQUILÍBRIO DA FIRMA EM CONCORRÊNCIA PERFEITA NO CURTO PRAZO. 4.2. OFERTA E EQUILÍBRIO NO LONGO PRAZO. 4.3 CRÍTICAS AO EQUILÍBRIO DA FIRMA. (5) OFERTA DA INDÚSTRIA. 5.1. OFERTA DE CURTO PRAZO. 5.2. OFERTA DE LONGO PRAZO. 5.3. LUCRO ZERO E RENDA ECONÔMICA. (6) EQUILÍBRIO EM MERCADOS COMPETITIVOS. 6.1 EQUILÍBRIO DE MERCADO. 6.2 ESTÁTICA COMPARATIVA E IMPOSTOS. 6.3 A EFICIÊNCIA DE PARETO. (7) MONOPÓLIO. 7.1 DEFINIÇÃO, MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS E FORMAÇÃO DE PREÇOS. 7.2. INEFICIÊNCIAS E ÔNUS DO MONOPÓLIO. 7.3 MONOPÓLIOS NATURAIS. (8) COMPORTAMENTO MONOPOLISTA. 8.1 DISCRIMINAÇÃO DE PREÇOS. 8.2. OUTRAS PRÁTICAS: TARIFAS BIPARTIDAS E VINCULAÇÃO DE PRODUTOS. 8.3. COMPETIÇÃO MONOPOLÍSTICA. (9) TEORIA DOS JOGOS. 9.1 MATRIZ DE GANHO DE UM JOGO E ESTRATÉGIAS DOMINANTES. 9.2 EQUILÍBRIO DE NASH. 9.3 ESTRATÉGIAS MISTAS. 9.4. O DILEMA DOS PRISIONEIROS. 9.5. JOGOS REPETIDOS. 9.6. JOGOS SEQUENCIAIS. (10) OLIGOPÓLIO. 10.1. ESTRATÉGIAS SIMULTÂNEAS (COURNOT E BERTRAND). 10.2. ESTRATÉGIAS SEQUENCIAIS (STACKELBERG). 10.3. COLUSÃO.

Conteúdo Programático

1. A equação de Slutsky. 1.1. O efeito Renda 1.2. O efeito Substituição. 1.3. Demanda compensada 2. Excedente do consumidor. 2.1. Definição e estudo. 2.2. Excedente do produtor 3. Demanda de mercado 3.1. Definições: demanda individual, de mercado e inversa. 3.2. Elasticidade preço e elasticidade renda II. TEORIA DOS MERCADOS 4. Oferta da indústria. 4.1. Oferta de curto prazo 4.2. Oferta de longo prazo 4.3. Lucro zero e renda econômica 5. Equilíbri Equilíbrio de mercado. 5.2. Estática Comparativa 5.3. Eficiência de Pareto 6. O monopólio. 6.1. Definição, maximização de lucros e formação de preços. 6.2. Ineficiências e ônus do monopólio 6.3. Monopólios naturais 7. Comportamento monopolista (1 semana). 7.1. Discriminação de preços 7.2. Diferenciação de produto 8. Mercado de fatores. 8.1. Monopólio em produtos e concorrência em fatores 8.2. Monopsonio 8.3. Monopólios up e downstream 9. Teoria do oligopólio. 9.1. Estratégias simultâneas (Cournot e Bertrand) 9.2. Estratégias seqüenciais (Stackelberg e Liderança de Preços) 9.3. Colusão 10. Teoria de jogos. 10.1. Matriz de ganhos e equilíbrio de Nash. 10.2. Dilema do prisioneiro 10.3. Jogos repetidos e seqüenciais. 11. Aplicação da teoria de jogos 11.1. Estratégias mistas 11.2. Jogos de coordenação 11.3. Jogos de competição e coexistência 11.4. Jogos de compromisso. 11.5. Negociação

Bibliografia Básica

Varian, H.R (1996). Microeconomia. Princípios básicos. Uma abordagem moderna. Ed Campus. Tradução da 5ª edição americana, 1999.

R.S. e Rubinfeld S.L. (2002) . Microeconomia. Prentice Hall. Quinta edição. São Paulo.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	TEORIA MICROECONOMICA III		
Código	SEN00074 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

1. TEORIA DA DEMANDA: COMPRANDO E VENDENDO; DEMANDA LÍQUIDA; EQUAÇÃO DE SLUTSKY REVISITADA; MERCADO DE TRABALHO; INCERTEZA; CONSUMO CONTINGENTE; UTILIDADE ESPERADA; AVERSÃO AO RISCO; ESCOLHA INTERTEMPORAL; ESTÁTICA COMPARATIVA; VALOR PRESENTE; USO DO VALOR PRESENTE; ATIVOS DE RISCO; UTILIDADE MÉDIA-VARIÂNCIA; EQUILÍBRIO NO MERCADO DE ATIVOS DE RISCO.2. EQUILÍBRIO GERAL E BEM-ESTAR: TROCAS; TROCAS E ALOCAÇÃO EFICIENTE. A CAIXA DE EDGEWORTH; EQUILÍBRIO E EFICIÊNCIA; PRODUÇÃO; ECONOMIA COM PRODUÇÃ

Conteúdo Programático

OS OBJETIVOS DA DISCIPLINA SÃO: (A) FAMILIARIZAR OS ESTUDANTES COM MODELOS TEÓRICOS REFERENTES AOS TRÊS GRANDES TEMAS TRATADOS NA DISCIPLINA, (B) TREINÁ-LOS NA RESOLUÇÃO DE EXERCÍCIOS; (C) ESTABELECER RELAÇÕES ENTRE A MICROECONOMIA TEÓRICA E QUESTÕES E PROBLEMAS CONCRETOS; (D) CRISTALIZAR CONHECIMENTOS APRENDIDOS ANTERIORMENTE, BEM COMO A CAPACIDADE CRÍTICA. PARTE I O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR 1. ESCOLHA INTERTEMPORAL 2. ESCOLHA SOB INCERTEZA 3. ECONOMIA COMPORTAMENTAL PARTE II EQUILÍBRIO GERAL E BEM-ESTAR 4. COMPRANDO E VENDENDO 5. TROCAS 6. PRODUÇÃO 7. BEM-ESTAR PARTE III FALHAS DE MERCADO 8. EXTERNALIDADES 9. BENS PÚBLICOS 10. INFORMAÇÃO ASSIMÉTRICA

Bibliografia Básica

Varian, H.R. Microeconomia. Princípios básicos: uma abordagem moderna. (Tradução da 7ª edição americana de Intermediate Microeconomics: A Modern Approach), Rio de Janeiro: Campus, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Barr, N. Economics of the welfare state. 4a edição. (Caps. 3, 4 e 5.) Oxford: Oxford University Press, 2004. Eaton, D. F.; B. C. Eaton. Microeconomia. São Paulo: Saraiva, 1998. Giannetti, E. O valor do amanhã. Ensaio sobre a natureza dos juros. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Lindblom, C. The market system: what it is, how it works, and what to make of it. New Haven e Londres Yale Univ. Press, 2001 Paes de Barros, R; M. Carvalho; S. Franco, R. Mendonça, P. Tafner, -Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem?; para quem?)-, Revista Sinais Sociais SESC, vol. 2, n° 5, setembro-dezembro, 2007 Pindyck R.S. e Rubinfeld D.L. Microeconomia. 6ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2006 Sen, A. Desigualdade reexaminada. 2ª edição. Record, 2008

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TEORIA MICROECONOMICA IV

Código SEN00075 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Data**	
Motivo Desativação	-	**Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

(1) COORDENAÇÃO OLIGOPOLISTA: INTERDEPENDÊNCIA ESTRATÉGICA E COORDENAÇÃO. LIDERANÇA DE PREÇOS. COLUSÃO E CARTÉIS. FATORES CONDICIONANTES DE COORDENAÇÃO OLIGOPOLÍSTICA. (2) DEFINIÇÃO E ÂMBITO DE ESTUDO DA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL: OBJETO E QUESTÕES CENTRAIS. MICROECONOMIA E ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL. ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL: METODOLOGIA DE ANÁLISE. ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL: PRINCIPAIS CORRENTES. (3) PARADIGMA ESTRUTURA- CONDUTA-DESEMPENHO: DEFINIÇÃO DE ELEMENTOS. CRÍTICAS E EVOLUÇÃO DO MODELO ECD. A NOÇÃO DE "ESTRUTURA DE MERCADO" E A CONCEPÇÃO DE "MERCADO RELEVANTE". MEDIDAS DE CONCENTRAÇÃO. CONCENTRAÇÃO E PODER DE MERCADO. MEDIDAS DE DEMOGRAFIA EMPRESARIAL (ENTRADA E SAÍDA). (4) ANÁLISE ESTRUTURAL DE MERCADOS: ANÁLISE EMPÍRICA DE CUSTOS. BARREIRAS ESTRUTURAIS À ENTRADA: ECONOMIAS DE ESCALA E ESCOPO. ECONOMIAS DE REDES E ECONOMIAS DE APRENDIZADO. DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTO. REQUERIMENTOS DE CAPITAL. FORÇAS COMPETITIVAS. CICLO DE VIDA DE INDÚSTRIA E MERCADOS. (5) ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO E BARREIRAS ESTRATÉGICAS À ENTRADA: REGRAS PRÁTICAS DE PRECIFICAÇÃO. DISCRIMINAÇÃO DE PREÇOS. PREÇOS-LIMITE, PREÇOS PREDATÓRIOS E PREVENÇÃO À ENTRADA. INFORMAÇÃO E CONDUTA ESTRATÉGICA. CONTESTABILIDADE E COMPETIÇÃO POTENCIAL. (6) CUSTOS DE TRANSAÇÃO E INTEGRAÇÃO VERTICAL: CUSTOS DE TRANSAÇÃO E FORMAS DE CONTRATAÇÃO. INSTITUIÇÕES E CUSTOS DE TRANSAÇÃO. FORMAS DE GOVERNANÇA E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA. INTEGRAÇÃO VERTICAL E EFICIÊNCIA. INTEGRAÇÃO VERTICAL E RESTRIÇÃO VERTICAL. (7) CONCORRÊNCIA E CRESCIMENTO DA FIRMA: ACUMULAÇÃO, INVESTIMENTO E CRESCIMENTO DA FIRMA. CRESCIMENTO DA FIRMA NA PERSPECTIVA DE VISÃO "BASEADA EM RECURSOS" E NA PERSPECTIVA DA FIRMA COMO FIRMA COMO DEPOSITÁRIA DE "CAPACITAÇÕES". ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO DA FIRMA. PROCESSOS DE CONCENTRAÇÃO HORIZONTAL: FUSÕES E AQUISIÇÕES. DIVERSIFICAÇÃO, CONGLOMERAÇÃO E COERÊNCIA PRODUTIVA. CRESCIMENTO DA FIRMA E INTERNACIONALIZAÇÃO. (8) PADRÕES DE CONCORRÊNCIA E COMPETITIVIDADE: A NOÇÃO DE CONCORRÊNCIA E AS DIFERENTES FORMAS DE COMPETIÇÃO. TIPOLOGIAS DE ESTRUTURAS DE MERCADO E PADRÕES DE CONCORRÊNCIA. A NOÇÃO DE COMPETITIVIDADE E DE VANTAGEM COMPETITIVA. PADRÕES DE CONCORRÊNCIA E ESTRATÉGIAS COMPETITIVAS. FATORES DETERMINANTES DA COMPETITIVIDADE. PROGRESSO TECNOLÓGICO, COMPETITIVIDADE E DINÂMICA INDUSTRIAL. (9) TÓPICOS EM DEFESA DA CONCORRÊNCIA: EFEITOS DO PODER DE MERCADO SOBRE O BEM-ESTAR SOCIAL. CARTÉIS,
COLUSÃO E DEFESA DA CONCORRÊNCIA. CONTROLE DE CONDUTAS: MONOPOLIZAÇÃO, PREÇO PREDATÓRIO E RESTRIÇÕES VERTICAIS. CONTROLE DE ESTRUTURAS: IMPACTOS DE PROCESSOS DE CONCENTRAÇÃO HORIZONTAL. ENTRADA E SAÍDA DE FIRMAS E REGULAÇÃO. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA.

Conteúdo Programático

1. Paradigma Estrutura-Conduta-Desempenho (1 semana) 1.1. Abrangência e método de análise da Organização Industrial 1.2. O paradigma e seus limites interpretativos. Indicadores. 1.3. Padrões de concorrência I. ESTRUTURA DE MERCADOS 2. Bem-estar em concorrência perfeita e monopólio (2 semanas) 2.1. O caso da concorrência 2.2. Qualificações e dúvidas 2.3. Condições sub-ótimas: second best 3. Determinantes da estrutura de mercado: economias d escala (2 semanas) 3.1. Economias de escala produto-específicas 3.2. Economias de operação multi-planta 3.3. As economias de escala como determinantes da estrutura de mercado. 4. Estrutura industrial do Brasil (1 semana) 4.1. Estrutura produtiva 4.2. Concentração e tamanho 4.3. Diversificação CONDUTA E FORMAÇÃO DE PREÇOS 5. Fusões e adquisições. (1 semana) 5.1. Motivos para as F&A 5.2. Políticas antitruste contra F&A 5.3. Fusõe eficiência: o caso do Brasil 6. Interdependência oligopolista e modelos clássicos de oligopólio. (2 semanas) 6.1. Modelo de Cournot 6.2. Modelo de Bertrand 6.3. Modelo lider-seguidor de Stackelberg 6.4. Modelo de liderança de preços de Forcheimer 6.5. As contribuições da teoria de jogos. 7. Coordenação oligopolista (2 semanas) 7.1. Acordos públicos e secretos 7.2. Liderança de preços 7.3. Rule of thum 7.4. Coordenação tácita 8. Barreiras à entrada e noç de preço limite (2 semanas) 8.1. Deter a entrada de pequena escala 8.2. Deter a entrada em grande escala: Modelos de Sylos, Dixit e informação assimétrica ESTRUTURA E DESEMPENHO 9. Estrutura de mercado e inovação (1 semana) 9.1. Previsões neoclássicas e schumpeterianas 9.2. O enfoque da organização industrial 9.3. Resultados empíricos

Bibliografia Básica

Jaquemin. A. (1987). The new industrial organization. Market forces and strategic behavior. MIT Press. Segunda edição, 1991. Kupfer, D. e Hasenclever, L.(eds.) (2002). Economia industrial. Fundamentos teóricos e prácticos no Brasil. Editora Campus. Scherer, F.M. (1979). Preços industriais. Teoria e evidência. Editora Campus. Scherer, F.M e Ross, D., (1990). Industrial Market Structure and Economic Performance. Houghton Mifflin. Boston. Tercera Edición. Varian, H.R (1996). Microeconomia. Princípios básicos. Uma abordagem moderna. Ed Campus. Tradução da 4ª edição americana, 1999.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	TEORIA MICROECONÔMICA I		
Código	SEN00072 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

(1) O MERCADO 1.1. OTIMIZAÇÃO DE UM EQUILÍBRIO. 1.2. A CURVA DE DEMANDA. 1.3. A CURVA DE OFERTA. 1.4. O EQUILÍBRIO DE MERCADO. 1.5. A ESTÁTICA COMPARATIVA. 1.6. A EFICIÊNCIA DE PARETO. 1.7. EQUILÍBRIO NO LONGO PRAZO. (2) RESTRIÇÃO ORÇAMENTARIA. 2.1. DEFINIÇÕES. 2.2. PROPRIEDADES. 2.3. IMPOSTOS E SUBSÍDIOS. (3) PREFERÊNCIAS. 3.1DEFINIÇÃO E PRESSUPOSTOS. 3.2. CURVAS DE INDIFERENÇA. 3.3. TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO (TMS). UTILIDADE. 4.1. FUNÇÕES DE UTILIDADE. 4.2. UTILIDADE MARGINAL. 4.3.TMS. (5) ESCOLHA. 5.1. ESCOLHA E DEMANDA. 5.2. ESTIMATIVA DAS FUNÇÕES DE UTILIDADE. (6) DEMANDA. 6.1. BENS NORMAIS E INFERIORES. 6.2. CURVAS DE RENDA-CONSUMO E CURVAS DE ENGEL. 6.3. BENS COMUNS E BENS DE GIFFEN. 6.4. CURVAS DE PREÇO-CONSUMO E CURVAS DE DEMANDA. 6.5. SUBSTITUTOS E COMPLEMENTARES. 6.6. FUNÇÃO DE DEMANDA INVERSA. (7) PREFERÊNCIA REVELADA. 7.1. PREFERÊNCIA REVELADA. 7.2. AXIOMAS FRACO E FORTE DA PREFERÊNCIA REVELADA. 7.3. APLICAÇÕES COM NÚMERO ÍNDICE. (8) A EQUAÇÃO DE SLUTSKY. 8.1. O EFEITO RENDA. 8.2. O EFEITO SUBSTITUIÇÃO. 8.3. A EQUAÇÃO DE SLUTSKY E A FUNÇÃO DE GASTO. (9) MEDIDAS DO BEM-ESTAR. 9.1. O EXCEDENTE DO CONSUMIDOR E SUAS INTERPRETAÇÕES. 9.2 QUASE-LINEARES E O EFEITO RENDA. 9.3 VARIAÇÃO EQUIVALENTE E COMPENSADORA. COMPARANDO MEDIDAS DE BEM-ESTAR. (10) DEMANDA DE MERCADO. 10.1 DEFINIÇÕES: DEMANDA INDIVIDUAL, DE MERCADO E INVERSA. 10.2 ELASTICIDADE PREÇO E ELASTICIDADE RENDA. 10.3 ELASTICIDADE E RECEITA MARGINAL.

Conteúdo Programático

I. TEORIA DO CONSUMIDOR E DA DEMANDA (I) 1. Restrição orçamentária. 1.1. Definições 1.2. Propriedades 1.3. Impostos, subsídios e racionamento Preferências. 2.1. Definição e pressupostos 2.2. Curvas de indiferença 2.3. Taxa marginal de substituição 3. Utilidade. 3.1. Funções de utilidade 3.2. Ut marginal 3.3. Utilidade marginal e TMS 4. Escolha. 4.1. Escolha ótima e demanda individual 4.2. Estimativa das funções de utilidade 5. Demanda Individiual 5.1. Curvas de renda-consumo e curvas de Engel 5.2. Curvas de preço-consumo e curvas de demanda 5.3. Função de demanda inversa 6. Preferência Revelada. 6.1. Definições. 6.2. Axiomas II. TEORIA DA FIRMA E DA PRODUÇÃO 7. Tecnologia e produção. 7.1. Restrição tecnológica. 7.2. Função de produção e produto médio 7.3Produto marginal e taxa marginal ou técnica 8. Maximização de lucro. 8.1. Maximização de lucros no curto prazo. 8.2. Maximização de lucros no longo prazo 8.3. Lucros e rendimentos a escala 9. Minimização de custos. 9.1. Função de custo e rendimentos a escala. 9.2. Tipos de custos 10. Curvas de custos. 10.1 . Função de custos e tipos: total, fixo, variável e irrecuperáveis. 10.2 . Custos médios e marginais no curto prazo. 10.3 . As funções de custos no longo prazo 11. A oferta e o equilíbrio da firma. 11.1. Oferta e equilíbrio da firma em concorrência perfeita no curto prazo. 11.2. Oferta e equilíbrio no longo prazo 11.2. Críticas ao equilíbrio da firma.

Bibliografia Básica

Varian, H.R (1996). Microeconomia. Princípios básicos. Uma abordagem moderna. Ed Campus. Tradução da 5ª edição americana, 1999.

R.S. e Rubinfeld S.L. (2002) . Microeconomia. Prentice Hall. Quinta edição. São Paulo.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome	TEORIA MONETÁRIA		
Código	SEN00119 **Característica** Comum		
Ano de Vigência	2007 **Semestre de Vigência** 1		
Status	Ativa **Data**	**Motivo Desativação**	-
Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

DEMANDA DE MOEDA: TEORIA QUANTITATIVA; MODELO DE WICSELL; PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ E ECONOMIA MONETÁRIA DA PRODUÇÃO; NOVO QUANTITATIVISMO E MODELO MONETARISTA DE HIPERINFLAÇÃO; CRÉDITO E ASSIMETRIA INFORMACIONAL. MECANISMOS DE TRANSMISSÃO: A TAXA DE JUROS; O CANAL DO CRÉDITO. POUPANÇA E FINANCIAMENTO: CIRCUITO FINANCIAMENTO-FUNDING. DEFLAÇÃO DE ATIVOS.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: I TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA ANTES DE FRIEDMAN 1. PRIMÓRDIOS DA TQM E VERSÃO DAS TRANSAÇÕES, DE I. FISHER 2. VERSÃO DOS SALDOS MONETÁRIOS, DE CAMBRIDGE 3. POSTULADOS BÁSICOS DA TQM 4. WICKSELL E O PROCESSO CUMULATIVO II MOEDA EM KEYNES: PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ SOB INCERTEZA 1. ECONOMIA MONETÁRIA DE PRODUÇÃO E ATIVOS FINANCEIROS 2. DEMANDA POR MOEDA, MOTIVO ESPECULAÇÃO E PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ III SÍNTESE NEOCLÁSSICA: PREFERÊNCIA PELA LIQUIDEZ FRENTE AO RISCO 1. DEMANDA ESPECULATIVA E COMPOSIÇÃO DE CARTEIRA (MODELO DE TOBIN) 2. MOEDA, ATIVOS E RISCO: SELEÇÃO DE CARTEIRA E DIVERSIFICAÇÃO 3. DEMANDA TRANSACIONAL E ABORDAGEM DE ESTOQUES (MODELO BAUMOL-TOBIN) IV - FRIEDMAN E A NOVA TEORIA QUANTITATIVA DA MOEDA 1. O MODELO MONETARISTA DE DEMANDA POR MOEDA 2. COMPARAÇÃO TEORIA MONETARISTA E TEORIA KEYNESIANA 3. CAGAN: MODELO MONETARISTA DE HIPERINFLAÇÃO V INVESTIMENTO, POUPANÇA E FINANCIAMENTO 1. VISÃO CONVENCIONAL: HIPÓTESE DA POUPANÇA PRÉVIA 2. EFICIÊNCIA DOS MERCADOS FINANCEIROS E FALHAS NA INTERMEDIAÇÃO 3. O CIRCUITO FINANCIAMENTO-INVESTIMENTO-POUPANÇA-FUNDING VI TEORIAS DA INFLAÇÃO 1. MODELO NOVO-CLÁSSICO E INEFICÁCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA 2. AJUSTE MONETÁRIO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS 3. TEORIAS DA INFLAÇÃO INERCIAL (NEO-ESTRUTURALISMO)

Bibliografia Básica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CARVALHO, Fernado J.C et al. (2007), Economia Monetária e Financeira, Campus, Rio de Janeiro

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR: McCALLUN, Beneth T. (1996), International Monetary Economics, Oxford University press, New York. SACHS, j. & LARRAIN, F (2000), Macroeconomia em uma economia global, Makron Books, São Paulo. SILVA, Mari L. F (org) (1992), Moeda e Produção: Teorias Comparadas, Editora UnB, Brasília.

Nome TEORIAS DA INFLACAO

Código SEN00106 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Status	Ativa	**Motivo Desativação**	-
Data Desativação	-		

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TEORIAS DE INFLAÇÃO DE DEMANDA, DE CUSTOS, INERCIAL E MONETÁRIA. O MODELO DA CURVA DE OFERTA DESLIZANTE DE FRIEDMAN. O MODELO DE SIMONSEN. O MODELO DE CAGAN. APLICAÇÃO DO MODELO DE CAGAN À ANÁLISE DOS PROCESSOS HIPER-INFLACIONÁRIOS NA EUROPA, E DE PROCESSOS DE INFLAÇÃO EXTREMA EM OUTROS PAÍSES. O DÉFICIT PÚBLICO NO BRASIL. A ANÁLISE DA ESTRUTURA DO DÉFICIT, NOS VÁRIOS NÍVEIS, DO SETOR ESTATAL. A RIGIDEZ DO GASTO PÚBLICO E A SENSIBILIDADE DO DÉFICIT PÚBLICO COM RELAÇÃO À INFLAÇÃO. O FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO ATRAVÉS DO ENDIVIDAMENTO E DO IMPOSTO INFLACIONÁRIO; HISTÓRICO DA SENHORIAGEM NO BRASIL. APLICAÇÃO DESTES CONCEITOS À ANÁLISE DOS PLANOS E PROGRAMAS ECONÔMICOS IMPLANTADOS NO PAÍS, NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

Conteúdo Programático

1) TEORIAS DE INFLAÇÃO DE DEMANDA, DE CUSTOS, INERCIAL E MONETÁRIA. O MODELO DA CURVA DE OFERTA DESLIZANTE DE FRIEDMAN. O MODELO DE SIMONSEN. O MODELO DE CAGAN. APLICAÇÃO DO MODELO DE CAGAN À ANÁLISE DOS PROCESSOS HIPER-INFLACIONÁRIOS NA EUROPA, E DE PROCESSOS DE INFLAÇÃO EXTREMA EM OUTROS PAÍSES. O DÉFICIT PÚBLICO NO BRASIL. A ANÁLISE DA ESTRUTURA DO DÉFICIT, NOS VÁRIOS NÍVEIS, DO SETOR ESTATAL. A RIGIDEZ DO GASTO PÚBLICO E A SENSIBILIDADE DO DÉFICIT PÚBLICO COM RELAÇÃO À INFLAÇÃO. O FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO ATRAVÉS DO ENDIVIDAMENTO E DO IMPOSTO INFLACIONÁRIO; HISTÓRICO DA SENHORIAGEM NO BRASIL. APLICAÇÃO DESTES CONCEITOS À ANÁLISE DOS PLANOS E PROGRAMAS ECONÔMICOS IMPLANTADOS NO PAÍS, NAS DUAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

Bibliografia Básica

.Simonsen, M. e Cysne, R. (2007) Macroeconomia. .The New Palgrave Dictionary of Economics Online. Inflation, Inflationary Expectations, Inflationary GAP, Demand Pull Inflation, Demand Management, Cost Push Inflation, Hyperinflation, Phillips Curve, Fiscal Instance, Inflation Targeting. .Gregory Mankiw (1997), Macroeconomia N. Terceira Edição. Editora Afiliada, 1997. .Froyen, R. (2006), Macroeconomia. Sexta Edição. .Lavoie , M. (1992) Foundations of post-Keynesian economic analysis. Cheltenhan: Edward Elgar.

Bibliografia Complementar

Bibliografia Complementar .SICSÚ, J. Políticas não-monetárias de controle da inflação: uma proposta pós-keynesiana. Análise Econômica, Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2003. .Serrano, F. (2002), Conflito Distributivo e Inflação de Custos, notas de aula.

Nome TOP ESPEC EM DESENVOLV SOCIOECONOMICO I

Código SEN00114 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

1) MODELOS DE CRESCIMENTO E AS BASES TEÓRICAS DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO A) OS MODELOS NEOKEYNESIANOS DE HARROD E DOMAR; B) O MODELO NEOCLÁSSICO DE SOLOW; C) MODELOS DE CRESCIMENTO ENDÓGENO; D) MODELO PÓS-KEYNESIANO DE RESTRIÇÃO EXTERNA. REFERÊNCIAS: HARROD (1939), DOMAR (1946), SOLOW (1956), JONES (2000, CAPS. 5 E 8) E JAYME JR. (2001). 2) TEORIA DO DESENVOLVIMENTO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA TEMÁTICA NA CIÊNCIA ECONÔMICA A) CLÁSSICOS, PENSAMENTO NEOCLÁSSICO E CONCEPÇÕES INSTITUCIONALISTAS; B) A TEMÁTICA DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO. REFERÊNCIAS: SANTOS (2000, PP. 11-21, 71-77) E MARINI (1992, PP. 67-108). 3) A CONCEPÇÃO ORTODOXA DE DESENVOLVIMENTO A) O INSTITUCIONALISMO CONSERVADOR DE ROSTOW; B) NEOLIBERALISMO E CONSENSO DE WASHINGTON; C) PÓS-CONSENSO DE WASHINGTON E A APARENTE RETIFICAÇÃO DO CONSERVADORISMO; D) EXPERIÊNCIAS CONCRETAS COMPARADAS - CHILE, MÉXICO, ARGENTINA, BRASIL, SUDESTE ASIÁTICO. REFERÊNCIAS: ROSTOW (1978, CAP. II), CARCANHOLO (2004A), KUCZYNSKI & WILLIAMSON (2004), CANO (2000), CARCANHOLO (2002) E CARCANHOLO (2004C). 4) CONCEPÇÕES HETERODOXAS E ESTRUTURALISTAS DE DESENVOLVIMENTO A) DESENVOLVIMENTO CLÁSSICO NA CEPAL X CONSERVADORISMO DA NOVA CEPAL; B) FRAGILIDADE EXTERNA E VULNERABILIDADE DAS ECONOMIAS PERIFÉRICAS. REFERÊNCIAS: CARCANHOLO (2004B) E PAINCEIRA & CARCANHOLO (2004). 5) DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NO PENSAMENTO MARXISTA A) AS LEIS GERAIS DE FUNCIONAMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA EM MARX; B) ECONOMIA MUNDIAL, IMPERIALISMO E ESTADO - DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO. REFERÊNCIAS: SWEEZY (1983, PARTES I A IV) E BARAN (1984, CAPS. V A VIII). 6) O DEBATE SOBRE A TEORIA DA DEPENDÊNCIA A) VERSÃO MARXISTA DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA; B) DEPENDÊNCIA, ECONOMIA MUNDIAL E SISTEMA- MUNDO; C) DEPENDÊNCIA NA VERSÃO WEBERIANA. REFERÊNCIAS: SANTOS (1970), SANTOS (2000, PP. 23-51, E PP. 53-59), MARINI (1973), CARCANHOLO (2004D), CARDOSO & FALETTO (1969, CAP.2) E MARINI (2000).

Bibliografia Básica

Baran, P. (1984) A Economia Política do Desenvolvimento. Abril Cultural, São Paulo. Cano, W. (2000) Soberania e Política Econômica na América Latina, São Paulo, Editora UNESP. Carcanholo, M. D. (2002) Abertura Externa e Liberalização Financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. Tese de Doutorado, IE-UFRJ, novembro, Rio de Janeiro. Carcanholo, M. D. (2004a) Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia Periférica. Em: Xavier, C. L. (Org.) Desenvolvimento Desigual. Edufu, Uberlândia. Carcanholo, M. D. (2004b) Abertura e Vulnerabilidade Externa: restrições estruturais para o desenvolvimento em uma economia periférica. Em: Xavier, C. L.

(Org.) Desenvolvimento Desigual. Edufu, Uberlândia. Carcanholo, M. D. (2004c) A Falsa Via Chilena: lógica, contradições e limites do modelo. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, no. 15, dezembro, Rio de Janeiro. Carcanholo, M. D. (2004d) Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e alternativas de desenvolvimento. IV Colóquio Latino-americano de Economistas Políticos, 31 de outubro a 2 de novembro, São Paulo. Cardoso, F. H. & Faletto, E. (1969) Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Em: Bielschowsky, R. (Org.) Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL. Ed. Record,vol. II-, Rio:de Janeiro. Domar, E. (1946) Expansión de Capital y Crecimiento. Em: Sen, A. (1989) Economía Del Crecimiento. Fondo de Cultura Económica, México. Harrod, R. (1939) La Teoría Dinámica. Em: Sen, A. (1989) Economía Del Crecimiento. Fondo de Cultura Económica, México. Jayme Jr., F. G. (2001) Balanced-of-Payments Constrained Economic Growth in Brazil. Texto para Discussão, nº155, CEDEPLAR-UFMG, Belo Horizonte. Jones, C. I. (2000) Introdução à Teoria do Crescimento. Ed. Campus, Rio de Janeiro. Kuczynski, P. P. & Williamson, J. (2004) Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina. Ed. Saraiva, São Paulo. Marini, R. M. (1973) Dialéctica de la Dependência. Serie Popular Era, México. Marini, R. M. (1992) América Latina: dependência e integração. Ed. Brasil Urgente, São Paulo. Marini, R. M. (2000) As Razões do Neodesenvolvimentismo (reposta a Fernando Henrique Cardos e José Serra). Em: Marini, R. M. Dialética da Dependência - uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Petrópolis, Ed. Vozes. Painceira, J. P. & Carcanholo, M. D. (2004) A Ortodoxia Neo-companheira: vulnerabilidade externa, política econômica e determinação dos fluxos de capitais. IX Encontro Nacional de Economia Política, 8 a 11 de junho, Uberlândia. Rostow, W.W. (1978) Etapas do Desenvolvimento Econômico. 6a edição, Ed. Zahar, São Paulo. Santos, T. dos (1970) The Structure of Dependence. American Economic Review, N. Y., maio. Santos, T. dos (2000) A Teoria da Dependência: balanço e perspectivas. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Solow, R. (1956) Un Modelo de Crecimiento. Em: Sen, A. (1989) Economía Del Crecimiento. Fondo de Cultura Económica, México. Sweezy, P. M. (1983) Teoria do Desenvolvimento Capitalista. Abril Cultural, São Paulo.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TOP ESPEC EM ECONOM FINANCEIRA VI

Código SEN00165 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESA: PRINCIPAIS CONCEITOS; MODELOS DOS DIVIDENDOS DESCONTADOS; MODELO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE DO ACIONISTA; MODELO DO FLUXO DE CAIXA LIVRE DA FIRMA; TAXAS DE DESCONTO E CUSTO DE CAPITAL; AVALIAÇÃO RELATIVA: MÉTODO DE MÚLTIPLOS E PRINCIPAIS INDICADORES; AVALIAÇÃO POR DIREITOS CONTINGENTES: AVALIAÇÃO POR OPÇÕES REAIS

Bibliografia Básica

DAMODARAN, Aswath. Avaliação de investimentos: Ferramentas e Técnicas para Determinação do Valor de Qualquer do Ativo. Rio de Janeiro: Qualimark 1ª. Edição-4ª. Reimpressão, 2002 DAMODARAN, Aswath. Valuation: Como avaliar Empresas e escolher as melhores Ações. Rio de Janeiro: LTC, 2012 COPELAND, Tom; KOLLER, Tim e MURRIN Jack. Avaliação de Empresas: Valuation, Calculando e Gerenciando o Valor das Empresas. São Paulo: Makron Books, 2002.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TOP ESPEC EM ECONOMIA INTERNACIONAL I

Código SEN00112 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

AS TEORIAS CLÁSSICAS, NEOCLÁSSICAS, AS NOVAS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL. A TEORIA DA PROTEÇÃO E AS POLÍTICAS COMERCIAIS. EVOLUÇÃO E PANORAMA DOS ACORDOS MULTILATERAIS INTERNACIONAIS: DO GATT À OMC. O ARCABOUÇO INSTITUCIONAL DA OMC. AS BARREIRAS COMERCIAIS. AS DISCIPLINAS PARA O COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS. O SISTEMA DE SOLUÇÃO PACIFICA DE CONTROVÉRSIAS. A AGENDA E OBJETIVOS DA RODADA DE DOHA. PANORAMA RECENTE DO COMÉRCIO MUNDIAL. A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA. A ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO. O COMÉRCIO BRASILEIRO NO CONTEXTO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO. OBJETIVOS 1. GERAL APRESENTAR UM INSTRUMENTAL TEÓRICO E ANALÍTICO PARA A COMPREENSÃO DO SISTEMA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL, SUAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES E IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL. 2. ESPECÍFICOS . PASSAR EM REVISTA AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL . DISCUTIR OS MECANISMOS ATUAIS QUE REGULAM O COMÉRCIO MUNDIAL . ANALISAR OS ACORDOS MULTILATERAIS E REGIONAIS DE COMÉRCIO . ANALISAR E CONTEXTUALIZAR A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA . ANALISAR O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO CONTEXTO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PARTE I: AS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL E AS POLÍTICAS COMERCIAIS 1.1 TEORIAS CLÁSSICAS E NEOCLÁSSICAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL 1.2 TEORIAS DO COMÉRCIO NA « NOVA » ECONOMIA INTERNACIONAL 1.3 A TEORIA DA PROTEÇÃO E AS POLÍTICAS COMERCIAIS PARTE II: COMÉRCIO INTERNACIONAL, AS PRÁTICAS QUE REGULAM O COMÉRCIO REGIONAL E MULTILATERAL E DESENVOLVIMENTO 2.1 EVOLUÇÃO E PANORAMA DOS ACORDOS MULTILATERAIS INTERNACIONAIS: DO GATT À OMC 2.2 A OMC E SEU ARCABOUÇO INSTITUCIONAL 2.3 AS BARREIRAS COMERCIAIS TARIFÁRIAS E NÃO TARIFÁRIAS E AS DISCIPLINAS PARA O COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS 2.4 O SISTEMA DE SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONTROVÉRSIAS 2.5 O COMÉRCIO MUNDIAL E O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS 2.6 A AGENDA E OBJETIVOS DA RODADA DE DOHA 2.7 O ALCANCE COMERCIAL DOS ACORDOS REGIONAIS 2.8 COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO PARTE III: A POLÍTICA E A ESTRUTURA COMERCIAL DO BRASIL E SUA INSERÇÃO INTERNACIONAL 3.1 A POLÍTICA COMERCIAL BRASILEIRA E OS PROGRAMAS DE INCENTIVO ÀS EXPORTAÇÕES 3.2 A ESTRUTURA DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE SETORIAL E FATORIAL 3.3 O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO NO CONTEXTO MUNDIAL CONTEMPORÂNEO METODOLOGIA AULAS EXPOSITIVAS, SEMINÁRIOS E TRABALHOS EM EQUIPE. RECURSOS DIDÁTICOS AS

GONÇALVES R. et al. (1998) A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. Rio de janeiro, Campus. Ou BAUMANN: Renato et al.AULAS SERÃO MINISTRADAS COM AUXILIO DE DATASHOW E ALGUNS EXERCÍCIOS SERÃO DESENVOLVIDOS NO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA. SERÁ UTILIZADA A PLATAFORMA CONEXÃO UFF PARA DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES. FORMA DE AVALIAÇÃO DUAS AVALIAÇÕES DISCURSIVAS CONTEMPLANDO AS UNIDADES DO CURSO ESTUDADAS, DOIS ESTUDOS DIRIGIDOS INTERCALADOS, ALÉM DE BONIFICAÇÕES POR PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES DIVERSAS EM CLASSE E/OU EXTRA-CLASSE.

Bibliografia Básica

Economia Internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de janeiro, Campus. CARVALHO, Maria Auxiliadora de e SILVA, César Roberto Leite da (2007). Economia Internacional. 4a. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Saraiva. CAVES, Richard E. (2001) Economia internacional: comércio e transações globais. São Paulo: Saraiva. CHEREM, Monica Teresa Costa Sousa (org.). (2004). Comercio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira. COSTA, Ligia Maura (2006). Comércio exterior: negociação e aspectos legais. Rio de Janeiro, RJ : Elsevier. KRUGMAN Paul e OBSTFELD Maurice (2010). Economia internacional: teoria e política. Edição, São Paulo: Pearson. SALVATORE Dominick (2000), Economia Internacional, Rio de Janeiro,6. ed. Ed. LTC. SILVA, José Ultemar da. org. (2008). Gestão das relações econômicas internacionais e comércio exterior. São Paulo: Cengage Learning.

Bibliografia Complementar

BENECKE, Dieter W. (org). (2003) Brasil na arquitetura comercial global. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer. CALVACANTI, Dinarte de Souza Bezerra (1995). Evolução teórica do comercio internacional e a sistemática brasileira do comercio exterior. São Paulo: Aduaneiras. CARBAUGH, Robert J. (2004) Economia internacional. São Paulo: Thomson ETHIER Wilfred J. (1995). Modern International Economics, Third Edition. HOEKMAN, Bernand; KOSTECKI, Michel M. (2005). The political economy of the world trading system. Oxford: Oxford University Press. JACKSON, John H. (2004). The world trading system: law and policy of international economic relations. Oxford: Oxford University Press. JAKOBSEN Kjeld (2005). Comércio internacional e desenvolvimento Do GATT à OMC - discurso e prática. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/Comercio_Internacional_e_Desenvolvimento.pdf MORAES JUNIOR, Devani De (2005). Comercio Internacional- Blocos Econômicos. Curitiba: IBPEX editora OMC. Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio. Marrakesh: OMC, 1994 RÊGO, Elba Cristina Lima (1996). Do Gatt à OMC: O que Mudou, como Funciona e para onde Caminha o Sistema Multilateral de Comércio. Revista do BNDES, nº6. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/gatt.pdf RATTI Bruno (2006). Comércio internacional e câmbio - 11ª edição. Aduaneiras. Nao disponível na Bicen SOUZA, Nilson Araújo de (2009). Economia internacional contemporânea: da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008, São Paulo: Atlas (Bicen: 10).339.9 S729e THORSTENSEN, Vera. org. (2005). O Brasil e os Grandes Temas do Comércio Internacional. São Paulo: Aduaneira. THORSTENSEN, Vera. (2003). Organização Mundial do comércio: as regras do comércio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais. São Paulo: Aduaneira. Fontes de dados: CEPAL, Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe, Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. IMF, Direction of Trade Statistics, Washington D.C., International Monetary Fund. IMF, World Economic Outlook, Washington DC. OECD, OECD Economic Outlook, Paris, Organization for Economic Cooperation and Development. OMC, Annual Report. UNCTAD, Trade and Development Report, Geneva, United Nations Conference on Trade and Development. UNCTAD, World Investment Report, Geneva, United Nations Conference on Trade and Development. USTR, Foreign Trade Barriers, Washington D.C., United States Trade Representative. World Bank, World Development Report, Washington DC, World Bank.

Nome TOP ESPEC EM ECONOMIA POLÍTICA I

Código SEN00088 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL

Conteúdo Programático

A NATUREZA DO CAPITAL GLOBALIZAÇÃO, CULTURA E CAPITAL TRABALHO E CAPITALISMO: ELEMENTOS TEÓRICOS CAPITALISMO, CLASSE E CONSCIÊNCIA DE CLASSE ELEMENTOS CATEGORIAIS O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLISE DO FILME "VINHAS DA IRA', DE JOHN FORD A CONDIÇÃO DE PROLETARIEDADE - I ANÁLISE DO FILME "LADRÕES DE BICICLETA", DE VITTORIO DE SICA A CONDIÇÃO DE PROLETARIEDADE - II ANÁLISE DO FILME "A TERRA TREME", DE LECHINO VISCONTI O SIGNIFICADO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ANÁLISE DO FILME "O SUCESSO A QUALQUER PREÇO" DE JAMES FOLEY TRABALHO E ESTRANHAMENTO NO CAPITALISMO GLOBAL - AULA TEÓRICA ANÁLISE DO FILME - "O CORTE", DE COSTA-GRAVAS

Bibliografia Básica

AHMAD,Aijaz - "Globalização e Cultura" - mimeografado não publicado traduzido por Henrique Porath, PPGSP / UFSC, revisão Paula Nabuco, doutoranda Economia / UFF. ALVES, Giovanni - Projeto " Cinema Como Experiência Crítica" - www.telacritica.org - análise dos filmes apresentados. "Trabalho e Cinema - O mundo do trabalho através do cinema" vol. 1 - Editora Praxis, Londrina, 2006. "Trabalho e Cinema - O mundo do trabalho através do cinema" vol. 2 - Editora Praxis, Londrina, 2008. LUKÁCS, Gyorgy - "Velha e Nova Cultura" - Revolución y Antiparlamentarismo - Ediciones Pasado y Presente, México, 1978.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TOP ESPEC EM ECONOMIA POLÍTICA II

Código SEN00089 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

1) LIVRO II DE O CAPITAL: O PROCESSO DE CIRCULAÇÃO DO CAPITAL SEÇÃO PRIMEIRA OS CICLOS DO CAPITAL CAPITULO 1 CAPITULO 2 CAPITULO 3 CAPITULO 4 CAPITULO 5 - O CICLO DO CAPITAL-DINHEIRO -O CICLO DO CAPITAL-PRODUTIVO - O CICLO DO CAPITAL- MERCADORIA - AS TRÊS FIGURAS DO PROCESSO CÍCLICO - O TEMPO DE CIRCULAÇÃO SEÇÃO SEGUNDA A ROTAÇÃO DO CAPITAL CAPITULO 7 CAPITULO 8 - O TEMPO DE ROTAÇÃO E O NUMERO DE ROTAÇÕES - CAPITAL FIXO E CAPITAL CIRCULANTE SEÇÃO TERCEIRA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CAPITULO 18 RIBEIRO (1979: TEXTO 6) CARCANHOLO (1996: CAPÍTULO 3) - INTRODUÇÃO -REPRODUÇÃO SIMPLES E AMPLIADA - OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO 2) LIVRO III DE O CAPITAL: O PROCESSO GLOBAL DA PRODUÇÃO CAPITALISTA SEÇÃO PRIMEIRA A TRAQNSFORMAÇÃO DA MAIS VALIA EM LUCRO E DA TAXA DE MAIS VALIA EM TAXA DE LUCRO CAPITULO 1 CAPITULO 2 CAPITULO 3 - PREÇO DE CUSTO E LUCRO - A TAXA DE LUCRO - A RALAÇÃO DA TAXA DE LUCRO COM A A TAXA DE MAIS-VALIA SEÇÃO SEGUNDA A TRANSFORMAÇÃO DO LUCRO EM LUCRO MÉDIO CAPITULO 8 CAPITULO 9 CAPITULO 10 - COMPOSIÇÃO DIFERENTE DOS CAPITAIS EM DIVERSOS RAMOS DA PRODUÇÃO E A DIFERENÇA RESULTANTE DISSO NAS TAXAS DE LUCRO. - FORMAÇÃO DE UMA TAXA GERAL DE LUCRO (TAXA MÉDIA DE LUCRO) E TRANSFORMAÇÃO DE VALORES DAS MERCADORIAS EM PREÇO DE PRODUÇÃO. - EQUALIZAÇÃO DA TAXA GERAL DE LUCRO PELA CONCORRÊNCIA; PREÇOS DE MERCADO E VALORES DE MERCADO. SEÇÃO TERCEIRA LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO CAPITULO 23 (DO LIVRO I) CAPÍTULO 13 CAPÍTULO 14 CAPÍTULO 15 - A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA. - A LEI ENQUANTO TAL - FATORES CONTRARIANTES - AS CONTRADIÇÕES INTERNAS DA LEI (APROXIMAÇÃO Á TEORIA DAS CRISES) SEÇÃO QUARTA TRANSFORMAÇÃO DO CAPITAL-MERCADORIA E CAPITAL MONETÁRIO EM CAPITAL DE COMÉRCIO DE MERCADORIAS E CAPITAL DE COMÉRCIO DE DINHEIRO (CAPITAL COMERCIAL) CAPITULO 16 CAPITULO 17 CAPITULO 19 - O CAPITAL DE COMÉRCIO DE MERCADORIAS - O LUCRO COMERCIAL - O CAPITAL DE COMERCIO DE DINHEIRO SEÇÃO QUINTA DIVISÃO DO LUCRO MÉDIO EM JURO E LUCRO DO EMPRESÁRIO. O CAPITAL PORTADOR DXE JUROS. CAPITULO 21 CAPITULO 22 CAPITULO 23 CAPITULO 25 CAPITULO 27 CAPITULO 29 - O CAPITAL PORTADOR DE JUROS - REPARTIÇÃO DO LUCRO. TAXA DE JUROS, TAXA NATURAL DE JUROS -JURO E GANHO EMPRESARIAL
-CRÉDITO E CAPITAL FICTÍCIO - O PAPEL DO CRÉDITO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA - PARTES CONSTITUTIVAS DO CAPITAL BANCÁRIO SEÇÃO SEXTA METAMORFOSE DO SOBRELUCRO EM RENDA FUNDIÁRIA GONZÁLEZ

(1977) KAUTSKY (1986: CAPÍTULO 5) - CONVERSÃO DO LUCRO EXTRAORDINÁRIO EM RENDA DO SOLO SEÇÃO SÉTIMA OS RENDIMENTOS E SUAS FONTES CAPITULO 48 CAPITULO 49 CAPITULO 50 CAPITULO 51 CAPITULO 52 - A FÓRMULA TRINITÁRIA - COMPLEMENTAÇÃO Á ANÁLISE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO - A ILUSÃO DA CONCORRÊNCIA - RELAÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO - AS CLASSES

Bibliografia Básica

CARCANHOLO, M. (1996) CAUSA E FORMASA DE MANIFESTAÇÃO DA CRISE: UMA INTERPRETAÇÃO DO DEBATE MARXISTA. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, UFF, RJ. CARCANHOLO, M. (1997) FORMAS, CONTEÚDO E CAUSA UMA: PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO MARXISTA DO FENÔMENO CRISE. LEITURAS ECONOMIA POLÍTICA, IE-UNICAMP, N.5, DEZEMBRO. CARCANHOLO, M. (1998) A IMPORTÂNCIA DA CATEGORIA VALOR DE USO EM MARX. PESQUISA & DEBATE, 14. CARCANHOLO, M. (2000) PRETENSÕES E INCONSISTÊNCIAS DA CRÍTICA RICARDIANA Á LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO. REVISTA DA SEP, N.5, JUNHO. GONZÁLEZ, H.P. (1977) ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO: BREVE EXPOSIÇÃO DA DOUTRINA ECONÔMICA DE MARX. SEARA NOVA. KAUTSKY, K. (1986) A QUESTÃO AGRÁRIA. NOVA CULTURAL, SP. MARX,
K. (S/D/) CAPÍTULO VI INÉDITO DE O CAPITAL: RESULTADOS DO PROCESSO DE PRODUÇÃO IMEDIATA. EDITORA MORAES, SP. MARX, K. (1982) SALÁRIO, PREÇO, E LUCRO O RENDIMENTO E SUAS FONTES. ABRIL CULTURAL, SP. MARX, K. (1987) TEORIAS SOBRE LA PLUSVALIA. ANEXOS AO VOLUME I. FONDO DE CULTURA ECONÔMICA, MÉXICO. NAPOLEONI, C. (1981) LIÇÕES SOBRE O CAPÍTULO VI (INÉDITO) DE MARX. LIVRARIA EDITORA CIÊNCIAS HUMANAS, SP. RIBEIRO, N.R. (ORG.) (1979) A CIRCULAÇÃO E A REPRODUÇÃO DO CAPITAL. INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA, LISBOA.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TOP. ESPECIAIS EM METODOS ESTATISTICOS

Código SEN00135 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: 1. FUNDAMENTOS DA TEORIA DA PROBABILIDADE: DEFINIÇÃO, CONTAGEM, PROBABILIDADE CONDICIONAL, INDEPENDÊNCIA ESTOCÁSTICA. 2. VARIÁVEIS ALEATÓRIAS UNIDIMENSIONAIS, DISTRIBUIÇÃO DE PROBABILIDADE, FUNÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO. VARIÁVEIS ALEATÓRIAS DISCRETAS, CONTÍNUAS. 3. VARIÁVEIS ALEATÓRIAS BIDIMENSIONAIS, DISTRIBUIÇÃO CONJUNTA, MARGINAIS E CONDICIONAIS. VARIÁVEIS ALEATÓRIAS INDEPENDENTES. DISTRIBUIÇÃO CONDICIONADA. VARIÁVEIS ALEATÓRIAS N-DIMENSIONAIS. 4. FUNÇOES DE VARIÁVEIS ALEATÓRIAS. ESPERANÇA. ESPERANÇA CONDICIONAL. VARIÂNCIA. DESIGUALDADE DE TCHEBYCHEFF. 5. TEOREMAS LIMITE. TEOREMA DOS GRANDES N\'UMEROS, TEOREMA DO LIMITE CENTRAL. APROXIMAÇÃO NORMAL DA BINOMIAL. 6. MÉTODOS DE ESTIMAÇÃO . ESTIMADORES PONTUAIS, MÁXIMA VEROSIMILAHÇA, MÉTODO DOS MOMENTOS. MÍNIMOS QUADRADOS 7. TESTE DE HIPÓTESES. HIPÓTESES ESTATÍSTICAS. TIPOS DE ERRO, TESTES PARA A MÉDIA, HIPÓTESES RELATIVAS A MÉDIA. TESTE DE HIPÓTESES RELATIVAS A PROPORÇÕES . 8. SEQUÊNCIAS DE VARIÁVEIS ALEATÓRIAS: INTRODUÇÃO A PROCESSOS ESTOCÁSTICOS.

Bibliografia Básica

1. Meyer, P. (2000) Probabilidade, Aplicações à Estatística, LTC. 2. Feller, W. (1968) An Introduction to Probability Theory and its Applications 3. Casella, G. Berger, L. (2002) Statistical Inference, Thompson Learning. 4. Greene, W. (2000) Econometric Analysis, Prentice Hall. 5. Spanos, A. (1989) Statistical Foundations of Econometric Modelling, 6. Judge, G. (1988) Introduction to the Theory and Practice of Econometrics

Bibliografia Complementar

Bibliografia Complementar LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO

Nome TOPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA MATEMATICA

Código SEN00124 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

PROGRAMA: ÁLGEBRA LINEAR: OPERAÇÕES COM MATRIZES. MATRIZ INVERSA, TRANSPOSTA E ADJUNTA. RESOLUÇÃO DE SISTEMAS LINEARES. DETERMINANTES. REGRA DE CRAMER. NOÇÕES DE GEOMETRIA ANALÍTICA - COORDENADAS NO PLANO E NO ESPAÇO. ESPAÇOS VETORIAIS, BASE E DIMENSÃO, PRODUTO INTERNO, ORTOGONALIDADE. PROJEÇÕES. TRANSFORMAÇÕES LINEARES. NÚCLEO E IMAGEM. MATRIZ DE UMA TRANSFORMAÇÃO LINEAR. AUTOVALORES E AUTOVETORES. POLINÔMIOS CARACTERÍSTICOS. OPERADORES DIAGONALIZÁVEIS. OPERADORES AUTO-ADJUNTOS, OPERADORES ORTOGONAIS. FORMAS BILINEARES. CÁLCULO DIFERENCIAL: O CONJUNTO DOS NÚMEROS REAIS R. FUNÇÕES DE UMA VARIÁVEL REAL - FUNÇÕES INJETORAS, SOBREJETORAS E BIJETORAS. OPERAÇÕES COM FUNÇÕES. SEQUÊNCIAS E SÉRIES - CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA DE SEQUÊNCIAS E SÉRIES. SÉRIE GEOMÉTRICA, TESTE DA COMPARAÇÃO, DA RAZÃO, DA RAIZ. SÉRIES ALTERNADAS. LIMITES. CONTINUIDADE. DIFERENCIABILIDADE. DERIVADAS DE SEGUNDA ORDEM. REGRA DE L-HÔPITAL. INTERVALOS DE CONCAVIDADE E CONVEXIDADE. POLINÔMIO DE TAYLOR. CÁLCULO DIFERENCIAL DE FUNÇÕES MULTIVARIADAS, DERIVADAS PARCIAIS. DIFERENCIABILIDADE. GRADIENTE. REGRA DA CADEIA. TEOREMA DA FUNÇÃO IMPLÍCITA E DA FUNÇÃO INVERSA. TEOREMA DO ENVELOPE. FUNÇÕES HOMOGÊNEAS. TEOREMA DE EULER. MÁXIMOS E MÍNIMOS DE FUNÇÕES DE VÁRIAS VARIÁVEIS REAIS. OTIMIZAÇÃO CONDICIONADA COM RESTRIÇÕES DE IGUALDADE E DESIGUALDADE. CÁLCULO INTEGRAL: TEOREMA FUNDAMENTAL DO CÁLCULO. INTEGRAIS IMPRÓPRIAS. INTEGRAIS DUPLAS. EQUAÇÕES DIFERENCIAIS E EM DIFERENÇAS: EQUAÇÕES LINEARES DE PRIMEIRA ORDEM E EQUAÇÕES LINEARES DE SEGUNDA ORDEM COM COEFICIENTES CONSTANTES. SISTEMA DE DUAS EQUAÇÕES LINEARES DE PRIMEIRA ORDEM HOMOGÊNEO COM COEFICIENTES CONSTANTES.

Bibliografia Básica

Simon, Carl & Blume, L. (2004), -Matemática para Economistas-. Porto Alegre, Bookman. Lima, E. L.. (1996), -Álgebra Linear-. Coleção Matemática Universitária. Rio de Janeiro: IMPA. Cysne, R. e Moreira, H. (1997) -Curso de Matemática para Economistas, São Paulo, Atlas.

Bibliografia Complementar

Bibliografia Complementar Boldrini, J. et al. (1986), -Álgebra Linear-, São Paulo: Harbra. Chiang, A.C. (1994), -Matemática para Economistas-. São Paulo, McGraw-Hill. Guidorizzi, H.L. (2000), -Um Curso de C\'alculo. Vols. 1 a 4-, 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO

Nome TOPICOS ESPECIAIS EM MACROECONOMIA II

Código SEN00108 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

Bibliografia Básica

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TOPICOS ESPECIAIS EM MICROECONOMIA II

Código SEN00139 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

I - EMENTA INOVAÇÃO. ANÁLISE CRÍTICA DOS CONCEITOS: ECONOMIA CRIATIVA, ECONOMIA COMPARTILHADA, ECONOMIA CIRCULAR, INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES. EMPREENDEDORISMO. DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS: FERRAMENTAS, PLANO DE NEGÓCIOS, BUSINESS MODEL GENERATION. COMO O PROJETO OU PESQUISA ACADÊMICA TORNA-SE UM PRODUTO OU SERVIÇO (NEGÓCIO). II OBJETIVOS APRESENTAR, ATRAVÉS DE UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR, ASPECTOS MAIS APLICADOS DE ALGUNS CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO DO ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR FLUMINENSE, PREPARANDO OS ALUNOS PARA O MERCADO PROFISSIONAL, RESPEITANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, E BUSCANDO EXCELÊNCIA COM RESPOSTAS EFICAZES DE INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO. DISCUTIR ASPECTOS RELACIONADOS AO EMPREENDEDORISMO, DESPERTANDO HABILIDADES EMPREENDEDORAS. DESTACAR A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL. FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE PESQUISA SOBRE A TEMÁTICA DO EMPREENDEDORISMO. III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO INOVAÇÃO CRIATIVIDADE X INOVAÇÃO. CONCEITOS, FORMAS E TIPOS; MODELOS E SISTEMAS; MITOS E ANÁLISE CRÍTICA; MARCO REGULATÓRIO DE CT&I NO BRASIL; INOVAÇÃO SOCIAL. ANÁLISE CRÍTICA DOS CONCEITOS: ECONOMIA CRIATIVA; ECONOMIA COMPARTILHADA; ECONOMIA CIRCULAR; INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES: ÉTICA E AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE: AMBIENTAL, SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICA; ODS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL; SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA NAS ORGANIZAÇÕES. EMPREENDEDORISMO: CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO; PERFIL EMPREENDEDOR; TIPOS DE EMPREENDEDOR. DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS: NOVOS NEGÓCIOS; METODOLOGIAS E FERRAMENTAS PARA DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS; O QUE É UMA STARTUP; PLANO DE NEGÓCIOS X BUSINESS MODEL GENERATION; PROJETO - PRODUTO - NEGÓCIO; ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. CENÁRIOS FUTUROS DA INOVAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES: COMPORTAMENTO MERCADO BRASILEIRO E INTERNACIONAL 2019 / 2020; PANDEMIA COVID19; PROCESSOS COLABORATIVOS; INOVAÇÃO ABERTA; TIC (TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO) E CIDADES INTELIGENTES (SMART CITIES); ECONOMIA MATERIAL NO CONTEXTO DA CRIATIVIDADE; REDES SOCIAIS E OS NOVOS PARADIGMAS DE PRODUÇÃO; DISTRIBUIÇÃO E

CONSUMO NAS CADEIAS DE VALOR E ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS. COMO O PROJETO OU PESQUISA ACADÊMICA TORNA-SE UM PRODUTO OU SERVIÇO (NEGÓCIO). ANÁLISE DE MERCADO; DIFERENCIAÇÃO DE PESQUISA BÁSICA E PESQUISA APLICADA; ESTRATÉGIA DO OCEANO AZUL. V AVALIAÇÃO 1. PARTICIPAÇÃO DO ALUNO EM ENCONTROS PERIÓDICOS COM PALESTRAS, SEMINÁRIOS, DINÂMICAS OU TAREFAS COM A TEMÁTICA DO EMPREENDEDORISMO; 2. PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NAS ATIVIDADES EM GRUPO; 3. ENTREGA DE TRABALHO FINAL.

Bibliografia Básica

ARANHA, J. A. S. MECANISMOS DE GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES Mudanças na organização e na dinâmica dos ambientes e o surgimento de novos atores BRASÍLIA, DF: ANPROTEC, 2016. (ANPROTEC ¿ TENDÊNCIAS). DISPONÍVEL EM <HTTP://ANPROTEC.ORG.BR/SITE/EBOOKS/MECANISMOS-DE-GERACAO-DE-EMPREENDIMENTOS-INOVADORES/> ACESSO EM 27 DE JUL DE 2019. ANPROTEC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. MAPEAMENTO DOS MECANISMOS DE GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES NO BRASIL. ANPROTEC; TEXTOS: CLAUDIA PAVANI. [ET.AL.]. ¿ BRASÍLIA: ANPROTEC, 2019. BARBIERI, J. C. DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: AS ESTRATÉGIAS DE MUDANÇAS DA AGENDA 21. 4A ED. PETRÓPOLIS, RJ: VOZES, 1997 BENDASSOLLI, P. F; WOOD JR, T. KIRSCHBAUM, C; CUNHA, M. P INDÚSTRIAS CRIATIVAS NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: FGV, 2009. P. 62-121. BLANK, S.; DORF, B. START-UP ¿ MANUAL DO EMPREENDEDOR. RJ: ALTA BOOKS, 2009. BRASIL. LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. DISPÕE SOBRE ESTÍMULOS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, À PESQUISA, À CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA NO AMBIENTE PRODUTIVO, COM VISTAS À CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA, AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO NACIONAL E REGIONAL E À INOVAÇÃO E ALTERA (...), 2016. BRITISH COUNCIL, THE CREATIVE ECONOMY: AN INTRODUCTORY GUIDE. LONDON: THE BRITISH COUNCIL, 2010 DE JESUS, D. S. V. ECONOMIA CRIATIVA, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE: O CASO DO RIO DE JANEIRO. GUAJU, [S.L.], V. 3, N. 2, P.65-80, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 20 DEZ. 2017. DEHEINZELIN, L. ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. ENTHUSIASMO CULTURAL. 2008. DORNELLAS, J. C. A. EMPREENDEDORISMO: TRANSFORMANDO IDEIAS EM NEGÓCIOS. RJ: ELSEVIER, 2008. ETZKOWITZ, H. ZHOU, C. HÉLICE TRÍPLICE: INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO UNIVERSIDADE-INDÚSTRIA-GOVERNO. ESTUDOS AVANÇADOS, V. 31, N. 90, P. 23-48, 2017. FIRJAN ¿ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MAPEAMENTO DA INDÚSTRIA CRIATIVA NO BRASIL. 2016. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.FIRJAN.COM.BR/ECONOMIACRIATIVA/DOWNLOAD/MAPEAMENTO-INDUSTRIA-CRIATIVA-SISTEMA-FIRJAN-2016.PDF>. ACESSO EM 05/JUL/2019. FLEMING, T., THE BRAZILIAN CREATIVE ECONOMY: SITUATION ANALYSIS AND EVALUATION OF NEWTON-FUNDED CREATIVE& SOCIAL ENTREPRENEURSHIP PROGRAMME, 2018. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.BRITISHCOUNCIL.ORG.BR/SITES/DEFAULT/FILES/BRAZILIAN_CREATIVE_ECONOMY_ONLINE_SEM4_NEW.PDF> ACESSO EM 19/05/2019. FLORIDA, R. A ASCENSÃO DA CLASSE CRIATIVA. PORTO ALEGRE: L&PM, 2011. HARTLEY, J. CREATIVE INDUSTRIES. LONDON: BLACKWELL, 2005. HOWKINS, JOHN. THE CREATIVE ECONOMY ¿ HOW PEOPLE MAKE MONEY FROM IDEIAS. LONDON: PENGUIN BOOKS, 2001. KIM, W. C.; MAUBORGNE, R. BLUE OCEAN STRATEGY ¿ HOW TO CREATE AN UNCONTESTED MARKET SPACE AND MAKE THE COMPETITION IRRELEVANT. HACHETTE AUDIOBOOKS, 2006. MANUAL, DE OSLO. MANUAL DE OSLO: DIRETRIZES PARA COLETA E INTERPRETAÇÃO DE DADOS SOBRE INOVAÇÃO. 3¿. ED. BRASÍLIA: OCDE, FINEP, 2005. DISPONÍVEL EM: ACESSO EM: 24 DE AGOSTO DE 2017. MANZINI, EZIO; VEZZOLI, CARLO. O DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS SUSTENTÁVEIS OS REQUISITOS AMBIENTAIS DOS PRODUTOS INDUSTRIAIS. SÃO PAULO: EDUSOP, 2008. MELGAREJO, E. R. ECONOMIA CRIATIVA: ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ECONÔMICO E SOCIAL PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. IN: CONGRESSO INTERNACIONAL RESPONSABILIDADE E RECIPROCIDADE. 2012. P. 228-238.
DISPONÍVEL EM < HTTPS://RECIPROCIDADE.EMNUVENS.COM.BR/RR/ISSUE/ARCHIVE> ACESSO EM 1 DE AGO DE 2018. MINISTÉRIO DA CULTURA, PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA. DISPONÍVEL EM <HTTP://WWW2.CULTURA.GOV.BR/SITE/WP- CONTENT/UPLOADS/2012/08/LIVRO_WEB2EDICAO.PDF>, ACESSO EM: 28 DE 05 DE 2019. NEWBIGIN, J., A ECONOMIA CRIATIVA: UM GUIA INTRODUTÓRIO. 2010. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://CREATIVECONOMY.BRITISHCOUNCIL.ORG/MEDIA/UPLOADS/FILES/INTRO_GUIDE_-_PORTUGUESE.PDF>, ACESSO EM 28/05/2019 ONU. AGENDA 2030. 2018. DISPONÍVEL EM: HTTPS://NACOESUNIDAS.ORG/POS2015/AGENDA2030/, ACESSO EM 12/5/2018 OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. BUSINESS MODEL GENERATION: A HANDBOOK FOR VISIONARIES, GAME CHANGERS AND CHALLENGERS STRIVING TO DEFY OUTMODED BUSINESS MODELS AND DESIGN TOMORROW¿S ENTERPRISES. NJ: JOHN WILEY & SONS, 2010. REDES, ECONOMIA CRIATIVA: CONHEÇA OS SETORES. DISPONÍVEL EM <<HTTP://WWW.PROGRAMAREDES.COM.BR/ECONOMIA-CRIATIVA-CONHECA-OS-SETORES/>, ACESSO EM 30 DE MAIO DE 2019 REIS, A. C. F. ECONOMIA CRIATIVA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO: UMA VISÃO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. IN ANA CARLA FONSECA REIS (ORG.). SÃO PAULO: ITAÚ CULTURAL, 2008. SACHS, I. DESENVOLVIMENTO: INCLUDENTE, SUSTENTÁVEL, SUSTENTADO. RIO DE JANEIRO. ED. GARAMOND, 2006 SANTOS, A. V. CERTIFICAÇÕES DA QUALIDADE E A CERTIFICAÇÃO CERNE: ANÁLISE COMPARATIVA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DE INCUBADORAS DE EMPRESAS. 2019. 170F. TESE (DOUTORADO EM DESIGN) ¿ ESCOLA SUPERIOR DE DESENHO INDUSTRIAL, UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, 2019. SCHUMPETER, JOSEPH A. CAPITALISMO, SOCIALISMO E DEMOCRACIA. RIO DE JANEIRO: EDITORA FUNDO DE CULTURA, 1942. SEBRAE, COMO O SEBRAE ATUA NO SEGMENTO DE ECONOMIA CRIATIVA. 2017 DISPONÍVEL EM: <HTTPS://M.SEBRAE.COM.BR/SITES/PORTALSEBRAE/SEGMENTOS/ECONOMIA_CRIATIVA/COMO- O-SEBRAE-ATUA-NO-SEGMENTO-DE-ECONOMIA-CRIATIVA,47E0523726A3C510VGNVCM1000004C00210ARCRD>, ACESSO EM 23/05/2019.
SEBRAE. O QUADRO DE MODELO DE NEGÓCIOS ¿ UM CAMINHO PARA CRIAR, RECRIAR E INOVAR EM MODELOS DE NEGÓCIOS. SEBRAE, 2013. VEIGA, J. E. CIDADES IMAGINÁRIAS. O BRASIL É MENOS URBANO DO QUE SE CALCULA.

CAMPINAS: EDITORA DA UNICAMP, 2005 ZARDO, J. B. G. Z. AMBIENTES DE INOVAÇÃO E MECANISMOS DE GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS: ESTUDOS DE CASO SOBRE A ECONOMIA CRIATIVA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO, 2017. TESE (DOUTORADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTRATÉGIAS E DESENVOLVIMENTO) INSTITUTO DE ECONOMIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, 2017.

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA

Nome TRAB E REGUL I-TRAB,TECNOL E ACUMULACAO

Código SEN00096 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

TÓPICO I: CONCEITOS BÁSICOS: SUBSUNÇÃO REAL E FORMAL DO TRABALHO AO CAPITAL. A CIÊNCIA COMO FORÇA PRODUTIVA. REGIME DE ACUMULAÇÃO, MODO DE REGULAÇÃO E MODELO DE DESENVOLVIMENTO. TÓPICO II: O FORDISMO: PRECEDENTES E CONDIÇÕES DO SURGIMENTO DO FORDISMO.TAYLORISMO E FORDISMO COMO PARADIGMAS TECNOLÓGICOS. PRODUÇÃO EM MASSA E CONSUMO DE MASSA. A CRISE DO FORDISMO. TÓPICO III: O MUNDO DO PÓS-FORDISMO: FLEXIBILIDADE EXTERNA VERSUS ENVOLVIMENTO NEGOCIADO. QUESTÕES SOBRE UMA NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL D

Conteúdo Programático

PARTEI CONCEITOS BÁSICOS: PROCESSO DE TRABALHO, COOPERAÇÃO, MANUFATURA E GRANDE INDÚSTRIA, SUBSUNÇÃO REAL E FORMAL. PARTEII FORDISMO: PRECEDENTES E CONDIÇÕES DE SURGIMENTO; TAYLORISMO E FORDISMO; PRODUÇÃO EM MASSA E CONSUMO DE MASSA; A CRISE DO FORDISMO. PARTE III: O PÓS-FORDIMSO METODO JAPONES; O CASO DE UDEVALLA; AUTOMAÇÃO E FUTURO DO TRABALHO; PÓS-GRANDE INDÚSTRIA E TRABALHO IMATERIAL.

Bibliografia Básica

Marx K. O capital. Critica da Economia Politica.Livro Primeiro. Os economistas, Abril Cultural, São Paulo, 1982. Coriat, B. El Taller Y el cronometro. Ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción em massa. Siglo Veinteuno, Madrid, 1982. Braverman, H. Trabalho e Capital Monopolista. Zahar, Rio de Janeiro, 1987 Hardt, M. E Negri, ª Império. Record, Rio de Janeiro, 2001, cap. 3 e 4 Lazzarato, M. E Negri. Trabalho Imaterial. Fromas de vida e produção de subjetividade. DP & A, Rio de Janeiro, 2001, cap.1 e 2. Coriat, B. Pensar pelo avesso, Revan, UFRJ, 1994 Coriat, B. El taller y el robot. Ensayos sobre el fordismo y la producción em masa em la era de la eletronica. Siglo Vienteuno, México, 1992. Moraes Neto, B. Marx, Taylor, Ford. As forças produtivas em discussão. Brasiliense, Sõa Paulo, 1989.

Bibliografia Complementar

LEITURAS INDICADAS DURANTE O CURSO GRAMSCI, ª AMERICANISMO E FORDISMO. IN: OBRAS ESCOLHIDAS, MARTINS FONTES, SÃO PAULO, 1978. PRADOE. A DESMEDIDA DO VALOR. CRITICA DA PÓS-GRANDE INDÚSTRIA;XAMÃ, SÃO PAULO, 2005. TAIICHI OHNO. SISTEMA TOYOTA DE PROIDUÇÃO: ALÉM DA PRODUÇÃO EM LARGA ESCALA. BOOKMAN, 1997. TAYLOR, F. W. THE PRINCIPLES OF SCIENTIFIC MANAGEMENT

Nome TÓPICOS ESPECIAIS EM REGULACAO E TRABALHO I

Código SEN00099 **Característica** Comum

Ano de Vigência	2007	**Semestre de Vigência**	1
Motivo Desativação	-		
Status	Ativa	**Data Desativação**	-

Carga Horária Teórica	60	**Carga Horária Prática**	0
Carga Horária Estágio	0	**Carga Horária Total**	60
Carga Horária Extensão	0		

Ementas

EMENTA VARIÁVEL.

Conteúdo Programático

UNIDADE I. ÉTICA, MORAL, CIÊNCIA E JUSTIÇA: INTRODUÇÃO AO TEMA 1. VALORES E COMPORTAMENTO HUMANO 2. ÉTICA E CIÊNCIA 3. BEM- ESTAR E JUSTIÇA 4. ÉTICA, MORAL, JUSTIÇA E PRÁTICA SOCIAL UNIDADE II. SOBRE ÉTICA E ECONOMIA I: A TRADIÇÃO UTILITARISTA 1. VALOR-TRABALHO: FUNDAMENTO ÉTICO INCONCILIÁVEL COM A ECONOMIA POLÍTICA 2. O UTILITARISMO CLÁSSICO: NOÇÕES UTILITARISTAS DE BEM-ESTAR, IGUALDADE E MORAL 3. A REVISÃO MARGINALISTA: A ECONOMIA COMO MORAL CIENTÍFICA 4. DE PARETO A ARROW: O RÁPIDO ESGOTAMENTO DA PERSPECTIVA UTILITARISTA UNIDADE III. SOBRE ÉTICA E ECONOMIA II: A ABORDAGEM DAS CAPACIDADES 1. FUNDAMENTOS DA ABORDAGEM DAS CAPACIDADES: O LIBERTARISMO RAWLSIANO E A JUSTIÇA COMO EQÜIDADE 2. SEN E A ABORDAGEM DAS CAPACIDADES 3. A NOÇÃO DE CAPACIDADE COMO SUBSTITUTO DA UTILIDADE NA TEORIA ECONÔMICA 4. ÉTICA, MORAL, JUSTIÇA E PRÁTICA SOCIAL: CONVERGÊNCIAS ENTRE O SENIANISMO E O UTILITARISMO UNIDADE IV: SOBRE A ÉTICA DA ECONOMIA I: O CONTRAPONTO MARXISTA 1. MARX TEM ÉTICA? 2. DUAS TENTATIVAS DE FUNDAR UMA ÉTICA MARXISTA2.1. BHASKAR: ONTOLOGIA MARXISTA E ÉTICA IDEALISTA 2.2. LUKÁCS: ELEMENTOS PARA UMA ÉTICA MARXISTA 3. ÉTICA, MORAL, JUSTIÇA E PRÁTICA SOCIAL: CONTRA A ÉTICA DA ECONOMIA

Bibliografia Básica

ACKERMAN, F. et alii (eds.). (1997). Human Well-Being and Economic Goals. Washington: Island Press. BENTHAM, J. (1979). Uma Introdução aos Princípios da Moral e da Legislação. São Paulo: Abril Cultural. BHASKAR, R. (1986). Scientific Realism and Human Emancipation. London: Verso. BHASKAR, R. (1998). The Possibility of Naturalism. Brighton: Harvest. DUAYER, M. & MEDEIROS, J.L. (2006). --Under-Labouring- for Ethics: Lukács- Critical Ontology- in LAWSON, C., LATSIS, J., and MARTINS, N., (eds) Contributions to Social Ontology. Londres: Routledge. LUKÁCS, G. (1984). Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins - I Halbband. Darmstadt: Luchterhand. MARX, K. & ENGELS, F. (1980). Ideologia Alemã: crítica da filosofia alemã mais recente na pessoa dos seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão na dos seus diferentes profetas - Volume II. Lisboa: Editora Presença; Livraria Martins Fontes. MARX, K. (1961). -Crítica ao Programa de Gotha- in MARX, K. & ENGELS, F. Obras Escolhidas - Volume 2. Rio de Janeiro: Editora Vitória. MARX, K. (1994). -Critical Notes on the Article: -The King of Prussia and Social Reform.

By a Prussian--, in MARX, K. Early Political Writings (Edited by O-Malley, J. & Davis, R.). Cambridge (UK): Cambridge University Press. MILL, J.S. (2000). A Liberdade / Utilitarismo. São Paulo: Martins Fontes. MILLER, R.L. (1981). Microeconomia: teoria, questões e aplicações. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. RAWLS, J. (2000). O Liberalismo Político. São Paulo: Ática. SEN, A. (1999). Sobre Ética e Economia. São Paulo: Companhia das Letras. SEN, A. (2001). Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Record. VARIAN, H.R. (2000). Microeconomia: princípios básicos, 5ª edição. Rio de Janeiro: Campus. WALRAS, L. (1983). Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura. São Paulo: Abril Cultural

Bibliografia Complementar

BIBLIOGRAFIA NÃO INFORMADA